

André Tosi Furtado – Carlos Mallorquin – Flávio Azevedo Marques de Saes – Marcos Cordeiro Pires – Marina Gusmão de Mendonça – Regina Maria A. Fonseca Gadelha – Rosângela de Lima Vieira – Tamás Szmrecsányi – Vera Alves Cepêda – Wilson Suzigan

Celso Furtado

os desafios do desenvolvimento

Francisco Luiz Corsi
José Marangoni Camargo
(Org.)



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

FRANCISCO LUIZ CORSI
JOSÉ MARANGONI CAMARGO
(ORGANIZADORES)

C E L S O F U R T A D O
os desafios do desenvolvimento

CULTURA
ACADÊMICA 
Editora

MARÍLIA
2010



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Diretora:

Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita

Vice-Diretor

Dr. Heraldo Lorena Guida

Copyright© 2010 Conselho Editorial

CONSELHO EDITORIAL

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Arlenice Almeida da Silva

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

José Blanes Sala

Marcelo Fernandes de Oliveira

Maria Rosângela de Oliveira

Mariângela Braga Norte

Neusa Maria Dal Ri

Rosane Michelli de Castro

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – Unesp - Campus de Marília

C394 Celso Furtado : os desafios do desenvolvimento / Francisco Luiz Corsi, José Marangoni Camargo (organizadores). – São Paulo : Cultura Acadêmica ; Marília : Oficina Universitária, 2010.
260 p.

ISBN 978-85-7983-064-8

DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-064-8>

1. Furtado, Celso, 1920-2004. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Brasil – Condições econômicas. I. Corsi, Francisco Luiz. II. Camargo, José Marangoni.

CDD 338.9

S U M Á R I O

Apresentação	i
A formação intelectual de Celso Furtado	
<i>Marina Gusmão de Mendonça</i>	1
A vitalidade da obra de Celso Furtado: o caso de “Formação Econômica do Brasil”	
<i>Marcos Cordeiro Pires</i>	21
A presença da história no pensamento de Celso Furtado	
<i>Rosângela de Lima Vieira</i>	41
Celso Furtado el hacedor del estructuralismo latinoamericano	
<i>Carlos Mallorquin</i>	53
Subdesenvolvimento e desenvolvimento na obra de Celso Furtado	
<i>Flávio Azevedo Marques de Saes</i>	81
Celso Furtado e o processo histórico de industrialização na América Latina	
<i>Wilson Suzigan</i>	103
Progresso técnico no pensamento de Celso Furtado	
<i>André Tosi Furtado</i>	121
O lugar da teoria do subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado	
<i>Vera Alves Cepêda</i>	137
Análise da estrutura agrária na teoria de desenvolvimento econômico de Celso Furtado	
<i>Tamás Szmrecsányi</i>	161
O Brasil de Celso Furtado e a operação Nordeste	
<i>Regina Maria A. Fonseca Gadelha</i>	201
La nación interrumpida: Celso Furtado	
<i>Carlos Mallorquin</i>	217

APRESENTAÇÃO

O presente livro foi fruto da X Jornada de Ciências Sociais: Jornada de Estudos Celso Furtado, realizada na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp em novembro de 2006. A retomada do pensamento de Furtado está colocada na ordem do dia, pois a questão do desenvolvimento volta, cada vez mais, a ocupar o centro do debate econômico, depois de mais de duas décadas de predomínio, quase que absoluto, do pensamento ortodoxo neoliberal, cuja preocupação maior reside nas questões relativas à estabilidade econômica e à abertura e desregulamentação das economias nacionais, como panacéia para todos os problemas econômicos e sociais do capitalismo globalizado.

Não por acaso as contribuições de nosso maior economista, apesar de guardarem grande atualidade, foram relegadas a um segundo plano nesse período. Ao buscar apreender as especificidades do desenvolvimento na periferia do sistema capitalista e nesse processo criar uma nova abordagem teórica para a questão do subdesenvolvimento, seu pensamento, crítico e original, é a antítese da ortodoxia neoliberal, presa aos seus esquemas teóricos extremamente abstratos, que pretensamente dariam conta de todas as realidades. Suas contribuições continuam fundamentais para a compreensão da América Latina, mas fundamentalmente do Brasil, como veremos ao longo do livro.

Furtado não se limitou a grande tarefa de apresentar uma explicação para o subdesenvolvimento brasileiro. Foi muito além disso. Sua obra não se restringiu a compreender a nossa economia. Discutiu a sociedade e a política e ofereceu com paixão propostas para os grandes problemas

nacionais. Foi um intelectual que participou ativamente da vida política brasileira, defendendo um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Desenvolvimento, democracia e igualdade social eram os pilares desse projeto. Objeto de estudo, ação política e esperanças estavam entrelaçados na vida e na obra desse “republicano exemplar”.

O livro está dividido em 11 artigos sobre os mais diferentes aspectos da obra de Furtado, compondo um painel de suas principais contribuições. No primeiro capítulo, Marina Gusmão de Mendonça discute a formação intelectual de Furtado. O artigo enfoca sua trajetória intelectual desde os primeiros anos de formação até a sua atuação como Ministro do Planejamento no governo Goulart, destacando sua participação nos debates acerca do desenvolvimento econômico nos anos 1950 e suas contribuições ao tema, que culminaram com a publicação de “Formação econômica do Brasil”. No segundo artigo, Marcos Cordeiro Pires crítica a ortodoxia neoliberal por tentar excluir o pensamento crítico e estabelecer critérios que consideram obras científicas e relevantes aquelas que, na maior parte das vezes, inclinam-se para responder as expectativas e os interesses do mercado, entidade abstrata, que parece pairar no ar. A ortodoxia neoliberal carece de uma perspectiva histórica em suas análises. Furtado, relegado por essa corrente, enfatiza justamente essa abordagem da economia. “Formação econômica do Brasil”, uma de suas maiores obras, se não a maior, seria, segundo Pires, a prova da relevância e da proficuidade da abordagem histórica para a compreensão da economia brasileira. Esta obra tornou-se um clássico da interpretação do Brasil.

Os dois artigos seguintes, escritos respectivamente por Carlos Mallorquin e Rosângela Lima Vieira, discutem o estruturalismo de Furtado. Mallorquin defende a tese segundo a qual Furtado seria o principal fundador do estruturalismo latino-americano e busca reconstruir a evolução do pensamento furtadiano e como ele criou nesse processo novos conceitos e as bases teóricas do estruturalismo, se afastando, cada vez mais, da visão neoclássica. Processo que percorreu toda a década de 1950 e culminou, nos anos 1960. Suas obras seriam a expressão maior do estruturalismo latino-americano. Vieira a partir do referencial teórico de Braudel discute o papel da história na obra de Furtado, especialmente em “Formação Econômica do Brasil”. Ela procura mostrar que o seu estruturalismo é um estruturalismo “diferenciado pela contextualização histórica” e é este o

papel da história em sua obra. Ou seja, contextualizar as estruturas e explicar as permanências dos entraves estruturais ao desenvolvimento. Sua análise histórico-estrutural procura explicar as condições de permanência do subdesenvolvimento, considerado não como uma etapa a ser cumprida, mas um estado decorrente do próprio desenvolvimento capitalista. A sua superação depende de políticas voltadas para esse objetivo.

O artigo de Vieira aponta para um dos temas centrais da obra de Furtado, que consiste na questão do subdesenvolvimento, que é tratada por um conjunto de seis artigos, escritos por Flávio Saes, Wilson Suzigan, André T. Furtado, Vera Cêpeda, Tamás Szmerecsányi e Regina Gadelha. O enfoque de Saes e Suzigan privilegia a industrialização. Saes indica que Furtado no texto “Formação econômica do Brasil” já nutria dúvidas quanto à possibilidade do Brasil superar o subdesenvolvimento, o que nos leva a matizar a leitura “desenvolvimentista” de suas obras desse período, segundo a qual industrialização se identificaria com desenvolvimento. Essa problematização da possibilidade de superação do subdesenvolvimento apareceria de forma cada vez mais forte em obras posteriores. Os países latino-americanos teriam ficado presos a armadilha do subdesenvolvimento, decorrente da incorporação pelos setores modernizados da sociedade de padrões sofisticados de consumo provenientes dos países centrais, o que implica a adoção de novas tecnologias desconectadas do nível prévio de acumulação de capital. Tecnologias capital intensivas que poupam mão-de-obra e, portanto, contribuem para manter os salários em patamares próximos ao da subsistência, dada a enorme oferta de força de trabalho. Este processo teria impedido a homogeneização social, considerada pré-requisito para a superação do subdesenvolvimento. O avanço da industrialização voltado para responder as demandas desse padrão de consumo e a instalação de empresas multinacionais reforçariam a dependência cultural e econômica e aprofundaria a tendência a concentração da renda. Teríamos modernização com industrialização, mas não desenvolvimento.

Para Saes, as experiências recentes de intenso crescimento econômico da Coreia do Sul, de Taiwan e da China indicariam que esses países estariam se desenvolvendo, pois teriam logrado, por diferentes processos históricos, a homogeneização social, que impediria a permanência de uma situação de heterogeneidade social. Também teriam logrado desenvolver um sistema

produtivo competitivo e com relativa autonomia tecnológica a partir de ampla ação estatal, que promoveu “a educação como complemento à homogeneização social promovida pela reforma agrária; depois, planos de desenvolvimento, crédito indutor de investimentos, busca de autonomia tecnológica num processo que culmina com a consolidação de economias industriais exportadoras”. A superação do subdesenvolvimento pelos países periféricos exigiria adoção de políticas de desenvolvimento e criatividade cultural, que possibilitasse ultrapassar a situação de consumidores passivos de bens culturais e materiais elaborados nos países centrais e impostos pelas grandes empresas. Tarefa difícil, dada a tendência de a globalização homogeneizar padrões culturais e de consumo, o que parece dificultar sobremaneira a superação do subdesenvolvimento.

Para Suzigan, a industrialização seria considerada por Furtado “o caminho mais promissor para o desenvolvimento econômico e social”. Por isso a centralidade do tema no pensamento furtadeano. Suzigan não se detém na questão de a industrialização ser ou não capaz de promover a superação o subdesenvolvimento, discute a evolução do processo de industrialização nas economias subdesenvolvidas na visão de Furtado, que passaria por três fases, a saber: industrialização induzida pela exportação de produtos primários, industrialização via substituição de importações e industrialização por ação estatal. Furtado sublinha na análise desse processo a necessidade de não se perder de vista a inserção dos países subdesenvolvidos no sistema econômico mundial. A primeira fase, que dependia de uma série de determinações, como a natureza do produto exportado, seu impacto na distribuição da renda e seu efeito estimulante sobre a expansão da infra-estrutura e de outros setores da economia, abriria pouco espaço para o desenvolvimento industrial, que permaneceria subordinado a dinâmica do setor exportador e incapaz de diversificar de maneira abrangente a economia. A crise de 1929 abriu uma nova fase ao romper com a antiga divisão do trabalho e ao abrir novas possibilidades de expansão da indústria, que passaria a ser o setor dinâmico da economia, embora ainda dependente da capacidade de importar gerada pelas exportações em um contexto de carência de capitais externos. A falta de dinamismo exportador estabeleceria limites à industrialização substitutiva de importações, que teria se esgotado na década de 1950. Sua incapacidade de aprofundar a diversificação da economia teria induzido a ação do Estado

como fomentador do processo. Mas o problema central reside na absorção de padrões de consumo dos países centrais, que induziria a adoção de tecnologias incompatíveis com o nível de acumulação de capital e de abundância de mão-de-obra. A industrialização teria assim adquirido “a conotação de mera ‘descentralização’ geográfica de atividades manufatureiras” ao não possibilitar autonomia para criar tecnologia e produtos. Dessa forma, o processo de industrialização seria sobretudo uma adaptação as transformações estruturais dos países centrais e não representariam superação da situação de dominação e dependência, que só poderiam ser rompidas por ampla e incisiva ação estatal em prol do desenvolvimento.

André T. Furtado aborda em seu artigo o papel do progresso técnico no pensamento furtadiano. Seguindo os passos de Prebisch, Furtado consideraria central a questão da produção e difusão do progresso técnico na conformação centro/periferia do sistema capitalista, assim como para a compreensão do subdesenvolvimento. André discute a questão da dinâmica do progresso técnico nas diferentes fases das economias da América Latina. O subdesenvolvimento não seria uma mera fase transitória de um processo evolutivo, que culminaria no pleno desenvolvimento econômico e social, desde que as políticas econômicas consideradas corretas fossem adotadas. O subdesenvolvimento é uma situação perene. A forma como o progresso técnico penetra nas economias subdesenvolvidas é fundamental para entender porque elas permanecem nessa condição. Na fase primário-exportadora, os países têm ganhos de produtividade estáticos, fruto de suas vantagens comparativas e da expansão do setor exportador. Porém, a heterogeneidade estrutural, que caracteriza o subdesenvolvimento, permanece intocada. No período de industrialização, particularmente na fase de expansão das grandes empresas multinacionais, as economias periféricas a partir da crescente imposição dessas empresas continuam incorporando os padrões de consumo dos países centrais e passam a adotar tecnologias capital intensivas e poupadoras de mão-de-obra. Isto bloqueia a absorção do grosso da população no setor dinâmico da economia e, dessa maneira, impede a eliminação da heterogeneidade estrutural e, portanto, do subdesenvolvimento.

Vera Cepêda aborda em seu artigo o lugar da teoria do subdesenvolvimento no pensamento de Furtado. Depois de discutir as

influências sofridas por Furtado, em especial a de Mannheim, e a noção de subdesenvolvimento, concebida não como estágio a ser percorrido, mas como processo que se recoloca como em um círculo vicioso, Cepêda enfatiza a concepção furtadiana segundo a qual o homem pode ter uma ação racional na história, compreendendo o mundo e procurando mudá-lo. Os intelectuais teriam papel chave nesse processo, pois teriam a capacidade de sintetizar os projetos dos diferentes grupos sociais, evitando o esgarçamento da sociedade. O desenvolvimento planejado, levado a cabo pelo Estado na tentativa de superar o subdesenvolvimento, seria a principal forma de ação racional na história. Pelos mecanismos de mercado os países subdesenvolvidos não conseguiriam superar o atraso. O Estado pairaria acima dos interesses particulares e operaria conforme o interesse público. O enorme peso conferido ao Estado não levou Furtado para concepções autoritárias, bastante comuns no pensamento social brasileiro do século XX, que concebem o Estado como o demiurgo da sociedade. O projeto de Furtado é democrático. A democracia é fundamental para o controle do desenvolvimento planejado. O próprio desenvolvimento requer a democracia e o conflito social.

Completando a discussão sobre o desenvolvimento, os artigos de Tamás Szmercsányi e Regina Gadelha tratam respectivamente da questão agrária na teoria do desenvolvimento econômico de Furtado e da questão regional. Szmercsányi reconstrói as reflexões de Furtado sobre a estrutura agrária do país desde sua tese de doutorado defendida na Universidade de Paris em 1948 até suas últimas obras, indicando as suas contribuições e insuficiências. A estrutura agrária tem que ser concebida como uma totalidade histórica. A superação do subdesenvolvimento implica alterar profundamente as estruturas agrárias dos países periféricos, levando em conta suas especificidades regionais e não apenas resultaria da expansão industrial. A manutenção da estrutura agrária, centrada no binômio latifúndio/minifúndio, se por um lado não representou um obstáculo ao processo de industrialização do país, como reconhecia Furtado, implicava em um uso extensivo e predatório dos recursos naturais, baixos níveis de produtividade e aumento da concentração de renda, impondo limites a sustentação do desenvolvimento ao longo do tempo. Daí a necessidade de uma reestruturação fundiária, segundo Furtado, que possibilitasse elevar os níveis de eficiência da agricultura e criasse condições mais favoráveis

para a ocupação de parcela do excedente estrutural de mão-de-obra e a desconcentração da renda. A releitura de Tamás das obras de Furtado busca mostrar como as reflexões furtadianas sobre a questão agrária constituem um corpo de formulações originais e que guarda grande atualidade.

O texto de Regina Gadelha discute as posições de Furtado sobre a questão do atraso do Nordeste. O desenvolvimento implicava elevação do nível de vida do conjunto da nação e necessitava de ampla ação estatal para ser alcançado. Nos anos 1950, apesar do avanço da industrialização, o agravamento das desigualdades regionais, tanto em termos sociais quanto econômicos, devia-se justamente a falta de uma política de desenvolvimento, que alterasse a inserção da economia nordestina como periferia dos centros dinâmicos da economia nacional. Desde o aprofundamento da crise do mercado internacional do açúcar, datada do final do século XIX e início do XX, a produção nordestina vinha sobrevivendo graças ao mercado interno gerado pela economia cafeeira e depois pela industrialização. Processo que também tinha beneficiado as economias regionais do norte e do sul do país. Dessa forma, o desenvolvimento brasileiro reproduziria o esquema de dominação centro-periferia que caracterizava a economia mundial. Daí a luta de Furtado para a criação da SUDENE, um órgão de planificação da economia regional, que na sua concepção deveria ter amplos poderes para poder efetivamente alterar as arcaicas estruturas do nordeste brasileiro, em particular a estrutura agrária, herdada do período colonial e maior responsável por suas mazelas. No entanto, depois do golpe de 1964, a SUDENE foi esvaziada, perdendo a capacidade de ampla atuação para transformar as estruturas sócio-econômicas do nordeste. Ao tratar o problema regional a partir de uma visão estrutural do desenvolvimento do conjunto da economia brasileira, Furtado teria sido um pioneiro no tratamento dessa temática.

Um segundo artigo de Carlos Mallorquin, intitulado “La nación interrumpida: Celso Furtado”, fecha a coletânea. Nesse artigo, o autor aborda a longa trajetória das reflexões de Furtado sobre a construção da nação brasileira. A nação para Furtado não é algo dado. Não se reduz a uma entidade definida por um arcabouço institucional e/ou pela ocupação de determinado território por um povo. A nação é um processo em construção, centrado, em grande medida, no desenvolvimento

socioeconômico. Nas obras dos anos 1950, Furtado via com otimismo esse processo. O Brasil caminhava na direção do desenvolvimento. Os obstáculos não eram de monta, embora tivesse consciência dos desequilíbrios aprofundados pelo próprio avanço da industrialização, particularmente a concentração da renda e os desequilíbrios regionais. No início da década de 1960, a intensificação das lutas pelo desenvolvimento e a deterioração da situação política e econômica, levam Furtado a ressaltar os obstáculos e as necessidades de reformas de base para superá-los. É o momento da ação em prol das transformações estruturais da sociedade brasileira. O golpe militar de 1964 marca uma ruptura com o passado. Furtado torna-se mais pessimista quanto à possibilidade do país desenvolver-se. A construção da nação parecia interrompida. Nessa fase, Furtado dedica-se a refletir sobre as razões do fracasso das reformas e abre seu leque de interesses para outros temas. De volta ao Brasil nos anos 1980, retoma a partir de uma abordagem estruturalista os temas da soberania nacional e da necessidade de um desenvolvimento “autocentrado”. Ao mesmo tempo, Furtado preocupa-se cada vez mais com as transformações em curso na economia mundial lideradas pelas grandes empresas, que acabariam desembocando na chamada globalização, que tendia a colocar em questão as economias nacionais e, portanto, a tornar muito mais complexo o processo de construção da nação e os caminhos do desenvolvimento.

Francisco Luiz Corsi¹

José Marangoni Camargo²

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e professor da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp - *campus* de Marília.

² Doutor em Economia pela Unicamp e professor da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp - *campus* de Marília.

A FORMAÇÃO INTELECTUAL DE CELSO FURTADO

Marina Gusmão de Mendonça¹

No momento em que se completam dois anos da morte de Celso Furtado, e coincidindo com o fim de uma campanha eleitoral marcada pela ausência de discussões e propostas para o desenvolvimento brasileiro, uma reflexão sobre a obra de nosso maior economista e um dos mais fecundos intelectuais brasileiros torna-se absolutamente necessária.

Celso Furtado foi, com certeza, o economista mais influente de sua época e sua originalidade está, principalmente, no fato de que:

Traz para o Brasil a crítica da CEPAL à teoria neoclássica sobre o desenvolvimento e, em especial, a crítica da lei das vantagens comparativas do comércio internacional, faz a análise do modelo primário-exportador e, mais genericamente, do subdesenvolvimento brasileiro, e propõe a industrialização via substituição de importações e planejamento econômico. (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 6).

¹ Bacharel em História e em Direito pela Universidade de São Paulo; Mestre e Doutora em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Professora Titular de Formação Econômica do Brasil e Formação Econômica da América Latina na Faculdade de Economia e Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP); autora de *O demolidor de presidentes* (Editora Códex), *Progresso e autoritarismo no Brasil* (Editora Pensieri) e de *Formação econômica do Brasil* (Editora Thomson), este último em colaboração com Marcos Cordeiro Pires; tem no prelo o livro *Histórias da África* (Editora Conex).

E foi exatamente por pensar sobre a economia brasileira fora dos padrões estabelecidos pela teoria neoclássica que Celso Furtado pôde criar uma obra inteiramente original, a qual levaria, segundo Vieira (2004/2005, p. 16), à fundação:

De uma verdadeira escola econômica, o estruturalismo, na qual se filiam, a partir de vieses distintos, mas não antagônicos, os mais destacados economistas brasileiros de hoje, a exemplo de Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, José Luiz Fiori, Wilson Cano, Luiz Gonzaga Beluzzo, entre outros.

Como bem ressaltaram Constantino Mendes e Joanílio Teixeira,

Furtado enquadra-se no tipo de analista mencionado por Dobb, para o qual as questões fundamentais do desenvolvimento econômico serão respondidas se forem ultrapassados os limites do tipo tradicional e limitado de análise econômica, cujo realismo é sacrificado à generalidade, e desde que seja abolida a fronteira entre o que é moda rotular como ‘fatores econômicos’ e como ‘fatores sociais’. Sua abordagem teórica pode ser avaliada em três etapas: a primeira, construída a partir da década de 1940, analisa o subdesenvolvimento de um ponto de vista mais teórico; a segunda, dos anos 1950 aos 1970, considera aspectos sócio-econômicos e políticos, influenciados por suas experiências políticas; e a terceira, nos anos 1980, com sua transição para a problemática do subdesenvolvimento no plano cultural. (MENDES; TEIXEIRA, 2004, p. 8).

Durante toda a sua trajetória, esse grande intelectual jamais deixou de refletir sobre os grandes problemas brasileiros, fazendo da urgência do desenvolvimento e de propostas para atingi-lo o mote para uma obra extraordinária. Além disso, ele “se destaca de outros autores por ter sido um dos poucos a intervir diretamente na realidade, o que tanto seus interesses como experiência de vida permitiram.” (RICUPERO, 2005, p. 371). Dessa maneira, uma recuperação de sua formação faz-se imprescindível, não apenas pelo fato de que seu pensamento estava embasado em uma sólida experiência acadêmica e técnica, como também pelo exemplo que representa para nossos economistas e cientistas sociais.

OS PRIMEIROS ANOS

Celso Monteiro Furtado nasceu em 1920, em Pombal, interior da Paraíba. Iniciou os estudos primário e secundário em João Pessoa,

completando-os no Recife. Em 1939 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde, no ano seguinte, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, começando também a trabalhar na *Revista da Semana*. Em 1943 foi aprovado em concurso público realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), para o posto de técnico de administração, assumindo o cargo perante o Departamento do Serviço Público do Rio de Janeiro, com sede em Niterói. Em 1944, convocado para o serviço militar, cumpriu-o no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), publicando também seus dois primeiros artigos na *Revista do Serviço Público*, editada pelo DASP. No final daquele ano concluiu o curso de Direito, sendo convocado para integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e enviado para a Itália no início de 1945. Voltou ao Brasil em agosto, reassumindo o cargo no serviço público, onde permaneceu até 1946.

Nesse ano receberia o prêmio Franklin Delano Roosevelt, o primeiro de sua fecunda carreira, concedido pelo Instituto Brasil-Estados Unidos, pelo ensaio *Trajatória da democracia na América*. Também em 1946 publicaria seu primeiro livro, *Contos da vida expedicionária* (FURTADO, 1997), sobre suas experiências na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. No final daquele ano viajaria para Paris, onde se inscreveu no programa de doutorado em economia da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Sorbonne.

Conforme relatou em suas memórias, durante o inverno de 1946/1947 viajou por grande parte da Europa Central e Ocidental, “encontrando um panorama desolador”. Segundo ele,

O quadro na Alemanha era realmente tétrico, certas populações parecendo haver regredido à idade da caverna [...]. Tomara a decisão de voltar à Europa fascinado pelo inusitado da cena social e humana que aí se armara. [...] Acumulara algumas economias e considerei que o melhor presente que podia dar a mim mesmo era propiciar-me os meios para observar de perto o drama europeu. Enfim, o mundo de minha geração seria moldado pelas forças que viessem a prevalecer no processo de reconstrução da Europa. (FURTADO, 1997, p. 95-96).

A formação de economista de Celso Furtado era a de um autodidata, de resto, como a da maior parte dos economistas de sua geração. Para ele, a economia era “um instrumento para penetrar no social e no político, e avançar na compreensão da História, particularmente quando esta ainda se

exibia como presente em nossos olhos”. Ademais, como esclareceu, seu grande interesse era a planificação, não apenas pelo exemplo da União Soviética, como também porque “estava convencido de que o fascismo era uma ameaça que pairava permanentemente sobre as sociedades democráticas”. Assim, “como ignorar que as economias de mercado eram intrinsecamente instáveis e que essa instabilidade tendia a agravar-se? Era o que nos ensinava a História.” (FURTADO, 1997, p.98).

De outra parte,

como estudioso de Mannheim, estava convencido de que um amplo esforço de reconstrução institucional tornara-se indispensável, se o objetivo era preservar a liberdade do homem. Cabia prevenir as crises e neutralizar os efeitos sociais da instabilidade inerentes às economias de mercado. [...] A solução estava na introdução de uma dupla racionalidade, ao nível dos fins e dos meios, o que exigia a planificação. (FURTADO, 1997, p. 99).

OS ANOS EM PARIS

Ao chegar a Paris, Celso Furtado estabeleceu contato com o Professor Maurice Byé, que conhecera no Brasil. Byé, que era discípulo de François Perroux, um seguidor de Schumpeter, especializara-se em comércio internacional. Mas sua ótica da realidade econômica era essencialmente dinâmica, ou seja, pressupunha que o nacional e o internacional se entrelaçavam. Embora tenha sido um dos primeiros economistas a teorizar sobre os conglomerados transnacionais, na época estava interessado em retomar os contatos com os problemas econômicos brasileiros. Dessa forma, e por sua orientação, Celso Furtado se inscreveu no programa de doutorado em economia, mas, dado seu interesse por História, decidiu também se matricular no Instituto de Ciências Políticas.

A curiosidade pela realidade européia do imediato pós-guerra o levaria ainda a procurar viajar para poder observar melhor o continente. Com esse intuito, inscreveu-se no Festival Mundial da Juventude, que se realizaria em Praga, e também se integrou numa brigada francesa que trabalharia na construção de uma estrada de ferro na Bósnia. Em suas memórias, lembrou-se dessas experiências que o levaram a refletir sobre o drama da Europa na época.

Os sistemas econômicos, semidestruídos e desmantelados, pareciam empacados em ponto morto. A reconstrução avançara até onde fora necessário para assegurar a sobrevivência, mas o processo de acumulação não retomava. De onde retirar os recursos para financiar os investimentos exigidos pela vasta obra de reconstrução? A Europa ocidental se apresentava como uma imensa engrenagem avariada, operando com rendimento extremamente baixo. A situação da Alemanha ocidental era agravada pela leva de milhões de pessoas que emigravam das regiões do Leste. (FURTADO, 1997, p. 109).

Ao voltar para Paris, iniciou a pesquisa sobre a economia colonial brasileira durante o período de predomínio da produção açucareira. Por sugestão de Byé, procurou comparar a economia açucareira do Brasil com a das Antilhas francesas, que se tornou concorrente da nossa. Segundo Celso Furtado (1997, p. 113) sua

Visão internacional da formação da economia brasileira começou com esse exercício. A confrontação com a economia antilhana, em que a cana-de-açúcar (e seu complemento inevitável, o trabalho escravo) destruiu todo um sistema de pequena propriedade, instalado com grande ajuda financeira do governo francês, e impôs o latifundismo, ajudou-me a ver com mais clareza as relações entre economia e sociedade no Nordeste brasileiro.

A pesquisa, que resultou em sua tese de doutoramento, foi defendida sob o título de *L'économie coloniale brésilienne*, sob a orientação de Maurice Byé.

Durante sua permanência na França, Celso Furtado manteve grande contato com Paulo Emílio Salles Gomes, que lhe chamou a atenção para os cineclubes de Paris, onde freqüentemente as exposições eram seguidas de debates. Por outro lado, as discussões vibrantes que ocorriam nos cafés e nos corredores da universidade levaram-no a procurar aprofundar seu conhecimento sobre as duas grandes tendências filosóficas em voga naquela época na França: o existencialismo e o marxismo. Aliás, no que se refere a este último, do qual

Celso Furtado ressalta apenas a sua postura crítica, [...] é importante dizer que sua influência permeia o pensamento da época, especialmente o de inspiração terceiro-mundista. Foram poucos os intelectuais que, nos anos 50, de uma maneira ou de outra não receberam a influência do marxismo, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento da forte carga de historicidade das sociedades nacionais. (VIEIRA, 2004/2005, p. 20).

Quanto à Universidade, Furtado ficaria extremamente impressionado com o curso de economia industrial ministrado por Perroux que, na ocasião, estava desenvolvendo suas idéias sobre “pólo de crescimento” e “unidade interterritorial”, que viriam a contribuir para alterar a visão das relações econômicas internacionais. Também as aulas de Bertrand Nogaro chamaram-lhe a atenção, principalmente pelo fato de ter sido o primeiro a colocar a teoria do balanço de pagamentos no centro dos problemas monetários.

Na verdade, a própria ebulição intelectual francesa do período era um estímulo para a mente de Celso Furtado. Como ele bem assinalou em suas memórias:

As transformações que estavam em curso na época [...] eram mais profundas do que qualquer de nós suspeitava. À diferença do que ocorrera na Inglaterra, a guerra provocava na França ampla renovação das elites. Emergia uma geração nova de dirigentes, tanto na esfera pública como na privada, que logo se aperceberia de que o quadro internacional do pós-guerra pouco teria a ver com o passado. Compreenderam a necessidade de reconstruir em novas bases o Estado, a que caberia o papel de monitorar a economia, inclusive em busca de nova inserção internacional. [...] A economia francesa teria de abandonar sua situação de semi-isolamento e conúbio com o mundo colonial, para integrar-se na corrente dominante agora comandada pelos Estados Unidos. (FURTADO, 1997, p. 124).

O RETORNO AO BRASIL

Celso Furtado retornaria ao Brasil no segundo semestre de 1948, e as transformações havidas nos dois últimos anos o impressionaram muitíssimo. Como assinalou Bernardo Ricupero, até meados da década de 1940 o Estado era considerado como um domínio do pensamento autoritário.

Autores como Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral argumentavam que caberia ao Estado organizar a sociedade. Com o regime autoritário do Estado Novo implantado em 1937, esses autores vieram a ter particular influência. A própria trajetória de Furtado foi impulsionada pelas novas condições do país, em que o planejamento e a ação do Estado na economia passaram a ter papel central. (RICUPERO, 2005, p. 375).

No entanto, conforme lembrou o próprio Furtado, o fim do Estado Novo, em 1945, tivera “o efeito libertador de uma catarse”, pois

Após longo período de autoritarismo, o brasileiro reaprendia a fazer política e retomava o gosto de andar de cabeça erguida. Ter participado diretamente da luta mundial contra a barbárie fascista dava-nos a sensação de que agora saberíamos defender nossos próprios direitos. [...] Estava na ordem do dia acreditar no Brasil.(FURTADO, 1997, p. 127-128).

Todavia, o quadro mudou rapidamente, e

As ilusões sobre uma rápida reconstrução da economia tiveram que ser abandonadas. Em face do clima de insegurança criado pelos desequilíbrios interno e externo, os investimentos privados se concentravam na especulação imobiliária. [...] Em razão das deslocamentos que sofrera a economia internacional, do enorme atraso dos investimentos infra-estruturais e do baixo nível de poupança interna, o Brasil não reunia as condições mínimas necessárias para poder encetar uma política de desenvolvimento. [...] A inflação se mantinha tão intensa quanto no período da guerra [...] Crescia, em conseqüência, a intranqüilidade social. (FURTADO, 1997, p.128-129).

As soluções buscadas pelo governo brasileiro perante as autoridades americanas não tiveram resposta. Entretanto, em setembro de 1948, uma missão chefiada por John Abbink, que embora fosse representante de empresas privadas ostentava o título de embaixador, foi recebida com grande entusiasmo pelos meios de comunicação, e o governo logo organizou uma comissão local para servir de contraponto aos técnicos americanos. A Missão Abbink limitou-se a constatar o quadro calamitoso da economia e recomendar a implantação do Plano SALTE, mas frisava que o mais importante era o equilíbrio externo, apoiando os controles das importações para liberar recursos para pagamento dos atrasados comerciais. Celso Furtado pôde acompanhar os debates sobre a Missão Abbink da redação da revista *Conjuntura Econômica*, na qual passara a trabalhar por ocasião de seu retorno da Europa. A publicação era dirigida por Richard Lewinsohn e editada pela Fundação Getúlio Vargas.

A EXPERIÊNCIA NA CEPAL

Pouco tempo depois, Celso Furtado foi convidado para integrar a equipe da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão

criado pela ONU e que estava se instalando em Santiago do Chile. Lá, foi incorporado ao grupo de estudos de economia industrial, chefiado por Milic Kybal. No entanto, e como a CEPAL ainda estivesse em fase de instalação, a equipe era muito pequena, sendo formada basicamente por Furtado, pelo boliviano Jorge Alcázar, o salvadorenho Francisco Aquino, o peruano Jorge Rose, os argentinos Raúl Rey Alvarez e Alizón Garcia, o chileno Bruno Leuschner e o cubano Regino Boti. Todos teriam que levantar dados para a preparação de uma análise de conjunto sobre a economia latino-americana, a ser apresentada na conferência de Havana, em maio de 1949.

Logo que chegou a Santiago, Furtado foi encarregado de esboçar uma análise sobre a situação habitacional e de saneamento do continente, ficando extremamente impressionado com a precariedade das condições de vida das massas urbanas latino-americanas. Porém, o que mais lhe chamou a atenção foi a constatação do atraso brasileiro em relação ao restante da América Latina. Segundo ele, a indagação sobre as razões desse atraso se transformaria numa verdadeira obsessão durante vários anos.

Em fevereiro de 1949, chegou a Santiago o argentino Raúl Prebisch, na época o único economista latino-americano de renome internacional. Prebisch havia sido o criador e, depois, dirigente do Banco Central da Argentina, e sua atuação no enfrentamento da crise de 1938 recebera diversos elogios. Sua incumbência era a de elaborar, como consultor, um estudo sobre a situação econômica da América Latina. Assim, no final de março, divulgou um primeiro texto sobre os desequilíbrios dos balanços de pagamentos, analisados a partir da acumulação de reservas nas economias dominantes, por ele consideradas “centro principal”. Daí apresentava os princípios de uma política anticíclica para as nações “periféricas”, ou seja, os países latino-americanos. Para ele, esse desequilíbrio externo estava diretamente vinculado ao que chamava de “limites da industrialização”, acrescentando reflexões sobre a questão da inflação e das políticas de controle cambial.

No entanto, esse primeiro texto de Prebisch acabou recolhido sem maiores explicações, e um novo não circulou para discussão, chegando pronto pouco antes do embarque para Havana. De acordo com Furtado, dessa vez, o que havia era um verdadeiro manifesto, em que Prebisch conclamava os países latino-americanos a lutarem pela industrialização.

O texto não comportava propriamente uma crítica à teoria clássica (ou neoclássica) do comércio internacional. Seu objeto de ataque era o sistema real de divisão internacional do trabalho, que vinha conduzindo historicamente à concentração da renda em benefício dos centros industrializados. Afirmava-se que a legitimidade desse sistema fundava-se na tese de que os frutos do progresso técnico tenderiam a 'repartir-se com equanimidade' entre os países que participassem do intercâmbio. Ora, aí estavam os dados demonstrando o contrário, pois a relação de trocas evoluía persistentemente contra os países da periferia. [...] Para escapar aos constrangimentos da ordem internacional existente, os países periféricos tinham de adotar a via da industrialização, caminho real de acesso aos frutos do progresso técnico. (FURTADO, 1997, p. 154-155).

Diante da inovação que representavam essas idéias, Celso Furtado pediu licença a Prebisch para traduzir o texto para o português e publicá-lo na *Revista Brasileira de Economia*, dirigida por Eugênio Gudín. Para isso, veio ao Brasil, de onde retornou para Santiago com grande quantidade de material sobre nosso país. Seu objetivo agora era estudar a economia brasileira para tentar desvendar as causas reais de seu atraso. Estava convencido de que essas causas seriam encontradas na História, ou seja, nas particularidades da formação nacional. O resultado foi um ensaio publicado em março de 1950 na *Revista Brasileira de Economia*, no qual o autor introduzia inovações metodológicas, tais como o conceito de "poder de compra do país no exterior", o qual seria adotado pelos estudos da CEPAL sob a denominação de "capacidade para importar".

As repercussões do texto de Prebisch por toda a América Latina levaram a um convite para que permanecesse na CEPAL, com a função de dirigir um centro de pesquisas. Juntamente com outros quatro economistas, Celso Furtado foi convidado a participar desse centro, cuja tarefa inicial seria a preparação de um estudo anual acerca da economia latino-americana, com base nos dados sobre as quatro maiores economias do continente, ou seja, Brasil, Argentina, México e Chile.

Logo após a Conferência da CEPAL realizada em Montevideu, em maio de 1950, Prebisch assumiu o cargo de secretário executivo da instituição. Para a função de secretário substituto foi nomeado o norte-americano Louis Swenson. No ano seguinte, Furtado foi enviado aos Estados Unidos para participar de um seminário organizado pela Universidade de Chicago. Lá, ele teve a oportunidade de manter contatos,

entre outros, com Vassily Leontieff, Walt Rostow, Bert Hoselitz, Theodore Schultz, E. J. Hamilton, e Melville Herskovits. Esses contatos permitiram a ele perceber os avanços de diversas áreas nas temáticas relacionadas com a questão do desenvolvimento.

No campo propriamente da economia, as coisas iam mais devagar. [...] O pesado corpo da ciência econômica, concebido para funcionar em um universo onde a dimensão tempo inexistia, oferecia grande resistência. Mas a fortaleza estava sob assédio. Em torno dela pipocavam idéias novas vindas da história econômica, da demografia, da antropologia, da sociologia, da história da ciência e das técnicas. Em pouco tempo mais, cristalizaria o paradigma do desenvolvimento [...]. Ao ganhar nitidez esse paradigma, impor-se-ia a necessidade de romper fronteiras e buscar a interdisciplinaridade, de afrouxar as camisas-de-força do funcionalismo, de recolocar o problema epistemológico da relação entre fins e meios nas ciências sociais. (FURTADO, 1997, p. 197).

Diante da penetração das idéias desenvolvidas pela CEPAL em diversos países latino-americanos, principalmente no Brasil e no Chile, a reação norte-americana não tardaria. Para os Estados Unidos, a CEPAL não passava de uma instituição que atropelava as funções da Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede em Washington, e extremamente dócil aos interesses daquele país. Dessa maneira, o Departamento de Estado norte-americano procurou influenciar as chancelarias latino-americanas para que recomendassem ao Conselho Econômico e Social da ONU o encerramento das atividades da CEPAL. O embate se daria durante a Conferência do órgão na Cidade do México, em maio de 1951. Acabou vencendo a posição dos que defendiam a manutenção da CEPAL, principalmente pelo apoio firme da delegação brasileira.

Quando a conferência terminou, Furtado pediu a Prebisch que fossem incluídos nos quadros da CEPAL pesquisadores de outras áreas das ciências sociais, o que foi prontamente aceito. Dessa forma, incorporou-se ao grupo o sociólogo espanhol José Medina Echevarria. Posteriormente, também ingressaram os economistas Juan Noyola Vasquez, mexicano, e Alexandre Ganz, norte-americano. As discussões passariam a ter como foco principal a questão do planejamento econômico. Por outro lado, seria criado um programa de treinamento em questões de desenvolvimento econômico, dirigido por Jorge Ahumada, cujo objetivo era formar especialistas nessa área.

Nessa ocasião, o Brasil se tornara um centro de debates sobre a questão do desenvolvimento. De um lado, estavam os grupos liderados por Eugênio Gudin, que trataram de empreender uma verdadeira cruzada contra as idéias da CEPAL, no que foram reforçados por uma série de conferências, proferidas na Fundação Getúlio Vargas pelo Professor Jacob Viner, da Universidade Princeton, em que ele fez uma acerba defesa da ortodoxia econômica. Porém, no ano seguinte, a visita do Professor Ragnar Nurkse, da Universidade Columbia, traria novos ares para a discussão sobre o desenvolvimento. A respeito das idéias de Nurkse, Celso Furtado faria uma série de comentários, finalmente condensados num artigo publicado pela *Revista Brasileira de Economia*, em 1952. O trabalho seria ainda reproduzido no nº 4 do *International Economic Papers*, publicação que se destinava a divulgar textos teóricos produzidos em língua estrangeira, e, depois, incorporado ao livro *A economia brasileira*, editado em 1954.

Nesse livro, Furtado analisava as categorias do processo histórico de desenvolvimento econômico, a estrutura e a crise da economia colonial, bem como os problemas do crescimento recente do país. Uma de suas principais contribuições seria a formulação da teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento na ciência econômica.

DE NOVO NO BRASIL

Celso Furtado estabeleceu-se novamente no Brasil no início de 1953 e, a convite de Roberto Campos, aceitou colaborar nos trabalhos da recém-criada Comissão Mista CEPAL-BNDE. Nessa ocasião, preparava-se para participar da próxima Conferência da CEPAL, em maio do mesmo ano, a ser realizada em Petrópolis, e onde seria apresentado o texto *Técnica de planificação*. Todavia, o quadro de crise política do país acabaria por desviar as atenções da conferência.

Isso, contudo, não impediu que os debates se transferissem para os jornais, com a publicação, pelo *Correio da Manhã*, de vários artigos de Gudin contra a *Técnica de planificação*. Prebisch respondeu também com uma série de artigos, divulgados pelo *Diário de Notícias*, sob o título de *A mística do equilíbrio espontâneo da economia*. Ao mesmo tempo, Octavio Gouveia de Bulhões trazia a público um texto, no *Jornal do Comércio*, com o título de *A programação do desenvolvimento econômico*, em que defendia a tese de que somente

pela estabilidade econômica o desenvolvimento seria alcançado. Sobre o verdadeiro cerne desse debate, diria Celso Furtado (1997, p. 277):

Em um país como o nosso, o discurso político é sempre tributário de fórmulas moldadas no exterior. O desenvolvimento material é quase necessariamente imitativo, dado que os empresários industriais têm à sua disposição processos produtivos comprovados pela experiência de economias mais adiantadas, entre os quais faz a sua escolha. Mas a problemática do desenvolvimento abarca todo o processo social e político, razão pela qual a política de desenvolvimento terá que ser inventada localmente.

De qualquer forma, e dada sua experiência na CEPAL, Furtado seria convidado pelo Coronel Jurandir Bizarria Mamede para fazer uma série de conferências sobre planificação na Escola Superior de Guerra (ESG) que, na época, vinha adquirindo grande importância nos meios militares. Isso, contudo, não o impediu de estabelecer contatos com vários intelectuais no Rio de Janeiro, entre os quais destacavam-se Anísio Teixeira, Oswald de Andrade, Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Paulo Rónai, Otto Maria Carpeaux e Hélio Jaguaribe.

É preciso notar que, em torno deste último seria formado um grupo de debates sobre a situação do país, o qual, posteriormente, se transformaria no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Jaguaribe estava extremamente preocupado com o momento que vivia o país e com os riscos representados pelo golpismo da direita e pela falta de preparo da esquerda. Dessa forma, convidou Celso Furtado para proferir uma série de conferências no ISEB.

Esta foi, segundo Furtado, uma oportunidade para organizar reflexões sobre o processo de desenvolvimento a partir de uma perspectiva histórica.

Preocupava-me, então, encontrar formas metodológicas que permitissem conjugar os recursos da história e da análise. Sem haver tomado conhecimento dos trabalhos da *École des Annales*, eu buscava, na mesma época, o entrosamento da história com as ciências sociais, partindo destas últimas, enquanto os membros dessa escola partiam da primeira. Não se tratava, para mim, de 'explicar' a História, deslizando para formas de reducionismo em que haviam caído Marx e tantos outros pensadores do século XIX. O que tinha em vista era iluminar áreas pouco visíveis, aumentar a percepção da História, fazendo apelo aos recursos das ciências sociais, particularmente à economia. (FURTADO, 1997, p. 284).

Essas reflexões, uma vez sistematizadas, dariam origem ao livro *A economia brasileira*, dedicado a Prebisch, e cuja linha de análise se opunha frontalmente à orientação ortodoxa preconizada pela Fundação Getúlio Vargas. Ao mesmo tempo, Furtado decidiu criar uma sociedade civil destinada a veicular essas idéias. Assim nasceu o Clube dos Economistas, cuja primeira tarefa seria editar a *Revista Econômica Brasileira*, dirigida por ele mesmo e por Américo Barbosa de Oliveira, Eduardo Sobral e Sidney Latini. Os participantes, na maioria, eram economistas vinculados a instituições governamentais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), o Banco do Brasil, o DASP, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Fazenda. A revista representou um marco na divulgação de um pensamento que, na época, era considerado heterodoxo, progressista ou mesmo de esquerda.

Furtado voltaria à Europa em outubro de 1955, com o objetivo de acompanhar o processo de modernização do Estado francês em vista da constatação do seu atraso econômico. Conforme assinalou,

Os processos econômicos são cumulativos, [...] alternando-se fases de aceleração e de desaceleração. Os que ficam atrás, no desenvolvimento do capitalismo, quaisquer que sejam as razões históricas, passaram a ser estruturalmente diversos, dependentes tecnologicamente. Daí que lhes seja tão difícil recuperar o atraso. Para modificar essa situação, é necessário romper o círculo vicioso engendrado pelas 'regras do jogo', o que requer alguma forma de voluntarismo político. A ameaça externa, como no caso do Japão da restauração Meiji, ou simplesmente a consciência do declínio, como foi o caso da França depois da ocupação alemã, operaram como catalisadores da vontade coletiva que serviria de alavanca para reduzir o atraso. É para instrumentalizar essa vontade coletiva que se faz necessário redefinir as funções do Estado. Entre nós, à semelhança do ocorrido em outros países da América Latina, cristalizou-se no espírito público a grande aspiração do desenvolvimento, mas não se chegara sequer a compreender que isso exigia atribuir novas funções ao Estado e submetê-lo a maior controle social, pois são os segmentos majoritários da sociedade os verdadeiros beneficiários do desenvolvimento. Continuava a prevalecer a ideologia liberal que contrapunha a ação empresarial do Estado à iniciativa privada. (FURTADO, 1997, p. 297-298).

No entanto, desde 1954 verificava-se uma contra-ofensiva monetarista para fazer frente às teses desenvolvidas pela CEPAL. Esse movimento começou no próprio Chile, cujo governo contratou uma firma

privada para assessorá-lo em questões de política econômica. No ano seguinte, com a queda de Perón, na Argentina, Prebisch aceitou colaborar com a junta militar que se instaurou naquele país, mantendo, contudo, seu *status* de funcionário internacional. Celso Furtado criticaria as posições de Prebisch nas discussões realizadas na CEPAL, principalmente no que diz respeito à aplicação do conceito de inflação de custos ligada à pressão salarial nas economias subdesenvolvidas. Esse debate, aliado às posições de Prebisch em face da situação Argentina, reforçaria o grupo que, na CEPAL, procurava impor uma nova orientação à instituição. Dessa forma, acirrou-se a disputa entre monetaristas e estruturalistas, enfraquecendo-se a posição de Prebisch dentro do órgão.

Por outro lado, e diante das repercussões negativas provocadas pela publicação de *A economia brasileira* na sede da ONU, em Nova York, Celso Furtado decidiu aceitar a direção de um grupo de trabalho sobre a situação econômica do México, do qual também participariam Oscar Soberón, Osvaldo Sunkel e Juan Noyola. Este último daria uma contribuição notável para a análise dos fenômenos inflacionários em economias subdesenvolvidas, introduzindo a diferença entre pressões inflacionárias e mecanismos de propagação da inflação. De acordo com Furtado (1997, p. 306-307),

As primeiras são rigidezes estruturais, característica do subdesenvolvimento, que vão desde a composição das importações geradoras da vulnerabilidade externa até a estrutura agrária, responsável pela inelasticidade da oferta de alimentos no mercado interno. A essas causas básicas adicionam-se outras, circunstanciais, como uma perda de colheita, que servem de detonador do processo de elevação de preços. As segundas são a parte visível do processo inflacionário. Com efeito, toda pressão inflacionária tende a propagar-se pelos distintos canais dos fluxos monetários, que constituem seu mecanismo de propagação.

A EXPERIÊNCIA NA INGLATERRA

No México, Celso Furtado teve oportunidade de conhecer Nicholas Kaldor, que o convidou para passar um ano no King's College, em Cambridge, na Inglaterra. O convite foi aceito imediatamente, e lá ele pôde estabelecer contato com grandes economistas de renome internacional, como Piero Sraffa, A. K. Sem, Piero Garegnani, J. E. Meade e Joan Robinson. Mas a grande preocupação de Furtado continuava a ser a realidade brasileira, e a releitura de *História econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, o levou a pensar

na possibilidade de elaboração de um modelo da economia açucareira de meados do século XVII. A pesquisa daria origem à sua obra mais conhecida, *Formação econômica do Brasil*, escrita entre final de 1957 e início de 1958. Como lembrou o próprio Furtado (1997, p. 331-332),

O método era o mesmo que utilizara em trabalhos anteriores: aproximar a História (visão global) da análise econômica, extrair desta perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História. Diante de um tema tão vasto como era a formação da economia brasileira, sabia que seria difícil manter o mesmo nível de abstração ou grau de generalidade, razão pela qual inclinei-me a pintar um vasto afresco, onde cada segmento estruturado teria o valor de uma sugestão, de um convite para que o leitor continuasse pensando com sua própria cabeça. O importante era estimular outras pessoas a aprofundarem a investigação. O livro seria uma coleção de hipóteses com demonstrações apenas iniciadas ou sugeridas. Os detalhes historiográficos seriam praticamente omitidos.

A experiência em Cambridge marcaria definitivamente a formação intelectual de Celso Furtado. De fato, além de produzir *Formação econômica do Brasil*, lá ele teve oportunidade de participar de intensos debates, que o levaram a refletir profundamente não apenas sobre o próprio campo de trabalho dos economistas, como também sobre a vinculação entre a atividade intelectual e a militância política. Segundo Furtado (1997, p. 358-359),

A lição era clara: o trabalho de teorização em ciências sociais é em certa medida uma prolongação da política. Essas reflexões levaram-me a modificar a visão que tinha do trabalho teórico, e induziram-me a alterar meus planos para o futuro, no sentido de valorizar a atividade política. Inclinei-me a pensar que ter escrito um livro como *Formação econômica do Brasil*, que poderia ajudar a nova geração a captar a realidade do país e identificar os verdadeiros problemas deste, representara o melhor emprego de meu tempo. Concluíra-o apontando para os dois desafios enfrentados no futuro imediato: completar a industrialização e deter o processo de crescentes disparidades regionais. Como nordestino, cabia-me prioritariamente dar uma contribuição na segunda dessas frentes de luta. Dessa vez, eu voltava para o Brasil com um projeto definido.

A VOLTA AO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Celso Furtado voltaria ao Brasil em 1958, sendo convidado por Cleanto de Paiva Leite, diretor do BNDE, para integrar a diretoria do órgão. No entanto, para aceitar, Furtado impôs como condição a dedicação

exclusiva aos problemas do Nordeste. Logo a seguir foi nomeado pelo Presidente Juscelino Kubitschek interventor no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Em 1959, diante da grave crise provocada pela seca na região, JK convocou uma reunião para discutir propostas de solução. Furtado apresentou os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo GTDN, sendo incumbido de elaborar um plano de política econômica para a região. O resultado foi um documento intitulado *Uma política para o desenvolvimento do Nordeste*, no qual propunha a reformulação das diretrizes de aproveitamento dos solos e águas no semi-árido, a abertura de frentes de colonização, o incentivo à industrialização e soluções para o problema do fornecimento de energia elétrica. Sugeriu ainda a reorganização da economia do semi-árido, com a redução da agricultura de subsistência, a ampliação do número de trabalhadores assalariados, aumento da integração das unidades produtivas ao mercado, dinamização da pecuária e determinação do tamanho da unidade típica de produção segundo parâmetros ecológicos. A execução do plano ficaria a cargo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), constituído por representantes do governo federal e por governadores da região, sendo Furtado nomeado secretário executivo. O trabalho se transformou ainda no livro *A operação Nordeste*, publicado em 1959.

Pouco depois, JK convocou nova reunião, na qual Celso Furtado apresentou a idéia de transformar o CODENO numa instituição mais atuante, o que daria origem à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada como meta especial do governo Kubitschek, e da qual Furtado seria o primeiro superintendente. A experiência acabaria por levar à publicação do livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, no qual, além de abordar temas teóricos, analisava os problemas específicos dos países subdesenvolvidos, como a dependência externa, os desequilíbrios regionais e a inflação.

Furtado continuou no cargo até o início de 1963. Com o resultado do plebiscito de janeiro daquele ano, que determinou o retorno do sistema presidencialista e a retomada dos poderes executivos por João Goulart, ele foi nomeado Ministro Extraordinário do Planejamento e encarregado de pôr em prática o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico, elaborado no ano anterior, e cujo principal objetivo era a adoção de uma política antiinflacionária que pudesse, concomitantemente, garantir a

retomada do desenvolvimento. Para tanto, propunha a realização de diversas reformas econômico-institucionais, entre as quais se destacava o enfrentamento da questão agrária.

De fato, diferentemente da ortodoxia, a política antiinflacionária do Plano Trienal previa:

a) manutenção de uma elevada taxa de crescimento do Produto; b) redução progressiva da pressão inflacionária; c) redução do custo social presente do desenvolvimento e melhor distribuição de seus frutos; d) redução das desigualdades regionais de níveis de vida. (IANNI, 1971, p. 207).

É preciso salientar que a execução de um programa dessa envergadura, voltado para o aprofundamento do processo de substituição de importações, exigiria modificações estruturais na economia brasileira, dentre elas a que mais horror provocava nos setores agrários tradicionais: a reforma agrária. Assim, e apesar do empenho do governo em realizar as reformas previstas no Plano Trienal, sua execução acabaria por se inviabilizar ainda durante o primeiro semestre de 1963, uma vez que tanto a direita como a esquerda se mostraram intransigentes em relação a algumas medidas antiinflacionárias.

A derrota do Plano Trienal levou Celso Furtado a voltar à SUDENE. Todavia, a crise política continuaria a se agravar, culminando, como se sabe, no golpe militar de 1964. Diante desse fato, Furtado deixou a SUDENE, sendo substituído por João Gonçalves de Sousa. Logo depois, teve seus direitos políticos cassados. Exilou-se no Chile e, no segundo semestre de 1964, mudou-se para os Estados Unidos, onde assumiu o cargo de pesquisador graduado do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Yale. Posteriormente, foi professor nas Universidades Harvard e Columbia, também nos Estados Unidos, Cambridge, na Inglaterra, e Sorbonne, na França, onde assumiu a cátedra de professor de Desenvolvimento Econômico na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris. Voltaria ao Brasil somente em 1979, com a decretação da anistia. Nesse tempo todo, jamais abandonou suas preocupações com o desenvolvimento.

A importância intelectual de Celso Furtado foi resumida por Ricardo Bielschowsky, para quem ele

Foi o grande economista da corrente desenvolvimentista de tendência nacionalista no Brasil. Co-autor das teses estruturalistas, aplicou-as ao caso brasileiro e divulgou-as no país com grande competência, dando consistência analítica e garantindo unidade mínima ao pensamento econômico de parcela significativa dos técnicos governamentais engajados no projeto de industrialização brasileira. Seu fôlego inesgotável e sua admirável capacidade de combinar criação intelectual e esforço executivo, assim como sua habilidade e senso de oportunidade para abrir espaço às tarefas desenvolvimentistas que propagava, explicam a grande liderança que exerceu entre os economistas da época. Tornou-se, indiscutivelmente, uma espécie de símbolo da esperança desenvolvimentista brasileira dos anos 50. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 132).

Quanto aos autores que marcaram sua formação intelectual, não há dúvida de que Raúl Prebisch foi o grande mentor.

Prebisch foi um homem público que negou seu passado ortodoxo diante das atrocidades causadas pelo mercado durante os anos 30. Além de Prebisch, J. M. Keynes foi outro grande autor a influenciá-lo. Com Marx, por intermédio de Karl Mannheim, o homem da sociologia do conhecimento, Furtado despertou interesse pela história enquanto processo. Podemos ainda citar Friedrich List, precursor da Escola Histórica Alemã, crítico da universalização da Escola Clássica e defensor do protecionismo como cimento para construção da nação; François Perroux, seu professor em Paris e formulador da teoria sobre pólo de desenvolvimento; Gunnar Myrdal e Joan Robinson. Cabe destacar que para entender a formação econômica do Brasil, Furtado foi iluminado pelos clássicos da 'geração de trinta': Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O que Furtado tem em comum com eles é a lógica das transformações estruturais da sociedade brasileira que marca profundamente nossa formação cultural. [...] Portanto, a força do pensamento de Furtado está na conjugação entre a CEPAL e o pensamento social brasileiro. (GOULARTI FILHO, 1999, p. 125).

Mas não apenas isso. Na verdade,

Furtado e Prebisch contribuíram, juntamente com outros teóricos como Samir Amin, Arghiri Emmanuel e o norte-americano André Gunder Frank, para demonstrar que o subdesenvolvimento, característica dos países do Terceiro Mundo, não pode ser considerado como mero atraso do desenvolvimento do capitalismo tardio. O subdesenvolvimento é uma consequência da forma como se processou a exploração da periferia pelo centro (países desenvolvidos), cujas raízes se encontram no choque ocorrido entre dois tipos de sociedade e de economias. (GADELHA, 2004, p. 216).

Para finalizar, e nesse momento em que a idéia de desenvolvimento foi totalmente esquecida, e que a teoria econômica parece engessada em princípios ortodoxos de estabilidade, os quais somente favorecem ao mercado financeiro, deve-se salientar um último aspecto, referente ao fato de que:

A morte de Celso Furtado não produzirá o consenso em torno de suas idéias, muito menos em torno das suas concepções acerca do subdesenvolvimento e das formas de sua superação. Essas questões vão além do puro embate acadêmico: elas se situam no campo da política, portanto, das lutas entre as forças que desejam superar e as que desejam manter a posição do país no mercado mundial capitalista.” (VIEIRA, 2004, p. 16).

REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, M. R. (Org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- FURTADO, C. Contos da vida expedicionária. In: _____. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 1.
- _____. A fantasia organizada. In: _____. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 1.
- GADELHA, R. M. A. F. Pensamento hegemônico versus emancipação: repensando a atualidade de Celso Furtado. *Pesquisa e Debate*, São Paulo, v. 15, n.2(26), p.209-224, 2004.
- GOULARTI FILHO, A. O pensamento de Celso Furtado: crenças e desilusões. *Economia*, Curitiba, p.123-137, 1999.
- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MENDES, C. C.; TEIXEIRA, J. R. *Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado*. Brasília: IPEA, 2004.
- RICUPERO, B. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n. 53, p.371-377, 2005.
- VIEIRA, F. L. R. Celso Furtado, pensador do Brasil. *Conceitos*, p.15-26, jul.2004/jul. 2005.

A VITALIDADE DA OBRA DE CELSO FURTADO: O CASO DE “FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL”

Marcos Cordeiro Pires¹

INTRODUÇÃO

Celso Furtado foi o maior economista brasileiro do século XX. Sua obra influenciou a política econômica brasileira e principalmente o debate acadêmico sobre as origens de nosso atraso político, econômico e cultural. Além disso, sua obra mais famosa, “Formação Econômica do Brasil” tornou-se indispensável para se conhecer a fundo os aspectos econômicos de nossa estrutura econômica e como a criação da colônia, com sua organização social e suas características produtivas, acabou por influenciar o destino do Brasil por cinco séculos. Não obstante, Formação Econômica do Brasil tornou-se disciplina obrigatória na preparação dos estudantes de economia do país.

Quando se depara com a obra seminal de Furtado, encontramos um acadêmico com uma forte visão humanista, que mescla brilhantemente em sua análise conceitos historiográficos, sociológicos, além é claro dos conceitos da economia política. Análises como a origem do atraso latino-

¹ Doutor em História Econômica. FFLCH-USP. Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp – *campus* de Marília.

americano e da prosperidade da América do Norte, ou uma explicação keynesiana do impacto da compra e queima de café nos anos (19)30 pelo governo Vargas são exemplos deste brilho. Furtado já era “multidisciplinar” antes que este adjetivo ganhasse a importância que assumiu hoje em dia.

No entanto, por conta da hegemonia de escolas de pensamentos liberais, a capacidade crítica dos economistas está sendo relegada ao segundo plano devido a um tecnicismo utilitarista, evidenciado no processo de seleção de pós-graduandos em economia no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia-ANPEC. Apesar de se atribuir, entre as correntes ligadas “às forças de mercado”, grande importância a uma formação abrangente e generalista, são nulos os pesos atribuídos aos conhecimentos de história econômica, economia política e história do pensamento econômico. Resultado disso é uma Ciência Econômica altista, que procura manipular a realidade por meio de uma dúzia de conceitos, com vistas à exclusivamente manter o *status quo*. De fato, tal postura visa restringir o avanço das forças produtivas da sociedade e, conseqüentemente, impedir a melhoria do padrão de vida das pessoas comuns.

O presente artigo, decorrente de minha apresentação na X Jornada de Ciências Sociais – Estudos sobre Celso Furtado, está estruturado em duas partes. Na primeira procura discutir sobre o “modelo ideal” de economista no atual estado do pensamento econômico brasileiro e como ele está eivado de certo dogmatismo liberal, o que em essência é o antípoda de Furtado. Na segunda parte, será analisada a obra clássica de Furtado, “Formação Econômica do Brasil”, como um exemplo da riqueza de um pensamento se que se situa além dos dogmas do “*mainstream*”.

1 O ECONOMISTA BRASILEIRO MAIS INFLUENTE NO MUNDO

Ao me deparar com um estudo elaborado pela Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, “Avaliando Pesquisadores e Departamentos de Economia no Brasil a partir de Citações Internacionais” (ISSELER; FERREIRA, 2006), fiquei bastante perplexo por verificar que o Dr. Aloísio Pessoa de Araújo é, segundo o artigo, o economista brasileiro mais influente no meio acadêmico internacional, por possuir o maior número de citações em periódicos internacionais de “primeira classe” (155 citações). A perplexidade foi ainda maior ao verificar que Celso Furtado se encontrava em quarto lugar no *ranking*, apesar de possuir 713 citações também em publicações estrangeiras, o campeão em números absolutos.

Não há o que duvidar dos resultados, uma vez que são compatíveis com os parâmetros estipulados pelos professores da FGV. O que suscita discussão é saber se efetivamente, do ponto de vista da sociedade, tais publicações privilegiadas pela pesquisa, assim como a temática com que trabalham, podem ser colocadas em patamares tão superiores quanto aos seus impactos. Nesse sentido, cabe uma pergunta, o que é mais importante para a vida social, uma reflexão e um projeto de política econômica que busque retirar uma região do atraso ou algum modelo matemático sobre impactos de uma nova lei de falências? Tal indagação não tem por objetivo hierarquizar o que é importante ou não do ponto de vista de cada pesquisador, já que tanto um projeto de desenvolvimento quanto um modelo matemático aplicado à solução de um problema prático, do ponto de vista metodológico, são legítimos. O problema em si é compreender o que está por trás de cada escolha ou cada hierarquização, tal como tratado no artigo de Isler e Ferreira.

Nota-se que o padrão de economista privilegiado pelos autores é aquele vinculado a correntes ligadas às metodologias quantitativas, que tratam de “prever” problemas econômicos, ao lidar com modelos econométricos, particularmente aqueles vinculados a interesses empresariais. Nesse processo, após se valer dos axiomas de teorias neoclássicas, montam um modelo matemático no qual encaixam algumas variáveis isoladas e, posteriormente, por meio de sofisticados programas de computador, obtém-se uma equação que consegue identificar um padrão estatístico que pode ser útil para explicar o padrão futuro. Um exemplo disso poderia ser a volatilidade estocástica no apreçamento de um ativo financeiro.

Qualquer abordagem metodológica que analise problemas econômicos que não se encaixem nessa visão é relegada pelos “Sábios do Templo”, já que são eles que controlam as chamadas revistas “Qualis A”, ou seus similares internacionais. Elas são pejorativamente denominadas de “literatura”.

Ao se privilegiar este tipo de economista, os periódicos do *mainstream* prestam sua homenagem a quem lhe é devido: o deus Mercado. Isso nos remete a John Kenneth Galbraith:

[...] no mundo econômico e em especial no universo financeiro, fazer previsões sobre o que não se sabe e sobre o que não é sabível é uma ocupação apreciada e bem paga. Pode ser a base de uma carreira bem remunerada, embora muitas vezes breve. Surgem daí avaliações

alegradamente fundamentadas a respeito das perspectivas da economia e sobre os participantes individuais e as empresas envolvidas. Homens e mulheres engajados nessa carreira acreditam saber o que não é sabido - e há quem acredite neles; admiti-se que a pesquisa cria esse conhecimento. Uma vez que a previsão é aquilo que os outros querem ouvir, aquilo que querem lucrar e aquilo que lhes dará retorno, a esperança e a necessidade encobrem a realidade. (GLABRAITH, 2004, p. 58).

A apologia e a submissão da realidade ao interesse não podem ser considerados Ciência, nem aqui nem alhures. Em oposição a isso nos apoiamos em Vieira Pinto:

A pesquisa científica é um aspecto, na verdade o momento culminante, de um processo de extrema amplitude e complexidade pelo qual o homem realiza sua suprema possibilidade essencial, a racionalidade: a possibilidade de dominar a natureza, transformá-la, adaptá-la às suas necessidade. Este processo chama-se “conhecimento”(VIEIRA PINTO, 1969, p. 13).

Talvez seja esta última palavra o cerne de nossa discussão, pois conhecimento é um bem público, fruto de determinado estágio de desenvolvimento social, que é legado por gerações e que efetivamente pode contribuir para o processo de transformação social da humanidade. Nesse sentido, quando se analisa a obra de Celso Furtado pode-se constatar sua perenidade e sua influência sobre as novas gerações, que buscam criar uma sociedade desenvolvida em aspectos humanos e materiais. Para se chegar a esse tipo de estatura intelectual, o que é preciso? Qual a matéria-prima de um pensamento criativo e corajoso? A resposta na trajetória de vida e na formação intelectual, que soube integrar ao sólido conhecimento técnico de economista as influências humanistas de seu tempo.

No entanto, para que seja feita uma discussão mais aprofundada sobre os dois modelos de economistas até aqui citados, é preciso refletir sobre as diferentes concepções de “Economia” que estão presentes no padrão “Celso Furtado” e no padrão “EPGE-FGV”. No primeiro estão presentes as tradições da Economia Política, desde Smith, Ricardo e Marx, passando por Schumpeter, Keynes e Prébisch. Noutro, a escola neoclássica de Walrás, Jevons, Marshall e os neo-neoclássicos, como Friedman e as escolas Austríaca e de Chicago. No primeiro, a noção que os fenômenos econômicos ocorrem no seio da *polis*, com as contradições e disputas entre

os membros de uma comunidade; no segundo, a crença de que os problemas econômicos se reduzem à relação a-histórica de produtores e consumidores que se encontram no mercado. Este, um espaço abstrato que só existe nos atuais livros-texto de economia. As habilidades exigidas de cada um desses padrões de economista também são variadas.

Particularmente na visão de John M. Keynes, no campo da Economia Política, o economista deve ser:

[...] matemático, historiador, estadista, filósofo [...] deve entender os símbolos e falar com palavras. Deve contemplar o particular nos termos do genérico, e tocar o abstrato e o concreto na mesma revoada de pensamento. Deve estudar o presente à luz do passado com objetivos futuros. Nenhuma parte da natureza humana ou das suas instituições deve ficar completamente fora do alcance de sua visão. Ele deve ser decidido e desinteressado com a mesma disposição; tão distante e incorruptível como um artista, e ainda assim algumas vezes tão perto da terra quanto um político. (KEYNES apud MENDES, 2001, p. 11).

Ora, do que se pode depreender da citação, as habilidades deste tipo de economista são demasiadamente complexas. Pressupõe o conhecimento da História Econômica, de Ciência Política, da Filosofia, da Matemática e da Estatística, de Lógica... ou seja, deve ser um intelectual de escol.

Para exemplificar as habilidades exigidas do segundo padrão, tomamos como exemplo as habilidades exigidas pelo processo de seleção de pós-graduandos da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia - ANPEC, que organiza uma prova em nível nacional para direcionar os jovens pesquisadores para os principais programas de pós-graduação em economia do país. A avaliação de 2007 versou os seguintes assuntos: Inglês, Economia Brasileira, Macroeconomia, Microeconomia, Matemática e Estatística. É flagrante a ausência de outros pilares na formação de um economista, como teoria do desenvolvimento, História do Pensamento Econômico, História Econômica e particularmente Formação Econômica do Brasil.

Na comparação entre os dois padrões, nota-se que um deles está manco de uma perna. Ao se privilegiar a formação de “economistas de padrão internacional” é suprimido qualquer tipo de formação que exija

uma reflexão por parte do economista quanto à realidade em que está inserido. Assim ele ficará mais à vontade em aplicar inconscientemente determinados tipos de medidas econômicas que funcionam muito bem na matriz, mas sempre insistem em falhar na filial. Mas isso não importa, pois sempre haverá a desculpa de que o “remédio” foi aplicado em doses muito pequenas para se obter o efeito desejado, como já manifestou certa vez Domingo Cavallo (2002) sobre a crise Argentina, ou mesmo, dito de outra forma, por John Williamson (KUCZNSKI; WILLIAMSON, 2003) sobre o fracasso do “Consenso de Washington” na América Latina nos anos (19)90.

Não obstante as críticas que podem ser feitas, o modelo neoclássico se estabeleceu como o padrão do ensino da economia e como referencial das políticas macroeconômicas empreendidas na maior parte dos países. O sucesso desta visão esteve associado à imposição dessa linha pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais (FMI e Banco Mundial) desde 1981. Paralelamente a isso, foi criada uma “cultura” neoclássica por meio do arregimento de jornalistas “econômicos” que passaram a formar uma opinião pública supostamente favorável às teses anti-intervencionistas, anti-desenvolvimentistas e pró-mercado e pró-estabilidade monetária. O sucesso foi viabilizado ainda pelo fechamento de todos os canais de acesso à opinião pública aos economistas críticos do *mainstream*. Tal situação descreve a imposição do chamado “pensamento único”. Contra isso se manifestaram os estudantes franceses de economia:

A maior parte de nós escolheu a economia para adquirir uma compreensão aprofundada dos fenômenos econômicos com os quais o cidadão de hoje é confrontado. Ora, o ensino tal como é ministrado – isto é, na maior parte dos casos o da teoria neoclássica ou de abordagens derivadas – geralmente não atende a essa exigência. Embora a teoria se separe legitimamente das contingências em um primeiro momento, ela raramente efetua o necessário retorno aos fatos: a parte empírica (história dos fatos, funcionamento das instituições, estudo do comportamento e das estratégias dos agentes...) é praticamente inexistente. Além disso, essa separação entre o ensino e as realidades concretas coloca necessariamente um problema de adaptação para aqueles que gostariam de se tornar úteis aos atores econômicos e sociais(OS ECONOCLASTAS, 2005).

É essa disciplina autista que é privilegiada pelas publicações especializadas nacionais e internacionais. O raciocínio crítico, as

especificidades nacionais ou regionais, as disputas entre os agentes econômicos, o jogo político, a disputa pela regulação econômica mais adequada, a reflexão sobre os impactos sociais e ambientais do crescimento econômico não são importantes, na visão da corrente hegemônica. Nesse sentido, não é só Celso Furtado que está “escanteado”, mas também Caio Prado Júnior, Roberto Simonsen, Heitor Ferreira Lima, Inácio Rangel, Maria da Conceição Tavares, Antônio Barros de Castro, Carlos Lessa... para mencionar apenas os autores nacionais.

A forma como se trava a luta entre as duas concepções de economia é muito desigual. De um lado estão os interesses estabelecidos dentro da Academia, interesses que na maior parte dos casos é materializado na forma pecuniária. Ao lado desses, o interesse do centro do poder político que são as grandes corporações industriais e financeiras e, por consequência, o monopólio do acesso aos meios de comunicação de massa. No entanto, por mais desigual que seja o debate, aqueles que possuem a certeza de suas convicções não podem se esmorecer. Este evento, a X Jornada de Ciências Sociais – Jornada de Estudos “Celso Furtado”, é um palco importante para esta batalha. A justa homenagem à obra de Furtado se junta à de outros importantes formadores do pensamento social brasileiro, como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Gilberto Freire, entre outros.

Conscientizar nossos estudantes sobre a grande contribui o de Celso Furtado ao pensamento brasileiro   uma forma de chamar aten o para uma percep o diferente da realidade, que não se restringe a taxa de juros, infla o, reservas internacionais, risco país e outros chav es que nos perturbam diariamente. Para além do mundo que fica todas as manhãs torcendo pelo “bom humor do mercado”, há um país que precisa se desenvolver, de modo a permitir que sua popula o possa realizar todas as suas possibilidades.

2 CELSO FURTADO E SUA “FORMA O ECON MICA DO BRASIL”

A  rea da economia mais depreciada pela corrente neo-neoclássica   a História Econ mica. Para uma visão de ciência econ mica similar às ciências da natureza, compreender os processos histórico-econ micos   perda de tempo ou mera “literatura”. O problema se situa numa disputa metodológica e/ou ideológica, já que os fundamentos de muitas teorias

ou “receitas” se esvaem após uma análise mais cuidadosa. Esse “poder” da História Econômica, como bem assinala Wilson do Nascimento Barbosa, deve-se ao...

seu poder metodológico para corroer fantasias. O que tornou a História Econômica fascinante foi o seu poder de [...] destruir explicações fantasiosas’. O que a tornou desagradável, indesejável até, foi este mesmo ‘poder metodológico’. Ela ‘não interessa’, numa sociedade controlada pela mídia. (BARBOSA, 1988, p. 1).

É no confronto entre a teoria e os fatos que se pode construir uma interpretação mais próxima da realidade. É aí que se encontra o problema. Quanto mais se conhece a história mais se constata que aquilo que as nações industrializadas impõem aos países subdesenvolvidos como a correta e única política econômica (liberal) não foi por eles seguidas em momento algum de suas trajetórias nacionais. Não foi sob a cartilha da “boa governança”, da estabilidade da moeda, do controle orçamentário e do respeito às patentes que Estados Unidos, Japão e Alemanha ingressaram no clube dos países industrializados.

Nós brasileiros, para compreender os problemas econômicos de nosso tempo, precisamos visitar e revisitar a nossa formação histórica. As disparidades sociais e étnicas não surgiram por obra do acaso. O atraso econômico e tecnológico também não. É na história que está nossa fraqueza, e também nela que possivelmente estará nossa fortaleza. Aparentemente, a sociedade brasileira é um amontoado de pessoas que ainda não se encontrou como nação, mas esta possibilidade não pode ser descartada. De acordo com Mendonça e Pires

Em decorrência de nossa formação histórica, quando um brasileiro olha para outro brasileiro freqüentemente *não se enxerga nesse outro*. Somos um povo, do ponto de vista étnico e cultural muito variado. Dos primitivos habitantes desta terra, muitos já desapareceram. Aos primeiros europeus de origem lusitana se juntaram outros. Pessoas de diversas nações africanas foram trazidas à força e desenraizadas de sua terra para fazer girar a engrenagem colonial. Também da Ásia vieram indivíduos em busca de trabalho e dignidade. Desses estoques étnicos, outras combinações vêm dando as cores do povo desta terra. Apesar de toda essa diversidade, algo nos une, mas o quê? Não encontraremos resposta em outro lugar a não ser em nossa própria história! (MENDONÇA; PIRES, 2002, p. 12)

Foi o que Celso Furtado fez, ao pesquisar sobre nossa formação econômica já em sua tese de doutoramento “Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII”. De acordo com ele,

Foi a elaboração desta tese de doutorado defendida na Sorbonne em 1948 que me levou a descobrir a importância da análise econômica para apreender a lógica da realidade social de países – caso do Brasil – que se originaram de operações comerciais. Com efeito, a formação do Brasil não teve como ponto de partida a confrontação dos invasores portugueses com as populações autóctones. Estas foram massacradas para abrir espaço a atividades empresariais ligadas à expansão de atividades econômicas européias. (FURTADO, 2001, p. 5).

Após a defesa, Furtado foi convidado para trabalhar no escritório da CEPAL em Santiago do Chile. Lá, surgiram questionamentos decorrentes da comparação entre dados econômicos do Brasil e os dos principais países latino-americanos. Veja-se:

Quando fui trabalhar na CEPAL em começos de 1949, reuni a informação disponível sobre a economia brasileira. Minha maior surpresa foi constatar que o Brasil era uma economia atrasada na área latino-americana. A Argentina, cuja população não alcançava um terço da brasileira, apresentava uma produção industrial superior à nossa. A renda per capita do conjunto da América hispânica, não incluída a Argentina, era bem superior à da população brasileira. Tudo isso me chocava mas também constituía um desafio. Será que nosso povo era realmente inferior, como muita gente pensava fora e dentro de nosso país? Que explicação poderia haver? Como já haviam sido desacreditadas as teorias de inferioridade de raça e inadequação de clima, voltei-me para a história. Não será que a classe dirigente brasileira foi incapaz de inserir o país no processo de industrialização que criou a civilização moderna a partir do século passado? Os que viram claro nessa matéria, como Mauá, foram vencidos pelos latifundiários escravistas. Quando comecei a pensar nesses temas, já estava armado de conhecimento de ciências sociais modernas, inclusive análise macroeconômica, e tive o benefício de uma troca franca de idéias com Prebisch. O que importa é que estamos pensando com nossas cabeças, me dizia ele. (FURTADO, 1998, p. 15).

Tanto sua tese quanto sua experiência profissional foram fundamentais para a elaboração de Formação Econômica do Brasil (FEB), publicada em 1959. Esta é uma das principais obras que ajudam a compreender o sentido de nossa formação nacional, o que coloca seu autor em pé de igualdade com Capistrano de Abreu, Gilberto Freire,

Joaquim Nabuco, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré e Euclides da Cunha. De acordo com Tamás Szmrecsányi, “[.] *Formação Econômica do Brasil* continua sendo o livro mais conhecido e mais importante de Celso Furtado. Trata-se de um clássico no sentido literal da palavra, de uma obra pioneira e referencial da nossa historiografia econômica” (SZMRECSÁNYI, 1999, p. 207). É por conta dele que as diretrizes curriculares de economia incluíram uma disciplina que leva justamente o seu nome: Formação Econômica do Brasil ou simplesmente FEB, como os alunos gostam de tratar.

A influência de FEB pode ser constatada na construção da moderna historiografia econômica brasileira, tanto por aqueles se possuem simpatia pela obra como por outros que procuram desacreditá-la, ao invés de superá-la². Feita estas considerações, partamos para a análise de algumas das interpretações clássicas de Furtado em Formação Econômica do Brasil, com vistas a apresentar ao leitor novato neste assunto alguns aspectos da riqueza da análise de nosso autor.

2.1 A PRIMAZIA PORTUGUESA NA AGRICULTURA TROPICAL E O PAPEL DO BRASIL NO SISTEMA COLONIAL

A base que empreitada lusitana na América encontrou era bastante frágil. Na inexistência de qualquer comércio para controlar, na falta de metais ou outros produtos para extrair e na ausência de riqueza acumulada para pilhar, como garantir a posse das novas terras? Celso Furtado abordou esse problema nos seguintes termos:

A exploração econômica das terras americanas deveria parecer, no século XVI, uma empresa completamente inviável. Por essa época, nenhum produto agrícola era objeto de comércio em grande escala dentro da Europa. O principal produto da terra – o trigo – dispunha de abundantes fontes de abastecimento dentro do continente. Os fretes eram de tal forma elevados – em razão da insegurança do transporte a grandes distâncias – que somente os produtos manufaturados e as chamadas especiarias do Oriente podiam comportá-los. Demais, era fácil imaginar os enormes custos que não teria que enfrentar uma empresa agrícola nas distantes terras da

² Uma obra bastante difundida entre os economistas é o livro organizado por Marcelo de Abreu Paiva, *A ordem do progresso* (Rio de Janeiro: Campus, 1992). Nela, nota-se um esforço dos economistas da PUC-RJ, em grande parte frustrado, em superar as conclusões furtadianas de Formação Econômica do Brasil.

América. É fato universalmente conhecido que aos portugueses coube a primazia nesse empreendimento. Se seus esforços não tivessem sido coroados de êxito, a defesa das terras do Brasil ter-se-ia transformado em ônus demasiado grande e [...] dificilmente Portugal teria perdurado como grande potência colonial na América. (FURTADO, 1986, p. 8).

Como se vê, no longo processo de expansão comercial européia, iniciada ainda no século XI, e que teve sua fase de apogeu durante o século XV, foi Portugal o principal foco dessa empreitada. Esta ligação necessária entre a colonização baseada na agricultura e o mercantilismo europeu também foi assinalada por outro grande pensador brasileiro, Caio Prado Jr. Ele apontou como o verdadeiro “sentido” da colonização brasileira, a saber, o de *“uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”* (PRADO Jr., 1971, p. 31).

Tal situação condicionou a participação do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, não só na fase colonial como na fase independente. Infelizmente, este “sentido” da colonização brasileira ainda permeia a atual estrutura econômica do Brasil. Apesar de se montar uma economia industrial no País, durante o século XX, ainda continuamos como exportadores de riquezas naturais quando não de divisas, por conta das teias que ainda prendem o Brasil a uma perversa estrutura econômica internacional.

2.2 O DESENVOLVIMENTO DAS COLÔNIAS INGLESAS DA NOVA INGLATERRA E O ATRASO DA AMÉRICA LATINA

Como contrapartida desta situação, Furtado chama atenção do tipo de economia que se estruturou nos Estados Unidos da América. Lá, diferentemente daqui, a ênfase da colonização foi o povoamento, por meio do deslocamento de expressivo contingente de pessoas que buscavam refazer suas vidas. Análise bastante pertinente diz respeito ao impacto da expansão açucareira nas Antilhas no processo de crescimento das economias nas colônias inglesas da América do Norte. Como lembrou Celso Furtado, na região do Caribe

o açúcar desorganizou e, em algumas partes, eliminou a produção agrícola de subsistência. As ilhas se transformaram, em pouco tempo, em grandes importadoras de alimentos, e as colônias setentrionais, que há pouco não

sábiam que fazer com seu excedente de produção de trigo, se constituíram em principal fonte de abastecimento das prósperas colônias açucareiras (FURTADO, 1986, p. 1).

Ademais,

não dispo de força hidráulica para mover os engenhos, as ilhas dependiam principalmente de animais de tiro como fonte de energia. Tampouco dispunham de madeira para fabricar as caixas em que se exportava o açúcar. Do norte vinham uma e outra coisa. Esse importante comércio se efetuava principalmente em navios dos colonos da Nova Inglaterra, o que veio fomentar a indústria de construção naval dessa região. [...] Por último, cabe mencionar a instalação de uma importante indústria derivada da cana: a destilação de bebidas alcoólicas. Neste caso a integração se realizou com as Antilhas francesas. (FURTADO, 1986, p. 1-32).

Verificou-se, pois, a organização de um inédito sistema econômico quadrangular no Novo Mundo, integrando, pelo comércio, as colônias de exploração antilhanas e as zonas de povoamento da América do Norte, o que permitiria, inclusive, o desenvolvimento das “Treze Colônias”. Este fato foi também analisado por Leo Huberman, conforme segue:

naquelas ilhas tropicais havia grandes fazendas dedicadas exclusivamente à produção de culturas básicas, como açúcar e melado. Os homens da Nova Inglaterra não demoraram a descobrir que essas ilhas comprariam tudo que os europeus não quisessem. Aí estava também a oportunidade de obter mercadorias para ajudar a pagar os objetos manufaturados que as colônias estavam sempre comprando da Inglaterra. Levar seu próprio peixe, madeira, grãos, cavalos [...] para as ilhas; trocar tudo isso com açúcar, melado, índigo, e levar o índigo para a Inglaterra e para o resto da Europa. Era a espécie de negócio que os naturais da Nova Inglaterra estavam procurando. (HUBERMAN, 1983, p. 24).

Ora, do que se pode perceber, apesar de originariamente mais pobres do que as colônias tropicais, as Colônias do Norte entraram no comércio com uma pauta mais diversificada e de maior valor agregado, substituindo a Metrópole em seu campo exclusivo de atuação. Em contrapartida, as economias tropicais da América, ou aquelas cuja base da exploração era a extração de minérios, viram-se, desde o início, relegadas à exportação de um ou dois artigos e obrigadas a importar tudo o que se relacionasse ao padrão europeu de consumo. As restrições das metrópoles impediam até

mesmo o aproveitamento de matérias-primas que eram encontradas em abundância nessas regiões.

2.3 O CARÁTER CONCENTRADOR DE RENDA DO LATIFÚNDIO ESCRAVISTA

O modelo de plantagem, qual seja, o do latifúndio escravista exportador, não levava apenas à monocultura, mas impossibilitava qualquer acúmulo de capitais na colônia. Era a essência do “pacto colonial”, que tinha por pressuposto extrair da colônia o máximo do excedente econômico disponível. Apesar dos elevados preços do açúcar, particularmente no século XVI e na primeira metade do século XVII, o grosso da acumulação de capitais se verificava no âmbito da circulação. Mesmo assim, os poucos recursos gerados pela produção que, supostamente, permaneceriam na colônia, escoavam através do aviltamento dos preços dos produtos metropolitanos, tais como manufaturas, peixes, azeite, sal e vinho, e pelos juros pagos aos comerciantes flamengos que financiaram a instalação dos engenhos. O último mecanismo de drenagem seria o tráfico de escravos, cujo fornecimento era controlado por comerciantes metropolitanos. Outra característica marcante do fluxo de renda da economia açucareira estava no fato de que a renda disponível estava concentrada nas mãos de um restrito número de senhores de engenhos, uma vez que a população branca era rarefeita em relação aos indígenas e aos negros. Vejamos como Furtado procurou estimar o fluxo de renda criado na colônia:

A renda que se gerava na colônia estava fortemente concentrada na mão da classe de proprietários de engenho. Do valor do açúcar no porto de embarque apenas uma parte ínfima (não superior a 5 por cento) correspondia a pagamentos por serviços prestados fora do engenho no transporte e no armazenamento. Os engenhos mantinham, demais, um certo número de assalariados: homens de vários ofícios e supervisores do trabalho dos escravos. Mesmo admitindo que para dez escravos houvesse um empregado assalariado – mil e quinhentos no conjunto da indústria açucareira – e imputando um salário monetário de 15 libras anuais cada um, chega-se à soma de 22.500 libras, que é menos de 2 por cento da renda gerada no setor açucareiro. Por último cabe considerar que o engenho realizava um certo monte de gastos monetários, principalmente na compra de gado (para tração) e de lenha (para as fornalhas). Essas compras constituíam o principal vínculo entre a economia açucareira e os demais núcleos de povoamento existentes no país. [...] a inversão em bois seria da ordem de 75.000 libras e os gastos de reposição de cerca de 25.000. Supondo mesmo

que os gastos com lenha e outros menores chegassem a dobrar esta cifra, os pagamentos feitos pela economia açucareira aos demais grupos de população estariam muito pouco por cima de 3 por cento da renda que a mesma gerava. Tudo indica, destarte, que pelo menos 90 por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantação de cana. (FURTADO, 1986, p. 44-45).

Em essência, tal situação pouco difere daquela verificada no final do século XIX e começo do século XX, quando no mesmo livro Furtado reflete sobre o caráter concentrador de renda da economia primário-exportadora. Isso, no leva relacionar esas conclusões com os dias atuais. Indicadores que medem a desigualdade como o “coeficiente de Gini” ou o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), colocam o Brasil entre os campeões da concentração de renda. É claro que o perfil de economia que se formou ao longo de cinco séculos explica em parte tal situação, ainda mais se levarmos em conta que os descendentes dos escravos são aqueles que hoje se encontram nos patamares mais baixo de renda.

2.4 A CRISE CAFEIRA, A SOCIALIZAÇÃO DE PREJUÍZOS E A INSUFICIÊNCIA DO MODELO “CONVÊNIO DE TAUBATÉ”

Um outro aspecto importante analisado por Furtado em FEB foi o impacto da crise cafeeira sobre a economia nacional durante a Primeira República. Após quase um século de vertiginoso crescimento, a economia cafeeira defrontou-se com sua primeira crise de superprodução em 1893. Devido à inelasticidade-preço do consumo de café, a queda nos preços não significou um aumento da procura. Naquele momento, como forma de evitar a queda da rentabilidade dos cafeicultores decorrente da baixa das cotações internacionais, o governo federal (controlado pela elite agrária) optou por uma política de desvalorização cambial entre 1893 e 1898. Diante da crise do balanço de pagamentos, em 1898, o governo Campos Salles realizou uma operação de renegociação da dívida com os credores internacionais, particularmente com os banqueiros da Casa de Rothschild. Entre as condicionalidades do *Funding Loan*, estava a garantia de que o governo brasileiro realizaria uma política de valorização do mil-réis por meio da retirada de circulação do papel-moeda sem lastro. Num momento

em que as cotações do café estavam em baixa, a política de valorização cambial implicava em maiores prejuízos aos fazendeiros. Esta situação chegou ao limite em 1906, o que os levou a encontrar uma fórmula artificial para controlar a oferta por meio da retenção dos estoques que excediam a demanda. O financiamento da retenção de estoques dependia recursos externos. O empréstimo seria quitado com a imposição de uma taxa fixa sobre toda saca exportada. Em linhas gerais este foi o *Convênio de Taubaté*.

Aparentemente a solução era bastante satisfatória. No entanto, criava novos problemas. Em primeiro lugar, a rentabilidade assegurada pelo Convênio fazia com que novos produtores ingressassem no mercado, tanto no Brasil quanto no exterior, o que implicava no aumento da safra a ser estocada. Além disso, o que era uma situação passageira se transformou em problema estrutural, dada a crescente oferta de café. Por fim, a política de retenção de estoques dependia da liquidez internacional, já que os empréstimos eram contraídos no exterior.

A ruína dessa política foi assim explicada por Celso Furtado:

A produção de café, em razão dos estímulos artificiais recebidos, cresceu fortemente na segunda metade desse decênio. Entre 1925 e 1929 tal crescimento foi de quase cem por cento, o que revela a enorme quantidade de arbustos plantados no período imediatamente anterior. Enquanto aumentava dessa forma a produção, mantêm-se praticamente estabilizadas as exportações. Em 1927-29 as exportações apenas conseguiam absorver as duas terças partes da quantidade produzida. A retenção da oferta possibilitava a manutenção de elevados preços no mercado internacional. Esses preços elevados se traduziam numa alta taxa de lucratividade para os produtores, e estes continuavam a intervir em novas plantações. A procura, por outro lado, continuava a evoluir dentro das linhas tradicionais de seu comportamento. Se se contraía pouco nas depressões, também pouco se expandia nas etapas de grande prosperidade. Com efeito, não obstante a grande elevação da renda real, ocorrida nos países industrializados no decênio dos vinte, essa prosperidade em nada modificaria a dinâmica própria da procura de café, a qual cresce lenta mas firmemente com a população e a urbanização. (FURTADO, 1986, p.181).

Dois problemas adicionais podem ser extraídos desta situação. Em primeiro lugar, o afluxo de recursos estrangeiros destinados à política de valorização criou uma situação de ilusão cambial; em segundo, a valorização do câmbio teve um impacto negativo sobre as atividades industriais internas, algo que, numa economia como a brasileira vem se repetindo de maneira

cíclica ao longo das décadas. Concentremo-nos no primeiro problema, conforme assinala Celso Furtado:

a coincidência da afluência de capitais privados e da chegada dos empréstimos destinados a financiar o café deu lugar a uma situação cambial extremamente favorável, e induziu o governo brasileiro a embarcar numa política de conversibilidade. Deflagrada a crise no último trimestre de 1929, não foram necessários mais que alguns meses para que todas as reservas metálicas acumuladas à custa de empréstimos externos fossem tragadas pelos capitais em fuga do país. Dessa forma, a aventura da conversibilidade do final dos anos vinte – a qual em última instância era um subproduto da política de defesa do café – serviu apenas para facilitar a fuga de capitais. Não fosse a possibilidade de conversão que existiu nesse período, a queda do mil-réis teria sido muito mais brusca, estabelecendo-se automaticamente uma taxa sobre a exportação de capitais. Essa taxa chegou, mas somente depois de se evaporarem todas as reservas. (FURTADO, 1986, p.185).

A crise que eclodiu em outubro de 1929 por conta do Crack da Bolsa de Nova York levou consigo as bases da economia brasileira que caracterizava as décadas iniciais do século XX. O resultado da bancarrota também foi descrito por Celso Furtado:

A grande acumulação de estoques de 1929, a rápida liquidação das reservas metálicas brasileiras e as precárias perspectivas de financiamento das grandes safras previstas para o futuro, aceleraram a queda do preço internacional do café iniciada conjuntamente com a de todos os produtos primários em fins de 1929. Essa queda assumiu proporções catastróficas, pois, de setembro de 1929 a esse mesmo mês de 1931, a baixa foi de 22,5 centavos de dólar por libra para 8 centavos. (FURTADO, 1986, p. 187).

Quebrado o setor exportador, a economia nacional parecia quebrar junto. Os prejuízos do setor cafeeiro seriam novamente socializados. No entanto, dada a ruína da República Velha - decorrente da crise do modelo primário-exportador - a solução encontrada pelo Governo Provisório de Vargas deveria ser moldada em novas bases.

2.5 A POLÍTICA ANTICÍCLICA DO GOVERNO PROVISÓRIO DE VARGAS E A MUDANÇA DO CENTRO DINÂMICO DA ECONOMIA

A ruína que se abateu sobre as atividades ligadas à agro-exportação foi generalizada. A contração dos mercados internacionais e a queda nos preços dela decorrente levaram a economia brasileira a uma grave crise. Ela se abatia com maior intensidade sobre a principal atividade econômica: a exportação de café. A crise neste setor, por conta de seu impacto em atividades domésticas, tendia a agravar ainda mais situação. Não obstante, conforme ressaltamos anteriormente, o setor cafeeiro já enfrentava suas próprias dificuldades. Acúmulo de estoques invendáveis, baixa dos preços e contração do crédito internacional, que antes financiava a política de retenção de estoques. Logo, o problema da superprodução deveria ser resolvido de maneira diferente. E foi o que fez o governo provisório que depôs a hegemonia dos estados cafeeiros com a Revolução de 1930. Os termos desta política foram assim assimilados por Furtado:

não bastava retirar do mercado parte da produção de café. Era perfeitamente óbvio que se esse excedente da produção não tinha nenhuma possibilidade de ser vendido dentro de um prazo que se pudesse considerar como razoável. [...] a destruição dos excedentes das colheitas se impunha, portanto, como uma consequência lógica da política de continuar colhendo mais café do que se podia vender. À primeira vista parece absurdo colher o produto para destruí-lo. Contudo, situações como essa se repetem todos os dias na economia de mercados. (FURTADO, 1986, p. 1989).

A política do Conselho, posteriormente Departamento Nacional de Café, que consistia na compra e queima dos excedentes e num rígido controle sobre a oferta, surtiu efeito positivo sobre a economia em geral. Ao garantir a renda dos cafeicultores garantiu também a renda dos setores domésticos a ele vinculado. Isto somado à expressiva queda na capacidade de importar, permitiu o florescimento de atividades industriais vinculadas à substituição de importações.

Dessa forma, a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados. [...] “Explica-se, assim, que já em 1933 tenha recomeçado a crescer a renda nacional no Brasil, quando nos EUA os primeiros sinais de recuperação só se manifestam em 1934. Na verdade, no Brasil, em

nenhum ano da crise houve inversões líquidas negativas, fato que ocorreu nos EUA e como regra geral em todos os países. [...] É, portanto, perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros. (FURTADO, 1986, p. 192-193).

Está implícita neste raciocínio uma análise keynesiana acerca do papel do gasto público (emissões do Tesouro e empréstimos do Banco do Brasil) como estimulador da demanda agregada. Em FEB há uma sucinta reflexão sobre o impacto dessas políticas sobre a renda doméstica, da mesma forma em que se estima o elevado custo de uma política de “livre mercado” (FURTADO, 1986, p.191).

Apesar de inconscientes, as políticas pós-revolução de 1930 foram responsáveis por uma mudança de fundo na estrutura econômica brasileira. Pela primeira vez em 400 anos a dinâmica do crescimento econômico deixou de ser o mercado externo. Processou-se, naquela época, decorrente da crise estrutural do capitalismo liberal, o desenvolvimento “hacia adentro”, tal como o definia Raúl Prébisch (CEPAL, 1951) em seu primeiro “*Estúdio econômico de América Latina*”, raciocínio este apropriado por Furtado, conforme segue:

[...] o fator dinâmico principal nos anos que se seguem à, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno. A produção industrial, que se destinava em sua totalidade ao mercado interno, sofre durante a depressão uma queda de menos de 10 por cento, e já em 1933 recupera o nível de 1929. A produção agrícola para o mercado interno supera com igual rapidez os efeitos da crise. É evidente que, mantendo-se elevado o nível da procura e represando-se uma maior parte dessa procura dentro do país, através do corte das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, na maioria dos casos, e em alguns aumentar, sua taxa de rentabilidade. Esse aumento da taxa de rentabilidade se fazia concomitante com a queda dos lucros no setor ligado ao mercado externo. Explica-se, portanto, a preocupação de desviar capitais de um para outro setor. As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, mais ainda recebiam novo impulso ao atrair capitais que se formavam ou desinvertiam no setor exportador. (FURTADO, 1986, p. 198)

Após a crise de 1929 foram criadas as condições para um longo e tortuoso processo de industrialização, tema este abordado por Furtado em diversas obras dedicadas ao desenvolvimento econômico, aos desequilíbrios regionais e às perspectivas da economia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um texto que tratasse toda a riqueza da obra de Furtado, particularmente de sua obra-prima que é *Formação Econômica do Brasil*, requereria o esforço de uma tese de doutoramento, dada as inúmeras implicações de seus estudos. Além disso, a estatura intelectual deste autor, por sua genialidade, coerência e formação técnica e humanística deve servir de modelo para a formação de novos cientistas sociais e economistas, para que tenha um efetivo comprometimento com este povo que um dia será nação. Apesar do estilo contestável, encerro este texto com uma citação de Furtado que dispensa comentários.

Inclinei-me a pensar que o ter escrito um livro como *Formação Econômica do Brasil*, que poderia ajudar a nova geração a captar a realidade do país e identificar os verdadeiros problemas deste, representava o melhor emprego de meu tempo. Concluíra-o apontando para os dois desafios a serem enfrentados no futuro imediato: completar a industrialização e deter o processo de crescentes disparidades regionais. Como nordestino cabia-me prioritariamente dar uma contribuição na segunda dessas frentes de luta. (FURTADO, 1985, p. 227).

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Wilson do Nascimento. *A história econômica como disciplina independente*. Palestra proferida no Departamento de História EM 05/09/1988. Mimeografado.
- CAVALLO, Domingo. La lucha por evitar el Default y la Devaluación. 25 de Marzo de 2002. Disponível em: <http://www.cavallo.com.ar/notas.php?id=73>>. acesso em 21 nov. 2006.
- CEPAL. Estudio económico de América Latina, 1949 (E/CN. 12/164(Rev. I), Nueva York, Naciones Unidas. Publicación de las Naciones Unidas, N° de venta: 1951.1I.G.1.
- FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. 21.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.
- _____. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- _____. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec:ABPHE, 2001.
- GALBRAITH, J. K. *A economia das fraudes inocentes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza dos EUA: (Nós, o povo)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ISSLER, João Victor; FERREIRA, Rachel Couto. *Pesquisadores e Departamentos de Economia no Brasil a partir de citações internacionais*. Rio de Janeiro: Ensaio Econômico. Fundação Getúlio Vargas. 550. Disponível em: <http://ideas.repec.org/p/fgv/epgewp/550.html>>. Acesso em: 5 nov.2006.

KUCZYNSKI, Pedro-Pablo; WILLIAMSON, John. *Depois do Consenso de Washington: crescimento e reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2003.

MENDES, Armando Dias. *O economista e o ornitorrinco: ensaios sobre formação e a profissão dos economistas*. Brasília: Coronário Editora, 2001.

MENDONÇA, Marina Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Pioneira-Thomson, 2002.

OS ECONOCLASTAS. *Pequeno breviário das idéias econômicas preconcebidas*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

PAIVA, Marcelo de Abreu, *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Sobre a formação de Formação econômica do Brasil de C. Furtado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.13, n.37, p. 207-214, 1999.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ciência e existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

A PRESENÇA DA HISTÓRIA NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO¹

Rosângela de Lima Vieira²

Pensar a historiografia é indispensável como o próprio conhecimento histórico em si. Se conhecer as raízes do presente permite entendê-lo melhor, distinguir o processo de produção do conhecimento sobre o passado é tão importante quanto a compreensão do passado. A historiografia revela como o passado foi pensado, sob que teorias foi visto, a quais perguntas respondeu, quais respostas são válidas e quais ainda devem ser buscadas. O panorama historiográfico permite balizar o processo da produção do conhecimento histórico. Em síntese, a historiografia constituiu-se num caminho para explicitar o processo de produção do conhecimento histórico e para propor avanços nesta produção.

Entretanto, os estudos historiográficos não têm sido uma prioridade entre historiadores brasileiros; apenas alguns trabalhos acabam fazendo um balanço de caráter mais geral. Basta observar as raras publicações deste campo e o número de eventos acadêmicos em que o tema é contemplado. Qualquer ciência, ou área do conhecimento, só pode progredir na medida em que reconhece seus avanços e suas lacunas. Assim a historiografia brasileira ainda se apresenta como sendo um vasto campo inexplorado de pesquisa. Nele se inclui a obra de Celso Furtado.

¹ Texto apresentado na X Jornada de Ciências Sociais da FFC/Unesp-campus de Marília em novembro de 2006, “Jornada de Estudos Celso Furtado”.

² Doutora em história, professora da FFC/Unesp-campus de Marília.

O presente texto, pela circunstância em que foi produzido, não apresenta uma pesquisa historiográfica da obra completa de Celso Furtado (1920-2004). É apenas um estudo introdutório utilizando elementos da análise historiográfica para uma leitura específica do autor, como contribuição a uma Mesa sobre os aspectos multidisciplinares de sua obra.

O repertório de um historiador exige dele que o estudo de uma obra, do ponto de vista historiográfico, se pautar no exame das fontes utilizadas, dos métodos e instrumentos de análise, da concepção de história e de tempo histórico como subsídios indispensáveis na compreensão dos aspectos internos da obra.

Deve-se esclarecer que se pretende aqui um levantamento das características historiográficas de Celso Furtado. Embora o conjunto de sua extensa obra³ tenha sido amplamente analisado⁴, os aspectos historiográficos foram pouco discutidos. Os estudos realizados focaram prioritariamente as contribuições do autor na construção dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, e não nos aspectos constitutivos da própria obra.

Celso Furtado, usualmente classificado como economista, transcende essa categorização disciplinar. Alguns estudiosos o consideram também o fundador de nossa historiografia econômica; outros, um pensador influente em todo o conjunto das Ciências Sociais. Na verdade, sua vasta obra reflete uma postura interdisciplinar. Ainda se deve recordar que além de estudioso do Brasil, Furtado foi homem público, político no melhor conceito do termo, empreendendo inúmeras tentativas de aplicar o que punha nos livros.

O ideal de Celso Furtado foi explicitado por ele mesmo:

[...] o trabalho intelectual a que me dediquei durante toda a vida teve como ponto de partida o desejo, que cedo me empolgou, de conhecer as razões de nosso atraso no processo de industrialização que marca a história contemporânea do final do século XVIII. Havendo apreendido a importância do impacto da Revolução Industrial na divisão internacional do trabalho, compreendi sem tardança a natureza do fenômeno do subdesenvolvimento, o que me permitiu montar o quadro conceitual dentro do qual construiria o essencial de meu trabalho teórico. Daí a visão global

³ O conjunto da obra de Celso Furtado é constituído de mais de 30 livros.

⁴ Uma análise global do conjunto da obra de Celso Furtado está em Szmrecsáyi, 2001.

em que se incluem desenvolvimento e subdesenvolvimento como dimensões de um mesmo processo histórico, e a idéia de dependência como ingrediente desse processo. (FURTADO, 1992, p. 73).

Assim, compreender o subdesenvolvimento brasileiro apresenta-se como o desafio intelectual e pessoal de Furtado. As bases teóricas para alcançar esse objetivo encontram-se em *O capitalismo global*, no capítulo “A longa marcha da utopia”. Nele o autor faz um comentário sobre sua formação intelectual.

Fui inicialmente seduzido pelo positivismo, a idéia de que a ciência fornece o conhecimento em sua forma mais nobre. Não era o comtismo primário, mas a confiança na ciência experimental como meio de descobrir os segredos da natureza.

Em seguida manifesta-se a influência de Marx por intermédio de Karl Mannheim, o homem da sociologia do conhecimento, que colocou o saber científico em um contexto social. Esse ponto de partida de meu interesse pela História como objeto de estudo.

A terceira corrente de pensamento que me influenciou foi a sociologia norte-americana por intermédio de Gilberto Freyre. Casa-grande e senzala revelou-me a dimensão cultural do processo histórico. O contato com a sociologia norte-americana corrigiu os excessos de meu historicismo.

Considero relevante que minha descoberta do marxismo se haja dado por intermédio da sociologia do conhecimento. Quando li *O capital*, no curso de marxismo que fiz logo depois da guerra no Instituto de Ciência Política, em Paris, já sabia suficiente macroeconomia moderna para não me seduzir pelo determinismo econômico que tinha explicação para tudo à custa de simplificar o mundo. (FURTADO, 2001, p. 9-10).

É um percurso intelectual heterogêneo ao qual se deve obrigatoriamente acrescentar a influência direta também de Raúl Prebisch – a partir da CEPAL⁵ –, para quem o mesmo sistema de relações internacionais que produz o desenvolvimento causa também o subdesenvolvimento. Trata-se da relação “centro-periferia”, cujas flutuações

⁵ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL – foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Ela é uma das cinco comissões econômicas da ONU e possui 43 estados e oito territórios não independentes como membros. Além dos países da América Latina e Caribe fazem parte da CEPAL: o Canadá, França, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos da América. Celso Furtado participou dos quadros da CEPAL desde a sua instalação no Chile, em 1949.

cíclicas levam a periferia ao subdesenvolvimento. O próprio Furtado apresenta essa teoria:

Em uma apresentação sintética de seus trabalhos teóricos, Raúl Prebisch referiu-se à idéia de um 'sistema de relações econômicas internacionais', que denominou 'centro-periferia', como sendo um subproduto de suas reflexões em torno das flutuações cíclicas que ocorrem na esfera internacional. (FURTADO, 1992, p. 61).

O pensamento de Prebisch tornou-se um elemento constitutivo da CEPAL e do próprio Furtado.

Identificado o perfil intelectual do autor Celso Furtado, pode-se prosseguir com a análise da obra. A intenção aqui se limita a investigar aspectos historiográficos da obra *Formação econômica do Brasil* de 1959. Neste livro, Furtado apresenta um estudo original sobre o processo histórico de constituição da economia brasileira. Segundo ele mesmo na introdução do livro, sua pretensão é “tão-somente um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira.” (FURTADO, 1997, p. 1). Foi escrito na virada da década de 50, no calor do desenvolvimentismo e das lutas sociais que culminariam com a campanha pelas reformas de base. Nele o autor indica as raízes históricas de nosso subdesenvolvimento e expõe os obstáculos que bloqueavam o desenvolvimento da economia nacional. As teses apresentadas tornaram-se referências obrigatórias nos debates sobre a história econômica brasileira.

Sobre esse livro o professor Tamás Szmrecsányi afirma: “trata-se de um clássico no sentido literal da palavra, de uma obra pioneira e referencial da nossa historiografia econômica.” (SZMRECSÁNYI, 1999, p. 207).

Para Ricardo Bielschowsky o livro *Formação econômica do Brasil*:

Continua sendo, 30 anos após seu lançamento⁶, a mais famosa e divulgada obra da literatura econômica brasileira, editada em nada menos que dez idiomas e um quarto de milhão de exemplares. [quando de seu lançamento] foi imediatamente identificado como um marco na historiografia brasileira, exercendo marcante influência sobre a intelectualidade das ciências sociais do país. (BIELSCHOWSKY, 1989, p. 38).

⁶ Agora já são quase cinquenta anos desde o seu lançamento e a 32.ed. do livro, de 2003, encontra-se esgotada.

E mais, diante do contexto intelectual da época o livro apresenta outra “importante dimensão, a de haver sido instrumento da militância intelectual de Furtado no sentido da consolidação da consciência desenvolvimentista brasileira, que estava requerendo uma argumentação histórica.” (BIELSCHOWSKY, 1989, p. 38-39). E foi exatamente isso que Furtado fez no livro aqui em exame: deu respaldo histórico à tese do subdesenvolvimentismo como a outra face do desenvolvimento capitalista.

Em nossa leitura historiográfica, o livro *Formação econômica do Brasil* apresenta inicialmente um obstáculo para a análise das referências e fontes. Ele contém apenas os índices: onomástico e analítico. A bibliografia e as fontes devem ser observadas nas notas de rodapé. Dos autores, pouquíssimos são brasileiros ou portugueses, são apenas sete; destes, Roberto Simonsen é o mais citado: 11 vezes. Documentos também são somente sete, todos em citações indiretas. O próprio autor justifica a ausência da bibliografia e das fontes:

Omite-se quase totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao campo específico do presente estudo, que é simplesmente a análise dos processos econômicos e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos. (FURTADO, 1997, p. 2).

Como então investigar a bibliografia e as fontes? O professor Tamás Szmrecsányi respondeu exatamente a esta questão.

Com vistas a procurar suprir tais lacunas, pode-se lançar mão das obras anteriores do próprio autor, procurando identificar por intermédio delas as fontes de dados e de informação que deixaram de ser mencionadas, bem como a bibliografia por ele realmente utilizada. Adotando este procedimento, levantei e analisei não apenas os trabalhos publicados por Celso Furtado antes da *Formação econômica do Brasil*, mas também a sua tese de doutorado [...]. (SZMRECSÁNYI, 1999, p. 208).

Segundo Szmrecsányi, destacam-se na bibliografia furtadiana: Capistrano de Abreu, Caio Prado Jr., Louis Couty, J. F. Normano, René Courtin, Herman Watz, Roberto Simonsen, Gilberto Freyre e Keynes. Este aspecto será retomado mais à frente.

Outra característica desta obra de Celso Furtado salta aos olhos: a interdisciplinaridade, que reflete sua formação de bacharel em Direito e

doutor em Economia pela Sorbonne. A história, segundo ele, foi um interesse despertado pela sociologia. Este conjunto de áreas do conhecimento revela que seus estudos utilizam a história como um instrumento de análise, mas não são, a rigor, obras de história. Especificamente em *Formação econômica do Brasil*, ele utiliza esse conhecimento para demonstrar que o processo histórico brasileiro conduziu o país à condição de subdesenvolvimento; aponta os maiores entraves e justifica a necessidade de superação desta condição, com o rompimento desse modelo que se perpetuou até então.

A compreensão do uso que Furtado faz do conhecimento histórico como argumento para justificar suas propostas explica, em certa medida, a ausência de fontes primárias e bibliografia mais específica em seu estudo. Furtado não é um historiador, não em *stricto sensu*. Aliás, ele mesmo alertou, na apresentação deste livro – como já vimos – que não faria a “reconstituição dos eventos históricos” (FURTADO, 1997, p. 2). Entretanto, devido à intensa utilização de argumentos históricos em suas obras, ele é identificado muitas vezes como “historiador econômico”.

Outra característica constitutiva do livro *Formação econômica do Brasil* é a presença constante do método comparativo. Suas análises decorrem de comparações entre as várias regiões brasileiras e do Brasil com outros países, ao longo da história. Isto lhe permite ilações a partir dos dados históricos e não necessariamente de teorias. Celso Furtado buscou sua argumentação basicamente no conhecimento histórico. Desde as páginas iniciais, ele utiliza o método comparativo. Apresenta, por exemplo, as diferenças desde o princípio do processo de colonização nas Américas espanhola e portuguesa – sobretudo no que se refere ao encontro de metais preciosos – como determinantes no processo histórico de cada uma destas regiões. Ao longo de todo o livro as comparações reaparecem constantemente.

Também se apresenta recorrente e plenamente aceita entre os estudiosos de Furtado a categorização de sua obra como sendo histórico-estrutural. Segundo Ricardo Bielschowsky (1989, p. 40), o livro em questão é: “muito mais um ensaio de interpretação histórico-analítica de orientação estruturalista do que uma pesquisa histórica em profundidade”, o que corrobora nossa interpretação de que Celso Furtado, nesse caso, faz um uso instrumental da história. Bielschowsky destaca ainda que:

Para entender o significado da inovação analítica que a obra continha, é necessário ter em conta que, no início dos anos 50, a referida abordagem apresentava-se ainda duplamente vulnerável: em primeiro lugar, o quadro analítico estruturalista encontrava-se imperfeitamente delineado e a argumentação pecava por certa assistemática, o que tornava a proposta cevalina de análise alternativa às teorias convencionais difícil de ser compreendida e aceita, e, em segundo, era indispensável a essa proposta a demonstração de que a evolução histórica dos países que em meados do século XX continuam subdesenvolvidos era, necessariamente, distinta daquela dos países desenvolvidos. Apenas assim se podia legitimar a idéia de que suas estruturas econômicas e a problemática de sua transformação eram também distintas, a ponto de exigir uma criteriosa adaptação da teoria corrente e mesmo um esforço próprio de teorização. (BIELSCHOWSKY, 1989, p. 39).

Diante da necessidade de compreender a característica estruturalista de Celso Furtado, buscam-se elementos na obra *História do Estruturalismo* de François Dosse. Segundo esse autor, há um estruturalismo de “nível intermediário”, um modelo próprio dos economistas dos anos 50 que aderiram ao estruturalismo e que se caracteriza por permanecer entre a realidade concreta e a estrutura. Em outras palavras, a estrutura, enquanto modelo conceitual, em conexão com a realidade histórica engendra uma estrutura, não mais conceitual, mas historicamente constituída. Trata-se então de um estruturalismo histórico. E Dosse conclui:

É, portanto, sobretudo nesse nível intermediário, o da modelização, que os economistas dos anos 50 participam do paradigma estruturalista, mais do que quando invocam uma realidade de estrutura, que não é outra coisa, essencialmente, senão uma maneira de descrever permanências. (DOSSE, 1993, p. 200).

Eis aí uma chave para se entender o processo de produção da obra de Celso Furtado: um estruturalismo intermediário cujas estruturas são vistas como permanências históricas. É um estruturalismo diferenciado pela contextualização histórica. Encontra-se, assim, o papel da história na obra de Furtado: ela contribui para a compreensão do processo de continuidade da condição de subdesenvolvimento do Brasil.

Aqui se impõe uma questão: qual sua concepção de História? Ela não é reacionária ou conservadora, porque Furtado propõe uma ruptura com as formas arcaicas de utilização de recursos como terra e mão-de-

obra, por exemplo. Também não se pode dizer que seja progressista ou revolucionária, porque ele não questiona o capitalismo em si e não se refere aos movimentos sociais como sujeitos na história. Sua análise histórico-estrutural objetiva explicar o subdesenvolvimento e propor um programa desenvolvimentista. São mudanças que visam à ampliação do mercado interno.

Além disso, observa-se que do ponto-de-vista social Furtado acaba apresentando uma posição, algumas vezes, conservadora em virtude da própria bibliografia adotada. Um exemplo é a análise da relação da escravidão/abolição e o atraso econômico do Brasil. Para ele, as dificuldades de desenvolvimento ocorrem pela condição passiva dos escravos libertos e pela sua condição pessoal frente à nova realidade.

Cabe tão-somente lembrar que o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país. Por toda a primeira metade do século XX, a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de 'necessidades', cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país. (FURTADO, 1997, p. 140-141).

Nesse caso, Furtado desconsidera outros fatores, sobretudo as estruturas sociais e culturais, que contribuíram para a não incorporação dos ex-escravos ao mercado e à condição de cidadania. Está nítida a presença, nesta passagem, do ideário de Gilberto Freyre no pensamento furtadiano.

Por outro lado, ao buscar as permanências históricas como elementos estruturais para explicar a realidade vivida, Furtado apresenta uma concepção de tempo histórico necessariamente de longa duração. Em seu livro *Formação econômica do Brasil*, ele percorre todo o período histórico do Brasil: da expansão comercial do século XVI até a primeira metade do século XX, oferecendo uma visão geral da formação econômica brasileira, como anuncia na introdução. Enquanto estudo de longa duração – toda a história econômica do Brasil em apenas 250 páginas – Furtado oferece uma síntese. Isso não se constitui em um demérito, pois seu objetivo delimitado foi alcançado: o de demonstrar as estruturas, sobretudo econômicas, da condição do subdesenvolvimento brasileiro.

O método comparativo e o enfoque de longa duração permitiram-lhe comprovar a relação desenvolvimento/subdesenvolvimento não por etapas distintas, mas como aspectos de um mesmo processo histórico. O subdesenvolvimento alimenta o desenvolvimento no sistema capitalista, mantendo a relação centro/periferia ao longo do tempo.

A posição periférica do Brasil no cenário internacional é demonstrada no processo histórico. Um bom exemplo dessa forma de abordagem encontra-se no capítulo VII, “Encerramento da etapa colonial”, no qual Furtado analisa a independência política brasileira como parte do mesmo processo de permanência da condição de subordinação.

A forma peculiar como se processou a independência da América portuguesa teve conseqüências fundamentais no seu subsequente desenvolvimento. Transferindo-se o governo português para o Brasil sob a proteção inglesa e operando-se a independência sem descontinuidade na chefia do governo, os privilégios econômicos de que se beneficiava a Inglaterra em Portugal transferiram-se automaticamente para o Brasil independente. Com efeito, se bem haja conseguido separar-se de Portugal em 1822, o Brasil necessitou vários decênios mais para eliminar a tutela que, graças a sólidos acordos internacionais, mantinha sobre ele a Inglaterra. (FURTADO, 1997, p. 36).

É exatamente assim que Furtado utiliza a história: busca elementos de permanência para explicar a condição de dependência histórica do Brasil. Esclarecendo o binômio independência/dependência e em decorrência disso o subdesenvolvimento, pelo prisma da história econômica, Furtado passa a propor a solução desta situação. Segundo ele, tal tarefa seria delongada e exigiria um grande esforço de toda a nação. A principal meta a ser alcançada é o desenvolvimento industrial. Para isso faz-se necessária a ampliação do mercado interno, que decorre fundamentalmente da superação das grandes diferenças regionais. É esta então a primeira etapa a ser cumprida no processo de conquista da independência econômica nacional.

O processo de integração econômica dos próximos decênios, se por um lado exigirá a ruptura de formas arcaicas de aproveitamento de recursos em certas regiões, por outro requererá uma visão de conjunto do aproveitamento de recursos e fatores no país. A oferta crescente de alimentos nas zonas urbanas, exigida pela industrialização, a incorporação de novas terras e os traslados inter-regionais de mão-de-obra, são aspectos de um mesmo problema de redistribuição geográfica de fatores. Na medida em que avance essa redistribuição, a incorporação de novas terras e recursos naturais permitirá um aproveitamento mais racional da mão-de-obra

disponível no país, mediante menores inversões de capital por unidade de produto. Demais, as inversões de capital na infra-estrutura poderão ser melhor aproveitadas, em razão da menor dispersão de recursos. É de supor que, caso progrida essa integração, a taxa média de crescimento da economia tenderá a elevar-se. (FURTADO, 1997, p. 242).

Eis aqui a conclusão do livro *Formação econômica do Brasil* e que muito bem poderia ser o “programa” da SUDENE⁷, criada no mesmo ano em que Furtado publicou esse livro.

O conjunto da obra de Celso Furtado reflete a junção do intelectual e do homem público. Seus estudos pautaram-se por uma contextualização histórica para subsidiar intervenções práticas na esfera política visando à superação das *estruturas arcaicas* que subordinavam o desenvolvimento nacional e perpetuavam o país na condição de subdesenvolvido.

É importante reafirmar, ao final deste breve percurso historiográfico, que Celso Furtado, na obra *Formação econômica do Brasil*, não faz um livro de história no sentido específico do termo. Ele realiza uma leitura da história econômica do Brasil, utilizando alguns autores para encontrar argumentos de sua tese central: o subdesenvolvimento nacional foi edificado historicamente e pode ser ultrapassado. O conhecimento histórico lhe permite “captar as inter-relações e as cadeias de causalidade que constituem a urdidura dos processos econômicos” (FURTADO, 1997, p. 1), como ele propusera na apresentação do livro. E foi exatamente isso o que ele fez.

Por outro lado é preciso lembrar que a consciência histórica de Celso Furtado fica prejudicada pela escolha dos autores que fez; por isso observa-se, como foi exposto, um descompasso entre a qualidade da análise econômica e a social nesta obra. Sua própria concepção de história, permeada pelo positivismo e pela sociologia funcionalista, lhe impõe uma

⁷ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste foi criada originalmente em 1959, o órgão foi idealizado no governo do Presidente Juscelino Kubitschek, tendo à frente o economista Celso Furtado, como parte do programa desenvolvimentista então adotado. Seu principal objetivo era encontrar soluções que permitissem a progressiva diminuição das desigualdades verificadas entre as regiões geo-econômicas do Brasil. Para tal fim, foram engendradas ações de grande impacto, tais como a colonização do Maranhão, projetos de irrigação, cultivo de plantas resistentes às secas, e outras. O órgão federal foi extinto em 2001.

visão de história tradicional, o que, no entanto, não o impede de avançar qualitativamente em suas análises econômicas.

A contribuição de Furtado foi exatamente ressaltar a importância do conhecimento histórico numa análise econômica. E isso ele fez com propriedade, de tal maneira que sua obra é identificada como sendo de história econômica. O grande avanço consiste no fato de ele ter demonstrado o subdesenvolvimento não como uma etapa da formação capitalista e sim como uma face desse processo, que tende a perpetuar-se se a vontade política não promover a sua superação.

Essa tese furtadiana tem validade até hoje. As desigualdades sociais nacionais e a dependência econômica externa são geradas ao longo da formação do capitalismo e isso é observável somente no processo histórico. É relevante um economista buscar na história os argumentos para fundamentar seus estudos e análises. Por isso, sem sombra de dúvidas, a principal contribuição de Celso Furtado, na obra *Formação econômica do Brasil*, é a ênfase na história como elemento explicativo da realidade. Mesmo sendo questionáveis alguns aspectos em sua abordagem histórica, somente a visão global sobre o processo histórico brasileiro pôde conferir a Celso Furtado a compreensão ampla da formação econômica nacional.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, R. Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 9, n. 4, out./dez 1989.

DOSSE, F. *História de estruturalismo: o campo do signo 1945/1966*. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora UNICAMP, 1993. v. 1.

FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

_____. *O capitalismo global*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SZMRECSÁNYI, T. Sobre a formação da Formação econômica do Brasil de C. Furtado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 37, p.207-214, 1999.

_____. Celso Furtado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p.347-362, 2001.

CELSO FURTADO EL HACEDOR DEL ESTRUCTURALISMO LATINOAMERICANO

*Carlos Mallorquin**

¿Cómo comprender el insistente y recurrente ímpetu de pensar simultáneamente a Brasil, a Latinoamérica, y a sí mismo, transformándose en cada coyuntura político-social que logró superar? ¿Serían las lacerantes exclusiones sociales y económicas “irracionales” percibidas desde niño y que aún esperan solución, los móviles que explicarían al pensador? Algunos hablan de su “pasión”, (BRESSER PEREIRA, 2001), de “angustia” (JOSE REGO, 2001) y él, como espejo velado, ofrece una interpretación: “deseo de salvación” (FURTADO 1973, p. 35 en OLIVEIRA 1983). Voluntad de poder que puede vislumbrarse claramente desde sus años mozos.¹ En pleno impulso por la industrialización de Brasil también se escuchó decir (claro, con la elocuencia de G. Harbeler) «a man of faith» (FURTADO, 1988, p. 124) e incluso «fanático» por boca de E. Gudin.²

No obstante, un examen atento de la evolución y formación teórica del nordestino, deja fuera de duda el vigor e importancia de la perspectiva conceptual que emerge de su pluma para las ciencias sociales y hace posible reflexionar sobre el desarrollo de los pueblos latinoamericanos. Aquí intentaré analizar y subrayar algunos elementos conceptuales de su trayectoria

* Doctor por la Universidad Autónoma de México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales; actualmente profesor de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla.

¹ Nace el 26 de julio de 1920, en Pombal, Paraíba, Brasil.

² Estas palabras vienen a raíz de una conversación entre G. Harbeler y Gudin.

teórica que hacen de él el verdadero hacedor de la concepción estructuralista latinoamericana.

Retrospectivamente, el estructuralismo furtadiano parecería una consecuencia teórica lineal de ciertas condiciones “estructurales” de nuestras naciones, producto de ciertas “tradiciones e influencias” de su época, más la superación (Hegel) conceptual de dichos elementos teóricos y la estrategia adoptada para construir un nuevo vocabulario, tan sólo a lo largo de la década 1950, es enigmática, por decir lo menos. El verbo conquistar, en ocasiones utilizado por el propio Furtado, puede ser útil para pensar lo que aún quedaba por realizar teóricamente en Latinoamérica: por un lado, esperanza sobre la existencia de un ámbito por asediar, por otro, una desgarrante ausencia de los instrumentos conceptuales adecuados para lograrlo.

A los 16 o 17 años, allá por 1937, el adolescente escribía: “Quiero registrar hoy, aquí, una idea que hace tiempo vengo acariciando: escribir una *História de la Civilización Brasileña*” (FURTADO, 1937).³ En sus mocedades, es la noción de *Civilización* la que impulsa el proyecto teórico y la perspectiva explicativa de sus primeros andares, cuyas condiciones de existencia se podrían remontar a la propia genealogía teórica formativa así como a las peculiaridades existenciales que vemos en Fernand Braudel y su obra. Se sabe que para Lucien Febvre América del Sur era un “campo privilegiado de estudios”. Entre 1935-37 la recientemente fundada Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de Sao Paulo, tiene como profesores de la cátedra de “Historia de las Civilizaciones” a Fernand Braudel. Braudel entonces no formaba parte todavía del núcleo central de grupo dirigente de los primeros *Annales*. Con casi medio siglo de por medio confesaba: “En Brasil descubrí lo que no conocía hasta cierto punto violenta [...] En todo caso, es en Brasil que yo me convertí en lo que ahora soy.” (BRAUDEL, 1984 en AGUIRRE ROJAS, 1996, p. 9). L. Febvre entonces aconsejaba al joven historiador: “En su lugar, trataría de no olvidar el continente descubierto por Álvares Cabral. (...) entonces usted se convertiría, al mismo tiempo, en un historiador mediterráneo e brasileño. Y necesitamos de ambos”. (RICUPERO; MARTINEZ, 1999, p. 131).

³ Agradezco a Rosa Freire d’Aguiar por la información de sus manuscritos.

Se sabe que detrás de los *Annales d'Historie Économique et Sociale*, (proyecto que subsecuentemente culmina en los *Annales. Économies. Societies. Civilisations* en 1946) tuvo en su liderazgo intelectual a Marc Bloch y Lucien Febvre, quienes a su vez habían estado examinando y renovando aspectos de la obra de Henri Berr y Henri Pirenne.

La pionera influencia en Brasil, de Henri Hauser, miembro del comité de Dirección de *Annales*, también estuvo en la Universidad de Río de Janeiro en el transcurso de los años 1936-1939. Brasil se conforma como un espacio *sui generis* donde se encuentran la corriente historiográfica francesa y América Latina y fue en Brasil que la proyección “annalista” obtuvo un lugar predominante. País a su vez altamente receptivo a la “expansión” – para decirlo de manera diplomática- de la “cultura francesa”. El Instituto Francés de América Latina (IFAL) funda una oficina en México en 1944 y en Santiago de Chile en 1947 y en el año siguiente en Colombia. Braudel tuvo incluso una segunda estancia de cinco meses en Brasil en 1947 en la Universidad de Sao Paulo y de esa forma los *Annales*, seguirán ampliando su radio de acción, especialmente en hombres como Florestán Fernández, Alicia Cannabrava, Eduardo d'Oliveira Franca, Octavio Ianni y Charles Morazé (*Les Trois ages du Brasil: essai de politique*) también miembro del comité de Dirección de los *Annales*, así como Frédéric Mauro, después de la Segunda Guerra Mundial.

Mientras Francia ampliaba su presencia cultural en Brasil y América Latina, el nordestino, siguiendo la tradición familiar inicia la carrera de derecho en Río de Janeiro. Le pesó la chatura de la currícula y pronto buscó cambiar de especialización, culminando en el área de las finanzas públicas, pero dicho trasiego reflejaba ya un largo decurso reflexivo sobre su futura formación y participación en la construcción del Brasil, para entonces ya había especulado con la posibilidad de ser un estudioso de la música, habiendo también ocupado cargos menores en la administración pública, que a su vez rechazaría por la de escritor y periodista que a su vez daría lugar a su pasión por “reconstruir” Brasil.

Furtado fue un “autodidacta” confeso en las ciencias sociales (FURTADO, 1973 en OLIVEIRA, 1983), lo cual delata ya sea por comisión u omisión la razón que lo impulsaría a cruzar el Atlántico para seguir estudiando. Es recién en 1946 cuando aparecen las Facultades de

Economía en Sao Paulo y Rio de Janeiro (LOUREIRO, 1997), año en que Furtado iniciaba su estancia doctoral en la Sorbona, París, y que culminará con su tesis doctoral bajo la dirección de Maurice Bye: *L'économie Coloniale Brésilienne XVIe et XVIIe Siècles: Eléments d'Histoire Economique Apliqués - Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII. Elementos de história economica aplicados a análise de problemas economicos e sociais* (FURTADO, 2001).⁴

Mucho de lo que se entendía entonces por "economía" como materia y programa de estudio, fue producto de la mano de obra de E. Gudin: fue en el año de 1941 cuando entregó al Ministro de Educación (Gustavo Capanema) los renovados programas de estudio diseñados con la colaboración de Maurice Bye y Octavio G. de Bulhoes (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 47).

Afortunado por doble partida: ausencia de "pensamiento único" y presencia de indicadores teóricos, como los seguidores de F. Perroux, quienes hasta la fecha han renegado de la economía neoclásica. En otras palabras: "Gudin era un liberal", pero "atento" (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 51), que a su manera muy particular también estuvo «enamorado» del Estado (OLIVEIRA, 1981, p. 1027).⁵

Furtado vivió la época de las grandes potencias confrontadas entre sí, la Unión Soviética y el "coloso del norte" (Marti), pero también el ciclo cuando las ciencias sociales mostraban aspectos de pluralidad teórica -bajo asedio ya por varias décadas-, no solamente en su país. En Norteamérica la "economía" no había adquirido los actuales tintes "disciplinarios" (en todos sus sentidos) (MIROWSKI, 2002), (YONAY, 1998), (SÁNCHEZ TORRES; MALLORQUIN, 2006), (HODGSON, 2001); los "institucionalistas norteamericanos" aún pesaban considerablemente en la academia norteamericana y sobre los "poderes fácticos". En contraste, el último cuarto de siglo hemos sido testigos de una de las más graves y devastadoras

⁴ Se publica en portugués por Hucitec, Sao Paulo, 2001. Sobre la tesis doctoral de Furtado (FURTADO, 1948), Joseph Love ha dicho que «no contiene mucho análisis económico formal de cualquier tipo» (LOVE, en BETHELL L., 1994, p. 434, nota núm., 127), lo cual como veremos más adelante, es precisamente lo que hace de Furtado un inusual teórico de la "economía".

⁵ Para ser exacto De Oliveira escribió: «...`amor al Estado' (...) Furtado y las generaciones formadas por él padecían de una furia amorosa por el Estado» (OLIVEIRA 1981, p. 1027).

regresiones sociales en materia de salud e igualdad, todo en aras de sostener en términos prácticos y políticos, una irrenunciable fe en la doctrina neoclásica.

En París y en el École, donde estudió otro confeso “autodidacta”, contemporáneo de Furtado, Albert O. Hirschman,⁶ encontró condiciones envidiables: L. Meldolesi ha dicho:

la economía francesa de ese tiempo había tomado algunas características peculiares: una inclinación práctica a la descripción de los hechos económicos, cierta tolerancia respecto a las diferentes escuelas de pensamiento (liberal, histórica, social, matemática, sociológica, etc.) y un marcado interés por el aspecto político de la economía. (MELDOLESI, 1997, p. 20).

No obstante, unos años previos a su tesis doctoral, Furtado había concluido una de sus primeras reflexiones en torno a la problemática sobre la “civilización Brasileña” con su ensayo “Trayectoria de la democracia en la América» (FURTADO, 1947).⁷ Fueron esas interrogantes las que llevan de la mano al joven estudiante y que subrepticamente se utilizan por un lado para realizar una velada crítica a las condiciones políticas de su país y por el otro, calibrar-confrontar al país contra la evolución de otras civilizaciones y el futuro de la propia democracia estadounidense. En el ensayo, M. Weber se asoma como el héroe intelectual más importante para pensar la problemática.⁸ Vemos que se ofrece una descripción del “individualismo” calvinista y su importancia en la formación política y administrativa en Los Estados Unidos de Norteamérica así como para su desarrollo industrial, cuyo posible eclipse podría ser consecuencia del surgimiento del “hombre masa” y del ascenso

⁶ Hirschman dedicó su libro *Journeys Towards Progress: Studies of Economic Policy Making in Latin America* (1963) a Furtado y Carlos Lleras Restrepo, a los que llamó “reform-monger’s”: por el afán de las reformas.

⁷ Por el ensayo, publicado en la *Revista do Instituto Brasil, Estados Unidos*, Río Janeiro, 1947, Furtado recibe una de sus primeras condecoraciones: el Premio Franklin D. Roosevelt del Instituto Brasil-Estados Unidos.

⁸ Sergio Mata (2006, p. 203) rescata la importancia de Weber para reflexionar sobre la problemática en cuestión, pero en términos de Estados Unidos y Rusia: “uno de los grandes dilemas de la modernidad. Se trataba, en cuanto a los Estados Unidos, de la siguiente cuestión: como no perder a libertad a duras penas conquistada? Y respecto Rusia: como inventarla?” Weber decía: «El carácter democrático de Norte América es dependiente del carácter *colonial* de su civilización, y, por consiguiente, demuestra la tendencia de declinar juntamente con esta última” (WEBER, p.395 1973: 395 en MATA, 2006, p. 206).

del desarrollo de fuerzas sociales antidemocráticas, corporativistas, lo cual imponía desarrollar nuevas formas educativas y políticas. Sólo así – decía Furtado- se podrá sostener el individualismo tan importante para el progreso social y económico de dicho país.

Deslumbrado por la ciudad lúz, donde realizará sus estudios doctorales, atormentándolo el enigma del “atraso” de la “civilización brasileña”, la tesis presentará uno de sus primeros acercamientos al problema de la pertinencia o no, del uso de la noción del “feudalismo” para explicar las instituciones y formas de producción instauradas en la colonia Lusitana: también para las razones del auge y/o decadencia comparativa entre distintas formas de producción y modelos de colonización: el de la economía azucarera de las Antillas francesas y el de la brasileña.⁹ Comparte también esta la problemática, la cuestión del “sentido” de la colonización para el Imperio Portugués, y su aspecto meramente comercial, no de “colonización propiamente dicha” (FURTADO, 2001, p. 72); o sea, no había una clara idea de poblar la región, ya que todo se dejaba en “manos privadas”. El dominio y la administración se explican señalando la impertinencia de categorías que aluden al “feudalismo”, lo cual hace de la colonia brasileña una zona de actuación del capitalismo/comercial, y con ello la llegada de la mano de obra esclava. Por otro lado, dicha perspectiva asume toda una tradición de la historiografía brasileña¹⁰ la idea de que en el siglo dieciocho el “ingenio no era apenas la unidad productiva, sino que la verdadera célula social de la Colonia”. (FURTADO, 2001, p. 101).

Sin haber mediado mucho tiempo entre su tesis y retorno a Brasil en 1948, toma vuelo para Santiago de Chile, donde se diseñaba la posibilidad de instaurar una organización regional latinoamericana, bajo el auspicio de las Naciones Unidas, que sería la sede para estudiar los problemas y el crecimiento de la región: La Comisión Económica para América Latina

⁹ “En realidad, el punto de partida y la preocupación permanente fue el proceso brasileño, objeto ya de mi tesis, preparada bajo la dirección del profesor Maurice Byé de la Facultad de Derecho de la Universidad de París y defendida en 1948. Un año después de la tesis, la cual se limitaba a estudiar la fase azucarera de la economía colonial brasileña, publique mi primer estudio analítico de las transformaciones de la economía brasileña en el siglo actual. En ese ensayo están los gérmenes de lo que sería, diez años después, mi *Formación Económico del Brasil*. El esfuerzo para comprender el *atraso* brasileño me llevó a pensar en la *especificidad* del subdesarrollo.” (FURTADO 1973 en OLIVEIRA, 1983, p. 38).

¹⁰ Véase: Ricupero Bernardo (2000).

(CEPAL), la cual finalmente sería aprobada después de varios intentos estadounidenses para impedirlo.

Allí, Furtado conoce a Raúl Prebisch, quien llegaría por un corto periodo para elaborar un informe, más adelante llegaría Juan Noyola, otro “joven”, como les decía a ambos Prebisch, y quienes en el futuro serían todo un dolor de cabeza para el “maestro” dadas la proclividades de la CIA estadounidense de encontrar “comunistas” en cada palabra ajena a su vocabulario. Los análisis allí realizados y su incontenible “pasión” por conocer y transformar el mundo lo llevan a producir varios textos entre 1950 y 1954, así como viajes para corroborar dónde se ubica la CEPAL en eso de la explicación del crecimiento económico en la región latinoamericana.

Prebisch había dicho en su informe, subsecuentemente conocido como el “manifiesto latinoamericano” (traducido por Furtado al portugués),¹¹ que la economía mundial debe pensarse en términos de centro y de periferias donde se reflejaba la existencia de una asimetría de poder entre las distintas economías en detrimento de las economías periféricas que se manifestaba en el deterioro “secular” de los términos de intercambio vis a vis las del centro. Aún más importante para Furtado, aún más importante fue la idea de que la doctrina económica proveniente de los centros supuraba una “falsa universalidad” y no se debía “generalizar”, ya que sus condiciones conceptuales de existencia estaban “circunscritas” (PREBISCH, 1949 en 1993, p. 491) a cierto tiempo y espacio económico en particular.

La asimetría de poder, entre sectores económicos la había conocido en París: “El problema del poder económico ya no puede hoy ser formulado independientemente del poder político” (FURTADO, 1949, p. 106), lo que realmente lo agobiaba era más bien la pertinencia del vocabulario convencional para explicar el “crecimiento” en espacios sociales cuyas características sociales “reaccionaban” ante los conceptos tradicionales. ¿No fue precisamente eso lo que ocurrió cuando se intentaba explicar la colonización y formas de producción “coloniales”?

¹¹ Cf. Mallorquin (2006) para una interpretación de la aparición y construcción del texto.

En los hechos, Furtado no necesitaba la “euforia” (FURTADO, 1988, p. 109) que se percibía en Santiago y por lo desarrollaría la CEPAL¹² con Prebisch al frente. Igualmente, tampoco necesitaba de las conclusiones que resultarían de su visita al mundo académico norteamericano en 1951: quería “avanzar” y “quemar etapas”. Pero ya no podía seguir escudándose en lo que había dicho Prebisch; es así que, entre su primer artículo en economía (FURTADO, 1950) y la aparición de *La economía brasileña* (FURTADO, 1954), logra elaborar el vocabulario con el cual consumaría el parricidio conceptual del “Maestro”. El texto dedicado a él no fue bienvenido en la CEPAL. El salto cualitativo entre su primer artículo y el libro puede verse en la idea (FURTADO, 1950) de que uno de los límites del desarrollo del núcleo industrial podía explicarse por «la ausencia de un vigoroso espíritu empresarial» (FURTADO, 1950, p. 22), para después pasar a argumentar que la cartelización de los productores con el apoyo estatal dificultaba solucionar el estancamiento económico, porque creaba una situación «antieconómica» debido a que el «desenvolvimiento normal» de la «economía de libre empresa» utilizaba «las crisis como un instrumento de saneamiento» (FURTADO, 1950, p. 22); todo lo cual será sistemáticamente subvertido en Furtado (1954) *La economía brasileña*, vía el concepto de “socialización de pérdidas”.

Para entonces, también ya había desaparecido la problemática de las “civilizaciones” en el sentido de una formación cultural y de *sentido*. Furtado amplía sus ideas de la tesis doctoral y recompone la evolución económica brasileña desde su colonización hasta los tiempos modernos y por supuesto nuevamente con ciertas nociones de Caio Prado Jr,¹³ que reinan por doquier.

- a La economía colonial como una entidad productiva dependiente de impulsos exógenos para su expansión e incorporación de nuevos recursos y factores productivos;

¹² Retrospectivamente dice: “Estaba convencido de que en la CEPAL habíamos avanzado en tierra ignota y de que ocupábamos posiciones de vanguardia.” (FURTADO, 1988, p. 82).

¹³ *Historia econômica do Brasil*. 2. ed. Sao Paulo: Brasiliense, 1949; y *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*. Sao Paulo: editora, Brasiliense 1942.

- b La “economía colonial” aparece desarticulada en términos estrictos entre distintos sectores y “ciclos” productivos durante más de trescientos años;
- c Auges y decadencia de los ciclos, son posibles por la existencia de un ámbito o sector definido como de “subsistencia”.

Cabría preguntarse entonces ¿por qué *Formación económica del Brasil* (FURTADO, 1959) de Furtado se tornó un clásico y no el texto de Prado Jr.? Me imagino varias explicaciones: a diferencia del libro de Prado Jr., Furtado ofrece una explicación sobre la forma en que puede pensarse la evolución y la totalidad brasileña, a lo largo de los diferentes ciclos productivos y de los sectores intrínsecamente desarticulados en los periodos de decadencia y su transición hacia un nuevo conglomerado global entre los distintos sectores y unidades productivas cuando devienen mejores tiempos “comerciales internacionales”; que para la época moderna presenta los “mecanismos de defensa” que explican el proceso de industrialización (“socialización de pérdidas”); o sea, Furtado interroga la descripción histórica de Prado JR., así como la de Simonsen, R. en *Historia económica del Brasil*,¹⁴ a partir de preguntas que subsecüentemente -a raíz de la obra de Furtado- llamaríamos “estructuralistas”. Entre *La economía brasileña* (FURTADO, 1954) y *Formación económica del Brasil* (FURTADO, 1959) -donde se incorporan íntegramente los capítulos sobre la historia brasileña- vemos ciertos cambios en el vocabulario, confesando una evolución teórica hacia el “estructuralismo”, por ejemplo, ya no se usa “economía colonial” sino “economía dependiente” o “subdesarrollada”.

Por un lado, presenta como un problema las propias “transformaciones estructurales”, o sea, no admite de inmediato que necesariamente se logrará el crecimiento y la evolución (o involución) de las unidades productivas, pero por otro, sabemos que tiene garantizada dicha explicación dado su punto de partida, dando por hecho que la explicación que ofrece es la pertinente para cada etapa evolutiva. Fue esa visión de totalidad la que sedujo a las generaciones de la década de 1950 y sigue fascinándonos hoy día. Por otro lado, hay cierta teleología en la descripción de Furtado porque la evolución de las transiciones entre distintos ciclos productivos y formas de producción aparecen sin tropiezos en la

¹⁴ 7. ed. Sao Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977- edicon original 1944.

formación económica brasileña, entonces ¿donde quedaron los “obstáculos estructurales”?¹⁵

A posteriori podemos señalar que algunos de los problemas teóricos que surgen de la propia explicación e interpretación de Furtado, son en parte producto de la forma en que el propio Prado Jr. intenta resolverlos: negando pertinencia, al igual que Furtado, a la noción del feudalismo, eludiendo el uso del concepto de “modo de producción” en cualquier sentido y dejando cierta ambigüedad al utilizar la noción “colonial”, subrayando el aspecto mercantil y comercial externo a dicha formación social que son sus condiciones de existencia.¹⁶

En otro lugar he planteado (Mallorquin, 2005, p. 97-102) que la manera en que Furtado resuelve las transiciones entre distintos ciclos productivos, así como entre la época esclavista y posesclavitud, requiere más bien plantearse la idea, de que tanto la esclavitud como el feudalismo pueden proveer algunas de las condiciones exigidas por la propia interpretación: en algunos casos recursos humanos, mano de obra y “mercado interno”. Pero en Furtado la genealogía del problema surge de otra fuente, H. Pirenne, quien lo marcó profundamente. También concibe la noción del feudalismo necesariamente como algo “no monetario”, vacunado contra el uso de una unidad de cuenta: el dinero, espacios cerrados, nulo desarrollo tecnológico, sin intercambios dentro como fuera de las formaciones sociales otorgando al comercio internacional la función de la apertura y de la transformación, -o sea exógenamente- de los sistemas económicos precapitalistas. Sin embargo si el modo de producción feudal se piensa en otros términos, relaciones salariales mercantiles pueden convivir

¹⁵ Es interesante señalar que en las subsecuentes ediciones de *Historia econômica do Brasil* (1993) Prado Jr., actualiza la bibliografía e integra el texto de *Formación econômica de Brasil* (FURTADO, 1959) con la siguiente nota: “Interpretación sobre todo monetaria de la historia económica o en las palabras del autor ‘análisis de los procesos económicos y no la reconstrucción de los hechos históricos que está detrás de tales personas’ ” (PRADO, 1993, p. 359), parecería que la noción de “flujos” (“reales” o “virtuales”) que Furtado utiliza en su obra se entiende como algo meramente monetario.

¹⁶ Véase Ricupero (2000 p.154-158; Ricupero plantea que Fernando Novais, discípulo de Prado Jr., logra resolver esa ambigüedad, si bien aquí no hay espacio para discutir dicha “solución”, yo diría, paradójicamente que la respuesta requiere una reconstrucción del vocabulario marxista de lo contrario se limitaría de hecho percibir algo que el propio Prado JR. observo en los hechos: la diversidad de relaciones sociales existentes en la colonia al igual que el propio Furtado.

de manera simultánea con relaciones sociales que suponen una mano de obra “atada” a la tierra (HINDESS B.; HIRST, 1975). Esta digresión es necesaria para poder plantear lo que es la única forma de explicar y conceptualizar aquello nebuloso que aparece en Furtado y el historiador marxista que se dice “sector de subsistencia”: si como se supone en ambos, el sector de “subsistencia” se amplía durante el periodo de las “vacas flacas” o la mano de obra puede trasladarse libremente entre cierto sector productivo y el “sector de subsistencia”, ¿quien o qué los obliga a retornar cuando vienen los periodos de las vacas gordas?¹⁷

Estas preguntas surgen porque en términos estrictos, las nociones estructuralistas que irán apareciendo en la obra de Furtado nos las imponen. En Furtado, los “obstáculos estructurales” son la esencia de cualquier configuración productiva o economía, la diversidad posible entre distintos sectores, mano de obra, unidades de producción bajo relaciones de poder asimétricas supone que la superación de los obstáculos estructurales no son automáticos: esencialmente porque los agentes productivos tanto humanos como “morales”, no comparten el mismo horizonte de tiempo, ni tecnológico. He allí la idea, tanto de la heterogeneidad tecnológica, como social. Por ello, la programación, las reformas institucionales, la intervención estatal, hacen posible una nueva reconstrucción de la economía y sus respectivos sectores o unidades productivas. Es cierto que el estructuralismo furtadiano se conforma entre 1958-62, y por lo mismo existirán en algunos libros de la época reminiscencias del vocabulario anterior que como en toda teoría nunca se libra de su pasado plenamente, problemática que lleva al otro aspecto de la evolución de las ideas de Furtado.

En la construcción del estructuralismo furtadiano existe otro elemento fundacional en *La economía brasileña* (1954): se trata de su discusión por demás paradójica y heroica por lo que intenta lograr: reconstruir nada menos y nada más, que el pensamiento económico de su época a partir del punto de vista de la “periferia”. Previo a Furtado, no se encuentran textos que plantearan un análisis o crítica del pensamiento económico en relación

¹⁷ A. Ferrer en su clásico libro *A economia Argentina* (F.C.E. México, 1962) y recientemente aparecido en portugués, inicia declarando que utilizó el método de la “diferenciación de etapas históricas” encontrado en los trabajos de Furtado (1954 y 1959). Por lo mismo, sus grandes logros están limitados por los mismos problemas que hereda de los textos de Furtado, especialmente el concepto de “economía de subsistencia”.

a las economías “subdesarrolladas”. Los *Apuntes de Economía Política (Dinámica Económica)* de Raúl Prebisch (PREBISCH, 1948, en PREBISCH, 1993), siendo sus notas de clases, no circularon más allá del grupo en cuestión, es cierto son una devastadora crítica al pensamiento económico por la insostenible noción del tiempo y la explicación sobre la ganancia, pero se trata de un análisis lógico de sus condiciones de existencia, sin interrogar su pertinencia o adecuación en torno a la “periferia” (MALLORQUIN, 2006).

Furtado, paradójicamente, exige al pensamiento económico algo que solamente será fruto de su propia pluma, le hace preguntas que dada la concepción “universal” de sus postulados nunca jamás podría responder. Le increpa no poder explicar condiciones específicas del “crecimiento” en países “subdesarrollados”, a sabiendas, no obstante, que la economía de la época había declarado *non grata*, a dicha problemática, o sea fuera de su ámbito de reflexión.¹⁸ En parte, toda construcción teórica tiene la paradójica tarea de hacerle preguntas y críticas a cierto discurso a partir de las categorías hegemónicas, cuyas condiciones de existencia suponen negar esas mismas preguntas. Si Furtado por una parte acepta la mayoría de sus postulados, y elabora una serie de «modelos» o «tipificaciones» para pensar a las economías de la periferia, por la otra, encontramos una crítica a la estructura teórica pretérita y de su época, del pensamiento económico. Se observa, por lo tanto, una constante tensión entre retomar las categorías vigentes de la ciencia económica y simplemente acercarlas a «realidades históricas concretas», para librarlas de su «generalidad» y «grado de abstracción», y simultáneamente dar inicio a una búsqueda conceptual alternativa, síntoma de su negativa para reconocerlas plenamente como adecuadas para descifrar las economías «subdesarrolladas».

En otras palabras, para Furtado pareciera no haber contradicción entre el hecho de que la «ciencia económica» excluyera la posibilidad de proponer una «teoría del desarrollo» y su propia postura de inaugurar dicha construcción sin antes haber transformado sus postulados. Por lo tanto, es una lectura desvergonzadamente teleológica. Pero mucho de ello lo explica un texto único entre la gran variedad existente por la época en materia de historia del pensamiento económico o de sus ideas, conocido por Furtado:

¹⁸ Es recién tres años más tarde que se publica un libro anglosajón preguntándose sobre la relación entre el pensamiento económico y los países subdesarrollados: MEIER, G. M.; BALDWIN, R. E., *Economic development*. EUA: New York, John Wiley and Sons, 1957.

me refiero a *Historia de las teorías de la producción y distribución en la economía política inglesa de 1776 a 1848*,¹⁹ escrito por Edwin Cannan. Impresiona en su campo por el tono, por el sarcasmo, por la burla al pensamiento clásico; ni Marx, Lenin, Bujarin o Preobrashensky se atrevieron a tanto desprecio hacia Ricardo y otros como lo hizo Cannan. Claro allí, al igual que con Furtado, respecto de las ideas económicas de su época, todo el pensamiento anterior se asemeja a una vasta comedia de errores, de sonámbulos ataviados por ideologías y lógicas defectuosas del pasado. Por su parte, Cannan se apoya en A. Marshall; Furtado, en preguntas y realidades imposibles para el pensamiento convencional. La aparente incompatibilidad entre señalar como inútil más de 150 años del pensamiento económico para teorizar el “crecimiento” de las economías subdesarrolladas y su intención de elaborar “modelos” a partir de sus postulados (sin dejar de afirmar en ocasiones que algunos teóricos tenían “en mente” los “mismos problemas” aunque, como hemos dicho, éstos son posteriores a la Segunda Guerra Mundial y en gran parte se lo debemos al propio Furtado) sólo puede superarse y comprenderse al examinar la estrategia discursiva e interrogante del autor en cuestión: reconstruir las formas de pensar e interpretar la especificidad de las economías latinoamericanas y su respectivo “crecimiento”; intento heroico, pero destinado a fracasar, dadas las categorías económicas conceptuales vigentes.

La evaluación y revisión que Furtado realizó a los «economistas» del pasado fue utilizada para imputarles -ya sea a los «clásicos» o neoclásicos y keynesianos- interrogantes -la del “*crecimiento/desarrollo*” de la periferia y su *especificidad*- surgidas después de la Segunda Guerra Mundial. No sorprende el anacronismo histórico mencionado; sus condiciones de existencia son la total ausencia de un vocabulario teórico desde el cual repensar la particularidad de los países subdesarrollados. En «La teoría del desarrollo en la ciencia económica»,²⁰ Furtado hace una revisión del discurso económico en torno a la problemática del «crecimiento». Inicia con los clásicos -pasando

¹⁹ México: F.C.E., 1942.

²⁰ Es la segunda parte del sexto capítulo «Formulación teórica del problema del crecimiento económico» (primera parte «El mecanismo del desarrollo»), del libro *A economia brasileira*, (FURTADO, 1954). El mismo capítulo posteriormente será expandido con una serie de redefiniciones para adaptarlo a la propia evolución teórica de Furtado entre 1954 y 1962. Así vemos que se publica como el primer capítulo del texto *Desarrollo y subdesarrollo*, ed. Editorial Universitaria de Buenos Aires, Buenos Aires, 1964, primera edición en portugués en 1961. También está presente en *Teoría y política del desarrollo económico*, ed. Siglo

por los neoclásicos- para terminar con los keynesianos. Allí se ofrece una perspectiva triste y desoladora del pensamiento económico, más de 150 años, saturado por deficiencias conceptuales para explicar la problemática del «desarrollo». Sin embargo, debe mencionarse la manera oscilante en que se presenta dicha interpretación.

Rastrea la economía clásica (Smith, Say, Ricardo, Senior, Mill), y a ellos les atribuye un déficit discursivo: el de la «teoría del desarrollo»:

[...] veían en el proceso de la acumulación del capital no la clave de una teoría del crecimiento, y sí una prueba de que el desarrollo que entonces se observaba era un fenómeno fugaz. El problema les parecía simple: con la acumulación el uso del equipo tiende a aumentar, vale decir, la proporción del capital fijo tendría a crecer, lo que acarearía una mayor dosis de capital por operario y por lo tanto, una menor cantidad de 'valor' creado por unidad de capital aplicado. Esa tendencia de la tasa de ganancias a disminuir no estimularía el ahorro e indirectamente reduciría el ritmo de acumulación del capital. Por otro lado, la acumulación del capital no creaba mejores condiciones de vida en la clase operaria, pues -según la ley de Malthus, dogma básico de la economía clásica- el crecimiento del salario real provocaría necesariamente un aumento más que proporcional de la población (FURTADO, 1954, p. 217).

Como dicha «ley», aunada al principio de población, aterrizaba en una «tendencia al estadio estacionario» donde disminuiría la acumulación y el crecimiento, se imponía pues al discurso clásico, según Furtado, teorizar las posibles opciones para salir del atolladero estacionario.²¹

XXI, México, 1974, primera edición en portugués en 1967, posteriores ediciones son corregidas y aumentadas. Menciono el recorrido que da éste capítulo entre diversos libros porque sufre importantes mutaciones conceptuales conforme se va logrando al perspectiva estructuralista del subdesarrollo de Furtado. De hecho apareció en 1952 como: «La formación del capital y el desarrollo económico, publicado en *El Trimestre Económico*, México, 1953, y originalmente publicado en 1952 en la *Revista Brasileira da Economia*.

²¹ La interpretación de M. Dobb también destaca la importancia teórica para los clásicos del estadio «estacionario»: hablando de Ricardo dice: «En su pronóstico de largo plazo (que como hemos visto se basa sobre el supuesto de importaciones insignificantes o por lo menos limitadas de grano) entra la noción del estadio estacionario, que bajo una apariencia levemente diferente y con diversos grados de énfasis, apareció en muchos de los escritos del período clásico. Si estuviéramos pintando el escenario con colores dramáticos, podríamos vernos tentados a hablar del asunto como de un fantasma de pesadilla acechando en el horizonte; es que cuando se consideran los efectos a largo plazo de las medidas de política, la posibilidad de su aparición provoca un constante desvelo. La meta inmutable del esfuerzo y la garantía de la prosperidad material del total de la comunidad y para todas las clases, *era el progreso*

La teoría de la «distribución» era uno de los obstáculos teóricos; limitaba la visión del «progreso económico», olvidando los efectos de la tecnología, así como los de la producción en general para explicar la intensidad y grado de acumulación, que podría desplazar la tendencia de la economía hacia un estadio estacionario. Sin embargo, cabe señalarse, que para Furtado la noción del «progreso económico» elaborada por A. Smith, y su punto de partida es un fenómeno natural y dogmático, empero las lagunas teóricas se encuentran en la explicación de la relación y las articulaciones entre la acumulación del capital, el nivel de la productividad y el del progreso técnico. «Esa idea del progreso económico no encuentra, entre tanto, en Smith, una explicación que la integre en el cuerpo de la ciencia económica. Si bien se refiere ampliamente a la acumulación del capital, se limita a la descripción externa del proceso.» (FURTADO, 1954, p. 219-220).

Como hemos visto más arriba, la presentación de los «clásicos» por parte de Furtado, durante los años 1950-55, no tiene prácticamente nada que decir sobre Marx; pero en la edición posterior en *Desarrollo y Subdesarrollo* (FURTADO, 1961) se toma la oportunidad para incluir un apartado especial para exponer «El modelo de Marx». En claro contraste con la posterior incorporación de Marx a su pensamiento, especialmente el Marx «político», el de las clases sociales, y el Estado, la crítica que aquí realiza Furtado a Marx se concentra en la teoría del valor y el «determinismo» de sus concepciones. En este ensayo Marx emerge como el teórico del derrumbe.

Furtado sostiene que el proceso del desarrollo o «progreso económico» -a diferencia de la concepción clásica- no tiene lugar teórico alguno más que si se supone un sistema fuera de «equilibrio», y donde la maximización de las utilidades por parte de los agentes y factores de producción no logran realizarse como un proceso automático de ajuste o de «equilibrio». Pero el planteamiento teórico y explícito de esta concepción de la economía no dice mucho sobre el «progreso económico». Es sólo de manera implícita, a partir del estancamiento de la economía, que cabría postular que este discurso tenga

de la acumulación del capital.» (cursivas mías, *Teorías del valor y de la distribución desde Adam Smith*, ed. Siglo XXI, México, 1983, p. 102). Por otra parte, a diferencia de Furtado, la cita denota, la dificultad de sostener que este marco conceptual pudiese estar articulado a pensar los «países en desarrollo»; las nociones de «prosperidad», «felicidad», y «diferentes órdenes de la sociedad» precluye todo tipo de interpretación en esa dirección, hoy diríamos que se trata de un discurso sobre la ética.

algo que decir al respecto; en ese sentido, esta noción de la economía y sus interrogantes es diametralmente opuesta a la de los clásicos centrados en la idea de una inevitable tendencia del estancamiento económico y la explicación del «progreso económico». Por consiguiente, si en el discurso neoclásico existe un lugar para la problemática de la «teoría del desarrollo», éste la supondría como resultado de un proceso automático:

[...] el aumento de productividad del trabajo (que se refleja en el aumento del salario real), es una consecuencia de la acumulación del capital, la cual, a su vez, está en dependencia de la tasa anticipada de remuneración de los nuevos capitales. Es fácil percibir que la acumulación de capital, provocando un aumento en los salarios reales, tendería a incrementar la participación de los asalariados en el producto, y por lo tanto, a reducir la tasa media de rentabilidad del capital. Ahora bien, disminuyendo el 'precio de demanda' del capital, se dejaría de estimular el ahorro y consecuentemente se reduciría el ritmo de acumulación del capital. Retrocedemos así a la teoría del estancamiento. (FURTADO, 1954, p. 224).

Considerando que los economistas neoclásicos no se preocuparon de las «inter-relaciones entre la forma de organización de la producción y el proceso acumulativo»(FURTADO, 1954, p. 228), Furtado elabora esta temática en la sección titulada «La teoría del empresario».

Aquí se subraya particularmente el proceso por el cual se ahorra y se incorporan ciertos recursos para la formación del capital, la manera en que se concretiza por medio de la inversión, ya que «la teoría del desarrollo tiene que concentrarse no en el análisis de la `abstinencia´ o de los efectos de la acumulación sobre la repartición de la renta, sino en la de los incentivos a la inversión»(FURTADO, 1954, p. 229). En esta sección del mismo capítulo, la búsqueda de teóricos precursores sobre el desarrollo y la descripción del discurso «keynesiano» dominante por esa época, lleva a Furtado a plantear a Wicksell y a Schumpeter como sus puntos de partida. El primero se concentró en explicar el nivel de los precios a partir de la existente demanda por el capital; porque si los empresarios calculaban que las inversiones productivas tendrían un mayor rendimiento que el que otorga la tasa de interés reinante, ello motivaría una mayor competencia por los factores de la producción, elevándose como consecuencia los precios. Furtado reconoce que la teoría de la inversión no iba más lejos y pasa a Schumpeter, quien es bautizado como el teórico que inició la reflexión

sobre las condiciones que hacen posible que el empresario impulse las transformaciones productivas.

Según Furtado, Schumpeter abandona el problema de Wicksell en torno al ajuste de los agentes productivos a la fluctuación de los precios, para subrayar el hecho de que el empresario no es sólo un «calculador de ganancias», sino además un procreador de las transformaciones productivas, que rompe con los precedentes «equilibrios»; la importancia de su función trata la problemática de si su «propia acción tiende a transformar el proceso productivo.» (FURTADO, 1954, p. 231). Durante las fases de rápido crecimiento («equilibrio dinámico»), lo que se vislumbra es la sagacidad de algunos empresarios, quienes «a través de la introducción de `innovaciones' en el proceso productivo» (FURTADO, 1954, p. 231) promueven una mutación y expansión del aparato productivo. Es el enfoque de Schumpeter, sobre el dinamismo de la economía capitalista, lo que posibilita la observación sobre «la importancia del progreso tecnológico como factor dinámico», pero esta visión, no obstante sus diferencias con la neoclásica, fue insuficiente para explicar satisfactoriamente el proceso del desarrollo económico.

Schumpeter no logra distinguir las relaciones sociales o el período histórico y por lo tanto eterniza la noción del empresario (una «falsa universalidad»), reduciéndola a una «teoría de las ganancias». Para Furtado era indispensable elaborar las condiciones sociales bajo las cuales se abría cauce a una situación de cuasi monopolio para el empresario, como resultado de alguna «innovación» en el proceso productivo. Es ese elemento el que impulsa y fomenta el crecimiento económico, y especialmente el que lleva a reducir los costos vía el incremento de la productividad.

La clave para comprender el desarrollo pertenece al ámbito del análisis y explicación del proceso de acumulación de capital. Así Furtado pasa a enaltecer la figura de A. Hansen como el máximo representante de un «caso típico de teoría especial en el campo del desarrollo» (FURTADO, 1954, p. 240). Hansen es personificado como esencialmente keynesiano, ya que replantea la problemática de Keynes en relación al monto de inversión necesario para ocupar la mayor proporción posible de los recursos productivos, y ello implica reflexionar sobre los factores que «inducen a los empresarios a invertir». Por otra parte, niega que Keynes haya elaborado

dicho esquema: «El análisis de los factores que inducen al empresario a invertir, es ciertamente, la parte *más pobre* de la obra de Keynes»; (FURTADO, 1954, p. 242-243). Hansen expone esta problemática -dice Furtado- a largo plazo, indicando a su vez «algunos vicios estructurales del sistema económico» que hacen factible establecer «una posición de partida para una teoría del desarrollo»(FURTADO, 1954, p. 243).

Para nuestro autor, Hansen teoriza simultáneamente la crisis de los años treinta en términos de una insuficiencia de la demanda efectiva, y como un problema más profundo de la «estructura». «Por esa puerta - escribe Furtado- entra el análisis del desarrollo» (FURTADO, 1954, p. 243). Este análisis asume que, debido a la reducción de las «fronteras» geográficas, la ampliación y aumento de inversión limitarían el grado de acumulación en el sector de bienes de capital; a medida que se alcancen dichas fronteras, los montos de capital requeridos para proseguir el desarrollo serían proporcionalmente mayores, pero con la incorporación casi total de la mano de obra, el sistema económico perdería su flexibilidad, y correlativamente se reducirían las oportunidades de inversión. Debe mencionarse que si bien Furtado niega atributos de universalidad a dicha perspectiva del desarrollo, no le impidió caracterizarla como «científica»; es decir, en la medida en que ésta concepción se articulaba a los problemas económicos de cierta época histórica (los años treinta), su aplicación y explicación son compatibles con la época. La entonces existente reserva de amplias capas poblacionales que aún podían ser absorbidas por el proceso de expansión económica facilitaba que la economía siguiera creciendo. Pero más allá de esta problemática y espacio histórico, esta concepción perdía capacidad explicativa y pertinencia alguna.

En las versiones subsecuentes del capítulo discutido de *La economía brasileña*, se excluye casi página y media, allí vemos un panorama lamentable sobre la utilidad y capacidad de la «ciencia económica» para comprender el «desarrollo»:

Las observaciones hechas anteriormente (clásicos y neoclásicos-keynesianos) ponen en evidencia que el problema del desarrollo ocupó siempre un *segundo plano* en la ciencia económica. Hasta el presente, la atención de los economistas se había concentrado en los problemas relativos a la repartición del producto social, las fluctuaciones del nivel de precios y a la insuficiencia periódica del grado de ocupación de la capacidad productiva. Y de una manera general esas consideraciones habían conducido antes a la

formulación de un teoría del estancamiento que del desarrollo. [...]

¿De donde arrancan los economistas esa idea del estancamiento si la realidad había sido otra? Aparentemente ella es resultado de las insuficiencias de las propias formulaciones teóricas. Había estado inmanente en las explicaciones que elaboraban los economistas del proceso económico. El estancamiento de la escuela clásica es una simple *reductio ad absurdum* ingenuamente hecho por J. S. Mill de los argumentos polémicos de Ricardo. Entre los neoclásicos es una consecuencia de su impotencia para formular una teoría más realista de las ganancias. Finalmente, entre los keynesianos resulta de la negativa de estos a reconocer la necesidad de modificaciones institucionales en cara del entorpecimiento del mecanismo de los precios. Antes de abandonar sus preconceptos y posiciones establecidas *a priori*, los economistas de manera general vienen prefiriendo aceptar la idea milenaria de una tendencia al estancamiento. Esa actitud es responsable por el atraso de los trabajos de carácter científico con enfoque directo en los problemas del desarrollo. El gran esfuerzo que actualmente se realiza para subsanar esa enorme laguna podrá abrir perspectivas enteramente *nuevas* a la ciencia económica (FURTADO, 1954, p. 245-246).

Existe entonces, en los primeros años del cincuenta, una inestable contraposición no resuelta entre utilizar sus categorías y demostrar su impertinencia para los problemas del desarrollo de las economías periféricas. No desconcierta entonces el hecho de que en ocasiones ciertas nociones compartan una vergonzosa vecindad con las concepciones convencionales sobre el crecimiento y su equiparación con el «desarrollo»:

En una simplificación teórica se podría admitir como plenamente desarrollada, en un momento dado, aquellas regiones en que, no habiendo desocupación de factores, sólo es posible aumentar la productividad (la producción real *per cápita*) introduciendo nuevas técnicas. Por otro lado, las regiones cuya productividad aumenta o podría aumentar por la simple implantación de las técnicas ya conocidas, serían consideradas en grados diversos de subdesarrollo. El crecimiento de una economía desarrollada es por lo tanto, principalmente un problema de acumulación de nuevos conocimientos científicos y de progresos en la aplicación de esos conocimientos. El crecimiento de las economías subdesarrolladas es, sobre todo, un proceso de asimilación de la técnica prevaeciente en la época (FURTADO, 1954, p. 194).

En otro lugar decía:

El desarrollo consiste, básicamente, en el aumento de la productividad física del conjunto de la fuerza de trabajo, eliminando el efecto de los factores naturales (FURTADO, 1958a, p. 40).

El desarrollo y/o crecimiento aparecía simplemente como un problema de «asimilación» tecnológica. No se intentaba especificar las particularidades del «subdesarrollo», fenómeno que de todas formas sería superado por medio del «crecimiento». Además, esta concepción estaba articulada a nociones relativamente ortodoxas sobre el subdesarrollo como una entidad en la que, la «escasez del capital», constituía una de sus características principales.

La idea de que el «subdesarrollo» era consecuencia de la «escasez de capital»²² estaba ampliamente difundida por el discurso de la economía ortodoxa en boga en ese entonces y de ella encontramos más que rastros en las proposiciones de Furtado:

Dentro de los patrones de la técnica conocida, en una región subdesarrollada siempre existe una utilización deficiente de los factores de producción. Sin embargo esa deficiencia, no resulta necesariamente de la mala combinación de los factores existentes. Lo más común es que resulte de la escasez del factor capital (FURTADO, 1954, p. 194).

Furtado expone una noción del «crecimiento» cuyas características denotan un proceso automático y mecánico fluido en cuanto a sus efectos multiplicadores:

Por lo tanto, las grandes *dificultades* del *desarrollo* se encuentran en los niveles más bajos de productividad. Iniciado el *proceso* de *crecimiento*, la *dinámica propia de este* hace que parte del aumento de la renta se reserve para la capitalización (FURTADO, 1954, p.196-197).

Hoy sabemos que en los siguientes años relacionados con tareas prácticas del desarrollo en el Brasil, en gran parte debido al nordestino, fueron precisamente los cuestionamientos a dichos postulados lo que hace posible el discurso «estructuralista». Sabemos que el Furtado estructuralista negaba rotundamente que “La teoría del desarrollo económico trata de explicar, desde un punto de vista macro-económico, el proceso de expansión de la productividad del factor trabajo (FURTADO, 1954, p. 211).

²² Cabe aclarar que para *Desarrollo y subdesarrollo* (1961) como *Teoría y política del desarrollo* (1967) Furtado hace desaparecer la tesis de la «escasez de capital» y más bien se la imputa a Nurkse, véase pp. 187-188 de esta última obra.

Por otra parte, la categoría del «subdesarrollo» (tan predominante en su obra posterior), emerge por primera vez en la página 54 de *A economia brasileira* y allí aún significa algo análogo a una economía «estacionaria». Es en este sentido que habla de «equilibrio con subdesarrollo». Cuando en la página 120 aparece nuevamente la noción de «subdesarrollo» (FURTADO, 1954, p. 120-121) la categoría se refiere a una totalidad con estructuras productivas muy específicas.

Sin embargo, es obvio que Furtado se encuentra en dos ámbitos teóricos muy distintos; por un lado, intenta desplazar nociones convencionales de la economía, y por otro, trata de construir una perspectiva teórica que pudiera englobar a las economías latinoamericanas. Reniega de los «instrumentos del análisis» convencional y expone la necesidad de efectuar una ampliación de «los cuadros de la construcción teórica, para que quepan, dentro de ellos, cada vez [un] mayor número de casos especiales.» (FURTADO, 1954, p. 240).

La visión de Furtado, en transición, denota claramente preguntas que se resolverán entre 1958-62 y *La economía brasileña* (1954) fue, no obstante, un laboratorio invaluable para iniciar dicha reflexión. Si en la CEPAL no le fue bien con dicho texto, existen razones muy claras al respecto: la teoría de la inflación “dinámica” que aparece en *La economía brasileña* (FURTADO, 1954, p. 172-87), que unos años más tarde se llamará “estructural” cuando Juan Noyola (1956)²³ la expone de la manera más sintética posible (Furtado le decía estilo de “taquígrafo”), fue uno de los argumentos que formó parte del famoso “mecanismo de defensa” que desarrolla Furtado para establecer que el proceso de capitalización no se hizo a costa del consumo interno, ya que “resuldu de la mejora en la relación de precios del intercambio externo” (FURTADO, 1954, p. 172). Por otra parte, a posteriori, la propia *Formación econômica del Brasil* (1959) tiene aspectos teóricos estructurales no resueltos desde el punto de vista del estructuralismo furtadiano. En su capítulo final, después de señalar que la concentración regional del ingreso es un fenómeno “universal” (Furtado 1954: 242), nos quiere hacer creer que la “decadência de la região nordestina” es un “fenômeno secular”,

²³ Noyola, Juan F. “El desarrollo económico y la inflación en México y otros países latinoamericanos.” *Investigación Económica*, México, Facultad de Economía, UNAM, 1987. *Desequilibrio externo e inflación*, suplemento. Además no creo que haya una reseña del libro de Furtado más que la de Noyola (1955.)

prévio a la industrialización del centro-Sur, y que su articulación e integración requiere políticas más racionales en el uso de los recursos (FURTADO, 1954, p. 243), porque de lo contrario no se eliminará la “sospecha” de “que el rápido desarrollo de una región tiene como contrapartida necesaria el entorpecimiento del desarrollo de otras” (FURTADO, 1954, p. 243). Pero eso es precisamente lo que el estructuralismo furtadiano nos ha enseñado, que el “entorpecimiento” es algo congénito a la manera en que se articulan entre sí diversos sectores y unidades productivas debido a las diferentes fuentes de poder y de dominio que pueden ejercer entre o sobre otras unidades productivas y por tanto, hay que cambiar la lógica con estrategias muy específicas: el universo productivo es heterogéneo en términos de poder y por tanto también tecnológicamente. A casi un año de *Formación económica del Brasil* (1959)²⁴ Furtado realiza precisamente ese tipo de análisis en *Una política de desarrollo económico para el nordeste* (1959b).²⁵

También es la época cuando Furtado ya puede romper con concepciones “etapistas” sobre el “subdesarrollo” elaborando «Elementos para una teoría del subdesarrollo» (FURTADO, 1958 en FURTADO, 1961) y «El desequilibrio externo en las estructuras subdesarrolladas» (FURTADO, 1959a en FURTADO, 1961), y por ello los textos doctrinales o clásicos del estructuralismo, son a pesar de ciertos lapsus del autor: *Teoría y política del desarrollo económico* (FURTADO, 1967)²⁶ y *La economía latinoamericana* (FURTADO 1969).²⁷ Su concepción estructuralista culmina después de un larga reflexión entre 1958-62 y queda plasmada en los textos y políticas que siguen a *Formación económica del Brasil* (1959). El hecho de que Furtado siempre señale que dicho proceso es producto de un grupo específico en la CEPAL, es parte de la manera en que intenta construir cierta hegemonía bajo cierto liderazgo intelectual:

A los 28 años (1948) cuando fui a la CEPAL, encontré un grupo de jóvenes de toda América Latina [...] de ese grupo, los que tenían una

²⁴ Recuérdese que el libro se “extravió” por el servicio postal brasileño, después Furtado se enteró que fue “incautado” por las autoridades brasileñas cuando fue enviado desde Cambridge, Inglaterra, donde en su gran mayoría fue escrito.

²⁵ Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1959; este texto sale bajo la «autoría» del «Grupo de Trabajo para el Desarrollo del Nordeste».

²⁶ Siglo XXI, México 1974, primera edición en portugués en 1967, posteriores ediciones son corregidas y aumentadas.

²⁷ Siglo XXI, México, 1980, primera edición en portugués, posteriormente aumentada.

experiencia más rica y una visión nítida de los problemas provenían de la Argentina (Raúl Prebisch, que era el líder del grupo [...] comenzó a establecer hipótesis nuevas y creó la teoría centro-periferia. De acuerdo con esa teoría, el capitalismo no es homogéneo, no obedece a una lógica lineal. El presenta, en lugar de eso, rupturas discontinuidades importantes. También la teoría que distingue modernización del desarrollo nació de las discusiones e intercambios de experiencia dentro de la CEPAL. Todo eso es fruto del debate que iniciamos allá, en aquella época, sobre el desarrollo atípico, o específico, de la América Latina. Esa es La génesis de la escuela estructuralista latinoamericana (FURTADO, 1980, p. 43).²⁸

Sin duda alguna en Brasil, para la década en que se publica *Formación econômica del Brasil* (1959), el espíritu del desarrollo había atrapado a todos los sectores políticos del país y eran ya otros los problemas a resolver:

Además, el objetivo que viene orientando al país desde 1930 há sido um sólo: el desarrollo basado, sobre todo, en una acelerada industrialización. Consecuentemente, en la segunda mitad de la década del cincuenta ya no se discute tan apasionadamente lo que es el Brasil, ya que todos parecen imaginarse tener una idea de lo que es eso. La cuestión ahora es otra, es determinar cual será el lugar del país en el mundo. (RICUPERO, 2000, p. 119).

Nuestro autor no estaría nunca lejos de esas discusiones e inclusive participando en muchas importantes decisiones cuando pudo, es lo que hace de él un admirable intelectual a lo largo de muchas décadas, siempre oscilando entre el académico y el político y las contradicciones que pueden surgir entre estos ámbitos, Furtado logra superarlas con envidiable decoro.²⁹

²⁸ “El estructuralismo económico -(escuela de pensamiento que surge en la primera mitad de la sexta década entre economistas latinoamericanos) tiene como objeto principal tomar en cuenta la importancia de los ‘parámetros no-económicos’ de los modelos macroeconómicos. Como el *comportamiento de las variables económicas depende en gran medida de tales parámetros*, (...) esos parámetros han de ser objeto de meticoloso estudio. Esta observación es particularmente pertinente con respecto a sistemas económicos heterogéneos, social y tecnológicamente, como sucede con las economías subdesarrolladas. (FURTADO, 1967, p. 80-81 -*Teoría y política del desarrollo económico*). En su anterior libro Furtado (FURTADO, 1966, p. 59 *Subdesarrollo y estancamiento en América Latina*) escribió: “...las peculiaridades de las estructuras socioeconómicas (...), indicaría[n] la posibilidad de una generalización del enfoque estructuralista, que predomina en el pensamiento económico latinoamericano contemporáneo, en el sentido de abarcar en una sola explicación teórica, no sólo el tipo de crecimiento que se desarrolla en la región, sino también la persistente elevación del nivel general de precios y la tendencia al estancamiento”

²⁹ “No obstante que usted reiteradamente manifestó sus deseos de dedicarse a la vida de estudio y ejercer su influencia intelectual, los acontecimientos le obligarán con frecuencia a cambiar sus designios y ha influir decididamente sobre los hechos y no sólo sobre la mente y el corazón de los hombres.; Mensaje de R. Prebisch a Furtado al asumir el cargo de Ministro de Planeación; citado por Furtado (1989, p.166)

EPÍLOGO

Hemos intentado describir aquellos aspectos de la reflexión de Celso Furtado que facilitan ver cómo llega a su muy *sui generis* estructuralismo. La noción de “civilización” dominante en sus estudios de juventud va a ser superada por la del “atraso” y “subdesarrollo” del Brasil. La aparición de una noción eminentemente sociológica de la economía, cabe subrayar, no estaba decidida en ningún sentido de antemano. La noción de que las economías son consecuencia de un universo de unidades productivas o sectores articulados entre sí, vía ciertas relaciones de “poder”, supone que su diversidad y/o heterogeneidad no es solamente tecnológica, sino también de índole “institucional”. En última instancia, son las relaciones sociales específicas las que crean los “obstáculos estructurales”. Por lo mismo las nociones cíclicas también tendrán que desaparecer después de *Formación económica del Brasil*. Todo lo cual impone que el análisis de la economía, de las unidades productivas o de los sectores, asuma que las condiciones de existencia de dichas entidades no son de carácter general o “eternas” y por tanto requieren intervenciones o estrategias específicas para transformarlas y superar los “obstáculos estructurales” vía las debidas “transformaciones estructurales”. En este sentido, Furtado fue un estructuralista mucho antes que Prebisch (MALLORQUIN, 1998). Los acuerdos con Prebisch sobre la industrialización, sobre la participación estatal, sobre las reformas estructurales o en ciertos ámbitos de política económica, son imposibles de negar, pero ambos llegaron a esas conclusiones a partir de diferentes vocabularios conceptuales. Como puede verse en la obra de Furtado de la década de los años cincuenta, el ritmo de los cambios conceptuales que surgen en su obra es vertiginoso, pero lo que en los hechos la hizo posible fue su lucha y pasión por transformar su país, sin ese ímpetu tal vez lo hubiera logrado, pero le hubiera tomado unos pocos años más.

REFERENCIAS

- AGUIRRE ROJAS, C. A. *Los annales y la historiografía francesa*, México: Ediciones Quinto Sol, 1996.
- BETHELL, L. (Comp.). *Cambridge history of Latin America*, Gran Bretaña: Ed. Cambridge 1994, v.6.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1988.

BRAUDEL, F. "Entrevista" a la revista *Magazine Litteraire*, Paris, n.212, p. (j), nov.1984, citado en Aguirre Rojas C. A. 1996.

BRESSER PEREIRA L. C.; REGO, M. J. (Comp.), *A grande esperança em Celso Furtado*, São Paulo: Editora 34, 2001.

BRESSER PEREIRA, L. C.; Método e paixão em Celso Furtado. In: BRESSER PEREIRA L. C.; REGO, M. J. (Comp.), *A grande esperança em Celso Furtado*, São Paulo: Editora 34, 2001.

CANNAN, E. *Historia de las teorías de la producción y distribución en la economía política inglesa de 1776 a 1848*. México: F.C.E, 1942.

DOBB, M. *Teorías del valor y de la distribución desde Adam Smith*, México: Siglo XXI, 1983.

FERRER, A. *La economía Argentina* México: F.C.E. 1962.

FURTADO, C. *Diario* (manuscrito en manos de Rosa Freire d' Aguiar), 1937.

_____. Trajetória da democracia na América. *Revista do Instituto Brasil, Estados Unidos*, Rio Janeiro, v. 5, n.11, p.5-27, 1947.

_____. *L'économie Coloniale Brésilienne -XVIe et XVIIe Siècles-: Eléments d'Histoire Economique Apliques; Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, 1948. Tese (Doutorado em Economia). Faculdade de Direito e Ciências Econômicas. Universidade de Paris, Paris, 1948. Citado em FURTADO, C. *Elementos de história econômica aplicados a análise de problemas econômicos e sociais*. Associação Brasileira de Pesquisadores em historia Econômica, São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. Reseña del libro *Trusts y carteles, sus orígenes y influencia en la economía mundial*, de Richard Lewinsohn. *Revista Brasileira de Economia*, año 3, n. 1, p. 103-106, marzo, 1949.

_____. Características Gerais da Economia Brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, ano 4, n. 1, p. 7-37, março, 1950.

_____. *A economia brasileira*, Rio de Janeiro: Ed. a Noite, 1954.

_____. Elementos para una teoría del subdesarrollo (1958 en Furtado, 1961).

_____. Fundamentos da programação econômica, *Econômica Brasileira*, v.4, n.1/2, p.39-44, enero (1958a).

_____. *Formación económica del Brasil*. México: FCE, 1962. Primera edición en portugués en 1959.

_____. El desequilibrio externo en las estructuras subdesarrolladas. (1958). In: Furtado, C. Desarrollo y subdesarrollo. Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1964. p. 178-212.

_____. *Uma política de desenvolvimento econômico para o nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, (1959b). Este texto sale en 1959 bajo la "autoría" del "Grupo de Trabajo para el Desarrollo del Nordeste".

_____. *Desarrollo y subdesarrollo*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires. 1964. Primera edición en portugués en 1961.

_____. *Subdesarrollo y estancamiento en América Latina.*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 (utilizo la edición de EUDEBA, Buenos Aires; utilizamos la tercera edición, 1966).

_____. *Teoría y política del desarrollo económico*. México: Siglo XXI, 1974. Primera edición en portugués en 1967, posteriores ediciones son corregidas y aumentadas.

_____. *La economía latinoamericana*. México: Siglo XXI, 1980. Primera edición en portugués, 1969 posteriormente aumentada.

_____. Auto-retrato Intelectual (1973). In: OLIVEIRA, F. Celso Furtado. São Paulo: Ática, 1983.

_____. Modernización versus desarrollo: una entrevista a Celso Furtado. *Investigación Económica*, n.171, p. 39-84, 1985. Facultad de Economía, México, UNAM, México, 1985, apareció originalmente en el diario "O Estado de Sao Paulo" el 20 de enero de 1980.

_____. *La fantasía organizada*. Buenos Aires: Eudeba, 1988. Primera edición en portugués en 1985.

_____. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Elementos de história econômica aplicados a análise de problemas econômicos e sociais*. São Paulo: Hucitec: Associação Brasileira de Pesquisadores em historia Econômica, 2001.

HINDESS, B.; HIRST, P. *Pre-capitalist modes of production*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1975. Existe traducción al portugués.

HIRSCHMAN, A. O. *Journeys towards progress: studies of economic policy making in Latin America*. New York: Twentieth Century Fund, 1963.

HODGSON, G. *How economics forgot history*. London: Routledge, 2001.

LOUREIRO, M. R. (introducción) *50 anos de Ciencia Econômica no Brasil*, Editora Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOVE J. Economic Ideas and Ideologies in Latin America since 1930. In: Bethell Leslie (Org.). *Cambridge History of Latin America*. Cambridge, Estados Unidos: Cambridge University Press, 1995, v. 6, p.393-460.

MALLORQUIN C. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo, Xamã/Contaponto, 2005.

_____. *Ideas e historia en torno al pensamiento económico latinoamericano*. México: Plaza y Valdes, 1998.

_____. Raúl Prebisch before the ice age. In: DOSMAN, E.J. (Ed.). *Raúl Prebisch: power, principles and the ethics of development*. New York: Inter-american Development Bank, 2006.

MARCIO REGO J. A 'angustia da influencia' em Smith, Hirschman e Furtado. In: (Bresser Pereira L. C., Marcio Rego J. compiladores 2001).

MATA, S. Max Weber e o destino do "despotismo oriental". *Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo*, v. 21, n. 61, p.203-207, jun. 2006.

MEIER, G. M.; BALDWIN, ROBERT E. *Economic development*. New York: John Wiley and Sons, 1957.

MELDOLESI, L. *En búsqueda de lo posible: el sorprendente mundo de Albert O. Hirschman*. México: F.C.E., 1997.

MIROWSKI, P. *Machine dreams: economics becomes a cyborg science*. Cambridge: University Press, 2002.

NOYOLA, J. F. El desarrollo económico y la inflación en México y otros países latinoamericanos. (1956). In: *Investigación Económica*. México: Facultad de Economía, UNAM, 1987. *Desequilibrio externo e inflación*, suplemento.

_____. Critical review of Furtado, C., 'A economia brasileira'. *Revista Económica Brasileira*, Rio de Janeiro, v.1, n.3, p.191-199, jul./set. 1955.

OLIVEIRA, F. de (Comp.) *Celso Furtado*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. Un clásico de El Trimestre Económico: Celso Furtado y el paradigma del subdesarrollo. *El Trimestre Económico*, México, n. 198, p.1019-1042, abr./jun. 1981.

PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Colônia, 1942.

_____. *Historia económica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. La primera edición en el año 1943.

_____. *Historia Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PREBISCH, R. *Apuntes de economía política (Dinámica Económica)*. In: _____. Raúl Prebisch: obras 1919-1948. Buenos Aires: Fundación Raúl Prebisch, 1993. v.4.

_____. *El desarrollo económico de la América Latina y sus principales problemas*, E/CN.12/89, Santiago de Chile, 14 de mayo de 1949. In: _____. Raúl Prebisch: obras 1919-1948. Buenos Aires: Fundación Raúl Prebisch, 1993. v.4.

RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34: USP, 2000.

RICUPERO, B.; HENRIQUEZ MARTINEZ, P. “Braudel Fernand resenha Caio Prado Junior”, Praga. São Paulo: Hucitec, 1999.

SÁNCHEZ TORRES, R.; MALLORQUIN, Carlos (coord.). *Estructuralismo latinoamericano e institucionalismo norteamericano, ¿Discursos compatibles en la teoría social contemporánea?* México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Facultad de Administración, Puebla, 2006.

YONAY, Y. P. *The struggle over the soul of economics, institutionalist and neoclassical economists in America Between the Wars*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1998.

SUBDESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO NA OBRA DE CELSO FURTADO

Flávio Azevedo Marques de Saes¹

Subdesenvolvimento e desenvolvimento são temas centrais e recorrentes na obra de Celso Furtado. Por isso, uma avaliação ampla e rigorosa das várias perspectivas e das nuances que essas noções apresentam em seus mais de trinta livros e inúmeros artigos demandaria estudo profundo e alentado de vastíssima produção. Nosso objetivo é bem menos pretensioso: trata-se de propor uma leitura de alguns textos escolhidos, que nos parecem expressivos da visão de Furtado sobre os temas – subdesenvolvimento e desenvolvimento – embora não se pretenda com isso afirmar que as questões aqui abordadas sejam as únicas fundamentais no pensamento do autor.²

Celso Furtado, como intelectual e como homem público, tem sua imagem claramente associada ao chamado “desenvolvimentismo”: “Celso Furtado foi o grande economista da corrente desenvolvimentista de tendência nacionalista no Brasil [...] Tornou-se, indiscutivelmente, uma espécie de símbolo da esperança desenvolvimentista dos anos 50.” (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 132).

¹ Departamento de Economia – FEA/USP

² Em vários textos mais recentes, Furtado aborda a relação entre cultura e desenvolvimento. Embora reconheçamos a importância que o autor atribui à cultura como vetor do desenvolvimento, faremos apenas uma pequena referência a este aspecto no final deste artigo.

Em que consistia o desenvolvimentismo? Embora o desenvolvimentismo não se tenha constituído como um pensamento perfeitamente definido, é possível distinguir alguns elementos que estariam presentes de forma mais freqüente em sua formulação:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão;
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 7)³.

Neste artigo, nosso foco é a primeira destas características do desenvolvimentismo – a industrialização como via de superação da pobreza – com base em pequeno conjunto de obras de Furtado, abrangendo mais de quarenta anos (de 1959 a 2002) de sua produção intelectual. Quanto a essa questão – industrialização como via de superação da pobreza - é usual identificar uma inflexão no pensamento de Furtado no final dos anos 60 e início dos 70. Creio que Carlos Lessa se situa nessa perspectiva quando afirma:

A chave para interpretar a obra de juventude de Furtado é pensar a industrialização voltada para dentro da economia como modo de superação do atraso. A obra da maturidade é entender como a periferia do mundo não foi capaz de reproduzir os padrões de vida social, política e cultural do centro. [...] A cronicidade da má distribuição de renda e riqueza, a desigual incorporação social, sua transposição para o interior urbano e metropolitano e a recorrência autoritária, na seqüela da industrialização, levaram Furtado a buscar noutros domínios a explicação para o atraso. (LESSA, 2005, p. 12).

Ao indicar uma ruptura entre a obra de juventude de Furtado e a de sua maturidade, Lessa sugere a exploração de aspectos situados “noutros

³ Bielschowsky identifica três correntes no interior do “desenvolvimentismo”: a do setor privado, a do setor público não nacionalista e a do setor público nacionalista. As quatro características acima indicadas estariam presentes nas propostas dessas correntes, mesmo que com diferentes ênfases.

domínios” que vão bem além de nosso objetivo. De nossa parte, procuramos nas páginas seguintes identificar o desenvolvimentismo presente – ou não – na “obra de juventude” de Furtado e observar porque, na “obra de maturidade”, a industrialização deixa de ser vista como a via de superação do atraso e da pobreza. E, reiteramos, tudo isso com base num limitado conjunto das obras de Furtado.

1 FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL (1959): UM TEXTO DESENVOLVIMENTISTA?

Creio que quase todos os economistas brasileiros tiveram seu primeiro contato com o pensamento de Furtado pela leitura de *Formação econômica do Brasil*, obra escrita em 1957, durante a sua permanência na Universidade de Cambridge, publicada inicialmente em janeiro de 1959 (somando dezenas de edições) e que tem sido, desde então, leitura obrigatória nas disciplinas de história econômica do Brasil.

E parece-nos legítimo ler *Formação econômica do Brasil* na perspectiva “desenvolvimentista”, ou seja, na perspectiva de uma “economia de transição para um sistema industrial” (título da quinta parte do livro) e que estaria, portanto, no caminho do desenvolvimento, ou seja, na via da superação da pobreza e do atraso.

Uma leitura possível da obra pode identificar o processo pelo qual uma economia escravista voltada à exportação se transformou numa economia industrial cuja produção é dirigida ao mercado interno.

A longa análise da economia escravista, desenvolvida na segunda e na terceira parte do livro, indica a impossibilidade de ali ocorrer qualquer transformação substancial: o crescimento se fazia extensivamente e, no declínio, os fatores desocupados se abrigavam no extenso setor de subsistência. Essa característica é especialmente forte na economia açucareira: após um século de crescimento puramente extensivo (c.1550-1650), inicia-se, com a queda dos preços internacionais do produto, uma longa fase de declínio. Essa queda decorre da quebra do monopólio português com a introdução da cana-de-açúcar nas Antilhas. O declínio dos preços, porém, se reduz a lucratividade da empresa escravista açucareira, não impõe prejuízos, já que o custo monetário de produção é mínimo (pois terra e escravos já foram pagos previamente). Assim, a economia entra num processo de declínio secular,

marcada pela redução de sua capacidade produtiva (uma vez que muitos engenhos perdem a capacidade de reposição dos equipamentos desgastados e dos escravos que não podem mais trabalhar); no entanto, como ainda há lucro para uma parte dos engenhos, a produção continua. Os trabalhadores desempregados no setor açucareiro (manufatores assalariados do açúcar, carpinteiros, ferreiros, empregados do comércio, etc.) podem se abrigar no setor de subsistência. Assim se forma o “Complexo econômico nordestino”, uma conjugação do setor açucareiro do litoral com o de subsistência do sertão, cuja característica marcante é sua capacidade de expansão física e demográfica numa fase de declínio do setor exportador. Uma expansão marcada por acentuado declínio de produtividade, ou seja, o crescimento da pobreza. (FURTADO, 1959).

A economia escravista mineira, objeto da terceira parte do livro, apresenta algo de novo: a intensa imigração portuguesa para a região das minas ampliou a presença do trabalhador livre, embora a base da economia ainda fosse escravista. Nessa sociedade, em que a distribuição de renda é menos desigual, teria surgido um embrião de mercado interno; no entanto, esse mercado interno, relativamente protegido pelas condições naturais da região mineira – montanhosa e distante do litoral numa época em que o meio de transporte básico era a tropa de mula – não deu origem a uma produção manufatureira expressiva. Furtado atribui a ausência da manufatura nas minas à falta de conhecimento técnico do imigrante português do século XVIII. (FURTADO, 1959).

Mas o século XIX reserva a transformação fundamental: na expansão da economia cafeeira no sudeste, e findo o tráfico de escravos, verifica-se crescente escassez de mão-de-obra, superada afinal pela imigração, em especial a italiana. O século XIX, objeto da quarta parte do livro, trata da “Economia de transição para o trabalho assalariado”, pois os imigrantes do café trabalhavam num regime identificado por Furtado como de trabalho assalariado. Os salários pagos no setor exportador cafeeiro surgem como o núcleo de uma economia de mercado interno ao articularem a demanda por eles originada com a produção do setor de subsistência. A expansão dessa economia de mercado interno produz pelo menos dois efeitos que merecem destaque: por um lado, há um aumento da produtividade da economia pelo melhor aproveitamento dos fatores do setor de subsistência e também pela eventual transferência de uma parte

desses fatores para o setor exportador; por outro, na economia de mercado interno surge a tendência ao desequilíbrio externo, fruto do impacto das crises externas sobre a economia brasileira. Diversamente do que ocorria na economia escravista, na economia de trabalho assalariado as crises externas geram reações no sentido de redistribuir as perdas delas decorrentes. A desvalorização da moeda nacional, embora resultado do funcionamento do mercado livre de câmbio, é um primeiro mecanismo de “socialização das perdas”; as operações de valorização do café, realizadas a partir de 1906, também têm o objetivo de garantir a rentabilidade do setor cafeeiro diante não apenas da crise externa, mas também da superprodução inerente a esse tipo de produto tropical. E é a combinação de uma crise externa (a quebra da bolsa de Nova Iorque e a Grande Depressão dos anos trinta) com a superprodução de café que provoca o “Deslocamento do centro dinâmico” (título do capítulo XXXII de *Formação econômica do Brasil*) da economia brasileira na década de 1930, passo essencial para a transição para uma economia industrial. A política de compra do excedente da produção cafeeira pelo governo com recursos derivados da expansão do crédito foi o mecanismo fundamental para levar ao deslocamento do centro dinâmico ao manter o nível de renda da economia de mercado interno ao tempo em que se verificava substancial desvalorização da moeda nacional.

O centro dinâmico, antes situado na demanda externa para os produtos de exportação, passa a localizar-se na demanda do mercado interno ou, mais precisamente, no investimento na indústria manufatureira voltada ao mercado interno. Ou seja, a indústria passa a ser o “motor” da economia brasileira. Desse modo, o nível de produto, de renda, de emprego e a taxa de investimento (e, portanto, o ritmo de crescimento) passam a depender fundamentalmente de variáveis endógenas, e não mais da demanda externa (embora a receita de exportações representasse um limite ao investimento na medida em que as máquinas, equipamentos e insumos ainda eram, em grande parte, importados).

É certo que os capítulos finais de *Formação econômica do Brasil* apontavam algumas dificuldades a enfrentar na continuidade do processo de industrialização: o desequilíbrio externo, a inflação, os desequilíbrios regionais. Mas a própria industrialização parecia ser suficiente para resolver o desequilíbrio externo e para reduzir as pressões inflacionárias, pois ela se encaminhava na direção da indústria pesada e de bens de capital, reduzindo

as pressões sobre o setor externo da economia. E mesmo os profundos desequilíbrios regionais pareciam ser passíveis de solução por uma adequada intervenção do Estado. E nós, acostumados a identificar desenvolvimento com industrialização, víamos no deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira – quer dizer, na industrialização voltada ao mercado interno - o elemento fundamental que conduziria ao desenvolvimento (mesmo que não nos fosse absolutamente claro o que era esse desenvolvimento). Essa era uma leitura “desenvolvimentista” que nos parecia possível e plausível em *Formação econômica do Brasil* ao identificar industrialização com desenvolvimento, ou seja, com a superação do atraso e da pobreza.

A impressão de um país no rumo do desenvolvimento era reforçada na obra *A pré-revolução brasileira*, publicada em 1962, em especial em seu último capítulo “A economia brasileira na metade do século XX”. Após sintetizar as transformações por que passou a economia brasileira desde a época colonial e lembrar algumas ações fundamentais ocorridas nos anos cinquenta – como a consolidação da siderurgia, o progresso da produção nacional de combustíveis líquidos e o avanço da produção de equipamentos, concluía num trecho que transcrevemos longamente:

Ao iniciar-se o decênio dos sessenta, já se podia afirmar que o impulso de crescimento da economia nacional se firmava em nosso próprio mercado interno e que seu centro de decisões tinha suas raízes na vida nacional, como também estávamos capacitados para efetivar uma política de desenvolvimento. A autonomia que se vem alcançando nos três setores básicos referidos – metais industriais, combustíveis líquidos e equipamentos – reduz, dia a dia, a importância estratégica da capacidade para importar. Na medida em que isso ocorra, aumentará a flexibilidade de todo o sistema econômico, encerrando-se a etapa das pressões inflacionárias incontíveis. Já não existirá a dicotomia entre crescimento com inflação ou estagnação, pois os dois vetores do processo de formação de capital – a poupança e o investimento – poderão ser disciplinados mediante decisões internas que não se traduzam, necessariamente, em redução do ritmo de crescimento econômico. Em síntese, o Brasil, ao iniciar-se a sétima década do século, encontra-se no umbral de sua transmutação em nação industrial. Trinta anos de profundas transformações fizeram de uma simples constelação de economias periféricas do mercado mundial, com a dinâmica típica de um sistema colonial, uma economia industrial cujo processo de crescimento se traduz em diferenciação crescente, a níveis mais altos de produtividade, de uma estrutura cada vez mais complexa. (FURTADO, 1962, p. 114).

Mais uma vez, era possível uma leitura “desenvolvimentista” dos textos de Furtado, no sentido de que a progressiva industrialização da economia brasileira a conduziria ao desenvolvimento, ou seja, à superação do atraso e da pobreza.⁴

No entanto, em depoimento realizado em 2004 para o documentário “O longo amanhecer”⁵, Furtado afirma que *Formação econômica do Brasil* era inconclusivo. E como Furtado explica esse caráter inconclusivo de *Formação*? Afirma ele, no documentário, que já havia, então, chegado à conclusão de que o modelo de desenvolvimento brasileiro não permitiria a superação do subdesenvolvimento. No entanto, apresentar essa conclusão de forma ostensiva poderia neutralizar ações que se desenhavam em direções desejáveis. Por entender que o conhecimento deve servir à ação, não teria sentido ressaltar uma conclusão que colocaria em questão qualquer mudança que visasse, ainda que parcialmente, minorar a pobreza de populações miseráveis. Por exemplo (e o exemplo é meu, não de Furtado), uma conclusão dessa ordem poderia arrefecer os programas da SUDENE, já que a proposta de industrialização do Nordeste, diria a análise de Furtado, não seria suficiente para resolver o problema do subdesenvolvimento. Em suma, a conclusão rigorosa da análise poderia ser inconveniente do ponto de vista político.⁶

⁴ Em *A pré-revolução brasileira*, outro aspecto desse processo ganha relevo: trata-se da “conquista dos centros de decisão”, antes controlados externamente, e que pelo deslocamento do centro dinâmico e pela autonomia de alguns setores básicos da produção industrial, passaram a ser controlados internamente. Isto remete ao tema da “nação”, outro tema importante na obra de Furtado, ao qual não faremos referência no texto.

⁵ “O longo amanhecer: uma cinebiografia de Celso Furtado” é um documentário realizado por José Mariani, concluído em 2006 e exibido até agora (dezembro de 2006) em algumas universidades. Além de uma longa entrevista do Furtado (editada para sua inclusão no filme), Mariani colheu depoimentos de outros economistas como Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, João Manuel Cardoso de Mello e Ricardo Bielschowsky, inserindo-os entre imagens da vida de Furtado e da história brasileira. Evidentemente, por se tratar de um depoimento editado pelo realizador do filme, e não de um texto publicado, o risco de uma interpretação incorreta de nossa parte é relativamente grande. No entanto, quanto à referência aqui utilizada, acreditamos ter sido bastante fiel ao exposto por Furtado. Em sua entrevista, Furtado chega mesmo a afirmar que, por uma conclusão que sugerisse a reprodução do subdesenvolvimento, ele corria o risco de ser taxado de esquerdista, marxista ou comunista, restringindo sua possibilidade de ação na esfera política e de gestão pública.

⁶ Num comentário, Maria da Conceição Tavares ressalta o duplo caráter da ação de Furtado: como pensador, analisava a realidade de forma radical, porém como homem público estava sempre pronto a conversar e negociar tendo em vista chegar ao melhor resultado possível. Por seu lado, Francisco de Oliveira lembra a influência do pensamento de Karl Manheim sobre Furtado, pensamento que ressaltava a importância do conhecimento para orientar a ação.

Até que ponto é possível identificar essa crítica implícita ao “desenvolvimentismo” na “obra de juventude” de Furtado?

Lidas sob essa perspectiva, as páginas finais de *Formação econômica do Brasil* nos sugerem a dúvida de Furtado sobre o sucesso da industrialização para a superação do atraso da economia brasileira. Ao analisar as “Perspectivas dos próximos decênios” (título do capítulo XXXVI da obra), Furtado reitera a noção de que a dinâmica da economia brasileira dependia crescentemente do mercado interno. É certo que uma queda da demanda externa afetaria ainda (nos anos 50) o ritmo de crescimento da economia (ao limitar as importações de equipamentos necessários à concretização do investimento); porém, esse impacto seria cada vez menor com a expansão da indústria de bens de capital. Por outro lado, registra problemas decorrentes da integração, ainda que limitada, das diferentes regiões do país na primeira metade do século XX. Com a industrialização do Sudeste, as produções antes exportadas pelo Nordeste e pela Amazônia se dirigiram para aquele mercado, ocorrendo paralelamente o aumento da disparidade dos níveis regionais de renda. Ao considerar a concentração regional de renda inerente aos processos de desenvolvimento, Furtado afirmava que o rápido desenvolvimento de uma região não implicava necessariamente no declínio de outras. Assim,

A decadência da região nordestina é um fenômeno secular, muito anterior ao processo de industrialização do sul do Brasil. A causa básica daquela decadência está na incapacidade do sistema para superar as formas de produção e utilização dos recursos estruturados na época colonial. (FURTADO, 1959, p. 278).

Desse modo, ao mesmo tempo, Furtado isentava a indústria do Sudeste da suspeita de “exploração” do nordeste e sugeria necessidade de alterar as “formas de produção e utilização dos recursos” do nordeste. Porém, ao avaliar as possibilidades de crescimento da economia brasileira na segunda metade do século XX – admitindo que a renda per capita passasse a crescer a 2% ao ano no longo prazo (contra 1,6 % do período anterior), Furtado estimava que se alcançaria o nível de 620 dólares ao final do século. E concluía: “Sendo assim, o Brasil por essa época ainda figurará como uma das grandes áreas da terra em que maior é a disparidade entre

o grau de desenvolvimento e a constelação de recursos potenciais” (FURTADO, 1959, p. 280).⁷

Esta conclusão, um tanto reticente e lacônica, sugere as dúvidas de Furtado em relação ao “desenvolvimento” da economia brasileira na segunda metade do século XX, com base no processo de industrialização.

Igualmente expressivo é o último tópico do último capítulo de *A pré-revolução brasileira*, sintomaticamente denominado “O futuro como opção” (e não como destino). Ainda uma vez, vale reproduzir as palavras de Furtado:

As profundas modificações econômicas ocorridas em nosso país têm uma significação particular para esta geração. Elas nos armaram de um poder sobre o nosso destino que implica um desafio e uma responsabilidade [...]. A nossa economia já não é comandada de fora para dentro, obrigando-nos a seguir, perplexos e impotentes, os ziguezagues de um destino de povo dependente. Temos em nossas mãos os instrumentos de autodeterminação que até há pouco eram apanágio de uns quantos povos privilegiados [...]. Estamos em face de um desafio, cuja grandeza só é percebida por aqueles que têm intuição das potencialidades deste imenso país. Senhores de nosso próprio destino, poderemos optar entre consolidar as vitórias alcançadas, fechando-nos dentro da fronteira tradicional que nos legou a economia colonial, e empreender a conquista desse imenso legado territorial que hoje constitui o maior deserto econômico habitável da Terra. (FURTADO, 1962, p. 115).

Também aqui, o futuro do país aparece como uma possibilidade e não como resultado inevitável do processo de industrialização que já avançara bastante, como Furtado reconhecia nesse mesmo capítulo de *A pré-revolução brasileira*.

Mas é em outro texto de sua “obra de juventude” que Furtado formulava, de modo mais sistemático, as limitações do

⁷ A estimativa de Furtado certamente comporta desvios em relação ao que efetivamente ocorreu. Por exemplo, admitia, com base nas taxas de crescimento demográfico da época, que o Brasil teria 225 milhões de habitantes no ano 2000. Por outro lado, é provável que a taxa de crescimento da renda per capita não tenha, em média, sido de 2% ao ano, se considerarmos as “décadas perdidas”. Assim, é provável que sua estimativa da renda per capita de 620 dólares não esteja muito longe da realidade, feita a devida correção desse valor pela inflação norte-americana no período. Independente de a estimativa quantitativa estar correta ou não, parece razoável admitir que sua conclusão qualitativa corresponde à realidade brasileira do ano 2000.

“desenvolvimentismo”, ou melhor, da industrialização como caminho de superação do atraso e da pobreza. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de 1961, consolida reflexões teóricas elaboradas pelo autor ao longo dos anos cinquenta. Ao analisar as características do processo de industrialização brasileiro, à luz da experiência dos países desenvolvidos, Furtado apontava algumas distorções inerentes a esse processo:

[...] o modelo de desenvolvimento industrial do Brasil, que se assemelhou inicialmente ao americano, veio a parecer-se mais e mais ao europeu da primeira metade do século XIX, à medida que o próprio país se industrializava e adquiria fluidez o seu mercado de trabalho. A consequência prática de tal situação foi que os salários reais nas indústrias tenderam a permanecer estacionários no decorrer de todo o desenvolvimento subsequente. Tal tendência foi reforçada pelo tipo de tecnologia que prevaleceu em toda a primeira metade do século XX, orientada no sentido de poupar mão-de-obra. Encontramo-nos, assim, em face de uma situação em que convergem uma oferta totalmente elástica de mão-de-obra e uma tecnologia que poupa mão-de-obra. Ora, se os salários reais se mantiveram de maneira geral estáveis, no decorrer dos últimos decênios, o mesmo tendo ocorrido na agricultura conforme indicaremos mais adiante – é que os benefícios da elevação da produtividade foram absorvidos pelos lucros. Parte desses benefícios terá sido chamada a si pelo Poder Público, cujas responsabilidades sociais aumentaram. Contudo, não há como desconhecer que o grupo empresarial absorveu uma parcela crescente do produto, o que explica a elevada taxa de inversão do setor privado no Brasil. (FURTADO, 1961, p. 257).

Esta conclusão antecipa o essencial do que mais tarde foi identificado como a industrialização subdesenvolvida (ou o subdesenvolvimento industrializado); ou seja, a industrialização avançou substancialmente na periferia, porém foi incapaz de distribuir seus frutos – ou seja, os ganhos de produtividade - pela massa dos trabalhadores por meio de salários mais elevados. Em suma, a industrialização não promoveu o desenvolvimento, frustrando as expectativas “desenvolvimentistas” que, como procuramos mostrar, Furtado já colocava em questão em plena era do “desenvolvimentismo”.

20s CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO EM FURTADO

Embora possamos encontrar formulações distintas das noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento na obra de Furtado, parece-nos

que no essencial sua visão se mantém, em especial ao ressaltar o caráter histórico do subdesenvolvimento, recusando as chamadas teorias das etapas do desenvolvimento.⁸

Em que consiste o desenvolvimento? Seu elemento essencial é a inovação técnica que permite o aumento de produtividade por meio de processos produtivos mais eficientes; adicionalmente, condição necessária para o desenvolvimento é a acumulação de capital. Porém, esses dados, que garantiriam o crescimento do produto e da renda per capita, não são suficientes para garantir o desenvolvimento. Por isso

As teorias do desenvolvimento são esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduzem à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social. Esta última não se deu desde o começo da industrialização capitalista. Mas, alcançado certo nível de acumulação, ela se fez inerente ao processo de desenvolvimento. (FURTADO, 1992, p. 39).⁹

É certo que mesmo estas noções simples não estão isentas de dificuldades. O próprio Furtado resalta as ambigüidades presentes nos sentidos de desenvolvimento mais comumente utilizados: o do aumento da eficácia de um sistema social de produção (por meio da acumulação e da inovação técnica que aumenta a produtividade da força de trabalho) e do grau de satisfação das necessidades humanas. No primeiro caso, “eficácia e produtividade são evidentemente ambíguos quando se lida com sistemas sociais de produção, cujos *inputs* e *outputs* são heterogêneos e se modificam com o tempo”; no segundo caso, embora seja possível identificar as

⁸ A mais influente teoria etapista do desenvolvimento foi a proposta por Walt W. Rostow no livro *As etapas do desenvolvimento econômico* (publicado em 1960 pela Cambridge University Press e, em tradução, no ano seguinte por Zahar Editores). Sua proposta é de que todas as sociedades deveriam passar pelas mesmas etapas, partindo da sociedade tradicional e chegando à era do consumo em massa. Assim, as sociedades atrasadas reproduziriam o caminho das sociedades avançadas, com a promessa de chegar à sociedade de consumo em massa. O subtítulo de sua obra – Um manifesto não comunista – indicava que o caminho ideal (embora não único) para se chegar ao consumo em massa era o do capitalismo.

⁹ Furtado explica que “O conceito de homogeneização social não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que os membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais” (FURTADO, 1992, p. 38).

necessidades humanas elementares, a ambigüidade se torna evidente, pois “a idéia mesma de necessidade humana, quando não relacionada ao essencial, tende a perder nitidez fora de determinado contexto cultural.” (FURTADO, 2000, p. 21-22).

Apesar dessas ambigüidades, parece razoável considerar que o desenvolvimento ocorre por meio da inovação técnica, que permite o aumento da produtividade, e da acumulação de capital, conduzindo à homogeneização social.

E o subdesenvolvimento?

A noção fundamental já está presente em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* e foi mais elaborada em várias obras posteriores. O subdesenvolvimento não é uma etapa em direção ao desenvolvimento que possa ser compreendido com base em um sistema fechado, sem considerar suas relações externas. Ao contrário, o subdesenvolvimento é um produto histórico da expansão do capitalismo industrial.

Suas características são facilmente perceptíveis: “grande disparidade na produtividade entre as áreas rurais e urbanas, uma grande maioria da população vivendo em um nível de subsistência fisiológica, massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas etc.” (FURTADO, 1974, p. 95).

E mais importante: diversamente do que muitos esperavam, o subdesenvolvimento não pôde ser superado pela industrialização. Esta avançou substancialmente em muitas sociedades e, no entanto, o subdesenvolvimento – identificado pelas características acima – permanece. Esta é a questão que nos remete de volta ao “desenvolvimentismo”: por que a industrialização foi incapaz de superar o atraso e a pobreza, ou seja, de superar o subdesenvolvimento?

3 A ARMADILHA HISTÓRICA DO SUBDESENVOLVIMENTO

Este é o título de um dos capítulos de *Brasil, a construção interrompida* e que, entendemos, sintetiza o argumento de Furtado que pretendemos expor: ou seja, o subdesenvolvimento, enquanto expressão da forma de integração de economias periféricas no capitalismo mundial, implica no risco de se cair numa armadilha que impede a superação do

subdesenvolvimento, mesmo quando suas economias sofrem profundas mudanças (passando, por exemplo, de primário-exportadoras para industriais).

Convém lembrar, o subdesenvolvimento é um produto histórico da expansão mundial do capitalismo industrial, quer dizer um fenômeno que se define a partir da Revolução Industrial. O progresso técnico contínuo e o aumento de produtividade gerado nas economias capitalistas adiantadas – economias centrais – não se difundem igualmente por todos os espaços da economia mundial. Na verdade, o progresso técnico pode ser observado sob duas formas distintas: primeiro, por meio de processos produtivos mais eficazes, identificados, em geral, pelo aumento da produtividade do trabalho¹⁰; depois, por meio de novos produtos que passam a fazer parte da cesta de consumo de algumas parcelas da população.

Quando nos referimos ao progresso técnico, o que nos vem de imediato à mente são novos processos produtivos (a máquina na revolução industrial; a introdução da eletricidade como fonte de energia, a microeletrônica e os robôs, etc.); No entanto, novos produtos também resultam de inovações técnicas e tem importante impacto sobre a economia e a sociedade (basta lembrar o rádio, a televisão, a geladeira, o automóvel, o microcomputador, etc.).

Nos países centrais, essas duas formas de progresso técnico estão associadas. Novos processos produtivos geram o aumento de produtividade – e, portanto, da renda – que permite o acesso aos novos produtos.

Nas economias periféricas, o progresso técnico pode penetrar sob a forma de novos produtos, independente de ter ocorrido alguma mudança nos processos produtivos. Considerando economias primário-exportadoras, a eventual abertura de mercado para um de seus produtos ou a elevação de seu preço gera um aumento de renda sem que tenha ocorrido qualquer mudança produtiva importante.¹¹ Tomemos o caso do Brasil: de meados

¹⁰ Relembramos a ressalva de Furtado quanto à ambigüidade de se considerar um processo produtivo mais eficaz do que outro.

¹¹ Algumas inovações foram introduzidas na esfera do transporte, em especial a estrada de ferro, o que facilitou a integração da economia cafeeira com a economia mundial. Já na esfera propriamente produtiva não se observou uma revolução tecnológica expressiva.

aos fins do século XIX, dois produtos primários – o café e a borracha – sofrem enorme valorização no mercado internacional, propiciando aumento das exportações com preços elevados. Os ganhos crescentes nessas atividades propiciaram lucros elevados, em grande parte concentrados nas mãos dos proprietários. Esse aumento da renda permitiu que os grupos de proprietários incorporassem, ao seu padrão de consumo, novos produtos (e também serviços) que eram gerados nas economias centrais. Assim, sem que houvesse progresso técnico expressivo, parcelas da população passavam a ostentar padrões de consumo dos países centrais naquilo que Furtado denominou *modernização*: “Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos” (FURTADO, 1974, p. 81).

A manutenção desse padrão de consumo, inclusive com a incorporação das inovações mais recentes, tende a provocar crescente pressão para ampliar o excedente a fim de que a parcela que se beneficia desse consumo possa adquirir os novos bens.

O processo de modernização se torna mais importante quando os países subdesenvolvidos ingressam no processo de industrialização. Após uma primeira fase, em que predominam indústrias produtoras de bens simples (consumidos pela massa da população), envereda-se para a produção dos bens consumidos pelos grupos modernizados, cuja demanda é muito mais dinâmica do que a dos bens simples. Porém, para essa produção,

[...] a tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim com o perfil da demanda (o grau de diversificação do consumo) do setor modernizado da sociedade. Dessa orientação do progresso técnico e da conseqüente falta de conexão entre este e o grau de acumulação previamente alcançado, resulta a especificidade do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização. Ao impor a adoção de métodos produtivos com alta densidade de capital, a referida orientação cria as condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho. (FURTADO, 1974, p. 82).

Esta é, em essência, a armadilha histórica do subdesenvolvimento. O processo de industrialização, que nos países centrais havia gerado a escassez de mão-de-obra e a elevação dos salários, não se reproduz na periferia da mesma forma. Para Furtado, isso ocorre porque o progresso técnico, neste caso, penetra por meio dos novos produtos, ou seja, por meio da modernização, sendo incapaz de produzir a homogeneização social.

Se este é o mecanismo básico que leva à armadilha do subdesenvolvimento, a continuidade do processo de industrialização reforça seus efeitos concentradores de renda. A dependência cultural dos grupos de altas rendas demanda a contínua renovação dos produtos disponíveis para seu consumo. Se, de um lado, isto gera pressões para a ampliação do excedente à sua disposição (reforçando a tendência à concentração da renda), por outro exige a constante adaptação do setor produtivo às técnicas necessárias para a produção dos bens que resultam das inovações nos países centrais. Estas técnicas, como já indicado, são poupadoras de mão-de-obra, impedindo a absorção do excedente populacional pela indústria e a elevação dos salários. Além disso, nas empresas “modernizadas”, prevalecem alguns empregos (na área gerencial e técnica) com remunerações elevadas, ampliando o estrato social interessado no processo de modernização.¹²

Mas a dependência, que primeiro se manifesta como um fenômeno cultural ao condicionar os padrões de consumo, também se insere na esfera produtiva¹³. A necessidade de constante renovação das técnicas para adaptá-las à produção dos novos bens exige a importação da tecnologia gerada nos países centrais. Às empresas nacionais, esta tecnologia tem um custo representado pelos *royalties* a serem pagos aos detentores dessas técnicas. Às empresas estrangeiras, essas tecnologias têm custo mínimo ou mesmo zero,

¹² Para Furtado, o acesso da classe trabalhadora dos países centrais a bens típicos do consumo das elites provocou a erosão de sua autonomia cultural, com implicações na esfera política: “O acesso da massa trabalhadora a formas de consumo antes privativas das classes que se apropriam do excedente, criou para aquela um horizonte de expectativas que condicionaria o seu comportamento no sentido de ver, na confrontação de classes, mais do que um antagonismo irreduzível, uma série de operações táticas em que os interesses comuns não devem ser perdidos de vista” (FURTADO, 1974, p. 85). Cabe indagar em que medida isto não estaria ocorrendo também nos países periféricos, em especial no período mais recente.

¹³ Sobre a noção de dependência, diz Furtado: “Toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência”. (FURTADO, 1974, p. 87).

pois, por sua utilização por vários anos nos países de origem, seu custo já teria sido totalmente depreciado (sem esquecer que, por vezes, as próprias máquinas enviadas às filiais já tinham sido depreciadas por seu uso nas matrizes).

A instalação de firmas multinacionais na periferia reforça a modernização das elites já que, da parte dessas empresas, há interesse em renovar com frequência os padrões de consumo em vigor para introduzir os frutos das inovações geradas nas matrizes. Como resultado, o avanço da industrialização fundada na produção dos bens que resultam da inovação nos países centrais aprofunda a tendência à concentração da renda, tornando mais fortes as redes da armadilha do subdesenvolvimento. E, ao mesmo tempo, tornam mais forte a resistência política às mudanças que conduziriam à homogeneização social porque elas inevitavelmente implicam em mudar o padrão de consumo e o estilo de vida de grupos influentes na sociedade (e, para tanto, o perfil da distribuição de renda).

Em suma, na visão de Furtado, a partir da modernização – ou seja, da absorção do progresso técnico por meio da introdução de novos produtos no padrão de consumo dos países periféricos – é possível ocorrer a industrialização; porém, essa industrialização, induzida pela modernização, acaba por reafirmar o subdesenvolvimento no sentido de ser incapaz de produzir a homogeneização social. No fundo desse processo há

[...] um desequilíbrio na assimilação das novas tecnologias produzidas pelo capitalismo industrial, o qual favorece as inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida o atraso na absorção de técnicas produtivas mais eficazes. É que os dois métodos de penetração de modernas técnicas se apóiam no mesmo vetor, que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. É a desarticulação entre esses dois processos que configura o subdesenvolvimento. (FURTADO, 1992, p. 41-42).

4 A SUPERÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO

Se o desenvolvimento não era o destino necessário dos países periféricos que avançavam rumo à industrialização, o subdesenvolvimento não é também o caminho inevitável de todos os países periféricos. Os exemplos históricos que Furtado levanta permitem identificar aspectos cruciais para a superação do subdesenvolvimento (e também alguns de

seus limites). *Em Brasil, a construção interrompida* três casos são analisados: China, Coréia do Sul e Taiwan. Nos três casos, o peculiar é a promoção da homogeneização social antes que se iniciasse alguma ação no sentido do aumento da produtividade da economia (na agricultura ou via industrialização).

O caso da China é extremo: a homogeneização social foi promovida por um processo revolucionário que, paralelamente, fechou a economia do país a influências externas para evitar a adoção de padrões de consumo incompatíveis com o grau de riqueza do país. O excedente não consumido foi canalizado para a expansão da forças produtivas em setores básicos por meio de planejamento centralizado. Concluídos esses projetos, passou-se a uma fase em que era preciso coordenar as ações de milhões de unidades produtivas, limitando a eficácia de um planejamento centralizado. A introdução de algumas relações de mercado tende a afetar a absoluta homogeneidade social previamente estabelecida, exigindo controles mais rígidos, inclusive para manter o isolamento externo (o que se torna cada vez mais difícil). Nas décadas finais do século XX presenciaram-se substanciais mudanças na economia chinesa, trazendo à tona duas questões claramente propostas por Furtado em seu texto de 1992:

- A China jamais poderá reproduzir os padrões de consumo das nações industrializadas dado o tamanho de sua população e o seu custo em termos de utilização de recursos não-renováveis;
- Enquanto não se desenvolverem tecnologias menos destruidoras do meio ambiente, a China terá de optar entre a homogeneidade social e níveis modestos de consumo e uma acentuada desigualdade social e regional (FURTADO, 1992, p. 49).

Certamente, o desenvolvimento recente da China aponta, de modo bastante agudo, para estes dilemas identificados por Furtado .

Estas observações transcendem o caso chinês, pois apontam que a era do consumo em massa (das etapas do desenvolvimento de Rostow) não é para todos. Não é para todos os países porque seu impacto seria absolutamente deletério: os recursos naturais seriam dissipados rapidamente e o meio ambiente literalmente destruído. E, dentro de um país periférico, não é para toda a população: evidentemente, num país com renda per-

capita de 3.000 dólares, apenas uma pequena parcela da população poderá usufruir de um padrão de consumo típico de um país cuja renda per capita é de 30.000 dólares. Para tanto, a renda média do restante da população deverá ser substancialmente reduzida, impedindo, desse modo, a homogeneização social.

No caso de Coréia do Sul e Taiwan, a homogeneização social também precedeu o desenvolvimento industrial. Ocupados pelo Japão até o fim da Segunda Guerra Mundial, estes países promoveram significativa redistribuição da riqueza ao recuperarem sua independência (em grande parte com base na reforma agrária sobre as terras dos colonizadores). Além disso, a proximidade da China e da Coréia do Norte tornava a ameaça de uma revolução bastante presente, exigindo ações no sentido de melhorar o padrão de vida da população. Nesses países, o Estado assumiu papel fundamental na promoção do desenvolvimento: educação como complemento à homogeneização social promovida pela reforma agrária; depois, planos de desenvolvimento, crédito indutor de investimentos, busca de autonomia tecnológica num processo que culmina com a consolidação de economias industriais exportadoras. Para Furtado, “[...] cabe reconhecer que a Coréia do Sul e Taiwan lograram superar a barreira do subdesenvolvimento, ainda que a renda per capita desses países seja menos de uma quinta parte da do Japão e não supere a de certos países latino-americanos.” (FURTADO, 1992, p. 51).

A partir desses exemplos, Furtado conclui que a homogeneização social é condição necessária à superação do desenvolvimento; porém, também é preciso haver a construção de um sistema produtivo eficaz com relativa autonomia tecnológica (que pressupõe descentralização de decisões, orientação do Estado e exposição à concorrência internacional). No entanto, cabe ressaltar que a homogeneização social deve preceder qualquer transformação no sentido do aumento da produtividade a fim de evitar que a modernização de certos grupos dentro da sociedade induza um processo de industrialização que perenize a heterogeneidade social.

Ora, a questão que permanece é a de saber como superar o subdesenvolvimento naquelas sociedades em que a modernização já instalou a armadilha do subdesenvolvimento. Essa é a dúvida colocada por Furtado em relação ao Brasil:

A ninguém escapa que o considerável aumento de produtividade ocorrido no Brasil nos últimos quarenta anos operou consistentemente no sentido de concentrar os ativos em poucas mãos, enquanto grandes massas da população permaneciam destituídas do mínimo de equipamento pessoal com que se valorizam nos mercados. Como modificar o mecanismo que conduz a essa perversa distribuição de ativos, ao nível das coisas e das habilitações pessoais, é a grande interrogação. Não cabe dúvida que aí reside o fator decisivo na determinação da distribuição primária da renda. E das forças de mercado não se pode esperar senão que assegurem a reprodução dessa situação, e mesmo alimentem a tendência à sua agravação. (FURTADO, 1992, p. 54).

Eis, portanto, a questão: como escapar da armadilha do subdesenvolvimento?

5 EM BUSCA DE UM NOVO MODELO?

Além de ser um intelectual que analisa com rigor a realidade dos países subdesenvolvidos, Furtado exerceu, durante muito tempo, funções públicas nas quais formulava propostas de ação. Desse modo, suas análises não se limitam a um mero exercício intelectual; há sempre um esforço no sentido de indicar caminhos de intervenção na realidade que possam resultar em avanços importantes. A Primeira Parte de *Um projeto para o Brasil*, de 1968, é o melhor exemplo dessa articulação da análise da realidade – no caso, a brasileira – com propostas de intervenção sobre essa realidade.¹⁴ No entanto, com o passar do tempo e a ampliação dos problemas brasileiros, a formulação de propostas concretas se tornou mais difícil e complexa.

Em *Brasil, a construção interrompida*, mais do que propostas, apresenta “sugestões aos novos pesquisadores”, admitindo que somente o conhecimento consistente da realidade social poderia ser a base de um projeto político que rompesse com a lógica perversa do

¹⁴ Trata-se do texto de duas exposições feitas por Celso Furtado na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados nos dias 18 e 19 de junho de 1968. Apesar de ter seus direitos políticos cassados pelo regime militar e estar afastado da esfera pública, Furtado ainda refletia sobre os problemas nacionais e apresentava propostas de políticas de desenvolvimento para o país. É igualmente importante notar que, apesar de cassado, ele foi convidado a fazer uma exposição na Câmara dos Deputados, o que indicava a manutenção de seu prestígio, apesar das condições políticas que lhe eram adversas.

subdesenvolvimento. Tais sugestões têm mais o caráter de pistas para investigação do que propostas específicas de intervenção na realidade.

Em um de seus livros mais recentes, *Em busca de um novo modelo*, de 2002, Furtado vai um pouco além: após insistir na impossibilidade de superação do subdesenvolvimento pelo livre jogo das forças de mercado, procura indicar os requisitos para a busca de caminhos para enfrentar a crise que se arrasta há anos (ou décadas).

Em primeiro lugar, cumpre deixar de lado “posições doutrinárias fundadas num reducionismo econômico” que impedem o diagnóstico adequado das raízes de nosso subdesenvolvimento. Para tanto, retoma o essencial de suas análises anteriores, como no trecho abaixo:

Portanto, a crise que aflige nosso povo não decorre apenas do amplo processo de reajustamento que se opera na economia mundial. Em grande medida ela é o resultado de um impasse que se manifestaria necessariamente em nossa sociedade, a qual pretende reproduzir a cultura material do capitalismo mais avançado, privando assim a grande maioria da população dos meios de vida essenciais. Não sendo possível evitar que se difundam, de uma ou de outra forma, certos padrões de comportamento das minorias de altas rendas, surgiu no país a contrafacção de uma sociedade de massas em que coexistem formas sofisticadas de consumo supérfluo e carências sociais no mesmo estrato social, e até na mesma família. (FURTADO, 2002, p. 35-36).

Esse resultado, fruto do processo de modernização e acentuado pela presença crescente de multinacionais, só pode ser revertido por meio de uma política de desenvolvimento que explicita os fins substantivos a serem alcançados. Evidentemente, a reprodução de políticas que pretendam simplesmente acelerar o crescimento de uma economia fundada nas bases existentes, será incapaz de promover as mudanças necessárias para se caminhar rumo à homogeneização social.

O caminho para a definição dessa política de desenvolvimento passa não só pela economia, mas também pela esfera cultural: “A superação do impasse com que nos defrontamos requer que a política de desenvolvimento conduza a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abra espaço à realização das potencialidades de nossa cultura.” (FURTADO, 2002, p. 36).

A cultura importa sob, pelo menos, duas perspectivas: primeiro, no sentido de deixarmos de ser consumidores de bens culturais e materiais

concebidos por outros povos e que nos são impostos pelas técnicas mercadológicas das grandes empresas, com as implicações já expostas anteriormente; em segundo lugar, no sentido de estimular a atividade criativa própria de nossa cultura, não somente nos termos usualmente entendidos como culturais (ou artísticos), mas principalmente enquanto fonte de produção de técnicas próprias e eficazes para as condições de nossa sociedade. Certamente, essa tarefa pode parecer gigantesca, em especial na era da globalização que tende a unificar tudo, o que, na visão de Furtado, é a condenação da periferia ao eterno subdesenvolvimento. Por isso mesmo, a tarefa de buscar novas alternativas em nossas raízes culturais emerge como uma necessidade:

Em uma época em que os que detêm o poder estão seduzidos pela mais estreita lógica ditada por interesses de grupos privilegiados, falar de desenvolvimento como reencontro com o gênio criativo de nossa cultura pode parecer simples fuga na utopia. Ora, o utópico muitas vezes é fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidades aberto a uma sociedade. A ação de vanguarda requerida constitui uma das tarefas mais nobres a serem cumpridas pelos trabalhadores intelectuais nas épocas de crise. Cabe a estes aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventureirismo político; cabe-lhes projetar luz sobre os desvãos da história, onde se ocultam os crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe-lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meios próprios de expressão. (FURTADO, 2002, p. 36-37).

Esta é a proposta de Furtado, sem dúvida muito mais abrangente e complexa do que sugere o debate sobre política econômica nos dias atuais, limitado a taxas de juros, taxas de câmbio, superávit primário, etc. Uma proposta que enfrentará grande resistência já que muitos se recusam até a admitir nosso subdesenvolvimento; mas uma proposta que, diante da crise persistente, surgirá como uma alternativa de reflexão para enfrentar as misérias de nossa sociedade. E, sobretudo, uma proposta consistente com o que caracterizou toda a obra de Furtado: buscar compreender a realidade brasileira de forma própria e original (e não pela simples reprodução dos modelos dominantes nas Ciências Sociais) e, ao mesmo tempo, formular proposições plausíveis para orientar políticas de desenvolvimento, por maiores que sejam as restrições à sua eficácia.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3. ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Introdução ao desenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Em busca de um novo modelo*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LESSA, Carlos. Apresentação. In: MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ROSTOW, Walt W. *Stages of economic growth*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

CELSO FURTADO E O PROCESSO HISTÓRICO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA*

Wilson Suzigan¹

INTRODUÇÃO

Dentro da vasta obra de Celso Furtado, um dos temas que lhe eram mais caros é o estudo do processo de industrialização. Via no desenvolvimento industrial o caminho mais promissor para o desenvolvimento econômico e social. Por isso, tanto em sua visão histórica da formação econômica do Brasil e da América Latina quanto em suas contribuições à discussão de temas contemporâneos, a análise do desenvolvimento industrial ocupa lugar central.

Justifica-se desta forma recuperar, ainda que forçosamente de modo sucinto, a visão de Furtado sobre o processo histórico de industrialização em economias subdesenvolvidas. Para isto, este trabalho focaliza especificamente três de suas obras mais influentes:

- *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, considerado pelo próprio autor como sua obra mais importante. Publicado em 1967, teve várias

* Uma versão anterior deste trabalho foi publicada sob o título de *Industrialização na visão de Celso Furtado*. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (Org.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001. cap. 7.

¹ Professor Colaborador do Departamento de Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências, Unicamp (wsuzigan@ige.unicamp.br).

reedições, e a 10ª edição, revista pelo autor e apresentada com um “prefácio à nova edição”, foi publicada em 2000. É essa nova edição que servirá de referência a este trabalho;

- *Formação econômica do Brasil*. Publicado em 1959, foi objeto de inúmeras reedições e de tradução para várias línguas, tornando-se o livro mais adotado nos cursos de economia brasileira, no Brasil e no exterior;
- *Formação econômica da América Latina*, publicado em 1969 e uma das mais importantes contribuições ao estudo de problemas do desenvolvimento e subdesenvolvimento latino-americano.

As citações no texto serão feitas utilizando, respectivamente, a 10ª edição do primeiro (2000), a 5ª edição (1963) do segundo, e a 2ª edição (1970) do último.

Por sua própria natureza, este trabalho não incorpora o debate acadêmico em torno das contribuições de Furtado, nem as polêmicas quanto a aspectos específicos das obras de referência como, por exemplo, as controvérsias em torno da possibilidade ou incapacidade do processo de desenvolvimento industrial como meio de superar o subdesenvolvimento². O propósito é tão somente revisitar o pensamento de Furtado quanto ao processo histórico de industrialização de economias subdesenvolvidas, em particular daquelas que iniciaram seu desenvolvimento especializando-se em um ou alguns produtos primários de exportação.

A organização do trabalho reflete a própria ordenação das fases históricas do processo de industrialização adotada por Furtado, tendo como pano de fundo o desenvolvimento industrial do Brasil e da América Latina. A primeira seção discute a industrialização induzida pelo crescimento e diversificação da procura global como resultado da expansão das exportações primárias, bem como as limitações intrínsecas a esse tipo de industrialização. A segunda seção trata da crise do setor exportador e das conseqüentes “tensões estruturais” que levaram a uma segunda fase de industrialização por substituição de importações. A terceira seção discute o

² Este ponto foi abordado pelo Prof. Flávio Saes em sua participação na mesa-redonda Subdesenvolvimento / Desenvolvimento e Sustentabilidade, da X Jornada de Ciências Sociais “Jornada de estudos Celso Furtado”. Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP – Campus de Marília, 6-8 de novembro de 2006.

esgotamento da industrialização por substituição de importações e o novo papel do Estado na passagem a uma terceira fase da industrialização, com a ampliação das bases do sistema industrial, que passa a desempenhar o papel de “elemento propulsor do desenvolvimento”. Por último, são apresentadas algumas considerações finais retomando os pontos mais importantes enfatizados por Furtado.

1 INDUSTRIALIZAÇÃO INDUZIDA PELAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS PRIMÁRIOS

Na visão de Celso Furtado, o início de um processo de industrialização em economias exportadoras de produtos primários tem como ponto de partida a especialização em um ou em alguns poucos produtos. Essa especialização, combinada com uma demanda mundial de matérias primas em expansão, leva a um aumento da produtividade e da renda da economia, provocando um aumento da demanda interna e a modificação do seu perfil no sentido de um aumento mais que proporcional da demanda de produtos manufaturados. É essa diversificação da demanda interna que dá origem a um núcleo de mercado interno de produtos manufaturados. Entretanto, dado que a estrutura produtiva evoluiu no sentido oposto, isto é, especializou-se em produtos primários, a demanda de produtos manufaturados tende a ser inicialmente atendida por importações. A possibilidade de que esse núcleo de mercado interno dê origem, subseqüentemente, a um processo de industrialização, vai depender da natureza e da forma de organização da atividade exportadora.

Para avaliar essa possibilidade, Furtado (1970, p. 125-130; 2000, p. 240-241) alerta que é preciso levar em conta uma série de fatores, entre os quais destaca:

1. A magnitude do aumento da produtividade média da economia, decorrente da atividade exportadora;
2. As modificações possíveis nas funções de produção, em decorrência da inserção do novo setor exportador, e o significado dessas modificações do ponto de vista da assimilação do progresso técnico;
3. A natureza da atividade exportadora, da qual depende a quantidade relativa da mão-de-obra absorvida no setor de produtividade elevada

e em expansão, e sua influência no nível do salário médio preexistente e no aperfeiçoamento do fator humano;

4. Modificações na forma de distribuição da renda e seus reflexos no perfil da procura global;
5. Proporção do incremento do produto interno retido no país, uma vez que, se os investimentos realizados na atividade exportadora forem predominantemente estrangeiros, é menor a parte do fluxo de renda do setor em expansão que permanece no país;
6. Importância relativa da parte do incremento da renda que reverte para o Estado e a forma como este a utiliza;
7. Importância relativa dos investimentos de infra-estrutura induzidos pelo desenvolvimento do setor exportador”. Dependendo da natureza da atividade exportadora, varia a exigência em termos de infra-estrutura: rede de transportes mais ou menos extensa; infra-estrutura especializada, não criadora de economias externas para o conjunto da economia, ou de uso geral e geradora de economias externas; maior ou menor necessidade de geração de energia, e assim por diante;
8. Dimensão do setor exportador em expansão, que em geral tem a ver com as próprias dimensões geográfica e demográfica do país, e os efeitos potenciais de arrasto e de impulsão da nova atividade exportadora, ou seja, sua capacidade para gerar procura de insumos a ser atendida dentro do país e para colocar à disposição de outras atividades internas insumos potenciais.

Assim, supondo que o aumento da produtividade média da economia seja de magnitude significativa por seus impactos sobre a renda e a demanda interna, pode-se ter dois tipos de desdobramentos, dependendo dos demais fatores mencionados por Furtado. Primeiro, se o tipo de produto exportado não implicar mudanças significativas de funções de produção e assimilação de progresso técnico, nem tiver influência alguma sobre os níveis de salário médio e as qualificações da mão-de-obra; se prevalecer a concentração da renda e/ou se o incremento da renda não permanecer no país ou reverter em grande parte para o Estado; se os investimentos em infra-estrutura forem muito especializados ou limitados em termos geográficos e, por fim, se o setor exportador for de pequenas

dimensões e suas atividades não exercerem efeitos de arrasto e de impulsão sobre o resto da economia, então dificilmente haverá condições para o início de uma industrialização induzida pela expansão da nova atividade exportadora. A maior procura de produtos manufaturados, gerada por essa expansão, será provavelmente orientada para importações.

Um segundo tipo de desdobramento é possível se, ao contrário, a nova atividade exportadora engendrar mudanças significativas nas funções de produção e induzir à assimilação de progresso técnico, absorver grande quantidade de mão-de-obra com elevação do salário médio em proporção ao aumento da produtividade (o que implicará mudança na distribuição da renda), reter no país boa parte do incremento da renda, exigir a construção de ampla rede de infra-estrutura de uso geral, tiver grandes dimensões e afetar o resto da economia. Nesse caso, será bastante provável a ocorrência de uma primeira fase de industrialização induzida pela exportação de produtos primários.

Furtado (2000) enfatiza que essa industrialização não resulta diretamente do aumento das exportações, mas sim, indiretamente, dos efeitos potenciais desse aumento sobre a renda interna e a diversificação da demanda interna. Assim,

O processo de diversificação da procura segue na frente do de crescimento da produção industrial. [...] como a diversificação das importações se pode concretizar com mais rapidez que a da estrutura industrial, é natural que numa primeira fase a diversificação da procura seja atendida pelas importações e somente numa segunda pela produção interna. (FURTADO, 2000, p. 247).

Dessa forma, a industrialização começa por ocupar mercados antes supridos por importações, e depois prossegue à medida que cresce e se diversifica a demanda de manufaturados, por sua vez induzida pelo incremento da renda decorrente da expansão das exportações primárias.

A intensidade desse tipo de industrialização induzida, segundo Furtado (2000, p. 248-249), dependerá também de outros fatores condicionantes, tais como: “a existência de recursos naturais ou de matérias primas agrícolas de fácil produção, o grau de urbanização já alcançado e a dimensão da população total do país”. De modo geral, dois tipos de atividades caracterizam essa primeira fase da industrialização.

O primeiro inclui indústrias diretamente ligadas à produção para exportação: é o caso de refinarias de açúcar, fábricas de óleos vegetais, frigoríficos, etc. O segundo grupo de indústrias apoia-se diretamente no crescimento da procura global e na urbanização. Esta última tende a produzir um núcleo principal, o qual concentra um importante contingente populacional em torno de um ponto ou de um centro político. Indústrias que utilizam mão-de-obra de forma intensiva, ou que produzem artigos perecíveis, bem como outras que produzem materiais de construção, aglomeram-se nesse núcleo urbano, o qual se beneficia de serviços públicos, financeiros e outros, inexistentes no resto de país. Trata-se em geral de indústrias com respeito às quais as vantagens de escala contam pouco ou os custos de transporte contam muito. (FURTADO, 2000, p. 248-249).

Esse tipo de industrialização ocorreu antes da Primeira Guerra Mundial nos países latino-americanos de maiores dimensões (Argentina, Brasil, Chile e México), e encerrou-se na década dos vinte. A elasticidade de crescimento do setor industrial em função do aumento da renda per capita 1,36 no período 1900-1929, segundo Furtado, (2000, p. 250), “constitui prova de que o desenvolvimento econômico induzido pelas exportações de produtos primários [...] engendra um processo de industrialização”. Para Furtado (1970, p. 124), esse processo de industrialização, ainda em sua primeira fase, poderia ser aprofundado no sentido de diversificação estrutural, pois,

O crescimento do mercado interno era uma realidade, ali onde se expandiram as exportações. Ao alcançar esse mercado certas dimensões, uma política protecionista seria o suficiente para provocar um surto industrial, tanto mais que os investimentos industriais se beneficiariam das economias externas proporcionadas pela infra-estrutura já instalada.

Entretanto, essa primeira fase de industrialização tinha, na visão de Furtado (1970, p. 133), limitações intrínsecas decorrentes de suas próprias características. Consistia essencialmente de “um núcleo de indústrias de bens de consumo corrente - tecidos, produtos de couro, alimentos elaborados, confecções - que se tornavam viáveis em razão do crescimento da renda disponível para consumo sob o impulso da expansão das exportações”, e de indústrias de materiais de construção que surgiam em paralelo ao processo de urbanização. Ora, pondera Furtado (1970, p. 133), “essas indústrias [...] são de escasso poder germinativo”. No caso das indústrias de bens de

consumo, seu crescimento inicial era rápido “simplesmente porque elas ocupavam o lugar de produtos anteriormente importados”. O crescimento da produção industrial vai se tornando débil à medida que vão sendo esgotadas as possibilidades de ocupação do mercado, passando então a ser influenciado sobretudo pelas flutuações da renda gerada pelo setor exportador e seus impactos sobre o mercado interno. Os investimentos visando ao crescimento da produção assumem a forma de

Adição de novas unidades de produção, similares às preexistentes, mediante a importação de equipamentos. Não se trata de formação de um sistema de produção industrial, mediante sua crescente diversificação, e sim da adição de unidades similares em certos setores de atividade industrial. A mão-de-obra absorvida, beneficiando-se de uma taxa de salário superior à média do país, constitui um reforço ao mercado interno, da mesma forma que a expansão do setor exportador, ao absorver parte do excedente de mão-de-obra, contribui para a expansão desse mercado. Dessa forma, não existe diferença essencial entre a expansão industrial dessa primeira fase e o crescimento da agricultura de exportação. A diferença estava em que esta última, dependendo de uma demanda exterior ao país, operava como variável exógena, ao passo que os investimentos no setor industrial dependiam do crescimento de um mercado criado pela expansão das exportações. Na verdade, o setor industrial se comportava como um multiplicador de emprego do setor exportador. (FURTADO, 1970, p. 133-134).

Furtado deixa claro, portanto, o modo como a industrialização nessa primeira fase estava atrelada às características e ao desempenho do setor exportador de produtos primários. Para que o setor industrial pudesse superar essa dependência, “seria necessário que ele se diversificasse suficientemente para autogerar demanda. Isto é, se instalassem indústrias de equipamentos e outras, cujo produto fosse absorvido pelo próprio setor industrial e (por) outras atividades produtivas.” (FURTADO, 1970, p. 134). Lembra, entretanto, que tanto os investimentos industriais quanto os investimentos em infra-estrutura tinham facilidades de financiamento no exterior para compra de equipamentos e tecnologia. Por isso, a dependência quanto a financiamentos:

Subordinava a aquisição de equipamentos a fornecedores estrangeiros, reduzindo a atividade industrial ao processamento de matérias primas locais com equipamentos importados ou ao acabamento de bens de consumo importados semi-elaborados, sempre com base em equipamentos adquiridos no exterior. (FURTADO, 1970, p. 134).

Com isso, ficavam bastante limitados “os requerimentos de assimilação de tecnologia moderna”; o que teria repercussões negativas sobre a continuidade do processo de industrialização.

Fica claro, assim, que para Furtado (1970, p. 132) o processo de industrialização induzido pela expansão das exportações primárias, por sua própria natureza:

Já apresentava inequívocos sintomas de esgotamento antes da crise de 1929. Esta crise, ao desorganizar de vez o setor exportador, mudou a natureza do processo de industrialização. Até então, o desenvolvimento do setor industrial fora um reflexo da expansão das exportações; a partir desse momento, a industrialização seria principalmente induzida pelas tensões estruturais provocadas pelo declínio, ou crescimento insuficiente, do setor exportador.

2 INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

A forma como a crise de 1929 afetou o processo de industrialização, mudando sua natureza, é analisada por Furtado (1963, p. 205-248; 2000, p. 250-251) a partir da propagação dos efeitos macroeconômicos da crise. Em suas palavras:

As quedas cíclicas do nível da renda gerada pelas exportações teriam que acarretar redução da procura global, baixa dos investimentos industriais, etc. Entretanto, a partir de um certo grau de diversificação da estrutura produtiva - decorrência da expansão relativa do setor industrial - a forma de propagação da depressão originada no setor exportador tende a se modificar. A baixa da renda gerada pelas exportações provoca imediata redução da renda global e contração da receita governamental; esta contração é particularmente grande pelo fato de que nos países subdesenvolvidos o comércio exterior constitui, freqüentemente, a base da arrecadação dos impostos.

Além disso, Furtado argumenta que, como há itens rígidos no passivo do balanço de pagamentos e os termos de intercâmbio estão se deteriorando,

A queda da capacidade para importar tende a ser bem maior que a redução direta do valor das exportações. É corrente que haja, em consequência da insuficiência da capacidade para importar, desvalorização cambial com o aumento relativo dos preços dos bens importados. Se a isto acrescentamos que o governo procurará financiar parte de seus gastos com expansão monetária, é fácil compreender que se criarão fortes pressões na economia,

particularmente naqueles países em que, em razão da inelasticidade de oferta dos produtos de exportação, surge a necessidade de acumular estoques com financiamento interno. (FURTADO, 2000, p.). (?)

Este último em substituição, em parte, às fontes internacionais afetadas pela depressão.

Assim, a crise internacional, ao reduzir bruscamente a demanda interna em termos reais, dá origem a tensões estruturais que, por sua vez, desencadeiam fatores inflacionários - desvalorização cambial, déficit governamental, acumulação de estoques de produtos de exportação - que, “se, por um lado, expandem a renda monetária, por outro elevam os preços relativos dos produtos industriais importados, favorecendo a posição competitiva da produção industrial interna” (FURTADO, 2000, p. 250-251). Tem início então uma segunda fase do processo de industrialização. Este “já não se apoia em uma expansão prévia da procura global. Pelo contrário: são as tensões criadas pela contração da procura global que, provocando redistribuição de renda, elevam a eficácia dos investimentos no setor industrial”. Furtado (2000) argumenta que essa maior eficácia, proporcionada pela mudança de preços relativos, baseia-se inicialmente na plena utilização da capacidade produtiva já instalada, tirando proveito de uma oferta elástica de mão-de-obra que possibilita utilizar o equipamento industrial em dois ou três turnos diários. São criadas assim condições para que a indústria, em rápido crescimento, passe a liderar o processo de desenvolvimento.

A produção industrial cresce e se diversifica “para atender uma procura que se tornou insatisfeita em razão do declínio das importações”. Entretanto, alerta Furtado (2000, p. 252), “(o) crescimento dos investimentos industriais representa novo fator de pressão sobre a capacidade de importação contraída. Surgem, assim, novas tensões estruturais que permitem ao processo seguir adiante.”

Por isso, nessa segunda fase o processo de industrialização deve avançar liberando capacidade de importação, o que faz com que geralmente esse segundo tipo de industrialização seja acompanhado por redução do coeficiente de importação (FURTADO, 1963, p. 249-255). Entretanto, ao definir a industrialização por substituição de importações como um “processo pelo qual a participação do comércio exterior na formação da renda tende a baixar”, Furtado pondera que:

(e)m um sentido mais geral, [...] existe substituição de importações toda vez que as importações crescem menos do que corresponderia - dada a elasticidade renda da procura dos bens que estavam sendo importados no período base -, sendo a procura adicional satisfeita com produção local. Nesse caso, a substituição de importações pode ocorrer com estabilidade e mesmo com elevação do coeficiente de importações. (FURTADO, 2000, p. 247, nota 2).

Da mesma forma, trabalhando com dados para Argentina, Brasil e México, no período 1929-1950, observa que a elasticidade renda de crescimento do setor industrial foi “excepcionalmente elevada. Essa elevada elasticidade constitui uma indicação de que a industrialização do segundo tipo requer modificações estruturais bem mais importantes que a do primeiro tipo.” (FURTADO, 2000, p. 252).

Para que a industrialização por substituição de importações se torne possível, é necessário que o país tenha passado pela primeira fase de industrialização induzida pela expansão das exportações primárias. Mais que isso, é necessário que essa primeira industrialização tenha alcançado “certa importância relativa - uma produção industrial representando dez por cento do produto global constitui um ponto de referência - a fim de que o processo substitutivo ponha em marcha a segunda fase da industrialização.” (FURTADO, 2000, p. 252).

A dinâmica do processo de substituição de importações é sumariada por Furtado como segue: a partir do aumento da produção industrial de bens de consumo corrente, ao iniciar-se o processo de substituição, verifica-se um aumento correspondente da demanda de bens intermediários e de máquinas e equipamentos em geral. Dada a restrição da capacidade de importar, os preços dos insumos industriais tendem a aumentar, abrindo novas oportunidades de investimentos. Estes, por sua vez, pressionarão ainda mais a capacidade de importar, criando novas tensões estruturais, e o processo avança. Além disso, “o desenvolvimento da produção industrial, ao criar um fluxo de renda adicional, amplia o mercado interno” (FURTADO, 1970, p. 141), criando um círculo virtuoso de crescimento.

Furtado (1970, p. 144) estabelece com clareza que a industrialização por substituição de importações

Foi, a rigor, um fenômeno dos anos trinta e do período de guerra, isto é, da fase em que a contração da capacidade para importar permitiu que se utilizasse intensamente um núcleo industrial surgido na fase anterior. Que a industrialização se haja intensificado nesses países [Argentina, Brasil, Chile e México] durante a depressão do setor externo, constitui clara indicação de que esse processo poderia haver ocorrido anteriormente caso tais países se houvessem beneficiado de políticas adequadas. Em outras palavras: a superação da primeira fase da industrialização exigia medidas econômicas visando a modificar a estrutura do núcleo industrial; não tendo sido tomadas os setores industriais foram levados a uma situação de relativa depressão. A crise, ao criar condições para uma utilização intensiva da capacidade existente e ao ampliar a demanda de produtos intermediários e equipamentos, tornou evidente que o processo de industrialização somente seguiria à criação de indústrias de base. A ação estatal, conduzindo à criação de indústrias de base, abriria uma terceira fase no processo de industrialização latino-americano.

3 ESGOTAMENTO DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E INDUSTRIALIZAÇÃO POR AÇÃO ESTATAL

Há evidência, segundo Furtado (2000, p. 252-253), de que já em meados da década de 1950 o processo de industrialização por substituição de importações apresentava sinais de saturação nos países latino-americanos de industrialização mais avançada. O coeficiente de importações permanecia estável, caía a elasticidade renda do crescimento da produção industrial, e a participação da produção industrial no produto interno bruto estabilizava-se em torno de um terço. Isto significa que, “alcançado certo grau de redução relativa das importações, a possibilidade de aumentar a rentabilidade de determinados investimentos industriais mediante elevação dos preços relativos dos produtos importados torna-se muito pequena ou desaparece”. Ou seja, a pauta de importações pode ficar reduzida a um pequeno número de itens de difícil compressão, com a agravante de que, no caso de bens de capital, uma elevação dos preços relativos de importação pode afetar negativamente a eficácia dos investimentos na economia com um todo. “Ter-se-á, então, esgotado o processo de substituição de importações, e a industrialização somente poderá prosseguir se a estrutura da economia, e do setor industrial em particular, houver alcançado certo grau de diversificação.” (FURTADO, 2000, p. 252-253).

Furtado dá a entender que, nos três países latino-americanos mais avançados no processo de industrialização (Argentina, Brasil e México), os

governos tinham consciência dos limites da industrialização substitutiva de importações e da necessidade da ação estatal para avançar na diversificação estrutural. E afirma que:

(n)o período de pós-guerra, o processo de industrialização nos três países referidos dependeu muito mais da ação estatal visando a concentrar investimentos em setores básicos, da recuperação ocasional do setor exportador e da introdução de capitais e tecnologia estrangeiros, que propriamente da substituição de importações. Contudo, continuou-se a falar em substituição de importações pelo fato de que a produção industrial, orientando-se estritamente para satisfazer a demanda interna, abasteceu mercados antes supridos mediante importações [...]. A rigor, os novos mercados foram principalmente criados pela ampliação da demanda global que trouxe consigo a industrialização. (FURTADO, 1970, p. 143-144).

Nessa fase, cabe ao setor industrial “desempenhar, por si mesmo, o papel de elemento propulsor do desenvolvimento [...]”. Para isso, “deverá estar estruturado de tal forma que a utilização de sua capacidade produtiva tenha como contrapartida necessária que se alcance um grau adequado de investimentos no conjunto da economia.” (FURTADO, 2000, p. 253). Partindo de parâmetros empiricamente estabelecidos de participação da produção industrial no PIB e da produção de bens de capital na produção industrial, estima que a taxa adequada de investimentos em relação ao PIB seria de 18%.

Sempre que tenha acesso às fontes do progresso técnico. Visto o problema de outro ângulo: para que esse país possa utilizar plenamente sua capacidade produtiva, sua taxa de investimento deverá alcançar 18%. Um crescimento mais intenso do setor externo pode aumentar a eficácia da utilização dos recursos, mas não é em si o elemento propulsor do desenvolvimento. Os investimentos poderão orientar-se no sentido da substituição de importações, aumentando a sua eficácia, sem que nesse processo esteja o elemento propulsor do desenvolvimento. Este passa a originar-se diretamente na diversificação estrutural. (FURTADO, 2000, p. 253).

Furtado adverte, ainda, que uma redução do coeficiente de importação encontra limites estabelecidos pela base de recursos naturais, pelas dimensões do mercado interno, e pela dependência tecnológica que caracteriza economias subdesenvolvidas. E mesmo a estabilização desse coeficiente “implica que as importações estarão crescendo na mesma intensidade que o produto, o que dificilmente se pode conseguir se as

exportações conservam sua composição tradicional, isto é, continuam a limitar-se a alguns produtos primários.” (FURTADO, 2000, p. 253-254). Além disso, continua,

Para que as importações cresçam na mesma intensidade que as exportações, os termos de intercâmbio devem estar estáveis e outras partidas sensíveis da balança de pagamentos (custo da tecnologia e lucros enviados ao exterior por empresas controladas por capital estrangeiro) não devem aumentar com mais intensidade que as exportações. Dessa forma, a diferenciação estrutural obtida pela industrialização substitutiva de importações é causa necessária mas não suficiente para alcançar um desenvolvimento estável. (FURTADO, 2000, p. 253-254.).

Neste ponto, Furtado (2000, p. 254) remete o leitor para um ponto fundamental: “o comportamento das economias subdesenvolvidas não pode ser explicado sem que se tenham em conta as normas que regem sua inserção no sistema econômico internacional.”

Para Furtado (2000, p. 255-261), a industrialização na fase pós-substituição de importações sancionou uma inserção internacional e uma correspondente estrutura produtiva impostas pelas economias centrais. Partindo do princípio de que a diversificação da procura, tanto quanto o aumento da produtividade, constitui elemento motor do desenvolvimento, argumenta que os países que se especializaram de acordo com suas vantagens comparativas transformaram-se em importadores de novos bens de consumo, e o seu desenvolvimento econômico passou a confundir-se com a importação de padrões de consumo. Isto, segundo Furtado, gerou uma “descontinuidade na ‘superfície’ da procura”, transferida para a estrutura do sistema produtivo pela industrialização ‘substitutiva de importações’³. A partir daí, a industrialização adquiriu uma conotação de mera “descentralização geográfica de atividades manufatureiras.” Ora, essa descentralização não significa industrialização no sentido de autonomia para criar produtos industriais; significa localizar, parcial ou totalmente, na ‘periferia’, a produção física de artigos que continuam a ser *criados* [ênfase no original] nos centros dominantes (FURTADO, 2000, p. 259).

³ Entre aspas no original porque, como visto anteriormente, Furtado considera que, a rigor, a industrialização por substituição de importações esgotou-se em meados da década de 1950.

Assim,

(n)a fase da industrialização 'substitutiva', os fluxos reais entre o 'centro' e a 'periferia' já não têm o mesmo papel dinamizador. Esse papel passa a ser desempenhado pela forte penetração de novas técnicas que traz consigo a descentralização geográfica da atividade manufatureira. À diferença do que ocorria na fase de maximização das vantagens comparativas, os investimentos no setor industrial exigem modificações nas funções de produção com rápida elevação do nível tecnológico do conjunto do sistema. Instalado o parque industrial, o quadro se apresentará mais uma vez modificado. O fator dinamizador passa a ser a difusão de novas formas de consumo, imitadas dos países 'centrais'. À diferença das economias desenvolvidas, nas quais o fator dinamizador é um processo conjugado de adoção e *difusão* [ênfase no original] de novas formas de consumo (privado e/ou público), e de novos processos produtivos, os dois fatores primários interagindo em função das condições do conjunto do sistema, na economia subdesenvolvida, é a importação de formas de consumo em benefício de uma minoria restrita que constitui o principal fator dinâmico. (FURTADO, 2000, p. 260-261).

Enquanto que nas economias desenvolvidas a difusão de processos produtivos, aumentando a produtividade, eleva o nível de vida da população (seja por meio do aumento concomitante da taxa de salários, seja pela redução dos preços relativos dos bens de consumo), nas economias subdesenvolvidas,

Esse processo somente se cumpre em sua plenitude com respeito a uma minoria da população. O resto da população é afetado de forma decrescente, em função de sua integração na economia monetária e no mercado de produtos manufaturados. O peso do excedente estrutural de mão-de-obra faz que a penetração de técnicas sofisticadas nas atividades ligadas ao conjunto da população acarrete um crescimento mais que proporcional da renda dos grupos ricos, cujos gastos devem, em consequência, aumentar mais que proporcionalmente para que prossiga o processo de difusão de novas técnicas. Cabe, portanto, concluir que a introdução de novos padrões de consumo entre os grupos ricos constitui o verdadeiro fator primário (ao lado da ação do Estado) do crescimento das economias subdesenvolvidas na fase pós-substituição de importações. (FURTADO, 2000, p. 261).

Quanto à ação do Estado, no quadro de relações de dominação-dependência, a análise de Furtado é favorável à coordenação centralizada de decisões econômicas, com explicitação de objetivos nacionais e prioridades sociais. Com esse propósito, as formas de ação do Estado deveriam abranger:

a) apropriação pelo Estado de parte substancial dos lucros das empresas internacionais e/ou estatização das filiais, no caso de produção primária para os mercados internacionais; b) subordinação de grandes empresas a objetivos precisos de política econômica e efetiva integração na economia nacional dos frutos das inovações tecnológicas; c) previsão e controle das conseqüências sociais da penetração do progresso tecnológico e seleção de técnicas em função de objetivos sociais explícitos; d) controle da comercialização internacional de produtos primários de exportação, o que exige estreita cooperação entre países produtores. (FURTADO, 2000, p. 265).

Para isso é necessário ter consciência da dimensão política da situação de subdesenvolvimento, no âmbito das mencionadas relações de dominação-dependência. Nesse sentido, as idéias de Furtado constituem um verdadeiro pleito em favor de políticas de desenvolvimento industrial.

OBSERVAÇÕES FINAIS

A interpretação de Celso Furtado sobre o processo histórico de industrialização, particularmente das economias subdesenvolvidas da América Latina, é lapidar. Ninguém antes teve a clareza de entendimento que Furtado teve da natureza e dos limites da industrialização induzida pela expansão das exportações de produtos primários na economia brasileira e na América Latina de modo geral. Da mesma forma, a análise que ele faz do processo de industrialização por substituição de importações é perfeita no que diz respeito aos fatores que a desencadearam e ao período exato em que vigorou. No caso do Brasil ele afirma corretamente que a substituição de importações como processo de industrialização foi importante apenas entre as décadas de 1930 e 1950. É possível discordar apenas de sua atribuição à tarifa aduaneira o papel de principal fator de proteção, uma vez que a desvalorização da moeda nacional e as restrições não tarifárias tiveram papel mais importante na proteção à produção no mercado interno nesse período. É nítida também, na interpretação de Furtado, a mudança ocorrida na terceira fase da industrialização, quando a dinâmica do desenvolvimento passa a ser determinada principalmente pela emulação, entre os grupos de renda mais alta da sociedade, dos padrões

de consumo típicos dos países desenvolvidos. Isto aprofundou as desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira, o que dá à sua análise um impressionante caráter de atualidade, reforçada pelo papel ativo que ele sempre atribuiu à ação do Estado como forma de induzir modificações no perfil da procura e, por extensão, induzir também mudanças na estrutura do sistema produtivo. Em outras palavras, fazer política industrial.

As contribuições de Furtado ao estudo do processo histórico de industrialização de países em condições de subdesenvolvimento são amplamente conhecidas e reconhecidas, e já foram suficientemente ressaltadas. Entretanto, vale a pena recuperar alguns dos pontos principais.

- Primeiro, fica claro, pela análise de Furtado, que é necessário considerar uma plêiade de fatores intervenientes no processo de transição de uma economia exportadora de produtos primários para uma economia industrial, notadamente aqueles relacionados com a natureza da atividade exportadora, desde sua forma de organização e potencial de transformação do sistema produtivo e da sociedade até suas dimensões físicas.
- Segundo, torna-se evidente a referência, na análise do processo histórico de industrialização das economias subdesenvolvidas da América Latina, a três tipos de transformação dessas economias: especialização de acordo com as vantagens comparativas, substituição de importações, e importação de padrões de consumo pelos grupos sociais de altas rendas. Esses três tipos de transformação “têm em comum constituírem processos adaptativos diante da evolução estrutural dos centros dominantes. Trata-se, portanto, de uma evolução do próprio processo de dependência” (FURTADO, 2000, p. 261), que só poderia ser rompido por meio de uma ação mais incisiva do Estado.
- Terceiro, Furtado tem clara percepção das limitações intrínsecas da primeira fase de industrialização induzida pelas exportações primárias, limitações essas manifestadas principalmente no baixo potencial desse tipo de industrialização para induzir mudanças estruturais no sistema produtivo.
- Quarto, Furtado estabelece nitidamente o período em que a industrialização pode ser apropriadamente chamada de substituição de

importações, o que torna impróprias, para não dizer errôneas, as referências ao processo de desenvolvimento industrial dos países latino-americanos – e particularmente do Brasil –, a partir de meados da década de 1950, como industrialização por substituição de importações. Cabe aqui talvez uma observação quanto à ênfase dada por Furtado à mudança dos preços relativos das importações como um dos fatores que, com a crise de 1929, desencadearam as mudanças estruturais que levaram à segunda fase da industrialização. Na verdade, embora essa ênfase seja correta para o momento da transição, a mudança dos preços relativos perde importância nos momentos seguintes e o verdadeiro instrumento de proteção passa a ser a introdução de barreiras não tarifárias às importações.

- Quinto, Furtado mostra com clareza como, na terceira fase da industrialização, muda a natureza do desenvolvimento industrial, que passa a ser determinada principalmente pela emulação, entre os grupos de renda mais alta, dos padrões de consumo típicos dos países desenvolvidos.
- Sexto, Furtado mostra de forma igualmente clara que a ação do Estado é uma forma válida e amplamente utilizada de induzir modificações no perfil da demanda (evitando ou atenuando a influência da importação de padrões de consumo) e, por consequência, de induzir também mudanças na estrutura do sistema produtivo, escapando assim às determinações impostas pelas relações de dominação-dependência.

REFERÊNCIAS

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 5. ed. Brasília: Ed. UnB, 1963.

_____. *Formação econômica da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1970.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10. ed. rev. São Paulo: Paz e terra, 2000.

PROGRESSO TÉCNICO NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO

André Tosi Furtado¹

O pensamento cepalino, desde a sua primeira versão, sempre enfatizou a importância do progresso técnico como elemento explicativo da dinâmica desigual do capitalismo em escala mundial. O avanço diferenciado do progresso técnico entre as atividades econômicas e a especialização produtiva dos países seriam as principais causas da estruturação bipolar da economia mundial entre centro e periferia. Pode-se dizer que existe, por trás do pensamento inicial da Cepal, que emana dos primeiros escritos de Prebisch (1961, 1973), uma percepção em dois níveis da dinâmica do progresso técnico, que está subdividida entre a geração e a difusão do progresso técnico.

A geração do progresso técnico tem uma natureza desigual entre as atividades econômicas. Algumas atividades são mais portadoras de progresso técnico. Nelas inclui-se a indústria e, dentro desta, o setor de bens de capital. Em seguida, existem mecanismos de difusão dos frutos do progresso técnico. Esses mecanismos sofrem forte influência das relações do mercado de trabalho e do quadro institucional. O que preocupava, sobretudo, a Prebisch era como os frutos do progresso técnico, que poderiam ser assimilados aos ganhos de produtividade engendrados pelo avanço tecnológico, se difundiam entre os países e chegavam à grande

¹ DPCT/IG/Unicamp.

maioria da população mundial. Em seu texto seminal se explicita claramente essa preocupação sobre a difusão desigual dos frutos do progresso técnico ao conjunto da sociedade dos países periféricos: “Las ingentes ventajas del desarrollo de la productividad no han llegado a la periferia, en medida comparable a la que ha logrado disfrutar la población de esos grandes países.” (PREBISCH, 1961, p. 1)

Essa preocupação com a dinâmica desigual do progresso técnico ganhará mais corpo ainda com Celso Furtado, principalmente do ponto de vista de uma maior formalização teórica e de uma mais extensa contextualização histórica. O pensamento cepalino separa a história do capitalismo na América Latina em duas grandes etapas, a da economia primário-exportadora e a da industrialização. Cada uma traz em seu bojo uma dinâmica desigual e heterogênea da geração e difusão do progresso técnico. Essas percepções ficarão mais amplamente definidas no pensamento de Furtado.

A DINÂMICA DO PROGRESSO TÉCNICO NA FASE PRIMÁRIO-EXPORTADORA

A formação das sociedades e dos países latino-americanos deve ser entendida através do processo de colonização das nações Ibéricas. Os respectivos processos de conquista espanhola e de colonização portuguesa constituíram economias exportadoras de metais preciosos e produtos agrícolas de alto valor comercial. Essas economias interagiram em graus diferentes com outras economias regionais complementares, que se constituíram em torno a elas. Os fluxos comerciais entre o(s) pólo(s) de exportação e as economias regionais complementares foram decisivos para a formação dos estados nacionais, quando chegou a independência política da região no início do século XIX. (FURTADO, 1969).

A independência política dos países da América Latina deve ser entendida como a transição de economias coloniais, baseadas em atividades exportadoras de produtos de alto valor às suas metrópoles, para economias nacionais apoiadas em novas atividades exportadoras que atendiam às necessidades da divisão internacional do trabalho, formada a partir da revolução industrial britânica. Essa transição não foi nada fácil para as nações emergentes da América Latina. As antigas atividades de exportação estavam em declínio em decorrência do esgotamento de recursos não

renováveis, casos da prata na Bolívia-Peru e do ouro no Brasil. Também influenciou esse declínio a competição de outras colônias, que muitas vezes contavam com os mercados cativos de suas metrópoles, caso do açúcar no Nordeste.

O fenômeno mais significativo advindo da revolução industrial constitui-se na diversificação e no aumento de escala dos mercados de matérias-primas dos países industrializados. Inicialmente esse aumento foi atendido internamente, mas logo ficou claro, devido à pequena dimensão física dos países europeus, que esses mercados teriam que ser abastecidos a partir das colônias africanas e asiáticas e das ex-colônias americanas. No entanto, contrariamente aos Estados Unidos que logo conseguiram expandir suas exportações de algodão para atender à florescente indústria têxtil britânica desde o início do século XIX, os demais países latino-americanos tiveram que esperar novas oportunidades, que só tenderam a ocorrer de forma mais intensa a partir da segunda metade desse século.

As matérias-primas, que passaram a ser importadas pelos países industrializados, tinham uma demanda muito elástica. Em função da revolução industrial, estava se constituindo um mercado de bens de consumo de massa de produtos agrícolas e industrializados, que incorporava novas matérias-primas produzidas pelos países periféricos. Em 1846, o Parlamento Britânico aboliu as *Corn Laws*, abrindo o mercado inglês de cereais às importações provenientes de outros países. Com o desenvolvimento dos meios de transporte, que abaixou consideravelmente o custo de frete, pôde constituir-se um importante mercado aberto de cereais, que passou a ser abastecido competitivamente a partir de outros continentes. O mercado de bens saláris, formado pela massa dos trabalhadores dos países industrializados, era de grandes dimensões. Os produtos tropicais, anteriormente exportados pelas ex-colônias a preços altos para as elites dos países desenvolvidos, tornaram-se bens de consumo de massa durante o século XIX (açúcar, café, cacau e chá). O desenvolvimento da indústria e da agricultura, também, implicou no crescimento de novos mercados de bens minerais, principalmente os não-ferrosos e os minerais para a produção de fertilizantes. A energia, com a emergência da indústria do petróleo nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, irá se constituir em um novo fluxo comercial entre a periferia e o centro, a partir do início do século XX.

As possibilidades de expansão das exportações de matérias-primas oferecidas pela divisão internacional do trabalho eram limitadas, como foi logo percebido pelos autores cepalinos e por Furtado. Na primeira metade do século XX, a demanda internacional da maior parte das matérias-primas exportadas pelos países periféricos apresentava sérias limitações, que se expressaram claramente com a crise de 29. Três grandes ordens de fatores explicavam a dinâmica declinante da demanda de matérias-primas. (FURTADO, 1979, p. 227-228). Em primeiro lugar havia o deslocamento do eixo dinâmico e centro industrial da economia mundial do Reino Unido, um país pobremente dotado em recursos naturais e cujo coeficiente de abertura comercial era muito elevado, para os Estados Unidos, um país muito mais rico em recursos naturais, e cuja economia era muito mais fechada.

Essa mudança de ordem geográfica escondia um outro aspecto que pode ser considerado de natureza tecnológica. O aumento da renda per capita nos países desenvolvidos implicava numa alteração da estrutura da procura, a chamada Lei de Engel, que a sua vez acarretava uma alteração da estrutura das atividades produtivas. Chamava-se atenção, sobretudo, para a influência da Lei de Engel sobre a evolução do comércio internacional. Essa alteração da pauta de consumo está intimamente associada ao progresso técnico, na medida em que inovações de produto estão por trás das alterações do perfil da demanda.

O terceiro fator identificado por Furtado é o progresso técnico, que reduz as necessidades de matérias-primas por parte dos países industrializados. Do lado da oferta, o progresso técnico possibilita a substituição das matérias-primas industriais (corantes, borracha, fertilizantes, etc.) por produtos sintéticos, fabricados em geral a partir das fontes energéticas fósseis, muito mais abundantes e baratas. Do lado da demanda, um uso mais eficiente das matérias-primas nos processos da fabricação de bens industriais permite reduzir a quantidade destas por unidade de produto final. O progresso técnico se torna, portanto, uma ferramenta importante para que os países desenvolvidos reduzam suas necessidades de importação de matérias-primas.

A análise dessa transformação tecnológica do pensamento cepalino careceu, no entanto, de um pouco mais de contextualização dentro do processo histórico de evolução tecnológica do setor industrial dos países líderes da revolução industrial. A tecnologia gerada nesses países não se concentrou apenas no setor bens de capital, mas foi de extrema importância

na indústria química. O coração dessa transformação tecnológica, que irá redundar em profundas modificações da demanda de matérias primas, situa-se na indústria química orgânica. Esta se desenvolveu com maior vigor a partir da segunda revolução industrial na Alemanha, país que era pobremente dotado em recursos naturais e não podia contar com um grande império, assim como com o domínio das instituições econômicas internacionais. Essa nova fase do capitalismo está por trás das grandes transformações tecnológicas que terão um efeito contraditório sobre a demanda de matérias-primas dos países periféricos. Por um lado, irão surgir novas matérias-primas, como os minerais não-ferrosos e o petróleo; por outro lado, muitas matérias-primas começarão a ser substituídas por produtos sintéticos. No longo prazo e desde uma perspectiva dinâmica, essa dinâmica será desfavorável aos países periféricos.

No que diz respeito a como a demanda de produtos se comporta, a análise de Furtado confunde-se com a de Prebisch. No entanto, é pelo lado da dinâmica produtiva da atividade exportadora que Furtado realiza importantes avanços. Para este autor, a elevação da produtividade, sobretudo nos países agro-exportadores, ocorre por meio da especialização produtiva no comércio internacional. Esses países, quando dispõem de uma oferta elástica de terras, podem aumentar sua produção de bens agrícolas para exportação apenas realocando os seus fatores de produção, muitos deles anteriormente ociosos.

As formas de produção e o nível tecnológico podem permanecer sem modificações significativas. A elevação da produtividade é, no caso, um fenômeno de natureza estritamente econômica, cuja origem está nas vantagens comparativas que resultam da especialização. (FURTADO, 1979, p. 197).

A inserção dos países periféricos nos fluxos comerciais internacionais onde as matérias primas passam a ser intercambiadas por produtos manufaturados permite que as atividades exportadoras aumentem sua produtividade sem gerar e nem incorporar substantivamente progresso técnico.

Chega-se no ponto em que é necessário definir em que consiste subdesenvolvimento, e porque não ocorre difusão dos frutos do progresso técnico à grande parte da população dos países periféricos. Furtado é muito

claro em colocar que existe uma grande diferença entre subdesenvolvimento e sociedade tradicional. “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.” (FURTADO, 1961, p. 180).

O que caracteriza o subdesenvolvimento, segundo ele, é a existência da heterogeneidade estrutural entre um setor de maior produtividade e um outro setor de subsistência. Essa heterogeneidade não se deve ao fato de que o setor moderno-exportador incorpore técnicas mais avançadas de produção durante a fase primário-exportadora, mas aos ganhos de produtividade advindos da inserção dos países periféricos exportadores de matérias primas na divisão internacional do trabalho, gerada pela revolução industrial e centralizada na economia britânica.

Esses ganhos provinham da especialização produtiva na produção de matérias primas, cuja demanda aumentava significativamente no mercado internacional, e dos mecanismos de propagação dos frutos do progresso que decorriam do comércio internacional. Tratava-se de um ganho de eficiência estática, advindo da realocação das atividades econômicas e de uma intensificação da divisão do trabalho, que passava a ser internacional. Por meio do comércio países exportadores de matérias primas poderiam adquirir um maior volume de produtos manufaturados, como demonstrava a teoria das vantagens comparativas de Ricardo.

Porém, a contribuição mais relevante da abordagem cepalina consiste em mostrar que as condições de heterogeneidade estrutural tendem a se perpetuar ao longo do tempo, muito em virtude da própria natureza do progresso técnico que é gerado nos países centrais. Dito em outros termos, ainda que os ganhos estáticos advindos das vantagens comparativas beneficiem os países periféricos, os ganhos dinâmicos provenientes da acumulação de progresso técnico são apropriados diferencialmente entre centro e periferia.

Embora a economia agro-exportadora não incorporasse técnicas avançadas de produção, sua produtividade aumentava em função da expansão das atividades exportadoras e através da absorção progressiva do setor de subsistência. Era até possível, quando o setor de subsistência tivesse um tamanho limitado e que a economia agro-exportadora fosse

dinâmica, que houvesse quase completa absorção do setor tradicional pelo moderno. Haveria, nesse caso, uma tendência à homogeneização social e à redução da heterogeneidade estrutural, com superação do subdesenvolvimento. Este era o caso dos países do Cone Sul (Argentina e Uruguai) em que a renda per capita emparelhara-se com a dos países desenvolvidos, no início do século XX, e estava muito mais bem distribuída do que nos demais países latino-americanos.

O comércio internacional constituía-se em um mecanismo de difusão dos frutos do progresso técnico, gerado pelas atividades do setor industrial dos países centrais, a países exportadores de matérias-primas. No entanto, ele seria um mecanismo com uma capacidade limitada de transformação das atividades produtivas desses países. As limitações desse dinamismo econômico, gerado pelo comércio internacional, se deveriam à propensão decrescente dos países industrializados em consumir matérias-primas por unidade de produto final. Esse fato estaria, em parte, relacionado à própria natureza do progresso técnico, que a partir da segunda revolução industrial, tornou-se poupador no uso de matérias-primas. Em decorrência dessa dinâmica, haveria uma propensão decrescente do comércio internacional em funcionar como um engenho de difusão do progresso técnico.

O mecanismo da deterioração dos termos de troca descritos por Prebisch (1961) em seu trabalho seminal demonstrava que o comércio internacional constituía-se em uma engrenagem perversa de concentração de renda e não mais de difusão dos frutos do progresso técnico, tal como propalava a teoria das vantagens comparativas. Os fatores anteriormente descritos de redução relativa da demanda de matérias-primas atuavam no sentido de deprimir os seus preços em relação ao dos produtos manufaturados, permitindo que os países desenvolvidos se apropriassem de parte dos ganhos de produtividade das atividades exportadoras dos países periféricos, os quais decorreriam da adoção de técnicas mais performantes ou da exploração de novos recursos naturais.

A ausência de atividades geradoras de progresso técnico tornava-se um obstáculo ao desenvolvimento econômico, sobretudo a partir das transformações que começaram a se desenhar na economia mundial mais intensamente a partir da primeira metade do século XX. Era imprescindível que os países periféricos internalizassem as atividades geradoras de progresso

técnico. Antes, no entanto, de apresentar a análise de Furtado sobre a industrialização em países periféricos, vejamos como esse processo ocorreu nos países desenvolvidos e qual foi o papel da tecnologia para o processo de desenvolvimento.

PROGRESSO TÉCNICO E DESENVOLVIMENTO NOS PAÍSES CENTRAIS

O aumento da produtividade nas economias industrializadas é provocado principalmente pela geração e aplicação de novas técnicas ao processo produtivo e de consumo. Furtado retoma as teses já delineadas por Smith e posteriormente Marx sobre a acumulação do capital.

A eficiência produtiva e o avanço da técnica constituem, portanto, no novo sistema econômico, a fonte do lucro do empresário e a oportunidade de aplicação remunerativa desses lucros. Cabe, assim, à técnica papel central na economia industrial. (FURTADO, p. 166-167).

A tecnologia não somente é a forma de aumentar a produtividade para atender às necessidades de expansão da demanda e/ou baixa dos preços, como a técnica corporificada em novas máquinas e instalações produtivas constitui-se em uma nova área para a aplicação do excedente apropriado pelos capitalistas. Portanto, o capitalismo industrial torna-se um processo auto-gerado em que o crescimento faz parte da natureza do sistema. “Em outras palavras, para funcionar normalmente, esse sistema necessita acumular. Não foi por outra razão que afirmamos ser o crescimento inerente a esse tipo de economia.” (FURTADO, 1979, p. 171).

Explicado o fato de que o progresso técnico estava no coração do capitalismo industrial, restava esclarecer porque houve eliminação da heterogeneidade estrutural, como decorrência do desenvolvimento econômico. Aqui Furtado tenta se distanciar de Marx que previra que o capitalismo manteria uma distribuição desigual da renda. No entanto, esse processo de homogeneização social não ocorreu imediatamente. Pelo contrário, no início da revolução industrial, corroborando as análises de Marx sobre a acumulação primitiva, a expansão do capitalismo se produziu aumentando a concentração de renda. A mecanização da indústria têxtil foi acompanhada pela desorganização da produção artesanal, gerando desemprego, o que mantinha os salários em seu nível de subsistência. Uma

parte dos aumentos de produtividade foi transferida para os trabalhadores mediante a baixa dos preços dos bens salários. Não obstante, a maior parte desses ganhos foi apropriada pelos empresários. Esse excedente apropriado pelos empresários foi direcionado para a aquisição de bens de capital, de maneira que a industrialização veio acompanhada pelo aumento da participação do setor de bens de capital no produto. Esse setor se tornaria um grande gerador de novos postos de trabalho. Tal etapa se esgotaria quando a economia se aproximasse do pleno emprego.

Esse processo de acumulação teria alcançado o seu limite quando ocorreu “absorção” da economia pré-capitalista e a conseqüente eliminação do excedente estrutural de mão-de-obra. A partir de então, a oferta de mão-de-obra tornou-se menos elástica, melhorando a posição de barganha da classe trabalhadora. (FURTADO, 1979, p. 174).

Essa situação estava associada claramente com a segunda metade do século XIX e com o advento da segunda revolução industrial. A acumulação relacionava-se com uma forte pressão da classe trabalhadora para melhorar a distribuição de renda. Para que essa pressão não estrangulasse a capacidade de acumulação do sistema industrial, uma das soluções consistiu em diminuir a acumulação nos centros capitalistas para reduzir a demanda por novos postos de trabalho, transferindo parte do excedente para a expansão da periferia. A segunda forma, evidenciada a partir da segunda revolução industrial, foi tornar o progresso técnico poupador de mão-de-obra. O progresso técnico permitiu baratear os bens de capital, que passaram, desde então, a ser adotados muito mais intensivamente pelos demais segmentos da economia e a substituir o trabalho.

Crescendo a sua produtividade física mais intensamente que nas indústrias de bens de consumo, os preços dos equipamentos tendem a declinar em termos de produtos manufaturados de consumo, o que induz a substituir, nas indústrias de bens de consumo, mão-de-obra por equipamentos. Daí resulta uma tendência a aumentar o grau de mecanização em todo o sistema, isto é, a aumentar a densidade de capital fixo por pessoa ocupada. (FURTADO, p. 176).

Fica claro nesse esquema, inspirado nos trabalhos neoricardianos de Joan Robinson, que a indústria de bens de capital é o setor que gera mais intensamente progresso técnico e também o que o difunde ao restante dos

setores industriais. A absorção da tecnologia, incorporada nos bens de capital de custos decrescentes, possibilita poupar mão-de-obra, tanto no setor de bens de capital como nos demais setores da economia. Isso também implica em um aumento da densidade de capital, a qual se manifesta com maior intensidade no setor de bens de capital. A acumulação possibilita poupar mão-de-obra e conservar uma determinada distribuição de renda, a qual permite a manutenção da taxa de lucro e do processo de acumulação.

Essa capacidade do progresso técnico de aumentar a quantidade de capital físico por trabalhador teria uma contrapartida na crescente diversificação dos padrões de consumo dos países desenvolvidos. As inovações, a partir da segunda revolução industrial, implicariam em uma crescente diversificação dos bens de consumo adquiridos, inclusive, pelos trabalhadores desses países. Este processo evidenciou-se particularmente na economia americana, mas estendeu-se às demais economias industrializadas. Isso permitiu que a renda per capita aumentasse consideravelmente nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que ocorresse uma tendência à homogeneização dos padrões de consumo. No entanto, dar-se-ia uma crescente desigualdade dos níveis de renda per capita entre os países desenvolvidos e os países exportadores de matérias-primas.

A INDUSTRIALIZAÇÃO PERIFÉRICA E A MANUTENÇÃO DA HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL

A industrialização foi apontada pelo pensamento da Cepal como a única forma de internalizar o progresso técnico e de eliminar a heterogeneidade estrutural. Porém, a experiência histórica encarregou-se de demonstrar que, se bem a industrialização imprimiu um maior dinamismo econômico a essas economias, ela foi incapaz de permitir um crescimento sustentado cujo resultado fosse a convergência com os níveis de renda per capita dos países desenvolvidos e a erradicação da heterogeneidade estrutural.

As causas desse fenômeno deviam-se, por um lado, à dependência cultural das elites dos países periféricos em relação aos padrões de consumo provenientes dos países centrais e, por outro, à natureza do progresso técnico. A primeira vertente explicava-se fundamentalmente pelo fato de que o excedente estrutural de mão-de-obra, existente em quase todos os

países periféricos, levaria à manutenção dos salários da mão-de-obra não qualificada em níveis de subsistência. Com isto, os aumentos de produtividade seriam apropriados pela elite detentora dos meios de produção ou associada ao aparelho de Estado, que aumentaria substancialmente a sua renda per capita. No entanto, devido a sua dependência cultural, essa elite não canalizaria o excedente para a acumulação, mas para a diversificação dos seus padrões de consumo. Esse fenômeno seria facilitado, na etapa primário-exportadora, pelas limitadas necessidades de acumulação do setor exportador e de infra-estrutura econômica. Na etapa da industrialização, esse comportamento das elites entraria em conflito com as crescentes necessidades de acumulação dessas economias e seria um das principais causas da crescente intervenção do Estado na economia, mas também um dos principais entraves ao desenvolvimento.

O impacto negativo da dependência cultural das elites é agravado pela dinâmica do progresso técnico nos países centrais. Como coloca Furtado (1979, p. 249):

Quanto mais intenso o progresso técnico e a diversificação das formas de consumo dos centros dominantes, maiores são as possibilidades, à igualdade de outros fatores, de acelerar o desenvolvimento dependente, e também maior a probabilidade de que a heterogeneidade estrutural se agrave nos subsistemas periféricos.

O progresso técnico gerado nos países centrais, como já havia sido observado por Prebisch (1951) tinha uma trajetória que implicava em um aumento da densidade de capital (quantidade de capital por trabalhador). Esse processo tinha uma característica de irreversibilidade, o que redundava em que a tecnologia transferida pelos países centrais aos países periféricos possuía uma forte rigidez tecnológica, ou seja, não possibilitava a substituição de capital por trabalho, contrariamente ao que afirmava a teoria econômica neoclássica. A contribuição de Furtado a essa tese foi de lhe dar uma dimensão histórica. Segundo este autor, a densidade de capital e a maior rigidez tecnológica tendiam a aumentar nas etapas mais avançadas do desenvolvimento capitalista, sobretudo a partir da adoção da nova onda de inovações tecnológicas oriundas da segunda revolução industrial.

A industrialização periférica, que possuía uma dinâmica reativa, passou por duas etapas que teriam desembocado em dinâmicas distintas no que dizia respeito à redução da heterogeneidade estrutural. A primeira etapa começou substituindo os bens saláris, cuja demanda era constituída por grande parcela da população. Esses bens incorporavam tecnologias oriundas da primeira revolução industrial e eram menos intensivos em capital. O ritmo de crescimento do emprego industrial nessa fase foi substancial e permitiu reduzir parcialmente a heterogeneidade estrutural. A industrialização não teve, também, um impacto desestruturante sobre o setor de subsistência. Em decorrência, verificou-se uma tendência ao aumento do salário da mão-de-obra trabalhadora nos grandes centros industriais.

Passada essa primeira fase, a industrialização, que enfrentava sérios obstáculos causados pelo estrangulamento externo, dirigiu-se, sob impulso do Estado, aos setores da segunda revolução industrial. Esses setores, de maior densidade de capital, fabricavam produtos, que requeriam uma renda média per capita muito superior a dos países periféricos. Esses bens surgiram em decorrência da diversificação da pauta de consumo nas fases mais adiantadas da industrialização dos países desenvolvidos. O impacto dessa fase da industrialização para a geração do emprego seria muito menor, agravando o fenômeno da concentração de renda, ao mesmo tempo em que ela requereria um maior esforço de acumulação. Haveria nessa etapa um conflito crescente entre a maior necessidade de acumulação, provocada pelo aumento da densidade do capital das novas indústrias, e o comportamento das elites em destinar uma parcela substantiva do excedente ao consumo. Esse conflito seria a causa da inflação e do maior endividamento externo dessas economias.

As empresas multinacionais têm uma importância fundamental para explicar essa natureza desigual do progresso técnico. Nesse ponto, a influência de Stephen Hymer foi muito importante para explicar tanto a aptidão das grandes corporações em gerar uma nova modalidade de progresso técnico baseada na diversificação da pauta de consumo nos países desenvolvidos, como a sua capacidade para internacionalizar esse sistema produtivo. Apoiando-se nessa visão, Furtado enfatiza que essas empresas exercem um controle decisivo tanto sobre a geração do progresso técnico quanto sobre a sua difusão desigual em escala internacional.

O que caracteriza essa nova economia internacional é o controle, por grupos sediados nos subsistemas dominantes, da difusão de novas técnicas, ou seja, de novos produtos ou processos produtivos [...] Como esse desenvolvimento envolve a adoção de novos padrões de consumo ou a sua difusão, e como esses novos padrões trazem consigo um vínculo de tipo internacional (importação de inputs, pagamento de royalties, patentes, dividendos, etc.), pode-se afirmar também que o referido desenvolvimento é uma transformação estrutural do sistema global no sentido de estreitar relações de dependência. (FURTADO, 1979, p. 253).

A expansão das empresas multinacionais traz consigo uma nova relação centro periferia em que surgem novas formas de dependência, sobretudo a dependência tecnológica. A produção passa a ser orquestrada internacionalmente, o que passará a denominar-se de internacionalização da produção. Esse novo dinamismo da economia mundial traz em seu bojo uma crescente desigualdade social para os países periféricos.

Para contrabalançar essa tendência concentradora do progresso técnico em escala internacional, Furtado recomenda a valorização do Estado como centro coordenador da economia e um redirecionamento do modelo de desenvolvimento que envolve, entre outros aspectos, uma apropriação dos lucros das empresas multinacionais, a subordinação destas a objetivos de política econômica definidos nacionalmente e a seleção de tecnologias em função de objetivos sociais explícitos. (FURTADO, 1979, p. 253).

OBSERVAÇÕES FINAIS

O pensamento de Furtado se inscreve na linha dos autores da Cepal que buscaram evidenciar que o progresso técnico engendrava uma dinâmica desigual dentro do sistema capitalista. Esse progresso técnico era mais dinâmico em determinadas atividades, principalmente na indústria e dentro desta, no setor de bens de capital. Esses aspectos inicialmente delineados por Prebisch receberam uma maior formalização teórica e um maior embasamento histórico nos trabalhos de Furtado, escritos durante a década de 60.

Furtado primeiramente percebeu que, durante a etapa primário-exportadora, o setor exportador, principalmente das economias agro-exportadoras, tinha um baixo nível tecnológico e só obtinha uma maior

produtividade que o setor de subsistência em decorrência do mecanismo de difusão do progresso técnico constituído pelo comércio internacional. Esses ganhos de produtividade estavam limitados pela dinâmica da demanda de produtos naturais dos países desenvolvidos. Tal demanda foi-se reduzindo relativamente ao crescimento do PIB por conta, principalmente, da natureza poupadora de recursos naturais e do progresso técnico gerado nos países centrais.

As maiores transformações ocorreram em decorrência da segunda revolução industrial, quando houve a passagem de um padrão de desenvolvimento tecnológico ainda extensivo no uso de recursos naturais para um muito mais intensivo, baseado na rápida evolução tecnológica da indústria de novos materiais (química e metalurgia). Essa transformação associou-se a uma rápida elevação da renda per capita média dos países desenvolvidos, que ocorria concomitantemente à estabilização do crescimento populacional. As grandes corporações multinacionais passaram a liderar o processo de avanço tecnológico, apoiando-se em inovações de produto e na diversificação da pauta de consumo. Nos países desenvolvidos, esse novo padrão não gerou desigualdade porque já havia sido resolvido o problema da heterogeneidade estrutural. Pelo contrário, o novo padrão fordista apoiou-se na massificação do consumo. Entretanto, a transposição desse novo padrão de desenvolvimento aos países periféricos pelas empresas multinacionais trouxe em seu bojo a crescente desigualdade social e o aprofundamento da dependência.

Existe, no pensamento de Furtado, um claro vínculo entre a natureza do progresso técnico liderado pelas grandes empresas multinacionais e o caráter desigual da difusão do progresso técnico em escala internacional.

Certamente essas considerações de Furtado são de extrema atualidade. É lamentável que não se dê maior espaço à reflexão sobre a relação entre organização sócio-econômica e a geração do progresso técnico, assim como sobre a sua difusão desigual na sociedade. Esse pensamento mereceria uma atualização em função das transformações que vêm ocorrendo em escala mundial a partir da propagação do novo paradigma tecnológico apoiado nas tecnologias da informação.

REFERÊNCIAS

- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1969.
- FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1979. Edição, São Paulo primeira versão em 1965.
- HYMER, S. Las empresas multinacionales y la ley del desarrollo desigual. In: FAJNZYLBER, F. (Org.). *Industrialización e internacionalización en la América Latina*. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura Económica; El Trimestre Económico, 1981. p. 22-56. Primeira versão em 1970. (Serie Lecturas n. 34, v.1)
- PREBISCH, R. El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. *Boletín Económico de América Latina*, Santiago de Chile: CEPAL, v. 7, n. 1, fev. 1962. Primeira versão em 1949.
- PREBISCH, R. (1973) Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 179-215. v. 1. Primeira versão 1951.
- ROBINSON, J. *The accumulation of capital*. Londres: Macmillan, 1956.

O LUGAR DA TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO

Vera Alves Cepêda¹

É muito difícil analisarmos o processo de modernização da sociedade brasileira sem passarmos pelo privilegiado momento da década de 1950 – nossos *anos dourados* – e muito mais difícil ainda avaliarmos o que quer que seja nesse período sem o epicentro da idéia de *desenvolvimento planejado*. Os anos 50 tiveram como singularidade sintetizar uma longa cadeia processual em que os elementos de nossa formação (como legado ou fardo) estavam em diluição e o futuro de uma nação industrial, urbana e moderna aparecia como horizonte de uma realidade a ser sedimentada. *Pari passu* às mudanças econômicas e políticas que se acumulavam e dinamizavam a sociedade brasileira, o passado - interpretado como atraso ou subdesenvolvimento – também sofria a decomposição no plano intelectual no projeto desenvolvimentista e, neste caso, a presença do pensamento de Celso Furtado é nodal.

Inúmeros estudos e autores legitimam essa centralidade: Ricardo Bielschowsky (1988), Guido Mantega (1995) Bresser Pereira (2001), Aspásia Camargo (2002), Carlos Mallorquin (2005), Francisco de Oliveira (2003), entre outros colocaram em destaque a importância fundamental da produção intelectual de Celso Furtado para o pensamento social brasileiro do período em várias áreas – a economia, a história, a sociologia e a política, radicalizada na afirmação de Oliveira de que *ninguém naqueles anos pensou o*

¹ Professora da UFSC

*Brasil a não ser em termos furtadianos*². Dois argumentos me parecem justificar essa percepção de um lugar privilegiado para as teses furtadianas entre as décadas de 50 e 70. O primeiro liga-se ao diálogo que Furtado estabelece com a interpretação do passado nacional e suas conseqüências para o período, capturado na teoria do subdesenvolvimento. O segundo liga-se à constituição de um projeto de mudança, de uma proposta de futuro que propugnava uma nação desenvolvida tanto no campo de uma autodeterminação política real quanto na capacidade de consolidação de um modelo societário distributivista e democrático. Hoje, visto em retrospectiva, abre-se um novo leque de elementos para validar os estudos sobre a herança intelectual de Furtado, exatamente na perspectiva de mapear ou os elementos de seu pensamento que o colocaram na condição de um pólo capaz de aglutinar e dirigir a *intelligentsia* do período ou de estabelecer as particularidades de sua obra em relação aos outros projetos que se constituíam no mesmo período e que tinham como pano de fundo o mesmo leque de questões tratadas.

Assim, em uma coletânea de textos sobre o pensamento social dos anos 50 Celso Furtado tem um lugar cativo e necessário para o entendimento dos temas que compuseram a agenda intelectual do período.

UM PERCURSO INTELECTUAL

Um dos problemas centrais no tratamento da obra de Furtado é a sua extensão. Tendo sido produzida ao longo de mais de cinquenta anos, teve de se ajustar a um processo complexo e drástico de mudanças históricas e intelectuais ocorrida nesse período. O início da carreira do autor dá-se no momento do deslocamento da hegemonia da vocação agrária para a consolidação do projeto industrial enquanto questão nacional e coincide, ou é parte, de um processo mundial mais vasto de corrosão do ideário liberal, resultante das profundas disjunções econômicas e políticas das crises cíclicas da economia mundial quer pela assustadora experiência duas grandes guerras, quer pelo agravamento das tensões entre classes que originaram a alternativa soviética. Ao lado da implosão de um paradigma que orientava

² Prefácio de Oliveira à *Celso Furtado* (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1983.

o pensamento e as políticas das nações durante mais de dois séculos com base tanto na divisão internacional do comércio quanto no primado da mão invisível do mercado, surge como uma nova perspectiva o compromisso fordista, o regulacionismo de extração keynesiana e o singular arranjo político da social democracia europeia. No campo intelectual, em oposição ao naturalismo dos mercados e da razão contábil como forças propulsoras de uma ordem social que ruía frente às crises de irracionalismo das elites e das massas na primeira metade do século XX, emerge uma corrente de pensamento que valoriza o racionalismo e o planejamento social como metas fundamentais para as ciências humanas, propostas subjacentes à contribuição de autores como Mannheim, Keynes e Myrdal.

Se os trabalhos iniciais de Furtado pertencem a uma época que devia responder ao desafio de reconstrução do pós-guerra e da construção da modernidade no Terceiro Mundo, os textos finais dialogam e interpretam o mundo globalizado, sob o impacto da terceira revolução industrial e de uma nova arquitetura para o capital e o trabalho. Entre esses dois momentos, Furtado foi obrigado a encarar o pesadelo intelectual de entender e reavaliar o paradoxo da modernização do subdesenvolvimento resultado do modelo desenvolvimentista lapidado pela via autoritária do Regime Militar – tese contra a qual lutara duramente como alternativa de desfecho para a crise social e política que se abre no início dos anos 60.

Essa variação de situações históricas é fundamental para compreensão geral do pensamento furtadiano uma vez que para este autor o conhecimento científico tem como condição de existência um destino prático, estabelecendo um vínculo indissociável entre conhecimento e tempo histórico. A relação entre as duas dimensões é delicada, pois se divide entre uma leitura objetiva das condições da realidade (enquanto tarefa do conhecimento) e uma opção quanto aos instrumentos de mudança dirigida. A busca da exatidão e do rigor incide na construção do conhecimento – é pertinente ao método enquanto campo da objetividade e da neutralidade científicas. O *telos* ou finalidade que se pretende com o conhecimento assim obtido é interpretar os problemas da realidade e, a partir daí, apresentar sugestões para sua superação – é a função social da ciência, a tarefa pragmática da transformação do mundo e a construção do futuro. Como implicação imediata dessa condição do destino social do conhecimento torna-se perigoso tomar a obra produzida por Furtado como um conjunto

homogêneo. Em todos os trabalhos permanecem constante a lógica, o método e a filiação teórica; mas, inevitável e necessariamente, variam os temas e as respostas construídas a cada momento da produção do pensamento no movimento de ajuste à realidade. Com esta ressalva em vista é que podemos subdividir a obra furtadiana em três fases distintas: a construção da teoria do subdesenvolvimento; a crítica à modernização do subdesenvolvimento; a teoria do subdesenvolvimento atualizada.

A fase da construção da teoria do subdesenvolvimento compreende os textos do final da década de 1940 até o final dos anos 60. Com exceção de relatórios e surveys³ podemos arrolar como pertencentes a esta fase os seguintes livros: *A economia brasileira* (1954), *Perspectiva da economia brasileira* (1957), *Formação econômica do Brasil* (1959), *A Operação Nordeste* (1959), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), *A pré-revolução brasileira* (1962), *Dialética do desenvolvimento* (1964), *subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1965), *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967), *Um projeto para o Brasil* (1968) e *A economia latino-americana* (1969). Além de um critério cronológico, há dois motivos para considerar esse grupo de obras coeso mesmo sabendo da variação de temas e da situação limítrofe mesmo de alguns deles: todos têm como centro articulador uma interpretação sobre o passado (formação histórica do subdesenvolvimento) e uma consideração de urgência pela possibilidade de ruptura aberta à economia brasileira no pós-guerra, cenário que exige uma disposição política para utilização de ferramentas heterodoxas da economia política, como o planejamento. É uma fase febril, marcada pelo otimismo da momentânea chance de rompimento do círculo vicioso imposto pela assimetria centro-periferia que caracteriza o subdesenvolvimento.

Uma segunda fase aglutinaria os textos produzidos entre os anos 70 e início dos anos 90. Seu principal traço é a crítica e a remodelagem dos conceitos da própria lavra de Furtado. Nestes textos a crítica é dirigida, privilegiadamente, a três aspectos: 1) a análise teórico-histórica dos processos pelos quais o capitalismo central re-configurou a relação centro-periferia após a expansão súbita do *american way of life* (ou o *boom* de expansão mundial

³ Aqui são deixados de lado os textos e relatórios produzidos por Furtado enquanto membro da Cepal, e outros documentos ligados a consecução do Plano de Metas, a direção da Sudene e elaboração do Plano Trienal.

do modelo capitalista em direção às economias periféricas da América Latina e depois Ásia), isto tanto no plano da divisão internacional do trabalho quanto dos novos mecanismos de reprodução; 2) a implicação de longo prazo na adoção de modelos políticos autoritários e sua repercussão na possibilidade de construção do desenvolvimento nacional, em especial quanto aos problemas políticos e econômicos que impedem pelo seu anacronismo o término da energia do desenvolvimento planejado ao afastarem-se do ciclo de mudanças proporcionado pelo modelo democrático; 3) uma revisão da própria chance de desenvolvimento das economias periféricas no esquadro histórico do capitalismo contemporâneo e uma crítica aos limites desse modelo como promotor do progresso (enquanto *mito* ou falsa utopia).

Diante deste tripé analítico Furtado re-avalia sua própria obra, tentando descortinar falhas endógenas ou exógenas a ela. Parte dessa revisão crítica passa por uma interpretação memorialística singular, com a publicação de textos onde aparecem cruzadas a dimensão histórica (pessoal, diante do cenário nacional e mundial) com uma reflexão teórica rica e aprimorada. São textos que podem ser agrupados nesta segunda fase: *A hegemonia dos Estados Unidos e a América Latina* (1971), *Dependência externa e teoria econômica* (1971), *Análise do modelo brasileiro* (1972), *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), *Prefácio à nova economia política* (1976), *Criatividade e dependência* (1978), *Introdução ao desenvolvimento* (1980), *O Brasil depois do Milagre* (1981), *A nova dependência* (1982), *Não à recessão e ao desemprego* (1983), *Cultura e desenvolvimento em tempos de crise* (1984), *A fantasia organizada* (1985), *A fantasia desfeita* (1989), *Os ares do mundo* (1991).

A terceira fase é da avaliação dos reiterados problemas da chance de desenvolvimento fora do capitalismo central após as mudanças da terceira Revolução industrial, do fim da Guerra Fria e da nova ordem mundial global e neoliberal. Fazem parte deste grupo de textos: *Brasil: a construção interrompida* (1992), *O capitalismo Global* (1996), *O longo amanhecer* (1999), *Em busca de novo modelo* (2002). O conjunto destes textos foi aqui denominado de teoria do subdesenvolvimento atualizada pelo esforço de repontuar os velhos e ainda não resolvidos dilemas do atraso das economias periféricas diante dos novos obstáculos da articulação do capitalismo global.

No diminuto espaço deste artigo a proposta é efetuar a análise apenas da produção furtadiana da primeira fase. A observação mais profunda

recairá nos mecanismos de construção da teoria do subdesenvolvimento, tomando-a como uma importante resposta ao dilema da formação e da identidade nacional ao mesmo tempo em que possibilitaria a elaboração de estratégias para superação dos obstáculos que entravavam a marcha da modernização então em curso no país.

ENTRE O PASSADO E O FUTURO

A tese do atraso cumpriu um importante papel no pensamento social brasileiro. Se, desde o interregno Independência-República esta nação recém liberta dos laços da dominação colonial encontrava pela frente outros tipos de dependência que entravavam sua soberania no campo econômico, em termos de sua unidade interna um dos problemas mais salientado versava sobre a questão de nossa identidade nacional. Na tarefa de construção do Estado/Nação um dos elementos fundamentais passa pela existência de uma comunidade nacional formada pela somatória do povo, elites e cultura organizada e centralizada pelo pacto de construção de um destino comum, como matéria prima de constituição da nação. Assim, pensar a existência e a qualidade do povo brasileiro, de sua cultura e instituições (e só por último de sua organização material) torna-se o epicentro que vai orientar grande parte dos esforços de interpretação do Brasil.

A primeira fase dessa preocupação elegeria como tema central a raça, a geografia, a cultura e/ou as instituições como foco do problema (canalizada para o *mazombismo* ou sentimento de despreço pela cultura e pela gente brasileira). Porém, a partir dos anos 30 e em consonância com a modernização originada pela dinâmica combinada café-industrialização-urbanização, ocorreria um deslocamento do problema nacional para a arena econômica com a emergência da questão da pobreza, atraso, pauperismo ou subcapitalismo⁴.

⁴ O surgimento do tema do subcapitalismo é de autoria de Simonsen e aparece pela primeira vez formulado no texto *Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras*, de 1934, e obedece a marcação evolutiva de pobreza (como carência) ao subcapitalismo (como processo). A partir dessa concepção original os trabalhos de Simonsen passaram a ter como preocupação central analisar a formação histórica do atraso e os mecanismos de sua superação.

Entre a década de 1930 e a década de 1950 podemos enxergar o surgimento de um grupo de intelectuais, em especial Roberto Simonsen, Caio Prado Jr e Celso Furtado, preocupados em analisar a formação do Brasil a partir do enfoque econômico e que conformariam a tese do subdesenvolvimento. É possível estabelecer entre eles um elo de continuidade e de aprofundamento teórico.

A produção seminal de Simonsen apresenta uma série de características inovadoras. Ao afastar-se da explicação liberal (*economia natural* como frisou no famoso debate com Eugênio Gudín) Simonsen produz uma profunda mutação lógica e semântica: a explicação sobre a ordem mundial estaria equivocada no seu argumento central da contínua e cumulativa distribuição do progresso técnico. A civilização e o equilíbrio encontrados nos países industrializados não podiam ser alcançados pelas nações que optaram ou foram empurradas para o modelo primário-exportador. E, assim, estes precisariam mudar de rumo por uma opção da inteligência, pela vontade política e não pela espontaneidade do mercado. O diagnóstico *ad hoc* da assimetria precisava ser aprofundado e legitimado, tornando-se capaz de disputar espaço político com os atores e setores vinculados ao modelo agrário-exportador – especialmente quanto ao controle do Estado, percebido como ferramenta essencial para uma industrialização acelerada desde o modelo de desenvolvimento alemão do século XIX. O esforço intelectual de Simonsen se dirige para a resolução desse problema ao analisar o cenário econômico do período - *o Brasil é um país pobre habitado por uma população pobre* (SIMONSEN, 1934, p. 18) - mas fundamentando essa pobreza não pelas crises pontuais (da crise de 29 ou da mudança de regime em 30)⁵, mas por uma leitura estrutural da formação do atraso⁶. Surgia, assim, de forma pioneira uma *interpretação* do país que

⁵ Conceitos que aparecem no trabalho *As crises no Brasil*, publicado em 1930.

⁶ A interpretação de uma formação econômica como matriz de nossa história aparece em *História Econômica do Brasil – 1500/1820*, publicada por Simonsen em 1937. Os textos que analisam a evolução industrial, os problemas da economia nacional e apresentam tanto a proposta de regulação econômica quanto de planejamento aparecem dispersos em inúmeras obras do autor: *As crises no Brasil* (1930), *As finanças e a indústria* (1931), *A indústria em face da economia nacional* (1937), *Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra* (1943), *Planificação da economia brasileira – parecer apresentado ao CNPIC* (1944), *Sugestões para uma política econômica pan-americana* (1947), *O Plano Marshall e suas prováveis repercussões na América Latina* (1947), *A situação econômica da América Latina e suas possibilidades em face ao Plano Marshall* (1947), *O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais* (1949).

identificava nas relações econômicas (internas e externas) a matriz explicativa de nossos problemas. Há nos trabalhos de Simonsen um encontro estruturado entre a dimensão econômica, a política e a história.

Da mesma maneira na obra de Caio Prado Jr. encontramos a conexão entre economia e história, mas de maneira mais sofisticada. Em Simonsen a predominância era dada pela percepção e descrição de motivos e muito embora os textos simonseanos sejam fundamentais para a construção do projeto industrialista dos anos 30/40, falta-lhe uma base teórica e conceitual mais profunda. Ao contrário, a utilização do arsenal teórico marxista possibilita às análises de Caio Prado Jr. um peso e um alcance explicativo maior. Nos textos deste autor a expansão do capitalismo mercantil e a arquitetura colonial é que determinarão as estruturas sociais e políticas das colônias: empresa agrícola mercantil, latifúndio e trabalho escravo formam o tripé do atraso econômico e político dessas nações mesmo depois da independência e que remodeladas nas assimetrias do imperialismo funcionariam como travas ao desenvolvimento completo das estruturas industriais maduras.

Mas a mais avançada das elaborações teóricas sobre a formação, produzida até os anos 50, é a concepção do subdesenvolvimento formulada por Celso Furtado. Ao contrário das anteriores o encontro entre economia e história se resolve em um *corpus* teórico que se apropria da grande inovação intelectual do início do século XX na economia: a concepção de *dinâmica* econômica. Esta “inovação”, desde as análises de Schumpeter, indicaria uma percepção de desequilíbrio como fundamento da evolução capitalista, abrindo espaço também para a questão do “tempo” - a economia capitalista cresce por tropeços, destruindo parte dos elementos que a compõem. Essa nova percepção fere frontalmente o anterior ideário do liberalismo: o progresso não se faz por distribuição dos ganhos do progresso técnico (um caminho natural e seguro), mas pela destruição dos elementos mais fracos de um sistema competitivo feroz. A idéia de dinâmica aprimora a leitura inicial da teoria econômica sobre o sistema econômico deslocando seu centro da teoria do valor para a questão da lógica do desenvolvimento. O encontro entre essa perspectiva com a consciência da existência dos países pobres, que explodem como fenômeno internacional com o fim do Império Colonial inglês, origina uma problemática inversa – a do *não*

desenvolvimento e da sondagem de sua estruturação dentro do campo da teoria econômica (enquanto lógica e não descrição tópica).

A interpretação do subdesenvolvimento de Furtado trabalha no campo do desvendamento da lógica de funcionamento da economia, singularizada pelos elementos da formação histórica de cada país que se originaram como resposta às necessidades da evolução do capitalismo mundial. Ao estabelecer uma dinâmica distinta para países centrais e periféricos, Furtado não está falando apenas do capitalismo na borda do sistema da divisão internacional do comércio – está falando de uma *outra* forma de existência do capitalismo e de uma *outra* dinâmica econômica. A diferença é explicada porque o capitalismo que ocorre nos países periféricos não é uma fase pela qual os países hoje industrializados já tenham passado. O subdesenvolvimento é *um processo histórico autônomo*, uma outra forma de capitalismo produzido dentro das regras de expansão do próprio sistema, onde as diferenças estruturais são naturais ao papel que se delegou para cada ponta – centro e periferia. O subdesenvolvimento é coetâneo ao desenvolvimento industrial, constituindo realidades paralelas, embora um seja o filho dileto enquanto o outro é o “bastardo”.

Esta lapidação do conceito de subdesenvolvimento permite uma legitimação no plano teórico sem precedentes. Ao ser um sistema explicativo rigoroso no campo da teoria econômica (e não custa lembrar que nesse momento a questão econômica havia se convertido no problema nacional) o pensamento de Furtado não podia ser ignorado no debate. Querendo ou não, o diálogo (para aceitar ou recusar a tese) se tornara imperativo, justificando a proeminência desse autor no campo do pensamento social brasileiro da época.

Como um conjunto de argumentos mais avançado que mero atraso (diferença que pode ser apenas temporal) e diferente da concepção de assimetria imperialista, a teoria do subdesenvolvimento em Furtado apresenta como contribuições importantes o encontro entre a economia e a história (absorvendo um plano nacional e uma dinâmica internacional) na tese do *subdesenvolvimento* e a junção entre teoria econômica e pensamento político no projeto de *desenvolvimento*. Estas duas dimensões compõem o diagnóstico (interpretação ou formação nacional) e o projeto de transformação racional dirigida pela via do planejamento.

FUNÇÃO E RESPONSABILIDADE DA *INTELLIGENTSIA*

Antes de adentrarmos a estes dois aspectos, talvez seja importante assinalar algumas características que marcam o pensamento furtadiano e que versam sobre o comumente chamado caráter heterodoxo de sua obra⁷. Há duas possibilidades para entendermos a presença de inúmeras influências ou matrizes teóricas na obra de Furtado, incluindo uma diversidade de áreas: uma mescla pouco ortodoxa, mas original, de diversas teorias ou, como proponho como alternativa, uma filiação mais estreita no campo metodológico e político às concepções herdadas do sociólogo Karl Mannheim⁸. Os três elementos que eu assinalaria para justificar esta afirmação seriam a função social do conhecimento e papel da *intelligentsia* (em especial na construção do conceito de *utopia*), a interpretação historicista e a sociologia sistemática, e o planejamento e o controle democrático. No conjunto de sua obra⁹, Mannheim oferece às Ciências Sociais duas contribuições importantes: no plano teórico (nível ontológico) afirma a origem social do pensamento e no plano epistemológico o método historicista e as ferramentas-conceitos de *ideologia* e *utopia*. No primeiro aspecto Mannheim não foi o precursor da concepção do pensamento social como algo construído a partir das relações vigentes em uma dada sociedade – esta originalidade pertence a Marx em *A ideologia alemã*; sua inovação foi, ao contrário da tese marxista, a de retirar tanto o engessamento produzido pela concepção da história condicionada pela evolução dos modos de produção quanto do caráter negativo associado a pluralidade das formas assumidas pelo pensamento social. Para Mannheim as múltiplas atividades dos homens em sociedade (o sujeito social em Mannheim são os *grupos*) produzem inúmeras representações que em seus elementos comuns e

⁷ A heterodoxia teórica e a presença de influências em conjunto antagônicas - argumentos keynesianos, concepções neoclássicas e marxistas, a tese da economia nacional de List - são apontadas por Bresser Pereira (2003), Bielshowsky (1988), Oliveira (2003) e Mallorquin (2005). No campo dos estudos sobre economias não desenvolvidas e o papel do planejamento o diálogo de Furtado é feito também com as teorias de Gunnar Myrdal, W. W. Rostow e Ragnar Nurske.

⁸ A forte influência do pensamento de Mannheim é originariamente apontada pelo próprio Furtado em seus textos autobiográficos (1989, 1991, 1997) e em seu *Auto-retrato intelectual* - texto que abre a coletânea organizada por Oliveira (1983).

⁹ Chamo atenção especial para as seguintes obras de Mannheim: *Sociologia do conhecimento* (s/d), *Ideologia e Utopia* (1968), *Sociologia Sistemática* (1962) e *Homem e a sociedade* (1962).

coletivos constituem o pensamento de uma época. Há, portanto uma flexibilização do conceito pensamento social e uma associação deste ao campo da luta política por hegemonia na arena simbólica da cultura. Por outro lado, não é do pensamento individual que Mannheim se ocupa e sim do pensamento que sofre a síntese do grupo social, mas enquanto representações que lutam por impor-se no conjunto dilatado da sociedade e que se ordenam em dois campos: aquele que procura a conservação do *status quo* vigente (ideologia) e aqueles que desejam a mudança social (utopia). Assim é possível entender a relação entre indivíduos e as estruturas ideacionais por um lado, e o processo de mudança social por outro.

Na tese mannhheiana para que os diferentes grupos sociais em disputa não se choquem até o limite da ruptura é necessária uma unificação desses projetos particulares. Tal metamorfose (que podemos dizer é construção de um projeto acima dos grupos e, portanto, na dimensão do interesse comum) só é possível através da ação sintetizadora e ao mesmo tempo universal dos operadores do conhecimento: os portadores da síntese *podem* ser os intelectuais. A condição de possibilidade é determinada: a) pela objetividade necessária à produção do conhecimento e b) pelo imperativo de superação da dimensão do interesse privado em direção a construção de um interesse público. A *intelligentsia* de Mannheim é pragmática, portanto tem interface com a política, mas não é meio de realização de interesses setoriais e/ou partidários – deve ser objetiva e neutra, e não objetiva e absenteísta. E, neste caso, o comportamento intelectual de Furtado reproduz fortemente a esta concepção: conhecer rigorosamente e não temer a tarefa de meter mãos à obra para auxiliar a mudança rumo a um futuro desejável.

É na construção de um conhecimento objetivo e rigoroso (base de qualquer proposição posterior no campo da ação) que aparece a interpretação historicista e o uso do método proposto pela sociologia sistemática. Partindo da noção de um real plural (várias forças, atores e *locus* sociais que formam o feixe da vida societária) a única ferramenta possível à disposição do trabalho intelectual é o método multidisciplinar que ancora a sociologia sistêmica (ou estrutural) e que integra os aspectos econômicos a, história, política, antropologia, psicologia social, etc., num todo único – detectado no trabalho empírico do eixo sincrônico e sistematizado na perspectiva diacrônica oferecida pelo historicismo - que

recua o movimento dinâmico de cada feixe de força, fazendo sua genealogia, ao mesmo tempo em que somando a conduta dos diversos feixes estabelece o elemento central que dá ordem ao sistema social de cada época. Este procedimento caracteriza a tanto o aspecto multidisciplinar quanto a ênfase na formação histórica como base das concepções furtadianas e onde o elemento privilegiado na estruturação da sociedade brasileira é o aspecto econômico e o conceito de subdesenvolvimento. E para a consecução dessa leitura tanto o enfoque como as matrizes explicativas fazem parte de um método ao invés de serem expressão de ecletismo puro e simples.

O último traço da forte presença do pensamento de Mannheim nas concepções furtadianas dizem respeito à capacidade transformadora do conhecimento e, no caso contemporâneo, do papel do planejamento e dos mecanismos de controle que impeçam o surgimento de uma camada estamental despótica (emergência de uma nova forma de poder autocrático – a tecnocracia) e a possibilidade subvertida da apropriação das técnicas de racionalização da vida social por regimes autoritários.

O destino transformador e a responsabilidade com o bem estar e o futuro da sociedade são elementos centrais nos trabalhos de Furtado, e revela a motivação que dá origem ao conhecimento e seu destino social (quando estabelece os objetivos a serem alcançados):

Fixou-se assim, no meu espírito a idéia de que o homem *pode* atuar racionalmente sobre a história. (...) Compreender melhor o mundo para agir sobre ele com mais eficácia. Isto significa que os fins últimos devem estar sempre presentes ao espírito Não há dúvida de que se nos colocamos num plano estritamente ideológico, a diferença entre fins e meios é em grande parte ilusória. Mas se admitimos que existe uma Ciência Social, dois planos de racionalidade se definem nitidamente. Limitar-se à racionalidade formal (concernente aos meios) é a vocação do tecnocrata. Mas ignorar que essa racionalidade existe e que é independente dos juízos de valor com respeito aos fins, é fechar uma porta ao avanço de uma Ciência Social. (FURTADO, apud OLIVEIRA, 1983, p. 38).

A ação racional sobre o meio histórico nacional é, na tese de Furtado o desenvolvimento planejado e dirigido pelo Estado. Esta condição (como veremos mais detalhadamente adiante) nasce do círculo vicioso do

subdesenvolvimento, resultado da aceitação a-crítica do naturalismo funcional e dos automatismos do livre mercado. O atraso é produto, na situação periférica do sistema econômico mundial, da mão invisível; sua superação, portanto, só seria possível a partir da recusa deste pressuposto em direção ao regulacionismo das atividades econômicas. Por outro lado, não apenas caberia apenas ao Estado essa possibilidade de pairar acima dos interesses econômicos pela posse dos poderosos instrumentos enunciados por Keynes (a regulação macroeconômica) e, principalmente, por ser capaz de operar enquanto portador de um interesse público colocado em risco pelo caráter corrosivo e desagregador do subdesenvolvimento. As assimetrias internas precisam ser detectadas e corrigidas, isto significa racionalização em dois níveis: na produção de indicadores e criação de alternativas corretivas, ambas estruturantes da técnica do planejamento. Como todo projeto intelectual pode não ser neutro axiologicamente, os fins últimos do planejamento devem ser colocados com clareza: este é ferramenta de uma mudança social que proponha a correção das assimetrias então existentes (que originárias da economia transcendem para o plano social, cultural e político) e que tenham como meta uma visão republicana de desenvolvimento (tomando-se o termo republicano como aquele que propugna a realização do interesse geral, a *res pública*). Outro ângulo desse projeto passa pela via democrática como ferramenta de controle do destino político do projeto de desenvolvimento planejado e, de outro lado como parte da própria noção de desenvolvimento – o ethos político da participação e da cidadania como cultura cívica integrante de uma concepção de desenvolvimento holístico, e por último e bastante inédito no conjunto das teorias desenvolvimentistas, um lugar fundamental para o conflito e a democracia na dinâmica de constituição do desenvolvimento. Com exceção deste ponto – a relação entre democracia e lógica econômica – as demais concepções de Furtado aproximam-se das teses defendidas por Mannheim nos textos anteriormente citados.

Apresentada uma visão geral do método e dos elementos conceituais utilizados por Furtado na produção de sua interpretação sobre o subdesenvolvimento, podemos agora analisar o impacto da proposta de desenvolvimento planejado no campo do pensamento político brasileiro dos anos 50/60.

DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO E MUDANÇA SOCIAL

O prognóstico apresentado por Furtado *podia*, em função dos recursos entendidos como necessários à tarefa da promoção do desenvolvimento, aproximá-lo do viés autoritário, da mesma forma como ocorrera a legitimação da alternativa da centralização do poder no período pós-30 na estrutura do Estado varguista. Afinal, mantidas as diferenças temáticas, o reconhecimento da insuficiência das forças do mercado para a superação do desenvolvimento e a transformação da questão industrial na argamassa que cimentaria a nação brasileira, a defesa do planejamento *podia* jogar lenha na fogueira da ação do Estado enquanto demiurgo da sociedade (este é o mote do *amor ao Estado*, recidiva constante no pensamento social brasileiro do século XX). Da mesma maneira, a idéia de planejamento *podia* funcionar como uma transferência do papel ativo da sociedade em prol da autonomia tecnocrática e científica, reforçando uma tendência de recusar o conflito e a disputa entre os grupos sociais como uma perversão facciosa à qual se prefere uma atenuação cordial, efetuada de cima para baixo se for necessário. Neste caso, Furtado permaneceria preso ao argumento recorrente no pensamento social brasileiro desse século que produz, a partir do menosprezo às condições sociais, o caminho fácil para a via autoritária (é importante assinalar que a defesa da democracia é artigo raro na maioria das análises produzidas até então, e quando utilizado aparece como corolário da teoria da modernização quer pela via economia-política, quer pela via especificamente político-institucional). Ao contrário, Furtado é feroz defensor de elementos até então tomados como deletérios à ordem social: organização e pressão sindical, existência de cobrança política, reforço da opinião pública, e defesa do marco legal da competição democrática. Ao defender um projeto de desenvolvimento que tenha o Estado como meio de transformação, mas a organização social como finalidade e, ao mesmo tempo, sujeito ativo no processo, Furtado transforma-se em um autor progressista.

Este é um dos aspectos mais importantes da contribuição de Furtado ao rol das interpretações do Brasil e, no entanto, um dos menos ressaltados. A argumentação de Furtado, presente especialmente em *A pré-revolução brasileira* e *Dialética do desenvolvimento*, possui uma clareza e uma força persuasiva muito grande, conectando a atividade econômica com a modernização geral da sociedade. O argumento é meridiano: tomando-se

por base a idéia de que no processo de expansão do mundial capitalista três foram as formas assumidas por essa dinâmica desde o núcleo irradiador do mercantilismo e depois das duas Revoluções Industriais e sua conexão com a incorporação das economias coloniais, implicando na existência simultânea de economias desenvolvidas (nucleares e centrais), economias subdesenvolvidas (periféricas e dependentes) e economias da pobreza. As condições de desenvolvimento em cada uma delas derivaria tanto dos elementos dessa caracterização (estruturas internas diferenciadas) quanto da lógica de seu funcionamento. e não de um estágio a ser superado. As economias centrais (tomando como caso exemplar as economias européias que “cresceram para dentro”) tiveram como eixo dinâmico o imperativo da renovação tecnológica, impulsionado pelo singular perfil populacional diminuto que impedia a formação de um exército industrial de reserva. O aumento do ritmo da expansão industrial encontrava rapidamente um teto na utilização da força trabalho que estimulava a mais rápida mecanização e adoção de inovações tecnológicas para resolver esse gargalo; em segundo lugar, o reduzido contingente de trabalhadores permitia uma maior organização e pressão por aumentos salariais que resultavam no aumento do poder de consumo do mercado nacional e que, por sua vez, alimentava endogenamente o ciclo ampliado da reprodução capitalista (e do nível de consumo inter capitalistas). Este modelo configuraria um primeiro tipo de sistema econômico capaz de uma dinâmica de desenvolvimento auto-sustentado. Uma variação ainda dessa lógica foi o modelo americano, que cruzando um relativo vazio populacional com o projeto de colonização, transplantou para o solo americano toda a sofisticada estrutura (incluindo técnicas e a mentalidade racional competitiva) oriunda do processo europeu, na mesma medida que os laços de integração econômica permitiam a absorção de dinâmica originada no centro e posteriormente a autonomização permitida pelos avanços gerados pela II Revolução Industrial. Estes países formam o bloco das economias desenvolvidas e estão sustentadas: no mercado interno (do consumo originado na remuneração do fator trabalho ou da diversificação encadeada do consumo capitalista), resultante da disputa e elevação salarial constante (que produz a distribuição dos frutos do progresso técnico – ou a *riqueza geral da nação*), o impulso constante pela redução de custos na produção (pautado na

inovação tecnológica e com conseqüente aumento dos níveis gerais da economia), e uma capacidade interna de retenção da acumulação.

Um segundo modelo, é formado pela incorporação de territórios coloniais com ênfase na exploração econômica e não na colonização. Estes países transformam-se em apêndices da economia metropolitana no modelo primário-exportador, configurando o subdesenvolvimento de dois tipos: o subdesenvolvimento de grau superior, onde mesmo a existência de uma economia voltada para fora e do dualismo estrutural, surgiu um transbordamento de parte da dinâmica do pólo mercantil-exportador que permitiu a formação de um mercado consumidor interno e de uma embrionária atividade industrial; o subdesenvolvimento de grau inferior em que o enclave econômico impediu essa possibilidade de repasse, isolando radicalmente o setor moderno de seu mais vasto entorno pré-capitalista. A formação histórica do subdesenvolvimento originou duas categorias distintas, e somente a primeira pode almejar a superação de sua condição de atraso, pois possui as características essenciais: uma dinâmica interna e um setor industrial nacional.

O terceiro modelo é trágico. Como antítese do primeiro, é formado pelas economias da pobreza, que permaneceram fora da divisão internacional do trabalho, incapazes de produzirem o que Rostow (1964) definiria sob o termo “condições do arranque”.

Esta tipologia, apresentada e desenvolvida por Furtado em *Teoria e Política do desenvolvimento econômico*, é aprofundada no caso brasileiro na leitura do processo de surgimento de nossas “condições de arranque” partindo das condições originárias na etapa café-industrialização (modelo de substituição de importações) e das brechas históricas das crises mundiais, temas analisados em *Formação Econômica do Brasil*. Os textos imediatamente posteriores à *Formação* passam do esquadro histórico para a análise conjuntural, configurando uma contribuição no campo de uma teoria mais ampla, da modernização e da mudança social. Este desdobramento vai apresentar as restrições econômicas que perpetuam o subdesenvolvimento como amparadas pelas condições sociais e pelas instituições políticas numa relação de mútua determinação. Este é o sentido do termo *dialética* usado pelo autor e que tomado como uso inadequado do jargão marxista sofreu severas críticas, já no período de publicação dos textos, sob a rubrica de

uma concepção meramente economicista, nunca de um processo dialético¹⁰. No entanto, independente do deslocamento do termo, a pecha de economicista não calha bem ao raciocínio apresentado. Ao contrário, embora a dimensão econômica tenha centralidade, a mudança social inclui outras facetas e *depende* da modificação das instituições políticas e de várias estruturas societárias. Não bastaria, para Furtado, mudar a situação das relações econômicas internas. Sem a destruição das estruturas anacrônicas como o poder latifundiário e senhorial, a apropriação do Estado como ferramenta de interesses particularistas, a manutenção das diferenças regionais a economia e a sociedade não poderão passar a condição de modernidade.

Por outro lado, sem regulacionismo econômico, sem participação e democracia as instituições e valores da modernidade também não podem desabrochar. Como resultado, a luta pelo desenvolvimento holístico e auto-sustentado requer como condição *sine qua non* a mudança social, destruindo o velho e implantando o novo.

No caso da superação do subdesenvolvimento as forças anacrônicas aparecem associadas ao modelo mercantil-exportador, ao regionalismo econômico e político, condensando toda a corte de horrores do atraso. Além do problema da grande propriedade rural enquanto distorção fundiária, o latifúndio apresenta duas seqüelas de difícil superação: no setor mais dinâmico (setor exportação) esta estrutura é dependente do mercado internacional e tende tanto pela deterioração dos termos de troca quanto pela inevitável propensão à queda dos preços (pela condição da demanda inelástica); no setor menos dinâmico (setor voltado para o abastecimento do mercado interno) a produção agrícola apresenta baixa produtividade e pequena diversificação produtiva, características que somadas são responsáveis pela escassez e pelos altos preços dos alimentos (implicando, diretamente, no alto custo dos bens que formam a cesta básica do trabalhador, e de outra forma nas pressões oriundas da carestia e do efeito corrosivo da inflação).

¹⁰ A crítica economicista ao uso incorreto do conceito dialética por Furtado é feita por José A. Giannotti em “A propósito de uma incursão na dialética” in *Revista Civilização Brasileira*, ano I, n.º. 3: julho de 1965. Em outro contexto, Cardoso e Falleto em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* recusam o determinismo econômico das interpretações cepalinas e, é claro, por extensão, as teses de Celso Furtado.

Por outro lado, a permanência sem mudanças estruturais nesse setor manteria intacta a dependência dos centros externos de decisão econômica, o baixo dinamismo econômico, a incapacidade de expansão do tamanho do mercado consumidor interno, a hegemonia e controle sobre o aparato estatal e controle da opinião pública através dos “currais eleitorais”. Por sua inserção histórica e pela função de resposta às necessidades do mercado internacional, o setor exportador possui uma grande capacidade de resistência e de manter intactos seus privilégios. Somente compreendendo sua natureza limitada, determinada pela situação de dependência e pela impossibilidade de transformação das relações assimétricas, é que através de estratégias de planejamento econômico (que enfraqueçam esse setor quer pelo fortalecimento do segmento industrial, quer pelo estímulo ao surgimento da agricultura da pequena propriedade voltada para o mercado interno) que reformas de base podem minar a capacidade de articulação e resistência desse setor, tornado claro que a economia mercantil-exportadora é capaz de produzir riqueza reduzida e concentrada, mas é incapaz de originar uma dinâmica real que transforme o *conjunto* da economia e que responda à necessidade geral de mudança¹¹.

A força para eliminá-lo vem da mudança estrutural da economia e da estratégia de confronto pela participação ativa da sociedade, no marco democrático. Tal processo entende-se como conseqüência do surto de industrialização que se surge no país pelas brechas abertas pelo interregno das duas guerras mundiais e pela crise de 29 - a partir de então a situação passou de dual para híbrida. De maneira inédita na história nacional passam a se confrontar duas forças, ancoradas em setores econômicos distintos: uma ligada ao universo da produção agrícola e outra ao universo da produção industrial; uma rural e outra urbana; uma economia interna outra economia externa. Com a redemocratização pós-45 a força das cidades e dos trabalhadores urbanos passou a se expressar nas urnas, contrabalançando pelo voto citadino a hegemonia das oligarquias regionais ligadas ao modelo exportador. Também no plano ideológico, a industrialização tornava-se dia a dia mais reconhecida como passaporte para solucionar os graves problemas sociais em expansão desde os anos 20. A pressão dos setores urbanos por

¹¹ Esse raciocínio já havia sido utilizado, com menos rigor teórico, por Roberto Simonsen desde os anos 30.

mudanças e a existência do canal democrático permitiriam a diminuição do peso político do setor agrário-exportador, facilitando o processo de modernização.

Segundo Furtado, o específico do Estado democrático de base capitalista não é propriamente uma tendência à eliminação dos privilégios. Pelo contrário, os grupos privilegiados podem nele crescer e conservar o seu poder. Sua característica essencial é a tendência à eliminação daqueles privilégios que entorpecem o desenvolvimento das forças produtivas (FURTADO, 1964).

Outro dado curioso é que o projeto de desenvolvimento furtadiano inova várias percepções sobre quais na realidade são os problemas e a “questão social” nacional. Se anteriormente foi apontado como inédita a defesa da democracia, lugar ainda mais destacado terá o tratamento sobre o sujeito propulsor do desenvolvimento, a valorização do conflito e da presença de uma desconfiança inédita quanto ao papel das elites industriais e os *policy makers* do Estado.

CONFLITO E DESCONFIANÇA: DEFESA DO TRABALHO, CONTROLE DO CAPITAL

Como parte de um projeto de modernização que toma como base de sua constituição a superação de subdesenvolvimento, a dimensão econômica e os atores que dela emergem são aspectos fundamentais a serem tomados em conta. O desenvolvimentismo aceitava como fato que a economia nacional guiada pelos automatismos do mercado não poderia superar os entraves à passagem de um capitalismo industrial e mais refinado em termos tecnológicos. Embora rompido com o liberalismo, a interpretação sobre a dinâmica do capitalismo repousava ainda, em vários dos projetos de planejamento lapidados nos anos 50, vários conceitos permaneciam intactos na base desse raciocínio: o papel transformador e civilizador do progresso econômico, o lugar privilegiado para a ação criadora ou inovadora dos empresários. Estes argumentos estão presentes, por exemplo, na formulação pioneira do planejamento defendida por Roberto Simonsen no início dos anos 40. O mesmo ocorre para a heterogênea corrente de “desenvolvimentistas” da década de 50, que podem ser tipificados e alocados em diversas categorias como desenvolvimentistas: setor privado, setor público, nacionalistas, ortodoxos, heterodoxos, esquerda,

independentes, keynesianos, entre outros critérios possíveis¹². O que procuro ilustrar é que sob uma mesma e genérica rubrica inúmeros projetos, filiações e interesses se abrigaram. Como resultado, para entendermos qualquer um deles um método possível é estabelecer qual a relação adotada quanto ao posicionamento frente a uma questão central na teoria econômica – o desenvolvimento econômico origina-se no lado da oferta ou no lado da demanda? Digo isto porque o simples enunciado da aceitação da regulação do estado naquele período parece-me critério insuficiente: para os cepalinos a filiação é keynesiana (preponderância do fator trabalho), mas para os liberais (ou ortodoxos) a presença do estado poderia ser aceita tanto em função de uma intervenção cirúrgica quanto pelo viés de uma inovação a *la Schumpeter*. Talvez a pergunta central a ser feita é: quais os interesses prioritários que cabe ao planejamento estatal defender? Com esta inquirição o projeto furtadiano destaca-se nitidamente dos demais: a força capaz de re-orientar as relações econômicas em direção ao desenvolvimento nascem do trabalho – é sua força vital de cobrança que gera a dinâmica capaz de criar um mercado interno e empurrar o capitalista a recorrer à inovação constante. De um outro ângulo, a aceitação do papel fundamental do consumo como base do crescimento da economia nacional é acompanhada de um outro aspecto inédito – a regulação e a limitação da ação do capital. E esta lógica é combinada.

O capitalista precisa ser regulado na sua ação, pois em situação de subdesenvolvimento sua irracionalidade atinge dimensões mais dramáticas do que aquelas apontadas por Keynes. A existência de um segmento industrial nacional, originado na etapa de substituição de importações, e a necessidade de atração do capital externo, exercida pelo aumento das necessidades de consumo interno e das demandas de investimento (proporcionado pela expansão das atividades industriais e comerciais locais), provocavam uma disfunção grave no ritmo e rumo do desenvolvimento da cadeia industrial. No afã de realizarem lucro no menor prazo e custo possíveis, a indústria nacional e a estrangeira selecionavam entre as alternativas de alocação de seus recursos aquelas atividades que apresentassem a maior e mais imediata taxa de retorno. Os desvios aqui

¹² Como exemplo dessa heterogeneidade podemos apontar a classificação feita por Bielschowsky (1988).

originados eram inúmeros. A opção acabava por inflacionar alguns setores e esvaziar outros, criando uma instabilidade constante na estrutura econômica. O aumento da atividade industrial, em qualquer ramo, fazia pressão sobre o setor de bens de produção, área que não sendo atendida internamente aumentava a demanda por importações (as importações gravosas), descontrolando a balança comercial e remetendo para o exterior parte considerável do capital aqui produzido.

A alternativa de produzir nacionalmente esses bens não se realizava em função da envergadura e do longo prazo de retorno dos investimentos necessários, o que minava o interesse do capital privado. Como decorrência dessas duas conjunções o leque de alternativas que se mostravam atrativas era reduzido e acentuava a concorrência nos setores que capitalizavam a maioria dos investimentos. Ora, como a lei fundamental que rege a economia de mercado é o preço, o aumento da concorrência tende a diminuir o preço dos produtos no mercado final, reduzindo a margem de lucro. Para manterem constante sua taxa de retorno, os empresários repassam a redução para o preço dos salários, reduzindo o ganho dos trabalhadores, que, na última volta do círculo, perdem poder de compra reduzindo a demanda geral do sistema – encolhendo o tamanho do mercado e iniciando uma espiral recessiva ou de estagnação econômica.

Esta percepção, de nítida filiação keynesiana, levaria Furtado (1962, 1964) a defender a organização dos trabalhadores como elemento fundamental para dinamizar (retroalimentar) a economia nacional tanto pela capacidade de expansão do tamanho do mercado consumidor interno, quanto pelo ‘empurrão’ à incorporação de inovações tecnológicas (em substituição à tática de redução dos salários). Desta maneira, a lógica virtuosa que deflagrara a ascensão econômica crescente nas economias avançadas poderia ser aqui implementada.

Estes dois aspectos são os que mais distinguem a contribuição de Furtado das outras correntes que defendem a industrialização brasileira como plataforma para o progresso, especialmente com relação às teses precursoras de Roberto Simonsen. Para Furtado a participação dos trabalhadores *forçaria* o capital a se renovar constantemente, ao mesmo tempo em que a elevação dos salários (aumento do consumo) seria o motor das atividades industriais – a pressão e o conflito operário seria,

portanto, benéfica. Para Simonsen, ao contrário, embora os salários tivessem importância como determinante do tamanho do mercado e da demanda por bens industriais, a origem do ciclo virtuoso estava na implementação da produção (“crescer primeiro, distribuir depois”); além da visão catastrófica de Simonsen sobre o papel destrutivo do antagonismo entre as classes - *leitmotiv* de sua análise sobre a necessidade de distribuição dos frutos do progresso entre todos os agentes da produção (CEPÊDA, 2004).

Resumidamente, a questão do conflito é valorizada por Furtado em três direções: é o pilar da mudança social (o princípio contraditório, definido pelo autor como *dialético*); é a ferramenta que mina o poder dos setores atrasados que emperram o processo de modernização; e, por último, é parte essencial na produção da lógica de inovação tecnológica que alimenta o ciclo da prosperidade e do desenvolvimento econômico.

Por outro lado, cabe ao Estado através das políticas econômicas disciplinar o consumo pessoal do capitalista e a lógica decisória do investimento – corrigida e orientada através de instrumentos como tributação, políticas cambiais e creditícias, por intervenção econômica direta com a criação das estatais nos setores estratégicos e de infra-estrutura, com a política de subsídios e investimentos alocados aos setores privados mais necessários e, por último, através de mecanismos políticos de proteção do trabalho para que neste movimento se redistribua efetivamente os ganhos do progresso técnico capaz de alavancar e expandir o mercado consumidor interno.

Como outra face desse processo Furtado indica a necessidade de fiscalização também da ação do Estado. Afinal os problemas de deturpação do projeto de desenvolvimento nascem de inúmeras fontes. Da história pregressa, pela capacidade de apropriação por parte dos setores anacrônicos do controle do Estado e dos recursos públicos. Da pressão internacional que após o fim da Segunda Guerra restabelece a ordem internacional que procura manter através do comércio internacional uma divisão do trabalho que preserve os interesses das economias centrais. Da moderna economia nacional pela sua inclinação imediatista do lucro fácil e que nesse processo coloca em risco seu próprio processo de acumulação cria um estrangulamento da potência latente do mercado interno e aumenta a pressão inflacionária dos gargalos estruturais. Do lado dos planejadores sua

incapacidade de serem os *portadores da síntese*, os operadores da metamorfose capaz de defender e implementar o interesse público – por erro ou dolo, tanto faz. Desse cenário, de novo a dimensão política é resgatada como central no projeto furtadiano através da defesa da democracia. Apenas o controle social pode mudar a lógica do subdesenvolvimento cobrando do Estado um destino público para o crescimento econômico.

Das teorias que emergiram nos anos 50/60, a proposta de Furtado é a única na qual o cruzamento entre política e economia não assume um caráter meramente instrumental. Ao contrário, a democracia e a organização dos diversos atores sociais é parte estrutural do desenvolvimento econômico e do sonho do desenvolvimento nacional. Valores como participação, democracia, racionalidade e disputa (tão ausentes da maioria da produção intelectual nacional) são incorporados e utilizados como elementos que combinam, *de fato*, a modernização econômica com a modernização social.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA: INPES, 1988.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Subdesenvolvimento e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____. *Desenvolvimento e crise no Brasil (1930-1967)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Márcio (Org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Contraponto, 2001.

CAMARGO, Aspásia Camargo; LOYOLA, Maria A. *Pensamento contemporâneo: Celso Furtado*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

CEPÊDA, Vera Alves. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. 1998. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.

_____. *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrialista no Brasil: limites e impasses*. 346 f. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FURTADO, Celso. *A Economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

_____. *Perspectiva da economia brasileira*. Rio de Janeiro: DASP, 1958.

_____. *Operação nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

FURTADO, Celso. *A Pré revolução brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

_____. *Um projeto para o Brasil*. Rio e Janeiro: Saga, 1968.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Análise do 'modelo' brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *A fantasia organizada*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Os ares do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 23 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

_____. *Obra autobiográfica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LIPSET, Seymour Martin. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar 1967.

MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Contraponto, 2005.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *Sociologia do conhecimento*. Porto: Rés, (s/d).

_____. *Sociologia sistemática*. São Paulo: Pioneira, 1962.

_____. *Homem e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MANTEGA, GUIDO. *A economia política brasileira*. 8. ed.. Petrópolis: Vozes, 1995.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

OLIVEIRA, Francisco de. *Celso Furtado*. São Paulo: (Coleção Grandes Cientistas Sociais). Ed. Ática, 1983.

_____. *A navegação venturosa*. São Paulo: Boitempo, 2003

ROSTOW, W.W. *Etapas do desenvolvimento Econômico*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

ANÁLISE DA ESTRUTURA AGRÁRIA NA TEORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CELSO FURTADO¹

*Tamás Szmrecsányi*²

Num de seus últimos pronunciamentos antes de falecer, Celso Furtado (2004, p. 485) assinalou que:

No caso brasileiro, a estrutura agrária é o principal fator que causa a extrema concentração da renda. Não tanto porque a renda seja mais concentrada no setor agrícola do que no conjunto das atividades produtivas, mas porque não havendo no campo praticamente nenhuma possibilidade de melhoria das condições de vida, a população tende a se deslocar para as zonas urbanas aí congestionando a oferta de mão-de-obra não especializada.

No parágrafo anterior do mesmo pronunciamento, ele havia contestado a alegação de que “a reforma agrária constitui um avanço no plano social, mas envolve um elevado custo econômico”, enfatizando que seu verdadeiro objetivo é “liberar os agricultores para que se transformem em atores dinâmicos no plano econômico”. (FURTADO, 2004, p. 485). E, no parágrafo subsequente, ele ainda acrescentou que a mudança da

¹ Trabalho preparado para a mesa “Subdesenvolvimento/Desenvolvimento e Sustentabilidade” da X *Jornada de Ciências Sociais: Celso Furtado*, promovida pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp - campus de Marília.

² DPCT/IG/Unicamp.

estrutura agrária deve ter como principal objetivo “dar elasticidade à oferta de alimentos de consumo popular”, o que, no entanto, “por si só, não assegura o desenvolvimento”. Este, segundo Furtado, depende de “um centro dinâmico capaz de impulsionar o conjunto do sistema”, centro esse que ele vincula a uma “industrialização capaz de gerar o verdadeiro desenvolvimento”. (FURTADO, 2004, p. 485).

A industrialização, como bem se sabe, pode ocorrer, e tem ocorrido no Brasil, sem grandes transformações na estrutura agrária. Não se pode ignorar, contudo, que mais cedo ou mais tarde a imutabilidade desta tende a impor limites à sustentação do desenvolvimento através do tempo. Trata-se de algo que foi devidamente realçado por Celso Furtado no início desse mesmo pronunciamento, ao enfatizar que: “A taxa de subemprego invisível – isto é, de pessoas ganhando até um salário mínimo na ocupação principal – manteve-se surpreendentemente alta. E, mais grave, a grande maioria da população rural pouco ou nada se beneficiou” do crescimento econômico do Brasil nas décadas intermediárias do século XX. (FURTADO, 2004, p. 484) E o diagnóstico por ele derivado dessa constatação dificilmente poderia ter sido mais peremptório: “a emergência de uma classe média afluenta em meio à pobreza, quando não miséria, de praticamente um terço da população é a evidência maior do malogro da política de desenvolvimento seguida”. (FURTADO, 2004, p. 485).

Essas considerações de Celso Furtado, longe de terem sido repentinas e improvisadas, refletem um ponto de vista presente em várias de suas obras. Ele aparece tanto em seu último livro de teoria econômica (FURTADO, 2000), cujo capítulo VIII tem por título “As estruturas agrárias na formação do excedente”, como já na sua tese de doutorado de caráter histórico, defendida em 1948 mas apenas publicada recentemente (FURTADO, 2001), em que, na segunda parte, dedicada à “Formação da Colônia”, ele abordou as questões da “monocultura e suas conseqüências deformadoras”, e da “escravidão como conseqüência e sustentáculo do sistema monocultural latifundiário”. Curiosamente, porém, trata-se de uma problemática que não chegou a ser aprofundada de forma mais sistemática quer pelo próprio autor, quer – até onde se pôde perceber – por seus numerosos exegetas.

Foi por tal motivo que se considerou interessante empreender uma releitura (sempre agradável) dos trabalhos de Furtado, a fim de se tentar

localizar e caracterizar as origens e a evolução de suas idéias a respeito da questão agrária no contexto da teoria de desenvolvimento econômico adequada ao Brasil e a outros países similares da periferia do capitalismo. Para tanto, adotaram-se como pontos de partida um recente resumo bibliográfico elaborado pela viúva do autor (D'AGUIAR FURTADO, 2005) e três artigos revisórios de minha própria autoria (SZMRECSÁNYI, 1999, 2001, 2005).

Através dessa releitura, conseguiu-se identificar nove textos capazes de indicar não apenas quais foram as principais idéias de Celso Furtado sobre a estrutura agrária das economias subdesenvolvidas da América Latina, mas também como elas acabaram constituindo e integrando uma formulação teórica original e sugestiva capaz de vir a estimular e orientar a realização de novas pesquisas. Três desses textos foram anteriores à sua partida para o exílio em 1964, dois foram publicados na segunda metade daquela mesma década, outros dois datam da década de 1970, e os dois últimos vieram à luz no início da de 1980. Em vez de simplesmente apresentá-los e comentá-los em ordem cronológica, preferiu-se agrupá-los segundo seus respectivos objetivos, e tentar interpretá-los e interrelacioná-los em termos temáticos.

Assim, num primeiro bloco, são examinados três textos de natureza histórica, voltados para a busca e apresentação das evidências empíricas disponíveis sobre a questão agrária. Num segundo bloco de outros três trabalhos, focaliza-se a defesa por Celso Furtado de determinadas políticas setoriais. E no terceiro, faz-se uma síntese e avaliação de seu pensamento teórico através dos três textos restantes.

EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Na segunda parte de sua tese de doutorado, que permaneceu inédita por várias décadas, Celso Furtado, ao tratar da “Formação da Sociedade Colonial” (capítulo IV da segunda parte), faz uma análise da estrutura agrária então constituída, ressaltando as conseqüências deformadoras dos latifúndios dominantes na monocultura canavieira implantada no Nordeste a partir do século XVI. Parcialmente apoiado nos clássicos trabalhos de Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo-Colônia* (publicado em 1942), e de Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala* (de 1946), ele mostra quão importante foi a

sua influência na estruturação da sociedade brasileira de nosso tempo, e como essa monocultura eliminou a possibilidade de desenvolvimento de quaisquer outras atividades econômicas em suas imediações, inclusive reduzindo ao mínimo as culturas alimentares destinadas ao sustento da sua força de trabalho, na época escrava em sua quase totalidade. Tais condições, segundo ele, iriam manter-se até depois da Abolição no Brasil já independente.

A monocultura canavieira, de acordo com a tese de Furtado,

absorve as melhores terras aráveis, promove a devastação indiscriminada das florestas, torna impraticável a pecuária. Praticada à base de métodos rudimentares de trabalho, ela esgota as melhores terras em tempo relativamente curto. Por outro lado, monopolizando a mão-de-obra, a monocultura impossibilita quaisquer outras atividades econômicas, ou as reduz às condições de existências as mais miseráveis. (FURTADO, 2001, p. 121).

Além disso, ela certamente representa

a característica principal do sistema dito 'colonial'. Ela conserva o país numa íntima dependência de um comércio que se opera fora de suas fronteiras. Essa dependência é tão mais grave quando se efetiva através de um único produto, cujas oscilações de preço se projetarão profundamente na economia do país colonial. (FURTADO, 2001, p. 121).

Estes aspectos são retomados na terceira e última parte de sua tese, intitulada "Atavismos Coloniais do Brasil Atual", em cujo segundo capítulo, ao tratar da "persistência da monocultura" (FURTADO, 2001, p. 145-151) através dos séculos e dos sucessivos ciclos de crescimento da economia brasileira, ele ressalta que "A crise da borracha em pleno século XX terá no Brasil conseqüências idênticas às da crise do açúcar em fins do século XVII". (FURTADO, 2001, p. 145).

Mas o problema maior desse tipo de agricultura reside no seu atraso técnico, um aspecto abordado no capítulo seguinte da última parte da tese de Furtado (FURTADO, 2001, p. 153-163), um capítulo cujas conclusões se mantêm atuais até os dias de hoje. "O problema agrário brasileiro", segundo ele, "apresenta duas faces inteiramente diversas. E comporta igualmente duas soluções diferentes que se completam". (FURTADO, 2001, p. 162).

Em primeiro lugar, a grande agricultura de exportação deve ser considerada em seu conjunto e com as características que a singularizam [...] Seu problema não é de expansão nem de divisão, e sim de racionalização. O país não pode pensar em libertar-se dela em curto prazo [...] Sua fase de expansão (porém) há muito está encerrada.” (FURTADO, 2001, p. 162).

O mesmo não se pode dizer da agricultura de subsistência. Não atraindo as atenções dos grandes produtores e não merecendo o apoio dos centros financeiros, ela terá de se desenvolver mediante a multiplicação de pequenas unidades de trabalho. A medida mais urgente a ser tomada é a entrega da terra a quem nela trabalha, (e) que assim se verá livre do peso que presentemente representa o latifundiário rentista. Trata-se no caso do aproveitamento de terras antes dedicadas à monocultura e posteriormente abandonadas, em razão de seu empobrecimento ou da simples decadência da agricultura de exportação. (FURTADO, 2001, p. 162).

Estas citações extraídas da tese de doutorado de Celso Furtado são todas de caráter genérico, e refletem ainda os pontos de vista de um iniciante. Trata-se de um estudo “desenvolvido no contexto de uma ciência social voltada tanto para a História quanto para a Economia”. Nunca é demais lembrar que o autor “era então apenas um estudante de pós-graduação, bacharel em Direito e funcionário do serviço público brasileiro, ainda à procura de novos caminhos teóricos e práticos”, e que só mais tarde viria ele a optar “por uma inserção mais especializada nas ciências econômicas.” (SZMRECSÁNYI, 1999, p. 209).

As referências à estrutura agrária só iriam reaparecer, nos trabalhos de Celso Furtado, uma década mais tarde, após a sua volta da CEPAL e antes dele assumir a direção da SUDENE. Das observações colhidas de sua vivência na organização e no estabelecimento dessa entidade administrativa regional acabou resultando um segundo estudo histórico, intitulado “O processo revolucionário no Nordeste”, publicado em 1964 como capítulo 3 da segunda parte de seu livro *Dialética do desenvolvimento*, às vésperas dele deixar o País rumo ao exílio. Esse ensaio (FURTADO, 1964) é um texto muito rico e ainda válido sobre a questão agrária daquela região, cujos problemas têm permanecido mal compreendidos quer pela maioria de seus próprios habitantes, quer pela população do resto do Brasil.

Examinando as condições e as relações de trabalho vigentes na zona úmida litorânea do Nordeste, Celso Furtado descreve inicialmente a estrutura

e o funcionamento de uma unidade de produção característica da sua economia açucareira:

[...] uma usina média, formada de 4 ou 5 engenhos, abrigando cerca de 10 mil pessoas dentro de suas fronteiras: no centro está a unidade industrial, produtora de açúcar, que ocupa de 5 a 8 por cento dos trabalhadores da propriedade; o resto da população forma a massa camponesa que planta, cuida, limpa, colhe e transporta a cana para a usina. A atividade agrícola é, portanto, a fundamental. Estes homens que vivem na grande plantação como trabalhadores agrícolas, na sua ampla maioria não tinham, até 1963, relações de trabalho contratualmente definidas, geradoras de direitos que pudessem ser defendidos [...] (FURTADO, 2001, p. 147).

Esse sistema é responsabilizado por Furtado pela lenta evolução social da população rural empregada no cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste. Durante a década que precedeu o golpe militar de 1964, seu funcionamento foi sofrendo rápidas e profundas transformações, provocadas de um lado pela intensa industrialização e urbanização do País, com amplos reflexos em seu consumo interno de açúcar, e do outro por mudanças no mercado internacional do produto, fazendo aumentar as suas exportações.

O Nordeste [mostra ele] participou dessa nova prosperidade, crescendo sua produção em cerca de 50 por cento [...] Ocorre, entretanto que esse avanço de produção se fez da forma costumeira de simples incorporação de novas terras aos canaviais, terras essas quase sempre (qualitativamente) inferiores às anteriores sob cultivo... Sendo assim [...] houve uma elevação dos custos médios de produção e uma baixa de rentabilidade [...] admitidos preços relativos constantes de insumos e produto. (FURTADO, 2001, p. 150).

O referido aumento de produção teve, segundo Furtado, duas conseqüências práticas: “por um lado, a pressão para expandir os canaviais levou à progressiva eliminação das áreas anteriormente dedicadas à produção de alimentos; por outro, a tendência à elevação dos custos reais criou uma forte pressão sobre os salários dos trabalhadores”. (FURTADO, 2001, p. 150).

E seu parágrafo seguinte tem o dom de evocar a ocorrência de evoluções parecidas, inclusive posteriores e mais recentes, em outras regiões do País, geradoras dos famosos “bóias-frias” e agora dos “trabalhadores sem terra” de nossos dias:

A expansão das áreas sob cultivo de cana teve conseqüências de profunda significação social e econômica. O morador, em período relativamente curto, foi transformado de pequeno sitiante, responsável pela produção de parte daquilo que comia com sua família, em um mero trabalhador assalariado. De seu confinamento num casebre isolado em cima de uma colina, onde sua família vivia sem consciência de vizinhança, foi 'empurrado' para a beira da estrada, já sem poder plantar 'um palmo de roça' [...] (FURTADO, 2001, p. 150).

Mas tais fenômenos tiveram ainda outras conseqüências eminentemente regionais, como o encarecimento dos alimentos das classes populares, e a emergência de movimentos sociais até então inexistentes, como o das Ligas Camponesas (Furtado, 2001, p. 152-154), ao qual se somariam mais tarde os sindicatos, após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4214, de 2 de março de 1963).

Cumprir notar que nem todas as assertivas de Celso Furtado a respeito das forças sociais em confronto na época parecem infensas a críticas, podendo-se mencionar nesse particular tanto o discutível e duvidoso "caráter feudal" que ele atribuiu aos empresários da economia açucareira nordestina (FURTADO, 2001, p. 157-158 e 161-162), como seu excessivo e irreal otimismo quanto ao futuro dos trabalhadores da agroindústria canavieira da região, vistos por ele como uma emergente "classe média rural" (FURTADO, 2001, p. 159). Contudo, seu diagnóstico quanto às perspectivas econômicas dessa agroindústria canavieira dificilmente poderia ter sido mais acertado:

Esse retorno do Nordeste ao mercado mundial de açúcar [...] não decorreu de uma melhoria efetiva do poder competitivo do produto nordestino, e sim de uma relativa desorganização desse mercado pelos desdobramentos da Revolução Cubana. A economia açucareira do Nordeste continua a ser a de mais baixa produtividade em todo o mundo, dentre as regiões exportadoras. Os rendimentos agrícolas (produção por hectare) são extremamente baixos. E ainda mais baixa, em termos relativos, é a produtividade do fator humano ocupado no setor agrícola. (FURTADO, 2001, p. 159)

Considerações igualmente acertadas foram apresentadas por ele em relação à estrutura agrária das zonas intermediárias do chamado Agreste, que se diferenciam do Sertão nordestino por seus graus mais elevados de umidade e por terem geralmente solos de melhor qualidade. Esses graus

de umidade tendem a ser insuficientes para a produção de cana-de-açúcar, mas permitem o cultivo de cereais em condições mais satisfatórias do que na zona sertaneja. O povoamento dessas zonas se fez com os excedentes de população tanto da zona da mata litorânea como das caatingas do interior (FURTADO, 2001, p. 163-164), e foi facilitada pela introdução, no século XIX, do algodão herbáceo, uma cultura anual passível de ser desenvolvida em condições semelhantes às das culturas de subsistência, em pequena escala e com tecnologia rudimentar. “Dispondo de mercados dentro e fora do País, o algodão se transformou em fonte de renda monetária [...] muito antes que os seus excedentes de produção de alimentos tivessem qualquer expressão econômica”. (FURTADO, 2001, p. 164)

Em suas origens, porém, o povoamento do Agreste dera-se pelas mesmas razões e através dos mesmos mecanismos que o do Sertão, mediante a apropriação de suas terras por indivíduos interessados na criação de gado, os quais induziram o estabelecimento de grandes latifúndios. Estes no Agreste tenderam a ser menores que no Sertão, e não tardaram a ser parcialmente subdivididos por sistemas de herança, dando lugar algumas poucas vezes a regimes de pequenas propriedades e até de minifúndios (FURTADO, 2001, p. 164-165). A maior parte dessas terras, no entanto, continuou “em mãos de grandes proprietários, quase sempre absentistas” e “baseada na pecuária, através de uma curiosa associação com formas de agricultura de subsistência”. (FURTADO, 2001, p. 165)

As análises que Celso Furtado faz dos seus mecanismos produtivos e reprodutivos, bem como das contradições e dos conflitos inerentes às tendências mais recentes do crescimento da população regional e da valorização de sua pecuária bovina (FURTADO, 2001, p. 165-168) são extremamente perceptivas e sugestivas, só deixando de ser plenamente reproduzidas aqui por problemas de tempo e de espaço. Merece, no entanto, ser destacada sua visão das relações existentes entre essa sub-região do Nordeste e a zona da mata litorânea:

Os trabalhadores que vivem da agricultura complementar à pecuária geralmente não habitam dentro dos latifúndios, ou, se o fazem, estão reunidos em comunidades de vizinhança. Este fato teve marcada significação na evolução recente dos movimentos sociais no Agreste. Vivendo em comunidades, as populações dessa região estavam em melhores condições que as da Zona da Mata para tomar consciência de seus problemas comuns. Explica-se assim que o movimento das Ligas Camponesas não somente haja

nascido na fronteira do Agreste, como também que nesta sua propagação haja sido rápida. (FURTADO, 2001, p. 167).

Igualmente esclarecidas e esclarecedoras são as considerações de Furtado sobre o Sertão, “a única área do Nordeste que pode ser classificada como semi-árida.” (FURTADO, 2001, p. 170). Tendo pessoalmente nascido nessa região, ele dá mostras de profundo conhecimento da sua climatologia, geologia, hidrologia, botânica e, por suposto, de sua evolução histórica.

Durante muito tempo, a única forma de economia organizada na Caatinga sertaneja consistiu na pecuária extensiva. Para manter uma cabeça de gado *vacum* nessa região são necessários, via de regra, dez hectares [...] Essa pecuária absorvia escassa quantidade de mão-de-obra, com seu próprio crescimento encontrando limite na disponibilidade de fontes permanentes de água [...] [Por] longo período [...] o problema da seca [teve] repercussões sociais limitadas, porquanto a população humana sendo muito rarefeita, e abundante a quantidade de gado a abater [...] o próprio homem não tinha a sua sobrevivência ameaçada. (FURTADO, 2001, p. 172-173).

Foi no século XIX que a cultura do algodão (arbóreo) adquiriu expressão [...] Na (sua) segunda metade... particularmente... quando ocorreu a grande ‘fome do algodão’ provocada pela guerra civil dos Estados Unidos, o interesse pelo algodão sertanejo cresceu e sua produção criou raízes definitivas. (FURTADO, 2001, p. 173).

As conseqüências para o Sertão [...] foram de grande significado. Ao criar condições para a absorção de quantidades crescentes de mão-de-obra, essa cultura permitiu às populações, que antes buscavam o Agreste [...] deslocaram-se até o Sertão e aí encontraram uma ocupação permanente. O grande latifúndio pecuário evoluiu, assim, para uma economia de tipo misto. (FURTADO, 2001, p. 173).

Essa combinação aparentemente tão feliz da pecuária com o algodão arbóreo modificou as bases da economia sertaneja e transformou as secas em um problema social de grandes dimensões. A população que acorria ao sertão, em busca das vantagens que apresentava o algodão e seduzida pela abundância de alimentos que ali florescem nos bons ‘invernos’, estava em realidade sendo atraída para uma armadilha infernal. (FURTADO, 2001, p. 173-174).

Tratava-se de uma armadilha cujos efeitos logo se tornaram perceptíveis, mas que foi mantida inalterada para atender os interesses das elites regionais, dando origem na seqüência à famosa “indústria das secas”.

Nas conclusões desse estudo, Furtado chamou a atenção para o paradoxo do aumento da produção verificado naqueles anos ter coincido

com uma crescente irracionalidade do sistema econômico, do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores diretamente ligados a ela, mostrando como esse crescimento teve por contrapartida um progressivo agravamento dos problemas estruturais da economia nordestina. Tendo em vista o rigor de sua análise e a radicalidade do seu diagnóstico, não é de admirar o ódio que lhe votaram as elites políticas e econômicas daquela região.

Um terceiro estudo histórico, de caráter ainda mais geral, foi publicado por ele no início dos anos 1970. Trata-se do ensaio “A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro”, segunda parte do seu livro *Análise do ‘modelo’ brasileiro* (FURTADO, 1972), cujo texto, traduzido para o espanhol, foi publicado no mesmo ano pela revista mexicana *El trimestre económico* com o título de “Agricultura y desarrollo económico: consideraciones sobre el caso brasileño”. Nos seus trabalhos subseqüentes é esse artigo que passou a ser citado, e não a versão original. Esta, à semelhança do que ele havia feito para o Nordeste no capítulo que se acabou de analisar, da *Dialética do desenvolvimento* de 1964, procurou reconstituir a evolução histórica das relações entre as instituições agrárias transplantadas de além-mar e o meio físico local, as quais desempenharam um papel fundamental na formação do quadro estrutural ora vigente.

Retomando as proposições do primeiro capítulo de seu clássico *Formação econômica do Brasil* (FURTADO, 1959) o autor lembra inicialmente que a implantação portuguesa na América Latina teve por base a empresa agrícola comercial. Essa empresa, de cunho escravista, constituiu segundo ele “a célula matriz do tecido das instituições nacionais” (FURTADO, 1972, p. 94). A ela se contrapôs, em termos, uma economia “principalmente de subsistência”, que assumiu duas formas: a do domínio pecuário de grandes dimensões, o qual, vendo-se privado de mercados, “tende a fechar-se sobre si mesmo”; e a do pequeno produtor agrícola ou sitiante, que “ocupa terras ainda não alcançadas pela empresa agromercantil.” (FURTADO, 1972, p. 96). Embora secundárias do ponto de vista econômico, também essas duas modalidades de atuação econômica tiveram uma significativa participação na formação da sociedade brasileira.

Acontece, porém, que o contraste do grande domínio pecuário com a empresa agromercantil de que se originou é mais aparente do que real, pois em ambas se manifesta o mesmo perfil de estratificação social, e de “extrema

concentração da renda, da riqueza e do poder” (FURTADO, 1972, p. 96-97). Ambas têm por objetivo e instrumento a acaparação das terras disponíveis, e ambas são dirigidas por homens economicamente (e politicamente) poderosos. Devido a isso, todos os demais homens livres que chegavam ao país acabavam sendo, de uma forma ou de outra, transformados em dependentes desses grandes proprietários (FURTADO, 1972, p. 98), não lhes sendo facultado o acesso à propriedade das terras que eventualmente cultivavam. No Brasil, conforme ressalta Celso Furtado, “não chegou propriamente a formar-se” uma comunidade camponesa, e, nos casos em que se formou, “pouca influência teve no processo de acumulação.” (FURTADO, 1972, p. 98-99). E ainda acrescenta: “No caso brasileiro, a acaparação das terras foi essencialmente utilizada para impedir a constituição de comunidades agrícolas, e, muito excepcionalmente, para desorganizá-las onde começavam a formar-se.” (FURTADO, 1972, p. 100).

Pequenos agricultores podiam eventualmente manter-se autônomos em relação aos grandes proprietários no caso de se deslocarem para terras mais distantes e destituídas de interesse comercial imediato, mas não tinham qualquer possibilidade de concorrer com a empresa agro-mercantil nas “grandes lavouras” de produtos destinados à exportação. Essa “quase impossibilidade” tinha várias causas: (1) a dificuldade de acesso às melhores terras, sempre controladas pelos grandes proprietários; (2) a capacidade financeira exigida pela comercialização dos produtos; e (3) o fato do produtor direto ter que competir com a produção de trabalhadores escravos. Mas, inclusive após a Abolição, a possibilidade de sobrevivência, para não falar da capacidade de competir, da pequena exploração agrícola sempre se mostrou precária. (FURTADO, 1972, p. 101).

Isto acabou se verificando inclusive com os imigrantes europeus trazidos para o Brasil Meridional a partir de 1830. Esses “colonos” tenderam a assemelhar-se aos sitiantes de outras regiões do País, praticando uma agricultura itinerante basicamente voltada para a auto-subsistência. O crescimento demográfico desses produtores acarretou a redução do tamanho médio de seus lotes de terra e traduziu-se com frequência no empobrecimento dos solos que cultivavam. Esses efeitos, contudo, puderam ser absorvidos ou postergados pela criação de novas “zonas de colônias” via migrações internas, primeiro na própria região Sul, mais tarde em direção ao Centro-Oeste, e mais recentemente para a Amazônia e certas áreas do

Nordeste. Celso Furtado (1972, p. 102-3) abordou apenas o início desse processo.

Para ele, o mais importante é o fato da grande empresa agro-mercantil dominar desde o início, e até o presente, os processos de ocupação do território brasileiro e de formação de sua sociedade rural. Acompanhando o pensamento de Caio Prado Jr., ele enfatiza que “A essa empresa corresponde evidentemente uma classe social perfeitamente diferenciada” (FURTADO, 1972, p. 103, nota 84). Embora tenha sido “graças à escravidão que a empresa agro-mercantil pôde dominar tão completamente a vida rural brasileira, impondo-lhe o perfil de autoritarismo que a caracteriza até hoje” (FURTADO, 1972, p. 105), Celso Furtado lembra que o fator fundamental reside nessa dominação, à qual se devem atribuir todas as dificuldades do acesso à propriedade das terras, que sempre permaneceram em poder de uma pequena minoria. (FURTADO, 1972, p. 105-106).

A concentração da propriedade da terra numa economia essencialmente agrícola (isto é, numa economia cuja principal fonte de emprego está na agricultura) necessariamente se traduz em concentração da renda. Ela constitui um “meio de assegurar a uma minoria uma oferta elástica de mão-de-obra, e de impor à população um certo esquema de distribuição da renda.” (FURTADO, 1972, p. 107). Ao que Furtado ainda acrescentava: “Se se ignora que o latifundismo é primeiramente um fenômeno político, que permitiu preservar o quadro de privilégios surgidos com a escravidão, não será fácil explicar certos paradoxos da organização da agricultura brasileira.” (FURTADO, 1972, p. 107).

Um desses paradoxos é o de que “do ponto de vista da empresa agro-mercantil, a mão-de-obra é simultaneamente escassa e barata” (FURTADO, 1972, p. 107). Ela é escassa face à abundância das terras disponíveis, que leva a perpetuar as práticas de uma agricultura itinerante, e barata em função da concentração da propriedade fundiária (FURTADO, 1972, p. 107-108). Trata-se de uma agricultura rudimentar e tradicional que dispõe de ampla oferta de terras e de força de trabalho a baixo custo; dada a existência de uma fronteira móvel e de uma mão-de-obra abundante e barata, ela está em condições de responder rapidamente a aumentos da demanda de produtos agrícolas oriundos do exterior e/ou de setores não-agrícolas da economia nacional.

Mas, como lembra Furtado, a contrapartida dessa flexibilidade encontra-se em “custos invisíveis” do ponto de vista econômico, porém conspícuos em termos ambientais e sociais, que “se traduzem principalmente na destruição do patrimônio de recursos naturais do País e no sacrifício das massas rurais, que continuam submetidas às mais duras formas de exploração” (FURTADO, 1972, p. 109). A agricultura itinerante continua sendo preferida “porque exige pouco capital e utiliza extensivamente a terra”, mas, ao mesmo tempo, “a produtividade do trabalho é baixa, em razão das técnicas primitivas que utiliza” (FURTADO, 1972, p. 109-110). A elevação de seu nível tecnológico acaba aumentando a abundância e reduzindo os custos da oferta de mão-de-obra não-especializada.

Por trás da discussão desses problemas encontra-se a doutrina do desenvolvimento econômico sem transformações na agricultura, que, segundo Furtado tem origem nas “teses industrialistas formuladas nos primeiros estudos da CEPAL”, fundamentadas na observação das experiências históricas da Argentina e do Brasil (FURTADO, 1972, p. 111-112). Essa doutrina e as teses subjacentes são contestadas por ele pelo fato de confundirem desenvolvimento com ocupação do território, e de não perceberem que o desenvolvimento inerente a essa expansão só pode ser observado em atividades não-agrícolas, a saber, no sistema de transportes e nos setores urbanos da economia, que passam a crescer e diversificar-se. (FURTADO, 1972, p. 112).

Tendo em vista os vínculos detectados entre os baixos salários vigentes na agricultura brasileira e os níveis igualmente baixos dos rendimentos de suas técnicas de produção, cabe indagar se, e em que medida, essa situação poderia ser modificada por meio de alterações na estrutura agrária. A resposta dada por Celso Furtado a essas perguntas passa pelo aumento das áreas colocadas à disposição dos minifúndios (a modificação da relação homem-terra) para permitir a criação de animais de tração e a substituição de enxadas por arados, aumentando a capacidade de produção de seus responsáveis, e aproveitando seu potencial de mão-de-obra até então subutilizada devido à exigüidade e insuficiência das áreas disponíveis. (FURTADO, 1972, p. 115-116).

Além de serem importantes em si, medidas governamentais nesse sentido poderiam gerar efeitos nos preços de oferta da mão-de-obra para

as empresas agro-mercantis, que se veriam assim encorajadas a elevarem a produtividade (e a remuneração) de seus trabalhadores, intensificando a capitalização do processo produtivo, abandonando e substituindo progressivamente as práticas tradicionais de cultivo da agricultura itinerante. Esse desiderato, porém, dificilmente irá concretizar-se enquanto tais empresas forem a principal fonte de empregos agrícolas para a massa rural aos baixos salários vigentes (FURTADO, 1972, p. 117), e enquanto continuar havendo deslocamentos da fronteira agrícola (FURTADO, 1972, p. 118).

PROPOSTAS POLÍTICAS

Uma primeira abordagem formal e específica relativa ao equacionamento da questão agrária apareceu na obra de Celso Furtado em 1959, no corpo dos debates que se seguiram à sua conferência sobre *A Operação Nordeste* (FURTADO, 1959a), proferida em junho daquele ano, na época em que estava sendo criada a SUDENE. Respondendo à pergunta de uma pessoa do auditório que desejava saber se uma reforma agrária teria naquele momento efeitos benéficos no Nordeste, ele se referiu primeiro ao caso da caatinga sertaneja, onde

[...] a divisão da terra seria o tiro de misericórdia na economia, inclusive com a possível liquidação da pecuária. Reforma agrária para o homem da rua significa divisão da terra, eliminação do proprietário do latifúndio, eliminação da renda da terra. Se fizermos isso na caatinga, nós a despovoaremos, desorganizando completamente a economia da região, o que seria grave erro [...] porque nenhum homem pode subsistir na caatinga com uma propriedade pequena, mesmo média. Uma propriedade de 25 hectares na região, somente provida de uma tomada de água pode subsistir. (FURTADO, 1959a, p. 57).

[...] a economia mais irracional que há na caatinga, hoje em dia, é a do chamado pequeno proprietário. Portanto, quando se pensa em reorganizar a economia da caatinga, não é possível pretender criar lá uma situação pior do que a atual; temos que pensar numa economia mais racional, com mais alto nível de produtividade.” (FURTADO, 1959a, p. 57).

A partir dessas considerações, ele concluía que:

[...] na caatinga, não se poderia jamais caminhar para a pequena propriedade, porque a pobreza do solo, o clima da região e a pequena carga animal que suportam os pastos não permitem uma economia de grande densidade

demográfica. Ao contrário, é preciso reduzir a carga da população sobre os recursos [...] Para implantar nessa área uma economia desenvolvida, de alta produtividade, que possa, portanto, proporcionar salários mais altos, devemos partir de uma unidade de produção agrícola de tamanho médio [...] Portanto, reforma agrária na caatinga não pode ser divisão da terra, e sim reorganização da agricultura, proporcionando[...] melhor nível de vida. (FURTADO, 1959a, p. 57-59).

Também no Agreste, cujas terras são “extremamente subdivididas”, a reforma agrária recomendável para Celso Furtado passava pela aglutinação das unidades produtivas existentes, já que:

O Agreste é mais pobre, em certos aspectos técnicos, do que o Sertão... Nesse agreste, um homem para sobreviver produzindo algodão não pode ter menos de dez hectares. Dez hectares para o algodão, e mais dez para manter o gado, se quiser ter algum animal como fonte de tração. Uma unidade produtiva no agreste deve ter em média 20 hectares, o que, no caso, corresponde a uma grande propriedade. (FURTADO, 1959a, p. 57-59).

Devido a isso, segundo ele,

A reforma agrária aí não se fará pela divisão da terra, mas, ao contrário, pela aglutinação dos pequenos sítios. Se a operação se deve fazer pondo para fora o proprietário, latifundiário ou não, é um problema político – e a opção por uma forma ou a outra não compete ao economista. (FURTADO, 1959a, p. 59-60)

Finalmente, com relação à zona da mata do Nordeste, onde se localizava o latifúndio açucareiro, Furtado iniciou sua resposta com a seguinte proposição: “O mal maior não está em que seja latifúndio, mas em que seja açucareiro” (FURTADO, 1959a, p. 61). Era aí, segundo ele, que se deveria dar prioritariamente a reforma agrária do Nordeste, com o “objetivo fundamental” de a terra vir a ser “ocupada com fim social [...] beneficiando a coletividade (FURTADO, 1959a, p. 62). Nessa região, dizia ele, “temos que caminhar para uma utilização muito mais racional das terras”, acabando com “a lenda de que elas só produzem açúcar.” (FURTADO, 1959a, p. 62).

Furtado atribuía “o lado negativo do latifúndio açucareiro” ao fato dos proprietários das terras não permitirem “por princípio, quase por

doutrina, que se plante coisa alguma, a não ser [a cana de] açúcar.” (FURTADO, 1959a, p. 61).

O morador, mesmo que haja terra disponível, não ocupada pela cana-de-açúcar, não pode plantar outra coisa. Primeiramente porque o proprietário da terra tem medo que o indivíduo crie qualquer benfeitoria e, ao sair, queira indenização; em segundo lugar, porque quer que o morador plante cana. De modo que há tremenda resistência contra toda forma de cultura que não seja açúcar. (FURTADO, 1959a, p. 61-62).

Para superar essa situação, sua recomendação era a de:

Estudar os solos e aproveitar muito mais racionalmente o conjunto das terras, e isso sem prejudicar em nada o atual plantio de cana. Introduzindo a irrigação, como se começa a fazer, é possível reduzir a extensão do plantio de cana, elevando os rendimentos por hectare, que ainda são baixíssimos [...] e aumentando a disponibilidade de terra para outros fins. (FURTADO, 1959a, p. 62).

Essas longas citações foram feitas aqui para indicar que o autor tinha pleno conhecimento dos aspectos técnicos da agricultura no Nordeste, calcando suas recomendações numa racionalidade essencialmente econômica. Ao término de sua argumentação, mais uma vez, ele fez questão de assinalar que:

Na solução a ser adotada [...] não é o técnico quem decide, mas o político, levando em conta as correntes de opinião e a oportunidade histórica de fazer uma coisa ou outra [...] O que não posso é acobertar, na qualidade de técnico, uma bandeira política qualquer. Antes teria de dizer que falo como simples cidadão ou aprendiz de político. (FURTADO, 1959a, p. 62-63).

Comparando essas citações, particularmente a última, com as que foram extraídas da tese de doutorado de Celso Furtado, pode-se observar a evolução do seu pensamento após a volta da França, bem como a influência que nela teve a sua passagem pela CEPAL entre 1949 e 1957. “O estudante de Ciências Sociais que ele fora naquele tempo [da tese] cedeu lugar ao profissional especializado em Economia, e ao alto funcionário governamental em que ele havia se transformado nos anos 1950.” (SZMRECSÁNYI, 1999, p. 212).

O golpe de 1964 iria interromper a sua trajetória de homem público, remetendo-o de volta às lides acadêmicas. Mas a sua participação política nem por isso chegou a cessar, quer por vontade dele, quer pelo desejo de seus compatriotas, de continuarem a se beneficiar de seus diagnósticos e conselhos. Assim, nove anos mais tarde, ele voltaria de passagem ao Brasil para fazer, em junho de 1968, duas exposições perante a Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, a convite de seu presidente, Adolfo de Oliveira. No contexto da segunda figuravam as “Medidas relacionadas com a inadequação da estrutura agrária”, constantes do estudo intitulado “A reforma das estruturas econômicas: ensaio de estratégia global”, primeira parte do livro *Um projeto para o Brasil* (FURTADO, 1968), que ora se passa a examinar.

De acordo com sua “Introdução” e “Resumo”, o estudo em questão constituía uma análise dos fatores da recessão econômica ocorrida no Brasil a partir de meados da década de 1960. Nesse contexto, a estrutura agrária era vista por Furtado como segunda “face deformada do sistema econômico deste país” (a primeira era o perfil da sua demanda global, decorrente da iníqua distribuição da renda e “responsável pela lenta penetração do progresso tecnológico em nossa economia e pela escassa difusão dos frutos dos aumentos de produtividade”).

As “Medidas” que ele propunha foram apresentadas em pouco menos de nove páginas situadas no último terço do referido estudo. Começando por alguns aspectos mais gerais do problema agrário brasileiro, Celso Furtado lembrava que as atividades agropecuárias, na época, ainda ocupavam cerca de metade da população trabalhadora do País, e que decorreriam ainda “muitos anos antes que a agricultura se transforme entre nós numa fonte secundária de emprego.” (FURTADO, 1959a, p. 58). E em seguida acrescentava: “[...] se bem que o desenvolvimento do setor agrícola não seja condição suficiente para o desenvolvimento global de uma economia como a brasileira em sua fase atual, contudo ela é uma condição necessária.” (FURTADO, 1959a, p. 58).

Isto, segundo ele, se devia em boa parte ao fato da população urbana estar crescendo “com uma rapidez quase quatro vezes maior do que a população empregada na agricultura”, fazendo com que “os excedentes agrícolas requeridos para abastecer as cidades somente estarão disponíveis,

se aumentar a produtividade no setor agrícola.” (FURTADO, 1959a, p. 58). Furtado reconhecia que “não obstante sua estrutura irracional, o setor agropecuário tem acompanhado o crescimento da demanda interna, no sentido de que o consumo de alimentos das populações urbanas não parece haver declinado.” (FURTADO, 1959a, p. 59). E também que, “não obstante o declínio do poder de compra dos assalariados urbanos, a produção agrícola destinada à alimentação do País cresceu com taxa superior à (do crescimento) da população urbana, provocando uma “baixa relativa dos preços agrícolas vendidos no mercado interno.” (FURTADO, 1959a, p. 58).

Mas, ao mesmo tempo, alertava para o fato de que “o desenvolvimento ocorrido no Brasil no último quarto de século em muito pouco ou nada beneficiou a massa trabalhadora rural, cujo nível de vida dificilmente poderia ser mais baixo” (FURTADO, 1959a, p. 58), chamando a atenção para suas insuficiências alimentares e para seus baixos níveis sanitários. E vinculava esse estado de coisas à estrutura agrária do País, no qual, desde os tempos coloniais, o acesso à propriedade da terra tem sido “apanágio de uma minoria”, enquanto que “a massa rural tem sido sempre constituída de trabalhadores, isto é, de pessoas [...] ligadas ao proprietário da terra por um vínculo de emprego ou dependência” (FURTADO, 1959a, p. 58).

Valendo-se dos dados censitários de 1960 e de um estudo do CIDA (Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola) publicado em 1966 pela OEA (Organização dos Estados Americanos) em Washington, e intitulado *Posse e Uso da Terra e Desenvolvimento Sócio-Econômico do Setor Agrícola: Brasil*, Celso Furtado mostrava que 91 por cento das terras apropriadas e destinadas a fins agrícolas pertenciam a fazendas médias e grandes, 8 por cento a estabelecimentos de dimensão familiar, e 1 por cento a minifúndios, que, no entanto, constituíam nada menos que um terço do número total de explorações agropecuárias. (FURTADO, 1959a, p. 60). Nas primeiras trabalhavam direta ou indiretamente como assalariados dois terços da população ativa rural, sendo que o terço restante se distribuía entre os estabelecimentos familiares e os minifúndios, ambos explorados apenas pelos proprietários do estabelecimento com auxílio de membros de suas famílias.

Um primeiro contraste que saltava à vista por meio desses dados era o fato das fazendas ocuparem muitas terras e relativamente pouca gente, enquanto que exatamente o oposto se dava com os minifúndios; apenas

no caso das explorações familiares parecia haver um maior equilíbrio entre o emprego e a dimensão dos estabelecimentos.

Um segundo contraste, ressaltado pelo autor, era o fato de 3 por cento do número dos estabelecimentos (os latifúndios) possuírem 53 por cento das terras ocupadas, enquanto que 32 por cento (os minifúndios) ocupavam apenas 1 por cento da área total. Este último tipo de explorações se distinguia dos de dimensões familiares pelo fato de serem demasiadamente pequenos para ocuparem a força de trabalho de uma família, e de proporcionarem rendimentos com valor inferior a um salário mínimo vital. E Furtado não deixou de ressaltar que a importância numérica deles aumentou de 23 por cento do total em 1950 para 32 por cento em 1960, ao mesmo tempo em que se reduziram suas superfícies médias de 2,6 para 2,4 hectares.

De acordo com os dados do estudo do CIDA referido há pouco, “as formas mais eficazes de organização da produção” situavam-se nos estabelecimentos de tamanho médio e nos de tamanho e natureza familiar, enquanto que os minifúndios e os latifúndios eram “responsáveis por grandes desperdícios de recursos”, de mão-de-obra no primeiro caso, e de terras e capital no segundo. (FURTADO, 1959a, p. 61). Desperdícios esses derivados de amplo subaproveitamento dos recursos abundantes em cada caso, significando que, “se as unidades médias e os latifúndios utilizassem uma proporção tão grande de suas terras como faz a unidade familiar, a superfície cultivada no Brasil seria mais do duplo da atual.” (FURTADO, 1959a, p. 61).

É importante lembrar que a produtividade por unidade de exploração também depende dos investimentos realizados, ou seja, que “a superfície cultivada pode ser relativamente menor, mas os investimentos maiores”, resultando em produtividade mais elevada. Sob esse critério, verifica-se que “o latifúndio, não obstante a sua grande disponibilidade de recursos, não produz uma agricultura mais capitalizada do que a unidade familiar que utiliza apenas 2 a 4 pessoas.” (FURTADO, 1959a, p. 61). Ocorre, porém, que “os investimentos realizados pelo latifúndio são de natureza distinta daqueles efetuados pela unidade familiar”, com os primeiros sendo “orientados para a mecanização agrícola – isto é, para poupar mão-de-obra” (FURTADO, 1959a, p.61-62), enquanto que os segundos se destinam a aumentar a produtividade da terra.

Projetando esses dados para o futuro, num horizonte de vinte anos, de 1960 a 1980, Celso Furtado mostrava que, mantidas as tendências vigentes em meados da primeira daquelas décadas, seria necessário ampliar consideravelmente as áreas economicamente apropriadas, requerendo grandes investimentos na infraestrutura e aumentando os custos de transporte, devido às crescentes distâncias entre as áreas de produção e os centros de consumo. Tais tendências realmente se materializaram na prática, o mesmo ocorrendo com as conseqüências por ele previstas: “utilizar mais terras, liberar mão-de-obra e concentrar a renda.” (FURTADO, 1959a, p.62-63).

Todas estas conseqüências [dizia ele] são altamente negativas, do ponto de vista do desenvolvimento do País. A utilização mais extensiva das terras significa aumentar os custos unitários pelas distâncias; a liberação da mão-de-obra significa relegá-la aos minifúndios, onde sua produtividade é ínfima; e concentrar a renda é contribuir para reforçar o processo já assinalado de deformação da economia nacional. (FURTADO, 1959a, p. 63).

Pode-se acrescentar hoje em dia que o pessimismo de Furtado na época ficou muito aquém do que realmente aconteceu neste país desde então. A utilização mais extensiva das terras tem promovido a depredação de recursos naturais, denunciada por ele em outros trabalhos; a liberação de mão-de-obra não resultou tanto em expansão dos minifúndios como no aumento de trabalhadores sem terra; e a piora da distribuição de renda foi acompanhada por amplo crescimento do desemprego.

Mas a importância da contribuição do autor residiu principalmente nas alternativas que ele propôs para superar os problemas, tais como: (a) no caso dos meeiros, aumentar sua remuneração para quatro quintas partes (ou 80%) do que produzem, ou promover a desapropriação das terras em que trabalham; (b) no caso dos minifundistas que pagam rendas por essas terras, promover a aquisição destas pelo poder público e a sua imediata revenda aos que a cultivam; (c) no caso dos assalariados de níveis mais baixos de remuneração, promover um aumento escalonado do salário real dentro de um prazo de dois a quatro anos; e (d) um redimensionamento dos lotes de todos os minifundistas para um nível mínimo de 3 a 5 hectares. (FURTADO, 1959a, p. 61).

Como realçava Celso Furtado, “medidas desse tipo exigem investimentos imediatos relativamente pequenos, mas algumas delas

poderiam ter como conseqüência uma certa elevação nos preços dos produtos agrícolas”. Mas logo acrescentava que “nesse caso, a transferência de renda real da população urbana para a rural se faria em benefício dos trabalhadores do campo, e não dos intermediários ou dos latifundiários.” (FURTADO, 1959a, p. 63-64). Além disso, os custos de tais medidas seriam amplamente compensados pelos seus benefícios:

A elevação do nível de vida da população rural teria dois efeitos de ordem econômica: aumentaria a produtividade de uma parte da agricultura, incrementando assim a oferta de alimentos, e ampliaria o mercado de produtos industriais de consumo geral, o que também teria efeitos positivos para o conjunto da economia. (FURTADO, 1959a, p. 64).

A segunda frente que ele propunha atacar era a da estrutura latifundiária, um “problema que não poderá ser eludido por muito mais tempo, pois, a grande propriedade rural, na forma em que vigora entre nós, constitui um obstáculo ao desenvolvimento que tende a ser tão grave como a concentração da renda.” (FURTADO, 1959a, p. 61).

Para Furtado (1959a, p. 65):

São as terras próximas aos centros urbanos e ao moderno sistema de transporte que devem merecer atenção imediata. Uma liberação rápida de parte dessas terras, hoje não utilizadas, abriria uma importante fonte de emprego agrícola em zonas adequadamente servidas de infraestrutura e facilmente acessíveis à assistência técnica e financeira.

Às possíveis críticas quanto ao alto custo financeiro dessas terras, ele contrapunha o fato de tratar-se geralmente de capitais ociosos (reservas de valor, diríamos nós), passíveis de serem ressarcidos com um prazo de carência de três a cinco anos, dentro do qual a economia já se teria beneficiado dos aumentos de produção trazidos pelos novos recursos (terras) incorporados pela reforma. E, dentro do prazo final de dois decênios, previsto para o término de pagamentos indenizatórios, a renda nacional já teria crescido o suficiente para reduzir essa carga financeira a proporções ínfimas. (FURTADO, 1959a, p. 65).

Nos dias atuais de glorificação do chamado agronegócio, pode haver a tentação de relegar essas considerações ao passado, fazendo de conta que os problemas levantados por Celso Furtado simplesmente deixaram

de existir. Mas este certamente não era o ponto de vista dele. O primeiro ensaio de *Um projeto para o Brasil* foi reeditado cinco anos mais tarde num outro livro de Celso Furtado, *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*, sob o título de “Considerações sobre o caso brasileiro”, e o texto que se acabou de comentar nele aparece como item 9, “A inadequação da estrutura agrária” (FURTADO, 2003, p. 168-176). E, mais recentemente, ele foi novamente reproduzido como primeiro item (“A estrutura agrária”) do capítulo V de *Raízes do subdesenvolvimento* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003), p.155-164. Trata-se não apenas de uma reedição atualizada do livro anterior como também da última obra publicada pessoalmente por Celso Furtado.

Outra comprovação do seu contínuo interesse pelos problemas da estrutura agrária pode ser encontrada numa conferência feita por ele em agosto de 1980, em Brasília, e publicada um ano mais tarde num jornal associativo. Nessa conferência intitulada “Por um novo modelo econômico para o Brasil” (FURTADO, 1981), a problemática da estrutura agrária figura em lugar de realce. Já no seu terceiro parágrafo, Celso Furtado assinalava que:

O dinamismo da economia brasileira não se explica sem uma referência ao sacrifício imposto a grande parte da população do País e ao caráter extensivo da exploração dos recursos naturais de um vasto território. Os instrumentos da análise econômica são inadequados para explicar esses custos sociais e ecológicos. (FURTADO, 1981).

E após examinar sucintamente a expansão da fronteira agrícola a partir de 1950, ele acrescentava, dois parágrafos adiante, que,

Mantido esse ritmo, no final do atual decênio [dos anos 1980] ter-se-á ocupado a totalidade das terras aptas para a agricultura no quadro do manejo tradicional. A partir desse ponto, a criação de novo excedente agrícola passa a depender da acumulação e da introdução de novas técnicas. (FURTADO, 1981).

É nesse contexto que ele passou a analisar a evolução da estrutura agrária, “na qual se articulam de forma complexa latifúndios e minifúndios”, atribuindo a estes últimos o “papel particularmente importante” de tornar possível a reprodução e o crescimento demográfico sem prévio esforço

acumulativo. Além de transferir para as zonas urbanas consideráveis contingentes populacionais, “a agricultura viu sua mão-de-obra aumentar em mais de 40 por cento entre 1950 e 1975”. No primeiro desses anos, o número das explorações de até 40 hectares correspondia a 34 por cento e no segundo a 52 por cento do total, enquanto que a superfície média dessas explorações declinava de 4,5 para 3,45 hectares.

Demais de serem um fator decisivo na determinação do custo da mão de obra, os minifúndios constituem importante fonte para o suprimento de gêneros alimentícios de consumo geral [...] A desorganização dos mercados desses produtos, decorrente da dispersão da oferta e da vulnerabilidade dos minifúndios às pressões dos proprietários das terras que utilizam, ou dos intermediários, constitui traço marcante da agricultura brasileira [...] Os baixos preços impostos aos minifundistas produtores de gêneros de primeira necessidade constituem um obstáculo à modernização do cultivo dos mesmos... Daí que o processo de modernização tenda a restringir-se aos cultivos vinculados à demanda externa ou a produtos de mercado interno que gozam de situação privilegiada [...] (FURTADO, 1981).

Feito esse diagnóstico, Furtado lembrava que “a passagem da agricultura tradicional para a moderna vai acompanhada de modificações importantes ao nível da formação dos custos e nas relações intersetoriais”, com a formação dos preços passando a ocorrer “em grande parte fora da agricultura, mais precisamente [...] em estruturas oligopolistas investidas de forte poder de mercado. Isso requer uma organização dos mercados dos produtos cultivados pelos minifúndios, elevando seus preços relativos e aumentando os preços da mão-de-obra”. Acontece, porém, que “a estrutura agrária atual existe exatamente para que se obtenha o resultado inverso – ou seja, uma oferta de mão-de-obra ao mais baixo preço possível [...] e maximizar o excedente extraído da agricultura”. (FURTADO, 1981).

Considerando que o custo da mão-de-obra agrícola é fator decisivo na determinação do preço da força de trabalho não-especializada urbana, a modernização da agricultura de gêneros de primeira necessidade não será factível sem amplas modificações no padrão de distribuição de renda. Ao mesmo tempo, sem essa modernização – ou seja, sem a extinção do atual minifundismo – não será possível eliminar a pobreza das zonas rurais. Por não ser tarefa simples, a modificação de estruturas exige um comando efetivo do sistema econômico. Uma vez obtido este, “o objetivo central

da reconstrução das estruturas agrárias deverá ser a instalação de unidades produtivas aptas a utilizar plenamente a capacidade de trabalho de uma família e avançar pelo caminho da modernização técnica”. (FURTADO, 1981).

Embora seja possível obter resultados imediatos no plano da produção e das exportações através da concessão de subsídios a empresas médias e grandes,

A criação de empregos e o processo da técnica nas atividades produtoras de gêneros de consumo geral devem figurar como objetivos prioritários em toda política de desenvolvimento rural. Negligenciar este ponto é condenar grande parte da população brasileira a permanecer excluída dos benefícios de desenvolvimento. (FURTADO, 1981).

A necessidade de aferir a natureza e a eficiência das inter-relações que acabam de ser mencionadas conduz diretamente ao terceiro e último bloco deste trabalho.

RUMOS DA TEORIZAÇÃO

Ao que tudo indica, o estabelecimento por Celso Furtado de coordenadas teóricas para a análise e interpretação das estruturas agrárias deveu-se primordial e essencialmente a considerações de ordem didática. A primeira tentativa neste sentido aconteceu em sua *Formação econômica da América Latina* (FURTADO, 1970), uma obra que, ao contrário do que faria supor a semelhança do seu título com o da clássica *Formação econômica do Brasil*, de sua autoria (FURTADO, 1959), foi basicamente um livro texto, preparado para os cursos que passou a ministrar na Universidade de Paris a partir da segunda metade da década de 1960, e logo substituído por outro, mais amplo e mais atualizado, intitulado *A economia latino-americana* (FURTADO, 1976). Um novo patamar seria atingido em 1975, com a incorporação na quinta edição de seu segundo livro teórico, *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, do capítulo “Agricultura e subdesenvolvimento”, inexistente nas edições anteriores, e provavelmente derivado em parte do ensaio de 1972 sobre “A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro”, já comentado na primeira parte do presente trabalho. Ocorre, porém, que nem este ensaio nem o referido capítulo chegaram a ser seguidos de novas

pesquisas capazes de ampliarem os conhecimentos empíricos já obtidos, e de melhorarem a forma e o conteúdo das generalizações teóricas até então alcançadas. E isso fez com que a terceira formulação teórica do autor sobre o tema em pauta, inserida na sua *Introdução ao desenvolvimento* (FURTADO, 2000) fosse apenas algo mais enxuta e menos inconsistente do que a segunda, contida no capítulo “Agricultura e subdesenvolvimento” (FURTADO, 2000). Veja-se, porém, mais de perto cada uma dessas três contribuições.

O capítulo “Características das estruturas agrárias” tem o mesmo título e a mesma numeração (VII) tanto na edição do livro originalmente chamado *Formação econômica da América Latina* como na edição ampliada e atualizada que recebeu o novo título de *A economia latino-americana (formação histórica e problemas contemporâneos)* sob o qual passou a ser publicado a partir de 1976. Em ambas as versões ele aparece iniciando a terceira parte igualmente intitulada “O quadro das estruturas tradicionais”. Na segunda, ele foi dotado de alguns parágrafos adicionais e de algumas referências bibliográficas mais recentes, além de uma tabela suplementar.

Dado o intuito de reconstituir a trajetória das idéias de Celso Furtado a respeito da estrutura agrária, preferiu-se limitar a análise apenas à primeira versão, devido a seu pioneirismo dentro da evolução do pensamento furtadiano sobre o assunto. Considerando que os parágrafos e as referências adicionadas na segunda versão dizem respeito a contribuições de terceiro, achamos não ter prejudicado através desse procedimento o objetivo secundário de resgatar a formulação mais atualizada dos seus pontos de vista.

Esse capítulo pode ser visto como uma tentativa de generalização teórica de diferentes experiências históricas. A perspectiva adotada por Furtado é a mais ampla possível; segundo ele,

As estruturas agrárias são, na América Latina, não apenas um elemento do sistema de produção, mas também dado básico de toda organização social [...] tanto nas economias cujo ponto de partida foi uma agricultura de exportação, como naquelas que se organizaram em torno da produção mineira, a grande propriedade tendeu a constituir-se em elemento básico da organização social. (FURTADO, 1970, p. 89).

As mudanças porventura observadas neste quadro aparentemente uniforme tendem a ser relativamente recentes e pouco profundas:

É verdade que, depois da Independência, em vários países se pretendeu modificar esse princípio, promovendo políticas de colonização, mediante as quais as terras eram concedidas em unidades familiares àqueles que se comprometessem a trabalhá-la diretamente. (FURTADO, 1970, p. 89).

Mas “A consolidação [de um] sistema de unidades familiares nas regiões em que a agricultura se expandia rapidamente apoiada na exportação, teria requerido condições que inexistiam na América Latina.” (FURTADO, 1970, p. 90).

Assim, “O tipo de estrutura agrária que prevaleceu na América Latina desde a época colonial [...] caracteriza-se [...] pelos binômios latifúndio-comunidade indígena e/ou latifúndio-minifúndio.” (FURTADO, 1970, p. 91).

Ao lado das grandes lavouras de exportação que durante longo tempo estiveram baseadas no trabalho escravo, surgiram outras de menor vulto, mas igualmente de caráter espoliador:

Em muitas regiões da América Latina, a propriedade da terra constitui menos uma base de organização da produção agrícola (do) que um meio de extrair excedente de uma economia de nível extremamente baixo de produtividade [...] (em que) pequenos lotes de terras são cedidos às famílias para que organizem sua própria economia de subsistência. Ao lado dessas economias de subsistência, organiza-se outra atividade produtiva do tipo comercial, seja em terras destinadas exclusivamente a esse fim, seja nas das unidades familiares. No primeiro caso, o trabalhador contribui com dias de trabalho; no segundo, com parte da colheita comercial, pagando assim indiretamente uma renda quase sempre elevada pela terra que utiliza para sua cultura de subsistência. (FURTADO, 1970, p.91-92).

Por meio de implantação, difusão e reprodução desses processos acabou se cristalizando um padrão organizativo bastante homogêneo:

Exceção feita dos países que realizaram uma drástica reforma agrária - México, Bolívia, Cuba - a estrutura agrária na América Latina é relativamente uniforme. Por toda parte, um reduzido número de latifundiários controla cerca de metade das terras incorporadas à

agricultura, ao mesmo tempo que uma massa considerável de minifundistas se contenta com uma fração insignificante das terras e se mantém disponível para emprego nos latifúndios. (FURTADO, 1970, p. 92).

O principal problema vinculado ao binômio predominante dos latifúndios e minifúndios reside na subutilização dos fatores de produção que dispõem:

[...] os latifúndios, pelo fato mesmo de que reúnem terras de todos os tipos, utilizam apenas uma fração dessas terras. Por isso, ainda, é mais significativo o índice de produtividade da unidade de terra realmente cultivada (em que) a produtividade do latifúndio é mais fraca não somente com relação ao minifúndio, mas também relativamente às explorações familiares e médias. Os dados da produtividade da mão-de-obra são igualmente ilustrativos. A elevada produtividade da mão-de-obra ocupada nos latifúndios constitui a contrapartida da forma extensiva como é utilizada a terra, a qual deve sempre ser de boa qualidade, porquanto escolhida nas abundantes superfícies de que dispõem as grandes propriedades. (FURTADO, 1970, p. 97).

A partir de tais contrastes, Furtado efetua uma série de exercícios de simulação numérica para demonstrar que: (a) os latifúndios, prevalecendo-se da sua ampla disponibilidade de terras, investem e produzem bem menos do que poderiam sem maiores prejuízos para sua rentabilidade; (b) isto se deve, fundamentalmente, ao fato de orientarem seus investimentos para a elevação da produtividade de seus trabalhadores, e não das terras cultivadas extensivamente; (c) a produtividade da mão-de-obra dos minifúndios é extremamente baixa em primeira instância pela exigüidade das terras de que dispõem e, secundariamente, pela carência de investimentos (FURTADO, 1970, p. 97-98).

Celso Furtado termina o capítulo com referências à situação brasileira, mostrando que a reestruturação fundiária permitiria aumentar substancialmente a produtividade dos fatores disponíveis. Embora esta não esteja ocorrendo, a atual estrutura agrária do País não tem atuado como freio a seu desenvolvimento devido à ampla oferta de terras disponíveis. A expansão pela formação de latifúndios “continua a imobilizar grandes

extensões de terras [com] aumento dos custos de transporte e insuficiente criação de empregos [...] ao mesmo tempo em que nas áreas de minifúndio a pressão sobre a terra aumenta.” (FURTADO, 1970, p. 98-99).

A segunda tentativa de teorização relativa à estrutura agrária ocorreu seis anos mais tarde, com a incorporação, a partir da quinta edição do livro *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, de um capítulo sobre “Agricultura e subdesenvolvimento”, inserido na sua quarta parte, que trata do subdesenvolvimento. Essa tentativa teve por insumos não apenas a anterior, que acaba de ser analisada, mas também o ensaio de 1972, sobre “A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro”, comentado na primeira parte do presente trabalho. Trata-se, como se verá, de um texto não-isento de problemas conceituais e de contradições internas. Devido ao fato de não ter experimentado mudanças em suas sucessivas reedições, valeu-se aqui da versão publicada na décima edição, revista pelo autor. (FURTADO, 2000, p. 221-232).

O capítulo se inicia pela constatação de que, em muitos países subdesenvolvidos, “a maioria da população vive de atividades agrícolas”, as quais por isso mesmo constituem muito mais do que um setor da economia, representando “a base da organização social e política” desses países. (FURTADO, 2000, p. 221). Neles “tudo está ligado ao regime de propriedade dos recursos naturais (terra e água) e à forma de apropriação do excedente – isto é, da parte do produto agrícola que não é consumida diretamente nas unidades produtivas” (FURTADO, 2000, p. 221). Por essa razão, segundo o autor, “O conceito de modo de produção utilizado por Marx, que engloba o sistema de produção e as relações sociais engendradas por ele, aplica-se aqui com maior pertinência do que o conceito de função de produção.” (FURTADO, 2000, p. 221).

E, mais adiante, Furtado ainda acrescentava:

Que os maiores obstáculos à liquidação do subdesenvolvimento se apresentem no setor agrícola constitui simples indicação de que essa liquidação implica transformação global da sociedade. É na observação das sociedades essencialmente agrícolas que se percebe claramente a diferença entre a liquidação do subdesenvolvimento e o desenvolvimento. (FURTADO, 2000, p. 221-222).

Através de um exame dos dados numéricos da agricultura vigente nos países subdesenvolvidos, percebe-se que nesses países a sociedade põe à disposição das massas rurais “apenas o necessário para sua subsistência.” (FURTADO, 2000, p. 223). É a “diferença entre esse nível (mínimo) de subsistência e a produtividade média do setor agrícola” que constitui o excedente agrícola repartido entre a classe proprietária rural, os intermediários comerciais e financeiros e o Estado (através da arrecadação tributária).

Furtado distinguia dois tipos de excedente, ambos correspondentes ao produto que ultrapassa o consumo interno dos estabelecimentos agropecuários: o excedente *in natura*, que abastece as populações não-agrícolas e/ou se destina à exportação, e o excedente financeiro, que resulta da comercialização do primeiro. Como uma parcela (geralmente pequena) do excedente monetário é utilizada para custear os salários em dinheiro dos produtores diretos (ou seja, das pessoas que realmente trabalham a terra, e que, nas economias subdesenvolvidas, auferem boa parte da sua receita em espécie, sob a forma de seus meios de subsistência), o excedente total *in natura* é maior do que o financeiro, destinado a sustentar “o consumo da classe proprietária (de todos os tipos) e/ou a financiar o desenvolvimento de atividades não-agrícolas” (FURTADO, 2000, p. 223), responsável pela criação de empregos fora do setor agropecuário.

Excluída a possibilidade da importação de alimentos (ou de importação líquida de produtos agrícolas), é o excedente *in natura* que determina os limites dentro dos quais se pode expandir o emprego não-agrícola. Esses limites variam em função do consumo dos grupos proprietários rurais e urbanos e da diferença entre o salário médio urbano e a renda média do trabalhador rural.(FURTADO, 2000, p. 223).

A diferença entre o excedente *in natura* total e o consumo dos grupos proprietários corresponde a um *fundo de salários*. “O emprego não-agrícola depende, evidentemente, da importância relativa desse fundo de salários e do consumo *per capita* dos assalariados urbanos – ou seja, do salário médio urbano” (FURTADO, 2000, p. 223-224). A relação emprego-disponibilidade de alimentos é menor nas áreas urbanas do que nas rurais, em parte devido às perdas que ocorrem no seu traslado das segundas para as primeiras, e em parte porque o salário médio é muito maior nestas do que naquelas (FURTADO, 2000, p. 224). Além disso,

A transformação do excedente *in natura* num fundo de salários urbanos constitui, contudo, simples possibilidade. Em muitos casos, esse excedente é total ou parcialmente exportado, podendo destinar-se a financiar o fluxo de importação de bens de consumo ou mesmo investimentos no estrangeiro. (FURTADO, 2000, p. 224).

O mais importante do ponto de vista do desenvolvimento é não somente garantir a sua existência e crescimento, mas também e principalmente promover a transformação de parte do mesmo num *fundo de desenvolvimento*, dando origem a um processo de formação de capital fora da agricultura. Assim [conclui Furtado] o problema fundamental é o das motivações dos agentes que se apropriam desse excedente [...] motivações [que] não são independentes [...] da estrutura agrária” (FURTADO, 2000, p. 224).

A partir dessa constatação, ele elabora uma “Tipologia das estruturas agrárias”, cuja discussão ocupa boa parte do restante do capítulo (FURTADO, 2000, p. 224-230); assinala que elas “refletem um duplo objetivo”, qual seja:

- (a) induzir a população a aceitar uma disciplina de trabalho, sem a qual o produto da coletividade seria necessariamente inferior;
- (b) limitar o consumo da população que trabalha na agricultura, de forma que se possa gerar um excedente *in natura* de produtos agrícolas, o qual é total ou parcialmente transformado em excedente financeiro. (FURTADO, 2000, p. 224-225).

Celso Furtado vale-se de dois critérios para estabelecer sua “tipologia simples das estruturas agrárias nas condições correntes do subdesenvolvimento” (FURTADO, 2000, p. 225).

Um é de índole quantitativa, diferenciando a “abundância ou escassez de terras aptas para a agricultura no nível da técnica prevalecente.” (FURTADO, 2000, p. 225). O outro é mais qualitativo, embora também possa ser indiretamente quantificado; trata-se do “grau de acessibilidade das pessoas à propriedade da terra que trabalham.” (FURTADO, 2000, p. 225).

Em vez de procurar aprofundar conceitualmente essa tipologia, ele preferiu, talvez por comodidade ou pensando em facilitar a vida de seus alunos, “recapitular alguns conceitos correntemente utilizados na organização da agricultura nas condições de subdesenvolvimento.” (FURTADO, 2000, p. 225). Assim, ele distingue inicialmente a agricultura

de subsistência da comercial, considerando esta classificação “fundada na destinação do produto” (FURTADO, 2000, p. 225), e assinalando que ambas podem coexistir (e normalmente têm coexistido) na mesma exploração agrícola, como também – pode-se acrescentar – serem realizadas pelos mesmos produtores. Até aqui, não há maiores problemas. Estes começam a surgir nas tentativas de Furtado de conferir uma dimensão quantitativa a essas diferenças de qualidade (ou melhor, de destinação), acoplando-as a dois outros “conceitos correntes”, de agricultura *tradicional* e *moderna*. Ou nas suas palavras:

Ali onde a produção destinada à subsistência representa metade ou mais da produção total, estamos efetivamente em face de uma agricultura de subsistência, a qual é, quase sem exceção de tipo *tradicional*. A agricultura efetivamente comercial é aquela em que três quartos ou mais do produto se destinam ao mercado. Esta agricultura comercial pode ser tradicional ou *moderna*. (FURTADO, 2000, p. 225, grifo do autor).

Esses novos atributos não são meramente empíricos e quantitativos, mas envolvem uma dimensão qualitativa e também teórica, tornada evidente nas duas frases iniciais do parágrafo subsequente e no texto citado como referência:

A agricultura tradicional se caracteriza pelo estado praticamente estacionário das técnicas que utiliza. Dessa forma, a expansão da agricultura tradicional se realiza mediante a incorporação de *fatores de produção* que ela já utilizou no passado, tais como mão-de-obra, terra, água. (SCHULTZ, 1964, p. 31 apud FURTADO, 2000, p. 225, grifo do autor).

Grifou-se o termo “fatores de produção” para evidenciar que, através dessa proposição, Furtado introduziu (ou reintroduziu) aqui o conceito de “função de produção”, que fora posto de lado no início do capítulo em favor do conceito de “modo de produção usado por Marx.” (FURTADO, 2000, p. 221). Trata-se de um ecletismo teórico que, além de confundir leitores mais atentos, acaba gerando contradições dentro do próprio texto, como no caso das páginas 226 a 228, onde se volta a falar de modos de produção capitalista e não-capitalista.

Cumprе destacar, outrossim, que a noção de inspiração neoclássica, aqui endossada por Furtado, de uma alegada incapacidade da agricultura tradicional inovar tecnologicamente parece altamente discutível, a menos

que se limitem tais inovações à simples adoção dos chamados “insumos moderados” (máquinas, adubos químicos, agrotóxicos). Também parecem bastante convencionais e discutíveis as afirmações que seguem as duas frases citadas há pouco:

Posto que a técnica não se modifica, a produtividade da mão-de-obra é estacionária, a menos que o crescimento da população crie uma pressão sobre os recursos naturais, hipótese em que a produtividade baixará até que exerça o freio malthusiano. Podemos, portanto, conceber três situações: (a) terras abundantes, população em crescimento, rendimentos constantes; (b) terras escassas, população em crescimento, rendimentos decrescentes; e (c) terras escassas, população estacionária, rendimentos constantes. (FURTADO, 2000, p. 225).

Afirmações como essas poderiam ser facilmente criticadas e superadas mediante uma consulta aos livros de Ester Boserup, *The Conditions of Agricultural Growth: The Economics of Agrarian Change under Population Pressure* (London: Allen & Unwin, 1965) e *Population and Technological Change: A Study* (University of Chicago Press, 1981). Deixou-se de fazê-lo aqui por não ser este o escopo deste trabalho. O próprio Celso Furtado dá mostras de não aceitá-las irrestritamente ao assinalar que:

Existem agriculturas tradicionais de níveis tecnológicos muito distintos. O sistema de irrigação (por) canais subterrâneos utilizado no Irã há milênios constitui uma técnica avançada de defesa contra a evaporação numa região desértica; as técnicas de defesa contra a erosão utilizadas também milenarmente na Ásia oriental e sul-oriental são ainda hoje consideradas como *avançadas*. (FURTADO, 2000, p. 226, grifo do autor).

Mas logo em seguida salienta que “no quadro da agricultura tradicional, essas técnicas são recebidas como uma herança cultural” (ibidem), talvez deixando de perceber que, na época de sua implantação, tais sistemas foram inovações, e que não há heranças culturais que sejam permanentemente imutáveis.

Deixando, porém, de lado essas questões talvez colaterais ao fulcro de sua argumentação, só se pode concordar com as declarações de que:

[...] para uma agricultura de tipo tradicional [engendrar] um excedente crescente, faz-se necessário que os recursos naturais sejam abundantes e de qualidade não declinante, e que a população rural esteja em expansão.

Ainda assim, o excedente *in natura* não poderá crescer com maior rapidez do que a população rural. (FURTADO, 2000, p. 225).

Segundo Furtado, tanto a agricultura tradicional como a moderna podem organizar-se de diversas formas – “ou seja, podem adotar distintos modos de produção”, entre os quais ele distingue o “modo artesanal”, “outros modos não-capitalistas” o “modo capitalista.” (FURTADO, 2000, p. 225). Definindo a primeira forma como “organização da agricultura à base de explorações familiares”, ele desconsidera a possibilidade de existirem economias da escala no setor, assinalando que as unidades adotantes desse modo de produção podem manter-se nele indefinidamente, mesmo nos casos em que a agricultura deixa de ser tradicional para transformar-se em moderna. (FURTADO, 2000, p. 225).

Essa afirmação, porém, contradiz outras, feitas algumas páginas adiante, segundo as quais,

Se as condições de procura o justificaram, as unidades familiares poderão passar do tipo tradicional para o moderno. Contudo essa transição depende de que haja acesso ao crédito. À medida que evoluem da agricultura de subsistência para a comercial, e da tradicional para a moderna, as unidades familiares tornam-se mais e mais dependentes do sistema comercial e de crédito. A pressão exercida sobre elas pelos intermediários financeiros e comerciais pode ser tão grande quanto a que exercem os capitalistas sobre os assalariados agrícolas. (FURTADO, 2000, p. 229).

A sua percepção do grande estabelecimento rural parece bem mais nítida e menos contraditória. De um lado, ele aponta para uma:

Agricultura tradicional não capitalista e não artesanal que se apresenta na forma de grandes unidades de exploração que utilizam mão-de-obra fora do regime do salariado [...] que existe sob diversas formas em muitos dos países subdesenvolvidos. O trabalhador recebe um pedaço de terra de onde retira sua subsistência e paga a renda dessa terra em dias semanais de trabalho na grande exploração agrícola. (FURTADO, 2000, p. 226-227).

O exemplo que vem à mente é o do morador no Nordeste brasileiro. Curiosamente, Furtado também fala na mesma página de uma agricultura moderna, ao mesmo tempo não-artesanal e não-capitalista, representada pelas cooperativas de produção. Mas, do outro lado, a principal modalidade da média e grande exploração agropecuária é sem dúvida representada pelo

Modo capitalista que implica propriedade privada dos meios de produção e regime salarial que pode ser observado tanto na agricultura tradicional quanto na moderna. Como o objetivo do capitalista é remunerar o capital que tem sob sua responsabilidade, a passagem da agricultura tradicional para a moderna é apenas um problema de cálculo econômico. (FURTADO, 2000, p. 227).

Se os recursos naturais são abundantes e a mão-de-obra é barata, a agricultura tradicional pode ser altamente rentável. Introduzir novas espécies animais, equipamentos agrícolas, fertilizantes, inseticidas etc. pode ser ainda mais rentável se a evolução da demanda o justifica e se não existem melhores aplicações para o capital. O que interessa assimilar é que a agricultura tradicional, com sua técnica estacionária, não é em si incompatível com o modo capitalista de produção. (FURTADO, 2000, p. 227).

A seguir, voltando para os critérios anteriormente referidos (FURTADO, 2000, p. 225) para o estabelecimento de sua tipologia das estruturas agrárias: a abundância ou escassez de terras e os graus de acessibilidade à propriedade delas, Celso Furtado efetua uma combinação desses critérios dentro de uma matriz de duas duplas entradas, obtendo quatro tipos distintos de estrutura agrária: terras abundantes com acesso difícil à propriedade (ca), terras abundantes com acesso fácil (cb), terras escassas com acesso difícil (da), e terras escassas com acesso fácil (db). Nas páginas 228 a 230, ele discute as origens e características de cada uma dessas quatro categorias.

A primeira, de abundância de terras, aparece com freqüência nos países subdesenvolvidos, dependendo a sua incorporação apenas da construção de uma infra-estrutura, principalmente de transporte, e de 'abertura' das terras ao cultivo. Mas o acesso à propriedade não é igualmente fácil para todos:

A dificuldade de acesso [...] pode resultar do isolamento da população rural com respeito aos centros de decisão quando se trata de terras públicas. Mas também pode resultar de condições ecológicas particulares. Assim, nas terras tropicais e sub-tropicais, a destruição da floresta (ou abertura de terras) faz-se quase sempre pelo fogo e os solos se esgotam rapidamente; o pequeno agricultor tende, em consequência, a ser itinerante. Para trabalhar em terra própria, ele necessitaria dispor de uma superfície cinco a dez vezes maior do que a que utiliza, o que torna muito mais difícil a apropriação [...] Mas uma minoria com acesso à informação e capacitada para influenciar os investimentos públicos tende a apropriar as terras de melhor qualidade, nas quais organiza uma agricultura capitalista de tipo tradicional ou semimoderno, conforme as exigências do mercado e a natureza do que se produz. A

população que não encontra trabalho como assalariada nessa agricultura capitalista permanece em terras de inferior qualidade, ou assume a tarefa de ir abrindo novas terras que serão oportunamente incorporados ao setor capitalista. Coexistem, assim, o modo capitalista de produção com o artesanal, representando este último uma reserva de mão-de-obra para o primeiro. As condições de vida do artesanato agrícola definem a taxa de salário paga no setor capitalista. (FURTADO, 2000, p. 225).

Essa longa citação constitui uma excelente síntese da expansão da fronteira agrícola ocorrida no Brasil durante as últimas décadas. Embora mais raramente, a existência de terras abundantes com fácil acesso à propriedade também chegou a ocorrer, inclusive no Brasil. Trata-se de uma situação que facilita a transição das explorações familiares da agricultura tradicional para a moderna, via comercialização da maior parte da produção. Mas essa transição pode vir a ser dificultada pela já citada pressão dos intermediários comerciais e financeiros. A situação de escassez de terras e de difícil acesso à propriedade tem também ocorrido com frequência “criando as formas mais duras de exploração da massa trabalhadora rural”, que tende a estar “empilhada nas terras de inferior qualidade, onde a produtividade marginal do trabalho pode chegar a ser negativa.” (FURTADO, 2000, p. 229). Finalmente o caso da facilidade de acesso com escassez de terras disponíveis tende a manifestar-se nas áreas de minifúndios, cujas parcelas vão se tornando cada vez menores e menos produtivas. Nessas duas últimas situações, impõe-se a emigração de parte da força de trabalho.

No final do capítulo, Furtado volta a tratar dos efeitos da estrutura agrária no desenvolvimento econômico, negando inicialmente a incompatibilidade absoluta da agricultura tradicional com esse processo. “A tese de que a todo desenvolvimento industrial corresponde um prévio desenvolvimento agrícola não parece corresponder à realidade histórica, se se entende como desenvolvimento agrícola a passagem da agricultura tradicional para a moderna” (FURTADO, 2000, p. 230). A seguir, ele menciona três mecanismos através dos quais a agricultura tradicional tem servido de suporte a processos de industrialização e urbanização. O primeiro reside na transferência do excedente, parte do qual pode ser canalizado para a indústria. O segundo consiste no fornecimento de divisas proporcionadas pelas exportações de parte do excedente *in natura*. E o terceiro resulta da

abundância de terras e de mão-de-obra, que contribui para manter baixos os níveis gerais de remuneração da força de trabalho enquanto se mantiver difícil o acesso à propriedade fundiária. “Portanto, cabe concluir que a agricultura pode preservar suas estruturas tradicionais e manter-se impermeável à penetração de novas técnicas mesmo diante de um processo de industrialização relativamente rápido.” (FURTADO, 2000, p. 232).

A discussão dessas questões foi retomada pelo autor em outro texto mais breve, com o título de “As estruturas agrárias na formação do excedente”. Trata-se do capítulo VIII de um pequeno livro inicialmente denominado *Pequena introdução ao desenvolvimento econômico: enfoque interdisciplinar* (1980) e rebatizado, em sua versão atual, na terceira edição revista por Furtado, de *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural* (2000). Utilizou-se esta última pelo fato do capítulo ter sido reimpresso *ipsis litteris* de acordo com a primeira edição. Esse texto mais enxuto tem a vantagem de estar isento das inconsistências teórico-conceituais do trabalho anteriormente analisado.

Nele, a formação de excedente é definida como “apropriação de parte da produção por uma minoria” (FURTADO, 2000, p. 86), algo que só se torna “possível mediante um sistema de autoridade, o qual se funda na violência, mas que tende a legitimar-se” (FURTADO, 2000, p.86). Ao que ainda se acrescenta:

Contudo, a pressão que um sistema de dominação social pode exercer sobre uma população rural para extrair um excedente encontra limites [...] definidos pelo contexto cultural e pelas situações históricas. O custo de produção da população é inicialmente a expressão desses limites. Mas também existe o problema decorrente da possibilidade de uma população migrar para outras regiões. Por último, cabe referir o risco de revolta das populações rurais. (FURTADO, 2000, p. 86).

Os conceitos das diversas classes de agricultura foram tornados mais precisos:

A agricultura pode ser *de subsistência* ou *comercial* em função do propósito perseguido pelos que produzem ou controlam a produção [...]. É raro existir uma agricultura estritamente de subsistência [...] o que é de subsistência é a unidade produtiva, e não uma determinada linha de produção. (FURTADO, 2000, p. 86-87, grifos do autor).

“A agricultura também pode ser *tradicional* ou *moderna*. Aqui o que interessa são os critérios em função dos quais são combinados os recursos produtivos; mais precisamente: o papel da técnica na organização da produção.” (FURTADO, 2000, p. 87, grifo do autor).

Na agricultura tradicional a técnica se apresenta muito mais como um parâmetro do que como uma variável. A agricultura chamada de moderna, ao contrário, funda-se no cálculo: a combinação dos fatores reflete os preços destes em função de um horizonte de possibilidades abertas por uma técnica em permanente evolução. (FURTADO, 2000, p. 87).

Através da especialização produtiva, torna-se possível inserir a agricultura em círculos comerciais mais amplos, permitindo aumentar o excedente no quadro da agricultura tradicional. Isso torna possível passar da agricultura de subsistência à agricultura comercial mesmo sem ter acesso às técnicas modernas. Mas a exclusão de uma massa trabalhadora rural dos benefícios propiciados pelo aumento da produtividade tem contribuído para manter baixo o nível geral de salários. (FURTADO, 2000, p. 88).

Nos países da periferia, a principal contribuição do excedente extraído da agricultura tem sido o de financiar a modernização. Conforme realça Furtado, a afirmação de que “o desenvolvimento da forças produtivas é freado na periferia pela escassez de poupança é pretender ignorar que aí um considerável excedente é canalizado para a acumulação improdutivo ligada à diferenciação das formas de consumo.” (FURTADO, 2000, p. 88). Nesse texto, ele também discute o problema da mensuração do excedente extraído das populações rurais, indicando como primeira aproximação para o equacionamento do problema a diferença de níveis de vida entre os trabalhadores rurais e os urbanos. Outra pista seria fornecida pelas disparidades existentes entre diversas regiões rurais. (FURTADO, 2000, p. 88-89). Mas um dado concreto facilmente perceptível é fornecido pelas diferenças de preços relativos dos produtos agrícolas e industriais e, mais especificamente, entre os primeiros e seus insumos de origem industrial.

Na tipologia das estruturas agrárias Celso Furtado vale-se dos mesmos critérios e da mesma matriz do trabalho anterior, partindo, todavia, da constatação de que “a especialização induzida pelo sistema de divisão

internacional do trabalho não provocou, na maior parte das regiões periféricas, modificações no sistema de dominação social”, nem o desaparecimento da agricultura de tipo tradicional.” (FURTADO, 2000, p. 90). Indo além, ele ainda acrescenta que:

A simbiose do tradicional e do moderno que caracteriza a agricultura periférica é o melhor prisma para observar o entrosamento da dominação externa – a forma de inserção na divisão internacional do trabalho – e da interna: prevalência do critério autoritário na extração do excedente.

E a seguir identifica três tipos de exploração agrícola: a exploração de tipo familiar ou comunitária, a exploração de tipo senhorial e a exploração capitalista. Com isso deixou de lado a noção algo confusa de artesanato agrícola. Merece ser destacada a sua conclusão relativa à exploração capitalista:

A penetração do modo capitalista de produção – a extração do excedente com critérios mercantis na produção – só conduz à generalização da agricultura moderna quando a mão-de-obra escasseia. Neste caso, o controle do acesso à terra já não será um fator privilegiado no sistema de dominação social. (FURTADO, 2000, p. 91).

Nota-se que o verbo da última frase está no futuro, indicando a existência de um longo caminho a ser ainda percorrido. Ainda mais significativo é o parágrafo subsequente, que pode ser tomado como conclusivo da presente análise das idéias de Celso Furtado sobre as estruturas agrárias:

Toda estrutura agrária constitui uma totalidade histórica a ser diretamente apreendida. Compará-la com outra já significa de alguma forma privá-la de alguns de seus ingredientes específicos, e o enfoque analítico não é suficiente para apreender cabalmente esses ingredientes. (FURTADO, 2000, p. 90).

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

A perspectiva teórica que emerge desta recapitulação das idéias de Celso Furtado sobre a estrutura agrária e seus papéis no subdesenvolvimento e no desenvolvimento parece bastante rica e sugestiva. Ela pode, sem dúvida,

servir de base à elaboração de estudos econômicos e históricos retrospectivos e/ou relativos ao período no qual ele redigiu os trabalhos aqui analisados – de meados da década de 1940 ao início dos anos 1980. Ela também pode ser útil para o exame e a interpretação de alguns processos específicos de nossa época, como, por exemplo, a presente expansão canavieira pelo Brasil afora. Mas o seu uso em estudos prospectivos mais gerais permanece na dependência da disponibilização de dados mais atuais sobre a evolução contemporânea da estrutura agrária no Brasil. Nunca é demais lembrar que os dados do censo agrícola mais recente já têm mais de dez anos, e não são dos melhores em comparação aos de 1985.

A impressão que se tem é a de que o pensamento furtadiano sobre o tema continua sendo válido e atual. Mas isso é algo que deve ser testado empiricamente, pois não pode haver progressos na teoria sem pesquisas, da mesma forma que estas precisam estar ancoradas em pressupostos teóricos adequados para poderem dar resultados satisfatórios e significativos. Afinal, é só dessa forma que pode haver progresso científico, quer em história, quer em economia.

REFERÊNCIAS

D'AGUIAR FURTADO, R. F. Cronologia e bibliografia de Celso Monteiro Furtado. In: ALENCAR JR., J. S. (Org.). *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: BNB, 2005. p. 15-23.

FURTADO, C. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. São Paulo: Hucitec, ABPHE, 2001.

_____. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

_____. *A operação nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959a.

_____. O processo revolucionário no nordeste. In: _____. *Dialética do Desenvolvimento 2*. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 143-181.

_____. *Um projeto para o Brasil*. 5. ed. Rio e Janeiro: Saga, 1968.

_____. *Formação econômica da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: LIA, 1970.

_____. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. Por um novo modelo econômico para o Brasil. *Jornal do Economista*, Campinas, v. 4, n. 49, p. 9-11, ago/set. 1981.

_____. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Os desafios da nova geração. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 4, p. 483-486, out/dez. 2004.

SZMRECSÁNYI, T. Sobre a formação da formação econômica do Brasil de Celso Furtado. *Estudos Avançados* v. 13, n. 37, p. 207-214, set/dez. 1999.

_____. Celso Furtado. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 347-362, set/dez. 2001.

_____. The contributions of Celso Furtado (1920-2004) to development economics. *European Journal of the History of Economic Thought*, v.12, n. 4, p. 689-700. Dec. 2005.

O BRASIL DE CELSO FURTADO E A OPERAÇÃO NORDESTE

*Regina Maria A. Fonseca Gadelha*¹

INTRODUÇÃO

Teremos que renunciar a ter uma política de desenvolvimento, da mesma forma que renunciamos, no fim do século passado, a ter uma política de industrialização? Devemos aceitar a crescente internacionalização dos circuitos monetários e financeiros com a conseqüente perda da autonomia de decisões? E isso numa fase em que o protecionismo dos países centrais se reafirma? Que conseqüências sociais se devem esperar de uma prolongada redução na criação de empregos? (FURTADO, 1982, p. 64).

Estas questões, formuladas há 24 anos, guardam toda a pertinência de sua atualidade e constituem o grande questionamento do presente. Por isso é importante discutir suas idéias sobre a dependência e as possibilidades de desenvolvimento de nosso país. Pretendo abordar aqui um tema que me é caro, a SUDENE, fundada em 1959 por Celso Furtado, e o diagnóstico do projeto emergencial, concebido na ocasião para o Nordeste, conhecido como *Operação Nordeste*. Infelizmente, sua brilhante trajetória e a influência que exerceu como formulador de políticas econômicas em nosso país, fundador e primeiro Superintendente da SUDENE ou como Ministro do Planejamento, foram interrompidas em 1964 pelo regime militar.

¹ Historiadora. Professora Titular do Departamento de Economia da FEA-PUC/SP.

Da formação humanista positiva do Direito à Economia, a trajetória intelectual e acadêmica de Celso Furtado indica estarmos diante de um dos grandes pensadores brasileiros do século XX. Técnico da CEPAL, atuou como colaborador de Raúl Prebisch e é considerado, com ele, um dos formuladores da teoria histórico-estruturalista cepalina. Concentrando seu pensamento na busca de alternativas para a superação do subdesenvolvimento do Brasil, Furtado teve vôo próprio. Questiona a validade da aplicação, na América Latina, das teorias elaboradas pelos economistas dos países centrais e prega a necessidade da formulação de novas teorias embasadas no conhecimento específico de nossa realidade, contribuindo assim para a formulação de um novo pensamento e maneira de resolver os problemas latino-americanos.

No Brasil, prega a superação da tradição econômica de enfoque neoclássico, demonstrando a eficácia do Planejamento Econômico para a solução dos problemas estruturais de longo prazo. Algo raro nos economistas brasileiros, chama atenção a coerência que manteve ao longo de cinquenta anos de intensa produção científica, onde, ao lado de análises econômicas pertinentes, desenvolve uma filosofia humanística, em que reafirma dever ser finalidade última do cientista econômico a capacidade de criar e desenvolver um instrumental de planificação, voltado para o desenvolvimento da nação, considerada como um todo. Nesse sentido, cabe ao economista a tarefa de criar as condições materiais necessárias para o desenvolvimento integral do homem, objeto que legitima sua intervenção. Porém, Furtado não confunde ‘desenvolvimento’ com mero ‘crescimento econômico’, de conteúdo estreitamente economicista. Recusa-se a aceitar a idéia de ‘*desenvolvimento*’ como mera *performance* internacional, dissociada das estruturas sociais do país. (FURTADO, 1978, p. 77-79). Daí a importância da interdisciplinaridade do enfoque histórico-estruturalista da CEPAL, teoria da qual jamais se afastou.

1 A SUDENE E A OPERAÇÃO NORDESTE

Homem de ação, Celso Furtado não se contentou em observar. Para ele, a Economia Política deve conter necessariamente uma filosofia para a ação. Escreve em *A pré-revolução brasileira*: “A análise dos processos econômico-sociais não tem outro objetivo senão produzir um guia para a ação.” (FURTADO, 1962, p 16).

Entende ser o desenvolvimento um meio que permite o alargamento das bases materiais da vida social e individual, condição essencial para a plenitude do desenvolvimento do ser humano. Daí a responsabilidade do Estado de um país periférico subdesenvolvido, pois se trata do único organismo com capacidade jurídica para intervir e abrir os caminhos necessários ao resgate dos cidadãos. Indicar os caminhos deste processo deveria ser o autêntico objetivo da ação econômica. (FURTADO, 1962, p. 20-21).

Entretanto, para atingir este fim, o Brasil dos anos cinquenta deveria preservar os frágeis caminhos da democracia, a fim de poder criar as condições para uma rápida e efetiva mudança de sua anacrônica estrutura, sobretudo a agrária. Sabemos, no entanto, que nem a democracia foi preservada, nem ocorreram as mudanças estruturais necessárias que apregoava. Considerava, com razão, o agravamento dos desequilíbrios regionais como uma conseqüência da falta de política nacional de desenvolvimento. (FURTADO, 1962, p. 103). Desde a publicação de *A pré-revolução brasileira* (1962) se aprofundaram as mazelas nacionais decorrentes das disparidades dos níveis de produtividade e de renda entre grupos demográficos da nação, aumentando a dependência externa e aprofundando as disparidades econômico-sociais e regionais através da injusta e imoral política de distribuição da renda. Em nossos dias, a temática do Nordeste, uma de suas constantes preocupações, parece ter voltado à moda na pauta dos discursos políticos. A fim de reverter o atraso econômico e social da região, prega-se de forma simplista a transposição das águas do rio São Francisco, como forma de resolver o problema social regional e das secas. Creio, por isso, ser pertinente, neste momento, o resgate das idéias menos conhecidas de Celso Furtado sobre o Nordeste e os problemas do sertão semi-árido, nas propostas que formulou.

De fato, este paraibano, nascido no semi-árido, não fugiu aos enfrentamentos de sua região. Sua experiência pessoal, que lhe ensinou ser o problema do Nordeste provocado não somente pelas secas periódicas, mas pelas estruturas da terra e de poder que permitiam aos proprietários dos latifúndios manterem seu domínio sobre os homens, encontraria respaldo nos estudos elaborados por engenheiros e técnicos agrônomos do antigo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS). A oportunidade de colocar suas idéias em execução surgiu quando, responsável pela Diretoria

de Estudos do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico (BNDE), foi chamado para sugerir soluções ao grave problema da seca de 1958, que se abatera sobre a região. Surgia assim a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 15 de dezembro de 1959 pelo Presidente Juscelino Kubistchek, órgão independente, dotado de verbas orçamentárias próprias e diretamente ligado à Presidência da República.

Entretanto, a fundação da SUDENE somente se tornou possível devido às pressões políticas e sociais regionais decorrentes de mais de uma década de seca, o que agitou as consciências de toda a sociedade brasileira. De fato, às secas de 1951 e 1952 sucedeu outra maior, em 1958, exigindo medidas drásticas por parte do governo federal. O país atravessava, então, a euforia desenvolvimentista dos anos JK, com a construção de uma nova capital no Planalto Central, no coração do longínquo Estado de Goiás. Segundo relata o próprio Celso Furtado, sua experiência de trabalhos técnicos efetuados para diversos governos o havia convencido de que simples reformas administrativas a nada conduziriam, se não fossem acompanhadas de efetiva reformulação de toda a política existente. Portanto, não se tratava de reformular o DNOCS, órgão sucessor da antiga Inspetoria de Secas (século XIX), criado em 1909. (FURTADO, 1962, p. 54-58).

Como indicava em 1971 o então Deputado Marcos Freire (líder da oposição na Câmara dos Deputados), em discurso de defesa da SUDENE proferido em 05 de maio de 1971, até a sua criação, a atuação do poder público no Nordeste se caracterizara por desordenação, corrupção e ineficiência. *'Desordenação'* devido à multiplicidade de órgãos federais atuando de forma descoordenada nos vários setores e retirando do Governo Federal a necessária unidade de ação administrativa. *'Corrupção'* através dos grupos políticos que monopolizavam e manipulavam verbas em seu próprio proveito. *'Ineficiência'* porque a atuação desses órgãos era feita segundo um enfoque superado, de preocupações engenheirísticas e hidráulicas, através da simples construção de estradas e de açudes, o que levou o próprio DNOCS ao descrédito.

Desde o golpe militar de 1964, a SUDENE idealizada por Celso Furtado começara a ser descaracterizada. O processo acelerou-se no período do governo do General Garrastazu Médicis e de seu superministro Delfim Netto. A partir do I PND, a SUDENE começou a sofrer progressivo esvaziamento orçamentário, fato agravado pelo desvio dos recursos de

incentivos fiscais da SUDENE, criados em 1961 e 1963 por Furtado, à frente do Ministério do Planejamento (Artigo 34, Lei 3.995, de 14 de dezembro de 1961 e artigo 18, Lei 4.239, de 27 de junho de 1963). O mecanismo do 34/18, entretanto, favoreceu a região, com transferência de recursos que, adicionados aos recursos próprios dos investidores e do sistema financeiro, permitiram a aprovação pela SUDENE, até 31 de dezembro de 1970, de 830 projetos de implantação e modernização de empresas industriais. Destes, 90 projetos se encontravam implantados e funcionando em 1970.²

Os quadros a seguir revelam o crescimento do PIB do Nordeste em decorrência da política desenvolvida pela SUDENE e os sucessivos cortes e desvios dos recursos acima mencionados.

Períodos	Taxas globais		Taxas 'per capita'	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
1957/1961	7,0 %	4,2 %	3,9 %	2,0 %
1962/1966	3,6 %	5,2 %	0,6 %	2,9 %

QUADRO 1: Crescimento do PIB (%)

FONTE: Relatório SUDENE. In: FREIRE, M. 1974, p.7.

Anos	Recursos previstos (a)	Recursos recebidos (b)	% b/a
1966	144.460	119.737	82,8 %
1967	248.255	102.142	41,0 %
1968	348.480	147.409	42,0 %
1969	183.417	141.759	77,3 %
1970	218.748	123.922	56,7 %
TOTAL	1.143.360	634.969	55,53 %

QUADRO 2: Cortes nos recursos – (NCr\$ milhão)

FONTE: Relatório SUDENE. In: FREIRE, M. 1974, p.14.

² Câmara dos Deputados. FREIRE, Marcos. Dep. *Papel da Sudene na problemática do Nordeste*. Discurso proferido na sessão de 05 de maio de 1971. Brasília: Depto. Imprensa nacional, 1971. [Separata. 24 p.]; Idem. FREIRE, Marcos. *Oposição no Brasil, hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

Beneficiados	Antes 1964 (%)	1970 (%)	1971 (%)
SUDENE	100,0	50,0	35,0
SUDAM	–	25,0	17,5
Pesca	–	15,0	10,5
Turismo	–	5,0	3,5
Reflorestamento	–	5,0	3,5
Transamazônia	–	-	30,0
	100,0	100,0	100,0

QUADRO 3: Alterações do mecanismo de incentivos fiscais da SUDENE (Recursos do 34 e 18)

FONTE: Relatório SUDENE. In: FREIRE, M. 1974, p.17.

ANOS	%
1965	14,7
1966	14,2
1967	10,0
1968	12,1
1969	9,1
1970	6,8

QUADRO 4: Participação dos gastos da SUDENE nos investimentos públicos no Nordeste

FONTE: Relatório SUDENE. In: FREIRE, M. 1974, p.16.

A SUDENE, pensada por Celso Furtado, deveria ter independência suficiente inclusive para poder mexer em toda a anacrônica estrutura regional, o que, sem dúvida, terminaria por atingir os interesses de poder secular dos 'coronéis' e chefes locais nordestinos que dominavam a região. Esclarece Furtado, em entrevista concedida ao Jornal *O Globo*, em 1979: A SUDENE não seria apenas mais um órgão técnico burocrata. "Concebemos uma SUDENE que pudesse se transformar num movimento para restaurar ao

Nordeste uma posição política que lhe garantisse algum peso dentro do país.” (FURTADO, 1979, p. 18) Era sua convicção que o Nordeste, como uma parte importante do Brasil, poderia existir a partir de seu próprio capital político. Entretanto, podia-se constatar que a região economicamente desaparecera no século XX, passando a viver dos pedidos de ajuda aos irmãos mais ricos. Para que a SUDENE se transformasse em órgão planejador e executivo forte, quando de sua fundação pensara em unir toda a região em torno de um Conselho executivo composto pelo Superintendente e os nove governadores dos Estados da região, todos legitimados por eleições democráticas e não transformados em meros funcionários nomeados pelo governo federal. O Superintendente era o representante direto do Presidente da República, a fim de poder colocar todos os problemas do Nordeste ao nível das prioridades nacionais. Entretanto, esta trajetória foi interrompida em 1964 e a SUDENE, esvaziada, desviara-se do caminho. Furtado é categórico ao se referir, na entrevista de 1979, às transformações sofridas pelo órgão. Afirma:

Transformaram, no entanto, o superintendente da SUDENE num funcionário do Ministério do Interior, subordinado ao ministro; isso não tem nada que ver com o que planejamos. *É preciso compreender que essa SUDENE é outra. A de 20 anos atrás representava um momento político brasileiro, uma forma de ver o Nordeste. A de hoje é outra forma de ver, num outro momento. Mas nem de longe pode lembrar a nossa SUDENE.* (FURTADO, 1979, p. 8, grifo nosso)³

Concentrado na construção da nova capital de Brasília, até 1958 Juscelino Kubistchek pouco fizera, durante seu governo, para atender às prementes necessidades do Nordeste e de outras regiões. A seca de 1958, entretanto, exigia medidas drásticas, obrigando-o a adotar nova postura, que favoreceu a boa acolhida que deu à exposição de Celso Furtado,

³ Surgindo com fim específico e exclusivo de promover o desenvolvimento do Nordeste, em decorrência do golpe militar a SUDENE não teve apenas os seus recursos desviados e reduzidos em termos absolutos, mas ainda perdeu a capacidade de definir projetos e destinação dos recursos assinalados pelo I Plano Diretor e que deveriam beneficiar exclusivamente empresas de capital 100% nacional. Em decorrência, os recursos do 34/18, já escassos, capitalizaram grandes grupos econômicos, internos e externos, tais General Electric, Kibon, Alpargata, White Martins, Fives Lille, Alcan, Ray-O-Vav, Vulcan, Springer, Admiral and Son, GoodYear, Elekeiroz, etc. Entretanto, a estrutura agrária permaneceu intocada. (FREIRE, M. 1974, p.8).

convencendo-se de que nada adiantaria continuar a manter as políticas assistencialistas de seus antecessores. Ao contrário, Furtado lhe acenava com a criação de um novo órgão de planificação regional - a SUDENE – diretamente ligado à Presidência e dotado de autonomia suficiente para atuar de forma decisiva na região. Mesmo em regime de urgência, a SUDENE somente pôde ser fundada em dezembro de 1959 (Lei 3.962, de 15/12/1959).

Entrementes, Furtado foi autorizado a reunir uma equipe de colaboradores, alguns com experiência de atuação no Banco do Nordeste, encarregados de realizar com ele os estudos preliminares do diagnóstico regional e estabelecer as diretrizes básicas para o projeto que seria conhecido como *Operação Nordeste*. “O que almejamos, o que pretendemos, é modificar a tal ponto a maneira de encarar o problema, que não seja possível voltar atrás”, afirmava em palestra realizada em 13 de junho de 1959, no curso de “Introdução aos Problemas Brasileiros”, organizado pelo ISEB, no Rio de Janeiro, para Oficiais das Forças Armadas. (FURTADO, 1959, p. 16).

Esta palestra de Celso Furtado é pouco conhecida nos dias atuais. Porém ela se encontra publicada na íntegra, juntamente com seu debate, em 1959, nos Cadernos do MEC/ISEB, sob título *A Operação Nordeste*, e traz o estudo-diagnóstico e indicações preliminares do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, reunido por Furtado, registrando o pioneirismo no tratamento global dado pela primeira vez, no Brasil, a um problema regional.⁴

O estudo registra a enorme discrepância da distribuição de renda do Nordeste em relação ao país, de menos de 100 dólares (US\$ 96), 1/3 menor que a média da renda do centro-sul e taxa de crescimento de apenas 1,5%. Porém a região de baixa produtividade do Brasil era, também, uma das mais intensamente povoadas, compreendendo então cerca de 30 milhões de habitantes. O Brasil, analisa Furtado, embora possuísse formação histórico-cultural comum (povo, língua, religião e tradições), se formara

⁴ Celso Furtado já publicara, em 1956, um pequeno, mas importante, estudo intitulado *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: MEC, 1956, em que analisava os efeitos da crise de 1929 sobre a economia brasileira, em especial sobre o café, esboçando de forma mais completa a ruptura e transformação estrutural do sistema exportador, cerne de sua teoria de substituição de importações.

politicamente como nação apesar da escassa integração de suas regiões, desarticuladas umas das outras. O país nascera inserido na lógica da divisão social internacional do trabalho, imposta pela Metrôpole portuguesa, responsável do povoamento e da implantação das economias do açúcar (Nordeste meridional), do algodão (Nordeste setentrional) e da mineração (região central e Minas Gerais). No século XIX, o país formava “*uma constelação de pequenos sistemas econômicos isolados*”, unidos por vínculos políticos, ligados à economia internacional. Continuavam imperando as velhas relações de comércio, que integravam as regiões (e seus produtos) com os países centrais, verdadeiras “*pequenas feitorias*” distribuídas por todo o extenso território, tendo como centros principais o açúcar, no nordeste, e o café, no sudeste. Mais tarde, também a região norte se integrou no processo, tendo a borracha como centro de sua economia.

Se esta era a realidade do desenvolvimento econômico do século XIX, na primeira metade do século XX o país continuava a apresentar uma articulação ainda maior dessas “*ilhas*” com o exterior. Tal articulação se fazia sobretudo em torno do sudeste, região cujo crescimento se apoiava no café, produto que logrou um impulso mais duradouro para a formação de seu mercado interno. Assim, quando em decorrência das crises do final do século XIX e início do século XX, o mercado internacional do açúcar entrou em colapso, a sobrevivência da economia açucareira tornou-se possível graças à reserva de mercado interno existente no sudeste e no centro-sul. Caso análogo ocorreu com o colapso da borracha (1913) e o plantio sistemático de seringueiras fora do Brasil. Porém, apesar dos períodos de dificuldades, o café conseguia garantir mercado e estabilidade maior do que os produtos de outras regiões. Quanto à região meridional, esta também foi favorecida pela expansão do mercado interno cafeeiro, que se abriu para os excedentes de arroz, trigo, vinhos, etc., produzidos nos estados sulistas. (FURTADO, 1959, p. 11-13).

Entretanto, a análise vai além da constatação histórica destes fatos. Ao contrário dos historiadores e economistas que o precederam, observa que esta forma de articulação trazia o germe dos problemas maiores enfrentados pelo Brasil nos anos cinquenta, pois o país continuava a reproduzir o mesmo esquema da divisão geográfica do trabalho, que viciava o desenvolvimento das nações em toda a economia capitalista mundial. Ou seja, o sistema de dominação centro-periférico, metrópoles

industrializadas e colônias produtoras de matérias-primas. Este fato explicava as crescentes dificuldades regionais existentes, já que o Brasil não constituía um sistema único de desenvolvimento. (FURTADO, 1959, p. 12).

Observando o Nordeste, Furtado assinala também a existência de duas zonas econômicas na região: uma zona de economia de subsistência e uma zona de economia monetária. A zona de subsistência estava concentrada no *hinterland* semi-árido, habitado por cerca de 12 milhões de habitantes que ocupavam 1 milhão de km². Esta enorme área abrange quase todo os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, grande parte dos Estados da Paraíba, de Pernambuco e da Bahia, e uma pequena parte do Piauí, Sergipe e Alagoas. A fazenda típica sertaneja, descreve, combina a pecuária com o cultivo do algodão-mocó, de baixíssimo rendimento. O trabalho assalariado na pecuária está associado à meação na agricultura⁵ em terras que em geral não pertencem ao trabalhador. Os salários não são propriamente monetários, constata, mas os *'moradores'* eram meeiros na produção e venda do algodão e tinham direito ao uso de pequeno pedaço de terra para sua subsistência e da família. Nos anos de bonança, sem seca, o trabalhador podia combinar a venda do algodão com os produtos de subsistência.

E aí se fecha a economia. Ele planta para comer, mas também possui renda monetária. Essa combinação de elementos de economia monetária com outros de economia de subsistência é que permitiu o aumento da população na caatinga. E foi esse aumento populacional que transformou a seca na grande calamidade social dos últimos três quartos de século. (FURTADO, 1959, p. 28-29).

Daí sua apreensão quanto ao destino da própria nacionalidade brasileira e a de seu povo, pois,

Não podem coexistir, no mesmo país, um sistema industrial de base regional e um conjunto de economias primárias dependentes e subordinadas, por uma razão muito simples: as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem sempre a formas de exploração. (FURTADO, 1959, p. 13)

⁵ Trata-se do sistema de meação regionalmente conhecido por “cambão”, que endividava e escravizava os trabalhadores à terra.

Esta apreensão não era simples intuição primária. Alerta sobre “a tendência das economias industriais, em razão de sua forma de crescer, a inibir o crescimento das economias primárias” e que “esse mesmo fenômeno está ocorrendo dentro de nosso país.” (FURTADO, 1959, p. 13).

Furtado, porém, não foi o primeiro autor a analisar os efeitos das relações centro/periferia, oriundas das políticas de favorecimento regional desiguais no país. Caio Prado Jr., em seu estudo sobre as dissensões políticas e as revoltas regionais que no século XIX ameaçaram a unidade territorial do país, já demonstrara que elas tiveram origem na excessiva centralização decorrente da forma da constituição do Império brasileiro, dividindo as facções dos partidos em federalistas e unitaristas. Entretanto, Furtado é o primeiro a teorizar as relações centro/periferia dentro de um mesmo país. Nessa palestra dos anos cinquenta, demonstra ser a economia canavieira o “sistema subdesenvolvido mais importante do Brasil [...] na forma em que se apresenta hoje em dia – o Nordeste.” (FURTADO, 1959, p. 14). Identifica e isola o sistema econômico nordestino, do Piauí à Bahia, do sistema econômico do sudeste e centro-sul do Brasil. Observa ser o ritmo de crescimento desta região, com epicentro no Estado de São Paulo, mais intenso do que o do Nordeste. Evidenciava os desequilíbrios provocados pelas políticas macroeconômicas, com reflexo na estagnação e conseqüente queda da participação do Nordeste no PIB brasileiro, de 30% em 1939, para apenas 11% em 1959, revelando uma disparidade crescente que se agravava todos os dias. Na época, alerta, já era possível que esta disparidade houvesse atingido um nível de difícil reversibilidade, pois “a dificuldade econômica, quando alcança certo ponto, se institucionaliza.” (FURTADO, 1959, p. 14).

De fato, a queda permanente do PIB da região apenas registrava a estagnação da economia nordestina face ao desenvolvimento das demais regiões do país, decorrente da ausência de modernização de suas estruturas, que guardam até hoje aspectos arcaicos. Explica, igualmente, a tendência à desigualdade no sistema capitalista industrial, quando este se institucionaliza e forma classes, fato que não ocorria somente nas diferentes sociedades, mas também entre as regiões de um mesmo país. “Quando a desigualdade entre níveis de vida de grupos populacionais atinge certos limites, tende a institucionalizar-se. E quando um fenômeno econômico dessa ordem obtém sanção institucional, sua reversão espontânea é praticamente impossível.” (FURTADO, 1959, p. 15). Isto se dá porque no capitalismo são os grupos

economicamente mais poderosos que detêm o comando da política, tornando extremamente difícil a atuação independente dos órgãos políticos. Por outro lado, quando uma economia subdesenvolvida cresce – como o caso da região de São Paulo, no Brasil – os salários não tendem a crescer com a produtividade, pelo simples fato de que sempre há, nesses países, uma alta oferta de mão-de-obra, pressionando e impedindo a organização da classe dos trabalhadores. Porém, nos países centrais, à medida que a economia alcança maior grau de desenvolvimento, esse excedente disponível vai sendo absorvido. No caso do Brasil, porém, mesmo em uma economia como a de São Paulo, ainda existia margem substancial de oferta de serviços e de tarefas de todo tipo, que seria eliminada pela mecanização. Somente após vencer esta etapa, os salários de São Paulo passariam a pressionar e então os trabalhadores paulistas poderiam se organizar. Portanto, se nas primeiras etapas do desenvolvimento o fator escasso é o capital, nas fases mais avançadas o capital passa a ser relativamente abundante e a mão-de-obra escassa. (FURTADO, 1959, p. 15-16).

Esta análise de Furtado mantém sua atualidade em nossos dias. Na ocasião, porém, previa que se no Brasil, país de grande extensão geográfica, tal fenômeno viesse a ocorrer sem que tivessem sido corrigidas as grandes distorções regionais, a formação de grupos de interesses tão antagônicos, em um mesmo país, poderia vir a ameaçar a maior conquista de nosso passado colonial - a de nossa unidade territorial.⁶ Palavras proféticas para nossos dias.

2 PLANO DE AÇÃO DA OPERAÇÃO NORDESTE

O Plano de Ação da Operação Nordeste se baseava no diagnóstico de que se havia desenvolvido, na região semi-árida da caatinga, uma economia extremamente vulnerável à seca e por isso inadequada ao meio. Os estudos indicavam que sendo pobre a base agrícola da economia do Nordeste, todos os esforços deviam ser envidados para ampliar esta base, sendo necessário, porém, um maior conhecimento dos recursos da região. “Só mediante persistente estudo do meio, do desenvolvimento de técnicas

⁶ Embora fuja à temática que estamos abordando, este nos parece ser ainda um dos graves perigos nacionais.

agrícolas adaptadas às regiões tropicais, teria sido possível criar no Nordeste condições para a formação de uma economia de alta produtividade.” (FURTADO, 1959, p. 32). No entanto, abandonaram-se no Nordeste os estudos de base: “Ao invés de haver procurado conhecer melhor o meio e de desenvolver técnicas de produção próprias, limitamo-nos a transplantar soluções”. (FURTADO, 1959, p. 32). Para solucionar o problema, era necessário desenvolver três linhas de atuação:

1. Criação de uma economia de maior produtividade e resistente à seca.

Para isso era preciso não apenas a mobilização de crédito e assistência técnica, como ainda aprofundar os estudos para melhor conhecimento da região e de seus recursos de água superficial e subterrânea, bem como de sua flora.

Considerava que, para a reorganização da economia da caatinga por outra, de maior produtividade, seria necessário, provavelmente, a redução do rebanho em algumas zonas, já que a sobrecarga animal não somente prejudicava o cultivo algodoeiro como tornava o sistema mais vulnerável à seca.

2. Ampliação dos estoques úmidos das zonas de fronteira do Nordeste.

Sendo previsível que a reorganização da economia da caatinga geraria excedentes populacionais, estes deveriam ser mais bem redirecionados e aproveitados em outras partes. No passado, o homem na caatinga penetrara até onde o gado podia avançar. Esta penetração fora detida nos contrafortes da selva setentrional. Mas já se dispunha, segundo Furtado, de outras técnicas e se poderiam transpor esses contrafortes.⁷ Por isso, afirma:

Podemos fazer crescer o Nordeste. Podemos incorporar ao Nordeste precisamente aquilo que lhe falta: terras úmidas, terras com invernos regulares. Isso que o homem, com a técnica mais ou menos primitiva do século XIX, não conseguiu fazer, *cabe-nos realizar agora, abrindo estradas adequadas, colonizando, organizando uma economia adaptada ao meio*”. (FURTADO, 1959, p. 33, grifo do autor).

⁷ Trata-se da zona de florestas do Maranhão, onde efetivamente a SUDENE iniciou os primeiros ensaios de colonização e assentamento de pequenos proprietários rurais.

3. *A terceira linha de ação sugerida era a da industrialização, provocada pelo forte aumento dos investimentos industriais na região.*

Mais uma vez, seu prognóstico é preciso. Alerta não ser a industrialização um postulado *a priori*, mas decorrência da própria evolução da economia nordestina. Entretanto, o principal objetivo desta linha de atuação era contribuir para a absorção da grande massa da população excedente que se concentrava nas zonas urbanas do litoral. Essa população era estimada em mais de meio milhão de pessoas em idade de trabalhar, quase totalmente desempregadas, flutuando nas cidades do Nordeste.

Processo indicador do “*inchamento das cidades*”, termo criado pelo sociólogo Gilberto Freyre para designar o processo migratório anual de milhares de trabalhadores rurais nordestinos, que se amontoavam nos ‘mocambos’ da cidade de Recife e outras partes. Processo, portanto, anterior aos anos sessenta, quando essa migração se redirecionaria para o sudeste, em demanda sobretudo da cidade de São Paulo. Em 1959, porém, era possível pensar no equilíbrio mais harmonioso da sociedade brasileira. Furtado defendia não somente a viabilidade econômica da industrialização local nordestina, como o fato de que muitas indústrias, até então concentradas no centro-sul, seriam mais viáveis se deslocadas para o Nordeste. “Não deixa de ser significativo, assegura, que a indústria nordestina tenha sobrevivido nos últimos 20 anos – sobretudo nos últimos 10 anos – não obstante a ação governamental lhe tenha sido adversa [...]” (FURTADO, 1959, p. 34).

De fato, estudos recentes sobre a industrialização do nordeste estão a demonstrar que esta não apenas antecedeu, mas ainda competia com a do sudeste ou centro-sul até inícios do século XX, como se observa na leitura do Censo Industrial de 1907.⁸

A análise do Plano de ação proposto na Operação Nordeste, início da SUDENE, se devidamente aplicado teria sido verdadeiramente revolucionário. Ele explica muito dos problemas que nos anos seguintes a

⁸ Ver GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Le capital commercial et la proto-industrialisation du Brésil. Pernambuco au XIX^e siècle. In: BOURILLON, F. et al. Ed. *Des économies et des hommes: mélanges offerts à Albert Broder*. Paris : Editions Bière, 2006. p .271-281.

SUDENE, seu criador e membros de sua equipe, tiveram de enfrentar a partir do golpe de 1964. Os diagnósticos estabelecidos para a região, na ocasião, ainda permanecem atuais e ajudam a compreender, no século XXI, a extensão e permanência dos graves problemas estruturais do país, hoje transformado em enorme “*Belíndia*”.

REFERÊNCIAS

FREIRE, M. *Papel da SUDENE na problemática do desenvolvimento do nordeste*. Brasília, DF: Departamento de Imprensa Oficial, 1971. 24 p. (Discurso proferido na sessão de 05/maio/1971). *Separata da Câmara dos Deputados*

_____. *Oposição no Brasil, hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: MEC, 1956. (Os Cadernos de Cultura).

_____. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *A operação nordeste*. Rio de Janeiro: MEC, ISEB, 1959.

_____. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GADELHA, R. M. A. F. Le capital commercial et la proto-industrialisation du Brésil. Pernambuco au XIX^e siècle. In : BOURILLON, F. et al. (Ed.). *Des économies et des hommes: mélanges offerts à Albert Broder*. Paris : Editions Bière, 2006. p.271-81.

LA NACIÓN INTERRUMPIDA: CELSO FURTADO

Carlos Mallorquin¹

Parafraseando a Celso Furtado, la nación no surge por antonomasia, no es única ni exclusivamente una entidad dada de antemano bajo ciertas reglas constitucionales (*Estado Novo*), y menos aún consecuencia directa de poblar cierta zona geográfica en particular lo cual supondría que la nación se encuentra preconstituida: más bien la nación debe construirse. En la primera parte del ensayo vemos como se va diseñando la noción de nación en la medida que Furtado elabora un vocabulario teórico para reflexionar y promover el “desarrollo” de su país.

Lo que sigue inmediatamente describe la manera en que Furtado intenta reconstruir al Brasil y la explicación que surge a partir de la derrota que sufren sus propuestas. Después del optimismo original crece un grave pesimismo sobre el futuro de la nación y allí inicia la segunda parte del ensayo: “Golpe militar: Brasil ¿vocación agropecuaria?”. Cuando retorna al Brasil tras muchos años en el exilio reinicia su reflexión sobre las alternativas que podrían diseñarse para transformar al país que corresponde a la sección siguiente: “Repensando al Brasil”. La tercera y última parte: “¿Globalización o internacionalización financiera?”, intenta rescatar algunas

¹ Doctor por la Universidad Autónoma de México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales; actualmente profesor de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. La estrategia narrativa que sigue subraya la evolución de las propias ideas y concepciones de Furtado durante el periodo analizado, por tanto estoy obligado a señalar los textos en términos de su *primera fecha de aparición*, lo cual no significa que necesariamente se utilice dicha versión para citar, muchas veces son versiones de publicación posteriores.

de las ideas del estructuralismo furtadiano para plantear una estrategia económica dentro del actual contexto internacional asimétrico, estructura a su vez que creemos no tiene necesariamente una lógica o reglas generales de reproducción que pueden aprovecharse para promover su transformación hacia una economía equitativa y justa. Como se verá a continuación, durante el periodo examinado a lo largo del ensayo, la propia característica conceptual del ámbito internacional también se ve transformada en las reflexiones del brasileño, producto de su atenta observación de los cambios sociales y económicos mundiales y que sin temor alguno lo señala como de difícil explicación (MALLORQUIN, 2005).

El diseño de la nación no se logra plenamente durante la década de 1950 sin que surjan profundas contradicciones entre el ámbito teórico y la política, lo cual hace de su adaptación, a una de las épocas históricas más disputadas y contradictorias del Brasil, un misterio extraordinario. Entre 1959-64 se encuentra bajo el mando de tres distintas administraciones presidenciales, (Kubitschek, Quadros y Goulart), y en cada ocasión su «verdadero poder» fue creciendo; de Director de la sección del Nordeste en el Banco Nacional de Desarrollo Económico (B.N.D.E.) a su retorno de Inglaterra (1958), a integrante del «Grupo de Trabajo para el Desarrollo del Nordeste» (GTDN), pasando subsecuentemente a ser nombrado parte del Consejo del Desarrollo del Nordeste (CODENO), para finalmente crear política y teóricamente la Superintendencia para el Desarrollo del Nordeste (SUDENE), convirtiéndose en su primer «superintendente», y concluir con un corto mandato como Ministro de Planeación.

La idea de la participación estatal en el proceso de “modernización” de la nación, “la industrialización”, “las reformas estructurales”, la integración de las regiones “atrasadas”, en síntesis, el “desarrollo” del país parecía estar en curso hasta unos meses antes del Golpe en 1964, a pesar de que en el pasado reciente el país había presentado un proceso de desarrollo sin una política conscientemente planeada: el futuro no parecía comprometido.²

² ...sin la orientación de una política se fueron acumulando nuevos y grandes problemas. Los servicios básicos de transporte, construidos para servir a la economía de exportaciones, no fueron adoptados. Tampoco se prestó atención al crecimiento de las fuentes de energía, particularmente la electricidad. La realidad de esas faltas de ajuste, que se traducían en presiones inflacionarias, se hizo evidente hacia fines de la guerra. (...) Los *desequilibrios estructurales* inherentes al proceso de crecimiento de un país subdesarrollado [son] ampliados por los altibajos de un desarrollo realizado sin la dirección de una política orientadora (FURTADO, 1960 en FURTADO 1961a: cursivas más, p. 218 -221).

Para fines de 1960 (*Formación económica del Brasil* – FURTADO, 1959a; «Industrialización e Inflación» FURTADO, 1960 en FURTADO 1961a)³ el crecimiento futuro de la economía brasileña no presentaba graves obstáculos. En «Industrialización e Inflación» se resalta el reciente pasado historial económico para demostrar que fue un proceso sustentado con recursos propios, y por lo tanto con amplio potencial aun por explotar: «No solamente el desarrollo industrial pudo apoyarse, en forma creciente, en la producción interna de equipos: también los servicios básicos de transporte y energía hicieron lo mismo» (FURTADO, 1960 en FURTADO, 1961a: 223). Brasil entonces, dice “Perspectiva de los próximos decenios”, capítulo final de *Formación económica del Brasil* (escrito entre 1958-1959), aparentemente había iniciado ya un camino sin retorno:

La *transformación estructural* más importante que posiblemente ocurrirá en el tercer cuarto del siglo XX será la reducción progresiva de la importancia relativa del sector externo en el proceso de capitalización. En otras palabras, las industrias de bienes de capital –particularmente las de equipos- tendrán que crecer con intensidad mucho mayor que el conjunto del sector industrial. Esa nueva modificación estructural, que ya se anuncia claramente en los años cincuenta, hará posible el evitar que los efectos de las fluctuaciones de la capacidad para importar se concentren en el proceso de capitalización (FURTADO, 1959^a, p. 239, cursivas mías.).⁴

Es cierto que el proceso de industrialización dio paso a una inédita concentración del ingreso para los propietarios de los factores productivos, pero se convirtió en un impulso de la expansión de la ocupación en el área de los servicios, y un foco positivo para la economía: «la urbanización, que actuó como factor dinámico sobre la agricultura [...], permit[ió] la ampliación del área cultivada» (FURTADO, 1960 en FURTADO, 1961a, p. 244).

³ Véase también al respecto «Brasil» (FURTADO, 1961b en PEPELASIS et. al. 1964).

⁴ Mucho de este material -capítulo final- puede verse también en «Brasil» (FURTADO, 1961b en PEPELASIS et al: 1964). Pero aquí la visión no es tan optimista, se dice que la «...economía brasileña está ahora *terminando* un siglo lleno de desarrollo sostenido» y después de comparar el índice anual del aumento per cápita de la economía brasileña con el de los Estados Unidos (por debajo de esta) y con Europa (por encima del índice medio de esta), recalca lo siguiente: «Si esto es cierto, se puede concluir que relativamente el presente atraso de la economía del Brasil es, en gran parte, un legado de la era colonial, con sus dos largos períodos de estancamiento que originaron las zonas extensas de baja densidad demográfica en las cuales prevalecerán aún las actividades necesarias para la subsistencia propias de una tecnología rudimentaria. La incorporación de esta población a la economía monetaria es el principal rasgo del proceso de desarrollo económico.» (FURTADO, 1961b en PEPELASIS et al, 1964, p. 246-247).

Sin embargo, no se podían ocultar graves desigualdades regionales:

Si por un lado en la mitad del siglo, la economía brasileña había alcanzado un cierto grado de articulación entre las distintas regiones, por otro, la disparidad de niveles regionales de ingreso había aumentado notoriamente. En la medida en que el desenvolvimiento industrial sucedía a la prosperidad cafetalera, se acentuaba la tendencia a la concentración regional del ingreso (FURTADO, 1959a, p. 240).

Por consiguiente, en el futuro inmediato imponía resolver el problema de la integración regional:

[...] exigirá una nueva forma de integración de la economía nacional, distinta de la simple articulación que se procesó en la primera mitad del siglo. La articulación significó, simplemente, desviar para los mercados de la región cafetalera-industrial productos que antes se colocaban en el exterior. Un proceso de integración tendría que orientarse en el sentido de aprovechamiento más racional de recursos y factores en el conjunto de la economía nacional. (FURTADO, 1959a, p. 243).

Crecimiento y altos costos sociales que una política de desarrollo tendría que enfrentar a mediano y corto plazo. Brasil aparentaba entonces estar iniciando una fase en la cual los intereses y la dirigencia de una clase, los cafetaleros, habían sido desplazados por una visión más “nacionalista”, con los “industriales” a su cabeza, dando credibilidad a la idea de que la ideología desarrollista nacionalista parecía conducir y transformar una “nación” en potencia en una nación industrializada.⁵

Cuando Furtado asumió la *Superintendencia para el desarrollo de la región del Nordeste*, su discurso adquiriría nuevas formas radicalizándose. La lucha política era crítica: un Presidente (Goulart) sin poder y un congreso que obstaculizaba todo lo que favoreciera la recuperación de sus antiguas facultades. En parte ello explica porque ya no son aceptables las explicaciones sobre la «decadencia del Nordeste», expresadas como un fenómeno «universal» en el capítulo final, *Formación Económica de Brasil: «Perspectiva de los próximos decenios»*(FURTADO, 1959a) y por tanto las «sospechas» sobre las desigualdades como la contrapartida del crecimiento de una región quedaba confirmado.

⁵ La época del «desarrollismo» se describe admirablemente por Limoeiro Cardoso(1976), así como en Love, J. (1996).

Si el vocabulario teórico del estructuralismo se hubiera reducido a explicar que el crecimiento y el desarrollo era igual a elevar la relación producto-capital, la capitalización, y/o la inversión, o la importancia de las matrices insumo-producto para pensar la articulación de los distintos sectores industriales, su participación en los gobiernos con quien trabajó no hubiera pasado a mayores.

Pero para entonces Furtado tenía claro que las políticas de “desarrollo” suponían construir a la nación, implicaban transformaciones estructurales que tienen que ver con transfigurar las relaciones sociales articuladas a ciertas unidades productivas o sectores en cuestión: no son las cajas vacías de la matriz insumo-producto.

Las transformaciones estructurales facilitarían integrar e incorporar poblaciones a los circuitos productivos y por tanto a la nación como un todo que en los hechos habían pasado desapercibidas por el Estado: por ello la importancia de las reformas fiscales, y la de la tierra. Tareas esencialmente político-económicas que se reflejan durante uno de los periodos más conflictivos, la época de la «(pre) revolución brasileña» dependiendo de quién hablara. La proliferación de los discursos y «objetos» en relación al Nordeste, se convierte en un fenómeno general de la cultura brasileña, pero en Furtado ameritaba un tratamiento que concernía a la «seguridad nacional». Según Furtado los objetivos de las luchas agrarias por esa época estaban en algunos casos fuera de lugar y podían concluir en graves enfrentamientos sociales. Para él, los discursos de las ligas campesinas, más que coadyuvar al entendimiento del Nordeste, eran otros de los «obstáculos» a superar.

Si tomásemos a ciegas el análisis y las propuestas para el desarrollo que reinan en los textos de Furtado (aquéllos que median entre los años que se instaura la SUDENE -»entonces pasé a tener realmente un poder enorme»- (FURTADO, 1980, p. 78], y la elaboración del *Plano trienal de desenvolvimento econômico e social* (1963-1965) (FURTADO, 1962b), sin considerar las luchas políticas en proceso, y las diversas formas en que constituían bien o mal sus posibles «aliados» y «enemigos», olvidando que esos textos suponían reformas fuertes de «base» e inaplazables en la sociedad brasileña, entonces sólo estaríamos viendo un lado de la moneda de la batalla político discursiva.

Furtado ya había superado el discurso «técnico», sus nociones sobre el «desarrollo» ya no podían comprenderse a partir de los promedios per cápita en el sentido estricto como las define como categorías económicas el discurso convencional. Se convierte por lo tanto en una especie de «técnico-político». Allá por 1962, en una entrevista y en pleno proceso de lucha por instaurar la política de desarrollo del Nordeste, superadas las posturas que aparecen en *La operación Nordeste* (FURTADO, 1959b), sobre la «neutralidad»⁶ del técnico apolítico, declaraba: «El desarrollo económico debe ser desarrollo político-económico» (Citado por ROBOCK, 1963, p. 103- 104).⁷

En *Brasil en su encrucijada histórica* (FURTADO, 1962a),⁸ se despliegan libremente las enormes tareas que le correspondían al Brasil de la época. Sin embargo, fue el primer ensayo «Reflexiones sobre la pre-revolución brasileña» publicado en 1960 del libro [FURTADO, 1962a], el que causó tanto revuelo por el Brasil y por todo el mundo allá por 1962.⁹ El ensayo,

⁶ Furtado delimitaba así su competencia en *La operación Nordeste* (FURTADO, 1959b): «Si para tanto [disponer de tierras para otros fines] es necesario tomar tierra de las manos del hacendado, imponer la apropiación o desapropiación por el estado, ese ya no es un problema económico sino político. La solución a adoptarse y que en última instancia envuelve la cuestión política, quien la decide no es el técnico sino el político. (...) Lo que tengo que decir con toda franqueza, es que si la gran mayoría quiere adoptar esta o aquella solución, por ejemplo, tomar tierras de unos y dar a otros, no soy yo quien va oponerse a eso, ni el técnico, ni el indicado latifundista. Lo que no puedo es esconder, en calidad de técnico, una bandera política cualquiera. Antes tendría que decir que hablo como simple ciudadano o aprendiz de político. (...) Considero eso [la ley de irrigación], en verdad, un problema de reorganización agrícola y de reforma agraria. Y así pretendemos ir, etapa por etapa, en cada región. Y cuando tengamos en las manos elementos para sugerir, no me faltará coraje para decir cual es la solución. Además si es oportuno o no, no puedo decidir, evidentemente, la política está por encima de la técnica. (...) Yo no soy político, me limito, por lo tanto, a dar informaciones de técnico»(1959b, p. 62-63 y 65).

⁷ Por su parte, De Oliveira F., colaborador de Furtado por ese entonces, ha dicho que en el período que va desde 1959 hasta 1964, Furtado trabaja activamente: su experiencia *double* de administrador público y político enriquece extraordinariamente al pensador -y sólo mucho después de 1964 se puede considerar a Furtado un *académico* en el sentido de que sus proposiciones no están ligadas a la acción -y este devuelve a aquel formulaciones de políticas y estrategias de transformación (DE OLIVEIRA, 1981, p. 1030).

⁸ Se trata de un libro que comprende una serie de conferencias que ofreció por todo el país para impulsar las reformas estructurales de «base», siendo el ensayo «Reflexiones sobre la pre-revolución brasileña», publicado en 1960, el más renombrado. Puede hablarse como su «manifiesto político» por esa época, se deriva esencialmente en un intento de cortar de tajo los rumores de que pertenecía al «partido comunista», sin embargo, sólo logró agitar aún más el ambiente político, tanto el de «izquierda» como el de «derecha».

⁹ Por un lado aparecía en la prensa nacional e internacional como el «comunista» encarnado, y por otro, como el «apologista» del capitalismo, cfr (FURTADO, 1989).

así como el libro tiene un título «provocativo»; hace un llamado a la reconstitución de las fuerzas político-sociales.

Como dijimos antes existía cierto optimismo sobre la próxima constitución de la nación y de la economía para proseguir su crecimiento autosustentado, pero reiteraba, que tanto el proyecto industrializador, así como las transformaciones políticas y sociales requeridas, eran de difícil manejo para un Estado con muchos resabios arcaicos en su estructura organizativa y administrativa. Igualmente las organizaciones sociales requerían de una profunda transformación, problemática que se complicaba de manera geométrica cuando se examinaba el caso del Nordeste. Es interesante la síntesis del artículo después de casi tres décadas: tanto la «izquierda» como la «derecha», percibían equivocadamente el proceso histórico por el cual transitaba el país, o en palabras posteriores de Furtado, «deducían lo que más les convenía» (FURTADO, 1989, p. 136).

Las Ligas Campesinas eran mistificadas como un producto de la revolución cubana. Las organizaciones obreras, así como las campesinas se tornaron cada vez más presentes en la vida cotidiana de la nación. Esto era utilizado por la derecha -dice Furtado- para crear y multiplicar el pánico y preparar un golpe de estado. Por su parte la «izquierda» suponía que [...] las masas organizadas estaban ocupando nuevas posiciones y consiguiendo cambiar la relación de fuerzas, lo que justificaría radicalizar las confrontaciones» (FURTADO, 1989, p. 136). Sostenía que ambas interpretaciones del Brasil estaban fuera de lugar. La coyuntura presentaba a sordos y ciegos por doquier, todos los actores «decían lo que querían escuchar» y escuchaban únicamente lo que ellos decían. «Reflexiones sobre la pre-revolución brasileña» (FURTADO, 1962a) intentaba «desmistificar» la concepción del «marxismo» que por entonces sostenía la derecha para crispar el ambiente político, y demostrar a la izquierda que existían «contradicciones» entre los fines que perseguía y los medios para lograrlo.

Pero el propio discurso del texto, en ocasiones casi apocalíptico, debe entenderse por aquel espíritu del desarrollo impregnado en todos los grupos dirigentes del país. En la «Introducción» al libro *Brasil en su encrucijada histórica* (FURTADO, 1962a), delimita su objetivo:

La tesis central que se desarrolla es [que] la economía de nuestro país ha alcanzado un grado de diferenciación -lo que es distinto del nivel convencional de desarrollo medido según la renta *per cápita* -que permite

trasladar al país los principales centros de decisión de su vida económica. En otras palabras: el desarrollo reciente de la economía brasileña no sólo se manifiesta por una elevación de la renta real media por habitante, sino también por una progresiva diferenciación del sistema económico, el cual ha alcanzado una individualización y *autonomía* crecientes. Brasil está repitiendo, hasta cierto punto, la experiencia del Japón en decenios anteriores: la conquista de la *autodeterminación* en el plano económico, aun en una fase caracterizada por un nivel de renta *per cápita* típico de un país subdesarrollado. (FURTADO, 1962a, p. 11).

Hoy sabemos que sería insuficiente la fuerza del “desarrollismo” para integrar una nación abrumada por los “condenados de la tierra”; se quedaría corta la posibilidad y la capacidad de los nuevos “centros de decisión” para “dirigir” al país hacia su plena “autonomía”. Pero entonces, el deseo y la necesidad explican sus pronunciamientos sobre la importancia de la “política económica” para proponer las transformaciones estructurales que encauzarían el futuro de la construcción de la nación: “hoy estamos en condiciones de tomar las decisiones más fundamentales, sobre la actividad económica del país” (FURTADO, 1962a, p. 12).

No obstante, Furtado no deja de señalar la precariedad en que se encuentra el Brasil en esta nueva etapa histórica:

[...] así como antes los males causados por la existencia de una política económica consecuente estaban limitados por la fuerza de la corriente que venía de fuera, hoy estos males alcanzan una mayor profundidad. Y lo más importante no es que podamos autodirigirnos, sino que no nos queda otra salida. (FURTADO, 1962a, p. 12).

Hay que recordar que por esa época Cuba se había pronunciado por el socialismo. La figura de la revolución cubana está implícita en muchos de los discursos políticos en ese entonces en la América Latina. La “Alianza del Progreso” es la respuesta inmediata de la administración Kennedy; reformas de “base y estructurales” en el Brasil y países latinoamericanos.

El «optimismo» elocuente en *Brasil en su encrucijada histórica* (FURTADO, 1962a) es parte del contexto político tanto nacional como internacional. Las respuestas de la prensa internacional así como la nacional, no tardaron en llegar, y en general situaban a Furtado como un “closet” marxista-leninista,¹⁰ y confeso del marxismo que impregnaba a toda la

¹⁰ Incluso el «Review» del libro *Dialéctica del desarrollo* (FURTADO, 1964a), por parte de Willard Barber (1966), sintoniza con esta vertiente cuando habla del «deep Leninist ruts» de Furtado.

sociedad brasileña. En «Reflexiones sobre la pre-revolución brasileña» (FURTADO, 1962a), se aconsejaba a la juventud a retomar otros medios para lograr los objetivos primordiales que ellos se imponían para crear una sociedad más igualitaria. Deberían aclararse los objetivos y métodos para la conquista del futuro, porque aparentemente existen «fuerzas insondables».

Es cierto que no se pueden negar los “anacronismos de la estructura agraria” (FURTADO, 1962a, p. 17), y las que el propio desarrollo/ crecimiento provocó, y en los hechos se convierte, teniendo el Nordeste en mente en un problema «nacional». En nombre del «desarrollo» -dice Furtado- las políticas del Estado subsidiaron inversiones superfluas, monopólicas, que concentraron aún más la riqueza en una minoría privilegiada.

Pero esas juventudes deben comprender que el Estado creció sin las reformas adecuadas, ampliando sus funciones las cuales ante la ausencia de “reformas de base”, indujo una «apropiación ilícita de capital a costa del pueblo.» Comprende la indignación de la juventud ante el financiamiento cuasi feudal despilfarrador, que sin duda, favorecía a los empresarios, pero no perciben que a pesar de todo hizo posible el nacimiento de ciertos “centros de decisión”, que arman al país para poder “autodirigirse”. (FURTADO, 1962a, p. 18).

Sin embargo no duda en la capacidad para reencontrar la vía “correcta” del desarrollo:

[...] sabemos donde están los errores de nuestro desarrollo desordenado, sabemos que está a nuestro alcance poder corregirlos o reducirlos, y tenemos consciencia de todo ello. No hace falta otra razón para sentirnos responsables e intranquilos. (FURTADO, 1962a, p. 18).

Es entonces tiempo para la “acción” y la transformación del capitalismo brasileño, pero ¿cuál será la filosofía que guíe a esta “acción”? Furtado apuntaba que la vigencia del marxismo era resultado del hecho de que sus categorías proporcionaban formas para diagnosticar la entonces situación, que a su vez implicaba cierta acción. Se explica entonces la razón por la cual la “juventud” está dominada por la “filosofía de la acción”. Esta supone una visión optimista y positiva sobre la transformación del mundo en y para el “hombre”. Pero deben comprender que los medios

de producción en manos privadas sólo tienen un “carácter operacional” y por lo tanto pierden su razón de ser si no cumplen con objetivos sociales. La tesis del texto intenta “dialogar” con aquéllos que únicamente observan sus efectos nocivos; sin embargo, es factible y “racional” el uso de los medios de producción en manos privadas siempre y cuando tengan consideraciones sociales.

[...] no se puede atribuir más que un carácter operacional a la propiedad privada de los medios de producción, a la empresa privada. Estamos todos de acuerdo en que la empresa privada es una simple forma descentralizada de organizar la producción y que debe estar subordinada a criterios sociales. Siempre que exista un conflicto entre los objetivos sociales de la producción y la forma de organización de ésta en empresa privada, tendrían que tomarse medidas para salvaguardar el interés social. Por otro lado, a medida que se va alcanzando una mayor abundancia en la oferta de bienes, esto es, los estadios superiores del desarrollo, menor importancia van teniendo las formas de organización y mayor el control de los centros de poder políticos. Es desde estos últimos que se dictan, en última instancia, las normas de distribución y utilización de la renta social, bajo formas de consumo público o privado. (FURTADO, 1962a, p. 21).

Furtado presupone que existen ciertos objetivos en torno a los cuales es posible unirse para transformar el capitalismo brasileño. Si los objetivos no quedan claramente especificados podrían confundirse los medios con los fines. No había que olvidar sobre la existencia de los polos militares Ruso-americano entonces vigentes. Sobre este “telón de fondo” deben pensarse las posibilidades de la autodeterminación de los pueblos. Obviamente Furtado tiene en mente la “crisis de los misiles” en Cuba. No olviden -decía entonces- que:

El desarrollo económico es, en sentido estricto, un medio. No obstante, constituye un fin en sí mismo, un elemento irreductible de la forma de pensar de la nueva generación, la confianza en que la ampliación de las bases materiales de la vida social e individual es condición esencial para la plenitud del desarrollo humano. (FURTADO, 1962a, p. 23).

La idea era no perder de vista los fines centrales del desarrollo que suponían ser la razón y fuerza motriz para promover las mutaciones estructurales requeridas por este proceso. ¿Podrían -se interroga Furtado- los medios corromper o desviarse de estos fines?, ¿La lucha por esos objetivos supone necesariamente alterar medios en fines?

Es éste un problema extremadamente complejo, pues la experiencia histórica de los últimos decenios ha creado la apariencia, para los países subdesarrollados, de una opción forzosa entre libertad individual y rápido desarrollo material de la colectividad. Esta falsa alternativa ha sido presentada por los partidarios de ambos lados de la controversia, es decir, en defensa de la libertad o del bienestar de las masas. (FURTADO, 1962a, p. 24).

Por lo tanto, no existe necesariamente una contraposición entre “libertad” y desarrollo, porque ambas pueden darse dentro del contexto de la sociedad brasileña siempre y cuando se materialicen ciertas transformaciones sociales y estructurales. Sin embargo, la proclividad de las “masas” de los países subdesarrollados hacia formas no políticas, no libertarias se debe esencialmente a que éstas:

[...] al no haber tenido ningún acceso a las formas superiores de la vida pública, no pueden comprender el verdadero alcance del argumento. Aún más: la supuesta alternativa -libertad *versus* desarrollo rápido- puede resultar peligrosa para la libertad como aspiración colectiva, pues cabría inferir que la libertad a que (sic) tienen acceso una minoría es pagada con el sacrificio del bienestar de las grandes mayorías. (FURTADO, 1962a, p. 25-26).

Son pocos, dice Furtado, los que tienen acceso a las manifestaciones de la cultura “superior”:

Pocos de nosotros tenemos conciencia del carácter profundamente antihumano del subdesarrollo. Cuando comprendemos esto, fácilmente nos explicamos por qué las masas están dispuestas a hacer cualquier cosa para superarlo. (FURTADO, 1962a, p. 25-26).

Los intelectuales “saben” del sufrimiento y los “remedios” necesarios, y las “masas” quieren la cultura “superior”. Lo que está en juego no es la felicidad de las generaciones actuales contra las del futuro, sino los “valores”, que difícilmente serán recuperados mañana: “La universalidad con que se viene insistiendo en la referida alternativa proviene de que ha sido deducida de distintas formas por defensores antagónicos” (FURTADO, 1962a, p. 27).

Las dictaduras es cierto producen un rápido crecimiento de las condiciones materiales de vida, pero a costa de la pérdida de libertad. La presencia de una «sociedad abierta» (término de Popper K. (1967) por excelencia), como en Europa, impidió la proliferación del «marxismo-

leninismo». Por lo tanto, las dictaduras surgen y son viables solamente en sociedades «rígidas»:

El problema fundamental que se presenta es, por tanto, elaborar técnicas que permitan alcanzar rápidas transformaciones sociales con los patrones de convivencia humana de una sociedad abierta. Si no logramos este objetivo, la alternativa no será el inmovilismo, pues las presiones sociales abrirán otros caminos que escapan a toda posibilidad de previsión y control. (FURTADO, 1962a, p. 30-31).

Haber conquistado formas estatales y organizativas político-sociales “superiores” es tan valioso como el logro de un bienestar material pleno. Por lo tanto: “...en una sociedad abierta, en que se han alcanzado formas de convivencia social complejas, la revolución de tipo marxista-leninista representa un retroceso político” (FURTADO, 1962a, p. 31-32). En el Brasil es la clase campesina, la que se encuentra totalmente marginada de las transformaciones requeridas, tanto en términos políticos, como sociales. Además, se encuentra marginada de los circuitos políticos organizados de la “democracia”, sin voz alguna, convirtiéndose presa fácil del discurso y técnicas revolucionarias.¹¹ La «sociedad abierta» promueve una «aproximación progresiva» a sus metas por medio de reformas, y la «sociedad rígida» tiende a procrear objetivos bajo «rupturas cataclísmicas».

Simultáneamente advierte y señala a las dictaduras de derecha como las progenitoras del retroceso político, pero esta advertencia aparenta desconocer el contexto en que se encontraba Brasil: el síndrome de Cuba, las «ligas campesinas», las luchas por la recuperación del poder presidencial en manos de Goulart, que produce el «fantasma» del comunismo. Así, de manera casi apocalíptica, Furtado dice:

La imposición de una dictadura de derechas, que volvería rígida toda la estructura política, crearía condiciones propicias para una efectiva movilización revolucionaria de tipo marxista-leninista. Aun en este caso, no obstante, lo más probable es que el sector agrario predominase en caso de revolución social. (FURTADO, 1962a, p. 34).

¹¹ «La situación de los campesinos (a diferencia de la clase obrera), no obstante, es totalmente distinta. Al no poseer ningún derecho no pueden expresar reivindicaciones legales. Si se organizan, se supone que lo hacen con fines subversivos. La conclusión que necesariamente tenemos que sacar es que la sociedad brasileña es rígida en una gran parte: la formada por el sector rural» (FURTADO, 1962a, p. 31).

Una vez superadas las estructuras político-sociales urbanas, Furtado supone, que la “estructura agraria anacrónica” dejará caer todo su peso en el resto de la sociedad. Retrospectivamente puede decirse miope esta visión ya que las ligas campesinas fueron solamente un tigre de papel, que en esencia reivindicaban la defensa del salario constitucional mínimo (HOROWITZ, 1966).

Sin embargo, Furtado tiene claro que las transformaciones estructurales requeridas para el desarrollo, y los impulsos en esa dirección ponen a Brasil en una «auténtica fase pre-revolucionaria». Por una parte, no se cansa de intimidar a las viejas oligarquías, y por la otra, reitera la posibilidad de un retroceso político en el país si la metamorfosis se da a través de formas políticas dictatoriales marxistas-leninistas.

Debe darse la transformación de la estructura agraria anacrónica («rápida revolución») sin retroceso en el sistema político-social. Es necesaria cierta gradualidad de los cambios socio-políticos para que la presión social no redunde en movimientos «pre-cataclísmicos». Los inaplazables cambios constitucionales¹² tampoco son condición suficiente para llevar a cabo la tarea de transformar las estructuras y promover el desarrollo con criterios sociales. Debe darse prioridad al establecimiento de estructuras elásticas, y que la reforma agraria sea un proceso ordenado bajo el Estado con políticas claras en el ámbito fiscal y el bancario. El parlamento debe asumir la función de discutir y dar directrices para el desarrollo económico y social. Por otra parte, el gobierno debe recibir los poderes esenciales para castigar a aquellos que malversan los fondos públicos. Asimismo debe elaborarse un plan de desarrollo económico social con base a los «deseos» del «pueblo». «Incumbe a los obreros, a los empresarios, a los intelectuales, quizás a los campesinos, a través de sus organizaciones incipientes, iniciar el debate abierto sobre lo que esperan de los órganos políticos del país» (FURTADO, 1962a, p. 37).

En «Política económica y reformas de base» (FURTADO, 1962a), se propone el desplazamiento de la filosofía liberal de *laissez-faire*, implícita en las nociones de la no intervención en el funcionamiento del mercado. Pero Furtado está consciente que si bien existen graves desequilibrios

¹² Recuérdese que no podía haber expropiación de tierra sin pagar la expropiación inmediatamente en moneda a la vista.

regionales, las consecuencias sociales negativas del propio «atraso» económico se reflejan en el ámbito de la conciencia social, traduciéndose en una ideología que se opone a la política del desarrollo en ciertos estratos de los grupos dominantes. No cabe olvidar que la estructura social también está «atrasada». En síntesis, Furtado además de proponer el desarrollo económico como el objetivo central de la política estatal, promueve nada menos que la reestructuración del aparato estatal y las funciones de su personal (FURTADO, 1957a). Los cargos públicos deben desempeñarse por personas afines y calificadas.

De todos modos, el ambivalente distanciamiento de Furtado del «desarrollismo» se realizará más adelante. *Dialéctica del desarrollo* (FURTADO, 1964a), escrito antes del golpe de Estado militar, todavía se manifiesta bajo el dominio del discurso estatal sobre el «desarrollo». Pero para entonces se intuye a un Furtado derrotado, muy lejos del aguerrido que encontramos en *Brasil en su encrucijada histórica* (FURTADO, 1962a), un «profeta desarmado» con conocimiento del poco tiempo para él y Brasil. Es una reflexión sobre las particularidades brasileñas que obstaculizan el «desarrollo», que intenta descubrir quienes son los agentes que se oponen a las reformas y captar las consecuencias para el futuro del Brasil; éste es un texto mucho menos polémico que los ensayos que encontramos en *Brasil en su encrucijada histórica* (FURTADO, 1962a). Al igual que el ensayo «Reflexiones sobre la pre-revolución brasileña» uno de los temas centrales de *Dialéctica del desarrollo* (FURTADO, 1964a) es la discusión en torno al papel de la izquierda¹³ en la «modernización» del Brasil, y el paso de «una sociedad estructuralmente anacrónica a una nación moderna».

El libro ya demuestra lo que será la parte más vital de su «estructuralismo»: una concepción decididamente sociológica e histórica de la evolución económica de las sociedades. Se propone describir una

¹³ Debemos destacar que para la edición norteamericana, *Diagnosis of the Brazilian Crisis* (FURTADO, 1964b), existen ligeros cambios respecto la «Introducción a la edición en castellano» que valen la pena subrayar. En ésta, al igual que la edición inglesa Furtado habla que el texto está dirigido a un «público» en general interesado en transformar la sociedad «anacrónica», hacia la «modernización, pero en la edición norteamericana agrega una frase inexistente en la castellana: allí dice: «Con la intención de promover una movilización intelectual de la izquierda, escribí el presente libro, que no pretende ir más allá de la formulación de un número de problemas concernientes en los cuales existía un amplio ámbito para un intercambio de ideas» (FURTADO, 1964b, p. XIII). Recordemos que tal vez fue por esto que Willard Barber (1966) habla del «profundo surco leninista» de Furtado.

sociedad en transformación, cuya observación aún no está sobredeterminada por el golpe de estado. El texto inicia con el lema del cambio y la dialéctica. Asimismo señala los factores del cambio, y son los aspectos culturales los que en general toman la delantera en las estructuras subdesarrolladas:

No se introducen innovaciones en una cultura sin suscitar resistencias, y éstas, la mayoría de las veces, se manifiestan a través de conflictos sociales. El conflicto resulta de la búsqueda consciente, por los miembros de una sociedad, de valores que se excluyen entre sí. En la búsqueda de esos valores los individuos o grupos rivales usan las ramas más variadas, desde la violencia hasta la persuasión, del terror al ridículo. Se observa corrientemente que las innovaciones introducidas en la superestructura de valores provocan reacciones mayores y por ende conflictos más agudos, que las que penetran en el sistema productivo. (FURTADO, 1964a, p. 40).

Elabora el tema de la lucha de clases y su institucionalización en el Brasil para llegar al capítulo “Dialéctica del desarrollo capitalista”, donde se delimita cómo evolucionan el Estado y la economía en las economías capitalistas bajo un régimen democrático, diferenciándolos radicalmente de lo que podríamos denominar el modelo de la sociedad brasileña. Allí:

Las actuales estructuras subdesarrolladas constituyen un caso especial dentro de la evolución capitalista. En este caso la economía que existía con anterioridad al proceso de industrialización era de tipo colonial [...] por otro lado, la tecnología que absorben esas economías no deriva de su evolución económica interna, pues es trasplantada de sistemas mucho más avanzados. Como la industrialización está orientada principalmente hacia la sustitución de importaciones [...]. La inversión puede orientarse de tal modo que cree desempleo, aunque existan grandes masas subempleadas dentro y fuera de la economía monetaria. Así se explica que las estructuras subdesarrolladas actuales constituyan economías poco dinámicas, con fuertes impulsos internos al estancamiento (FURTADO, 1964a, p. 76).

En contraste con *Brasil en su encrucijada histórica* (FURTADO, 1962a), reina cierta desilusión sobre el impacto y a materialización de la industrialización para el crecimiento de la economía y por tanto en la posibilidad de dar vida a la nación. En lo que sigue, expone que el «subdesarrollo» es un problema que debe plantearse en «términos de la estructura social» y por tanto incluye la «presencia de un dualismo estructural». Detalla también el populismo en una economía cuya reproducción es

altamente dependiente del Estado, y menciona sus implicaciones para la economía. La conceptualización de la clase dirigente del país como «latifundista», con intereses ligados al «comercio exterior», explica sus limitaciones para llevar a cabo las transformaciones sociales y políticas. Así mismo diferencia claramente las clases sociales y las alianzas políticas que de ellas se derivan respecto el capital foráneo, anticipándose con mucho a las tesis famosas del libro de F. Henrique Cardoso y E. Faletto: *Dependencia y desarrollo en América Latina*.¹⁴

Por consiguiente son los esfuerzos teóricos por parte de Furtado para explicar el derrumbe de la construcción de un nación en proceso. En última instancia sin el desarrollo industrial, la propia conformación agraria latifundista se estancará. El problema presentado por el nordestino se reduce a la inexistencia de una conciencia clara, por parte de las clases dirigentes, del enigma «estructural» de donde emerge la correlativa incapacidad para dirigir el proceso de transformación y dar solución al problema.

Ya estamos ante una perspectiva perpleja y alejada de la idea de que el capitalismo industrial sea autosustentable. Ahora, Furtado aparece advertir que el capitalismo es atormentado por una serie de contradicciones que podrían inducir procesos sociales radicales. Furtado describe el ocaso del proyecto de desarrollo, que implicó un análisis de las fuerzas políticas que lo acosaron por doquier. Cabe mencionar que no es casual que una de las primeras apariciones del discurso «estructuralista» sea precisamente en el texto donde por vez primera presenta un análisis profundo del pensamiento de Marx y su relación con Hegel. La concepción de totalidad en la que pone énfasis, así como la del cambio social, a partir de Hershkovitz, si bien no es marxista, facilita el planteamiento en torno a los aspectos que explicarían ciertos elementos de la «superestructura» tan predominantes en las naciones «subdesarrolladas».

¹⁴ La primera edición aparece en 1969, los primeros documentos circulados en el ILPES datan del año de 1965 («Estancamiento y desarrollo económico en América Latina: Condiciones sociales y políticas (consideraciones para un programa de estudio)», en ese mismo lugar y un año antes (3 de junio de 1964), Furtado presentará el argumento que se convierte en (FURTADO, 1966) *Subdesarrollo y estancamiento en América Latina*, Civilizacao Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, (yo utilizo la edición de EUDEBA, Buenos Aires; 1966), lo cual hace de él quizás la genealogía conceptual más importante del texto de Cardoso y Faletto; a las pláticas asistían varios de los que subsecuentemente se convirtieron en “dependentistas”: Fernando H. Cardoso, R. Cibotti, N. Gonzalez, José M. Echavarría, O. Sunkel, Pedro Vuscovic y F. Weffort.

GOLPE MILITAR: BRASIL ¿VOCACIÓN AGROPECUARIA?

Nunca se podrá exagerar que en la vida política e intelectual de Furtado, el año del golpe de estado en 1964, marca una clara ruptura con su pasado inmediato tanto teórico como político. Mucho de lo realizado en el período inmediato anterior a su «exilio» fue fugaz, como anticipando el evento. *Plan trienal de desarrollo económico y social (1963-1965)* (FURTADO, 1962b)¹⁵ elaboración a última hora, a petición expresa de Goulart, asemeja mucho a sus similares del pasado; no habla en él de «reformas estructurales» y sólo identifica las variables macroeconómicas a considerar. Ironía de la vida política porque logró unificar a todas las fuerzas sociales contra el Plan, a pesar de que su instauración hubiera requerido una reforma fiscal drástica que el congreso vetó.¹⁶ En ese momento, el gobierno estaba una vez más a la defensiva, asaltado por los Estados Unidos de Norteamérica, que le había negado préstamos. La situación económica y política se habían deteriorado; aparecieron nuevamente las temidas «olas inflacionarias» con un declive en la tasa de crecimiento e inversiones; amplios sectores del ejército deseaban ansiosamente alguna acción «anticonstitucional» del Presidente para intervenir. Para ese entonces ya se había dado un acercamiento entre la UDN y los elementos más tradicionales del PSD, dejando aislado al PTB; ello obligaba al presidente Goulart a tomar posiciones cada vez más radicales y populistas para presionar al legislativo y promover sus políticas.

El golpe militar logra "interrumpir" la construcción de la nación brasileña. Furtado desterrado, primero llega a Santiago de Chile en dirección a Yale, donde como hemos dicho discute el manuscrito que culminará en *Subdesarrollo y estancamiento en América Latina*, (FURTADO, 1966). El «pesimismo», es equívoco en parte si nos referimos al "crecimiento económico" de la economía bajo los militares, pero correcto si tomamos la "ausencia de una política de desarrollo". Es en todo una perspectiva «nacionalista» inusual, la que se expresa por primera vez en un análisis de la

¹⁵ No obstante, cabe mencionar que al final del «plan» menciona las reformas de base requeridas por el «desarrollo económico», pero a estas sólo les dedica siete páginas («administrativa», «bancaria», «fiscal» y «agraria»).

¹⁶ Esta es la apreciación y énfasis que Furtado (FURTADO, 1964c en BAER; KERSTENETZKY 1964) elabora en su «Intervención» en el debate de las «Conferencias sobre Inflación y Desarrollo en América Latina» (BAER; KERSTENETZKY, 1964).

economía norteamericana *Un proyecto para Brasil* (FURTADO, 1968)¹⁷ y las relaciones políticas internacionales, así como sus posibles efectos para los países latinoamericanos.

Es en este contexto que se escribió *Dialéctica del desarrollo* (FURTADO, 1964a) un último llamado a las fuerzas «progresistas» a cerrar filas. Allí se explicaban las condiciones de existencia de los «obstáculos estructurales» y políticos de la industrialización brasileña, y se proponía una reagrupación de fuerzas políticas para intentar cambiar el rumbo político y social del país. Recordemos entonces que son escritos inmediatamente posteriores al golpe militar y por lo tanto, no pueden más que reflejar cierto cambio de óptica, tanto política -que se radicaliza- como en los aspectos teóricos en torno a la relación «capitalismo» e industrialización. A casi cuatro años del golpe, el libro *Un proyecto para Brasil* (FURTADO, 1968) demuestra una singular insistencia por aclarar un fenómeno que había pasado desapercibido: las relaciones entre la conformación política brasileña y los capitales, especialmente el foráneo. El inmediato acercamiento y estudio de la estructura de la economía estadounidense, así como el análisis de su política externa, puede explicarse como las secuelas de un intelectual «traicionado» por la administración Kennedy.¹⁸ Por su lado, el gobierno estadounidense vivía claramente las «angustias» del «comunismo» en su «patio trasero», dando una inmediata respuesta con la «Alianza para el Progreso»; sería el «síndrome» de la «revolución cubana» el que marca profundamente las estrategias de la política exterior estadounidense.

La estructura política del Brasil, según Furtado, ofrece una explicación que va más allá de aquella ofrecida en *Dialéctica del desarrollo* (FURTADO, 1964a), e intenta explicar la asolación constitucional en que se encontraba el ejecutivo. Analiza aquellos aspectos políticos de la conformación brasileña

¹⁷ Véanse su primer y segundo capítulo. Este documento dirigido como «proyecto» de salvación económica para el Brasil, y expresamente orientado a la comisión económica de la cámara de diputados en 1968, cuando el régimen militar mostraba visos de cierta «apertura» política.

¹⁸ Es a partir de *A fantasia desfeita* (FURTADO, 1989) que conocemos su total desencanto con el régimen estadounidense. Consecuencia de su desilusión de la administración de Kennedy, en parte producto de la manera en que esta administración intentó promover ciertas estrategias de «desarrollo» en el Nordeste, y para el Brasil, en detrimento de las impulsadas por la SUDENE. Cfr., ROBOCK (1963), ROETT, (1972).

que frenaron el avance de la industrialización («Análisis del caso del Brasil»);¹⁹ subraya en particular los fenómenos políticos que constituyeron la coyuntura que propicia el golpe de Estado en 1964. La forma en que se dio la «urbanización» en Brasil y en América Latina,²⁰ tiene un gran peso en la explicación. El tipo de concentración demográfica, en contraste con la versión «clásica» europea producto de la «industrialización», procrearon formas específicas de hacer política, y especialmente en la clase obrera. Su conformación no está vinculada a la formación de la «estructura ocupacional»²¹ sino a la manera en que estos países se insertaron al comercio mundial, donde ciertos puertos, caminos y carreteras fueron los que articularon la producción para la exportación, crearon en sus inmediaciones conglomerados urbanos, y los servicios de una creciente burocracia. Furtado considera que las transformaciones en la «estructura social» de los últimos treinta años (escribe en 1965) no produjeron una correlativa mutación en el aparato político y administrativo (por ejemplo, no obstante que la mayor parte de la población era «urbana», el campo seguía siendo sobrerrepresentado), por lo cual el congreso o la cámara de diputados (el legislativo), siempre quedaba en manos de las fuerzas más conservadoras:

¹⁹ Capítulo cuarto en (FURTADO, 1966) y una versión casi idéntica puede verse en «Esbozo de diagnóstico», sexto capítulo *La hegemonía de los Estados Unidos y América Latina* (FURTADO, 1971); también puede revisarse por su similitud: «Obstáculos políticos al crecimiento económico del Brasil» (FURTADO, 1965 en VELIZ 1969). Furtado radicaliza sus apreciaciones y habla de la «agropecuarianización» de la economía brasileña por parte de los militares, «Brasil: de la república oligárquica al Estado Militar» (FURTADO, 1967), pero para entonces la creencia de una posible «apertura» por parte del régimen militar era ya sólo un deseo infundado. La perspectiva de *Un proyecto Para Brasil* (FURTADO, 1968) no cayó en tierra fértil, al contrario, el grado de concentración del ingreso que se promovió bajo el régimen militar, tuvo hasta recientemente, pocos ejemplos en la historia de América Latina.

²⁰ Un recuento de la conformación urbana y su «estructura social», con el sistema político brasileño también puede verse en (FURTADO, 1965 en VELIZ, 1969) que a su vez está en deuda con el capítulo quinto de (FURTADO, 1966).

²¹ «...era un resultado directo de rápidas modificaciones -escribe Furtado- en la estructura ocupacional de la población, en el caso brasileño el crecimiento urbano refleja la acción conjugada de un complejo de factores. La industrialización constituye, evidentemente, una de las causas fundamentales de esa urbanización. (...) Dado su carácter sustitutivo no tuvo como contrapartida necesaria en su primera fase, la desorganización de las actividades de artesanía semiurbanas. En esta forma el obrero de la primera generación no tiene *conciencia* de haber atravesado un proceso de degradación social; al contrario, proveniente en gran parte de condiciones semejantes a las de un siervo rural -caso de la masa que emigra de Minas Gerais y del nordeste hacia San Pablo- el obrero siente, desde el principio, el proceso de elevación de su *status* social» (FURTADO, 1966, p. 112); En (FURTADO, 1971) se dice: «carácter *sui generis* de la industrialización» (FURTADO, 1971, p. 99).

los grandes terratenientes. Por consiguiente, la creciente presencia histórica de las masas urbanas, la clase proletaria y los industriales, sólo lograban promover sus intereses en un movimiento hegemónico a través de la elección presidencial (del ejecutivo), impulsando a éste continuamente a enfrentarse con el legislativo, reducto de los latifundistas o clases sociales tradicionales. Sería la contradicción entre el legislativo y el ejecutivo el que crearía el impasse para la intervención militar.

La concentración geográfica de la industria (centro-sur) fundada esencialmente en las economías externas, promovió las aglomeraciones a través de las economías de escala. Pero todo este proceso impulsó la organización política y control del proceso político bajo el liderazgo de los intereses «tradicionales». De esa forma describe las razones por las cuales la «gran transformación» no logró materializarse en el Brasil. En particular subraya el hecho de que los latifundistas no perdieron el control de la cámara de diputados y del Senado.

Las nuevas masas urbanas se convierten en el sujeto más importante de las elecciones, y logran desafiar a los grupos de poder tradicionales, particularmente en cuanto a las elecciones presidenciales o de gobernador - donde estas masas tienen presencia- contraponiéndose a las estructuras tradicionales. El Presidente se presenta entonces como el «representante» de la masa amorfa, e independiente del apoyo partidario u origen de postulación.

Asimismo, a la declinación relativa de la masa de asalariados industriales respecto a la gran masa de subocupados de las ciudades, se suma una «clase media», que en contraste con la «clásica» acepción que emerge en Europa, constituye la «espina dorsal» dentro y fuera de los órganos del Estado. Los privilegios remunerativos de esta «clase» no la hacen muy proclive a dejar el camino del ascenso social; sin embargo, los estratos de la burocracia de menores ingresos y los jóvenes demuestran una creciente «insatisfacción».

De todos modos la «heterogeneidad» poblacional de las ciudades, trastornó al sistema político brasileño. A diferencia del caso europeo, donde las «luchas sociales» asumieron la forma de conflictos de grupos con conciencia cada vez más definida de clase, en Brasil la masa urbana heterogénea y sus vagas aspiraciones, no logran manifestarse en el ámbito de la política», que a su vez procrea la incertidumbre social. Demuestra las dificultades que tuvo y tiene el Ejecutivo para mantenerse en el poder; las

estructuras institucionales, concebidas para dar hegemonía a los terratenientes, dan a las fuerzas políticas tradicionales control del Senado y del Congreso (el legislativo), que tarde o temprano se convierten en antagonistas por excelencia del Ejecutivo, que obtuvo su mandato «representando» a las «masas». Este o claudica a su programa o busca salidas no convencionales, que en el pasado reciente del Brasil significaron «un suicidio (Vargas), una renuncia (Quadros) y una deposición violenta (Goulart).» Por otra parte, un candidato «realista», o sea, sujeto a las condiciones y propuestas que imponen los grupos hegemónicos a través del congreso, jamás hubiera sido electo, porque todo quedaría abierto para que otro pactara con las «masas». Furtado cree que la disyuntiva es simple, o el Presidente se subordina al Congreso o el Presidente pasa a controlarlo vía sistemas férreos o cuasi dictatoriales. El populismo es resultado de la negociación con los grupos en el poder, y con las masas heterogéneas.

El «populismo» y sus líderes sólo utilizaron a las masas, obstaculizando un movimiento de masas que se materializaría en un proyecto coherente de desarrollo nacional. De esa forma los principales «centros de poder» quedaron en manos de la «oligarquía tradicional», que a su vez empleó la retórica populista para imponer proyectos reaccionarios. En ausencia de una clase política dirigente, con proyectos de reformas sociales y estructurales, se crean las condiciones sociales que favorece la intervención de las fuerzas armadas.

Hay que subrayar también el insólito tono nacionalista del economista brasileño en sus primeros años fuera del Brasil:

[...] las luchas por superar el subdesarrollo y por preservar una personalidad nacional con autodeterminación, se integran dialécticamente en la práctica de la acción política. No es por otra razón que las manifestaciones más avanzadas de una ideología del desarrollo hayan surgido del movimiento de descolonización, que extrajo sus más vigorosas energías creadoras de la conciencia de solidaridad nacional. La conjunción de esas dos ideas-fuerzas -la afirmación nacionalista y el deseo de superar el subdesarrollo- constituyen el núcleo del pensamiento ideológico que por caminos variados está provocando la transformación de la vasta comunidad de pueblos que constituyen el Tercer Mundo. (FURTADO, 1966, p. 27).²²

²² «Hacia una ideología del desarrollo» (primer capítulo de (FURTADO, 1966) *Subdesarrollo y estancamiento en América Latina*); las dos últimas páginas de este capítulo -y por tanto este párrafo- no se incluyen cinco años más tarde en la versión incluida en la «Introducción» («El subdesarrollo en el cuadro del capitalismo industrial») del texto (FURTADO, 1971) *La hegemonía de los Estados Unidos*; cuando sea necesario se señalarán los cambios entre estas dos ediciones.

Igualmente queda clausurado el proceso interno de industrialización, promovido tanto para sustituir importaciones, como para expandir las bases de la economía, debido a la inexorable lógica del «estancamiento» del capitalismo brasileño, resultado de las condiciones estructurales internas; además, las externas no son menos tenebrosas para los países latinoamericanos. La búsqueda de la «autodeterminación» impone recuperar la noción (neokantiana) de los criterios valorativos implícitos en cada comunidad, sustento para impulsar cualquier tipo de meta o planeación económica, que surge o debe provenir del «sistema económico nacional», principio organizador de los valores que reinan en una comunidad dada.

Por otra parte, las condiciones «externas» niegan la «autonomía» y obstaculizan a las fuerzas que apoyan una política de desarrollo que implica la incorporación de las masas. La política externa de los Estados Unidos, así como las clases dirigentes hegemónicas en los países latinoamericanos, obstaculizan el «desarrollo». Este proyecto aparece prácticamente como la panacea de todos los problemas latinoamericanos; sin distinción alguna Furtado dice: [...] (todos) aquellos que luchan efectivamente por el desarrollo en América Latina desempeñan, conscientemente o no, un papel «revolucionario» (FURTADO, 1966, p. 49).²³

Asimismo este proceso asume características imprevisibles: «...el proceso de desarrollo que debe realizarse en los actualmente países subdesarrollados, requiere modificaciones estructurales de alcance revolucionario, que podrán resultar o no de una acción política *consciente y deliberada*» (FURTADO, 1966, p. 44, cursivas mias).²⁴

En contraste con sus años anteriores, Furtado no percibe alternativas políticas y económicas en el horizonte brasileño:

La política de desarrollo concebida como una estrategia para modificar una estructura económica y social, solo puede existir en una sociedad que haya tomado plena conciencia de sus problemas, que haya formulado un proyecto con respecto al propio futuro en términos de desarrollo y haya creado un sistema de instituciones capaz de operar en el sentido de realizar

²³ Este párrafo de «Hacia una Ideología del desarrollo» (FURTADO, 1966) Desaparece en la versión posterior de *La hegemonía de los Estado Unidos* (FURTADO, 1971).

²⁴ Este párrafo no aparece en *La hegemonía de los Estado Unidos y América Latina* (FURTADO, 1971) una versión idéntica puede verse en «La hegemonía de Estados Unidos y el futuro de América Latina» (FURTADO, 1968a en MATOS 1968).

dicho proyecto. Brasil, evidentemente, está lejos de reunir las condiciones que hacen posible la formulación y ejecución de una política de desarrollo concebida en esos términos (FURTADO, 1966, p. 102).

Podría aparecer como un verdadero enigma el tardío análisis de Furtado de la política externa estadounidense;²⁵ sin embargo, su silencio es de fácil explicación si tomamos en cuenta que mucha de su obra escrita estuvo siempre, hasta esos días, pragmáticamente vinculada a la «acción» coyuntural. Ninguna de sus anteriores tareas habían requerido un acercamiento teórico al respecto, pero haber sido el blanco de las políticas estadounidenses cuando estuvo al frente de la SUDENE y de la planificación brasileña, lo obligó a pensar dicha problemática; la «traición» y las desilusiones percibidas después de un acercamiento a la administración Kennedy, dan cuenta de sus análisis del coloso del norte.

Es obvio que alude al caso de Cuba, Vietnam, o Santo Domingo, - y todavía no había ocurrido la invasión a Checoslovaquia-, pero esa «doctrina» casi condujo al «holocausto nuclear». Furtado entonces propone que el «valor de la victoria», del mundo «bipolar», para mantener a naciones bajo «su influencia», incluso vía guerras limitadas, debe ser evaluada por su inminente costo: el fin de la humanidad.

Dada la estructura política mundial, Furtado se pregunta si la presencia de las respectivas esferas de influencia, y las concepciones del desarrollo y de «modernización» que emanan de los Estados Unidos hacen factible exterminar aquellos factores que conforman el subdesarrollo. En *La hegemonía de los Estados Unidos y América Latina* (FURTADO, 1971), ya no aparece la respuesta que había elaborado años antes en *Subdesarrollo y estancamiento en América Latina* (FURTADO, 1966),²⁶ que hablaba de las políticas que conducirían a transformaciones estructurales y sociales de «alcance revolucionario».

²⁵ «Obstáculos externos al desarrollo» de (1966) se convierte con algunos cambios -que señalaremos cuando necesario- en el primer y segundo capítulo de *La hegemonía de los Estados Unidos* (1971): «De la Doctrina Monroe a la Doctrina de la Soberanía limitada» y «En busca de una `estrategia de asistencia'».

²⁶ Compárese la página 43 de «Obstáculos externos al desarrollo» (FURTADO, 1966) con la página 41 (FURTADO, 1971).

Para promover el desarrollo y transformación de la situación de América Latina, se requieren profundas modificaciones institucionales; al respecto, los aspectos importantes a considerar son los adversos efectos de la tecnología evitando que ello provoque una mayor concentración del ingreso. Incluso habla de generar mercados regionales más amplios, y apoyar con políticas gubernamentales a las tecnologías que respondan a las condiciones específicas de las estructuras económicas latinoamericanas. Para el texto de *La hegemonía de los Estados Unidos* (FURTADO, 1971)²⁷ agrega un cuarto aspecto: la modificación de las estructuras agrarias y empresariales, para erradicar formas de «poder económico» antisociales.

Además sostiene que toda política latinoamericana de desarrollo implica que los «...centros de decisión representados por los actuales Estados nacionales pasarán cada vez más a un plano secundario» (FURTADO, 1966, p. 54)²⁸ Las políticas nacionales difícilmente podrán ajustarse a las empresas y estructuras económicas estadounidenses, («controlado principalmente por poderosas sociedades anónimas norteamericanas») (FURTADO 1966, p. 52),²⁹ y a su política externa. La pérdida de soberanía obedece a la lógica del funcionamiento de las empresas, ya que éstas reciben una fuerte protección militar e infinitos privilegios, sin control legislativo alguno, actúan por tanto como un «superpoder» «en cualquier país latinoamericano» (FURTADO 1966, p. 54).³⁰ Citando al propio Berle, Furtado plantea que estas compañías son una «oligarquía que se autoperpetua».

²⁷ Después desaparece otro párrafo de la edición original donde Furtado menciona la ineficiencia del mercado para resolver estos problemas proponiendo el uso de «órganos centrales» para dar dirección al proceso, y también en referencia a la idea de que cualquier lucha por el desarrollo es esencialmente una acción revolucionaria, mencionada previamente.

²⁸ *La hegemonía de los Estados Unidos y América Latina* (FURTADO, 1971, p. 46).

²⁹ *La hegemonía de los Estados Unidos y América Latina* (FURTADO, 1971, p. 45); aquí se habla de «tutelaje».

³⁰ *La hegemonía de los Estados Unidos y América Latina* (FURTADO, 1971, p. 46). Este último libro desplazó las apreciaciones de la edición anterior donde se decía que el «proyecto» de desarrollo, articulado a las empresas norteamericanas implicaba el fin de la noción de nacionalidad:...(este «proyecto» de desarrollo) tiende a hacer obsoleto la idea de nacionalidad como principal fuerza política en América Latina, presenta mucho atractivo para importantes sectores de las clases dirigentes locales, que ven ahí una fórmula hábil para quitar contenido al nacionalismo, al cual atribuyen gran responsabilidad en la actual inquietud social» (FURTADO, 1966, p. 54); sin embargo en (FURTADO, 1971) el peso destacado es lo «económico»: «...independientemente de las obvias objeciones que se pueden formular en los planos cultural y político a tal 'proyecto' de desarrollo para la región, [hacen] inviable

Se debe tener presente que estas empresas -prosigue Furtado- inducen graves desequilibrios y disparidades en el nivel de vida del país, y si los gobiernos pierden la capacidad para dirigir el proceso económico, las tensiones sociales se multiplicarán geométricamente, y la acción del Estado será resucitada, pero esta vez, para actuar de manera represiva. Los problemas que entonces asediaban a las sociedades latinoamericanas, requieren, más bien, masas comprometidas, y participativas en el proceso político, lo que a su vez supone centros de poder nacionales reales. Furtado sostiene que esta problemática no es «técnica»:

Toda auténtica política de desarrollo extrae su fuerza de un conjunto de juicios de valor en los cuales están amalgamados los ideales de una colectividad. Y si una colectividad no dispone de órganos políticos capacitados para interpretar sus legítimas aspiraciones, no está preparada para emprender las tareas del desarrollo. [...] Toda medida que se tome en el sentido de debilitar a los estados latinoamericanos como centros políticos capaces de interpretar las aspiraciones nacionales y aglutinar las poblaciones alrededor de ideales comunes, tendrá como resultado limitar las posibilidades de desarrollo de la región. (FURTADO, 1966, p. 56).³¹

REPENSANDO AL BRASIL

Después de muchos años, con el retorno a las discusiones sobre la democratización en Brasil, Furtado vuelve al tema de la soberanía nacional, y resurge la promoción del desarrollo bajo una lógica de un capitalismo «autocentrado», lo cual refleja el retorno del «estructuralismo» como su guía central, con sus énfasis en los factores estructurales internos y externos.

Asimismo se reincorpora la ambición teórica ya presente en los textos del reciente pasado. Me refiero a la perspectiva en torno a la conformación de una «totalidad mundial capitalista»; ésta debe volver a meditararse porque es obvio que las fuerzas políticas que Furtado toma en consideración no son las del ámbito «nacional».

por ineficaz desde un punto de vista estrechamente *económico*. [...] Las grandes empresas, con su avanzada tecnología y elevada capitalización, al penetrar en una economía subdesarrollada, particularmente cuando son apoyadas por numerosos privilegios, producen efectos similares a los de ciertas plantas exóticas que son introducidas en determinadas áreas: drenan toda el agua y desecan el terreno, provocando un desequilibrio en la flora y fauna, con la consecuente aparición de plagas u otras cosas parecidas» (FURTADO, 1971, p. cursivas mías, 46).

³¹ *La hegemonía de los Estados Unidos y América Latina* (FURTADO, 1971, p. 47).

Sintetizando este aspecto cabe mencionar que Furtado había resaltado la transformación del capitalismo mundial bajo el liderazgo de las Empresas Multinacionales (EM), cuyas formas de producción, y cálculos, desplazaban las condiciones específicas de las naciones donde se instalaban. Según Furtado a la creciente internacionalización del ámbito comercial/productivo/financiero le corresponde una totalidad tutelada por los Estados Unidos, pero sin la presencia de una «superestructura política» que organizaría la nueva totalidad emergente. En ciertos escritos se postula como un proceso aún en conformación; en otros, simplemente se asume el poderío de los Estados Unidos como el centro umbilical organizativo de la totalidad.

Al retornar a Brasil, Furtado asesora y se incorpora al grupo político del ex-Movimiento Democrático Brasileño (MDB) que con la participación de otras agrupaciones políticas conformó el Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB). De esta forma, Furtado tuvo amplia participación en la «construcción» de la problemática brasileña a partir de 1981. De hecho Furtado se mantuvo cerca del PMDB asesorándolo en materia económica durante los cinco primeros años de la década de los años ochenta.

En esta óptica, un elemento que resurge una y otra vez en *El Brasil después del milagro* (FURTADO, 1981), *La nueva dependencia- Deuda Externa y Monetarismo* (FURTADO, 1982),³² *No a la recesión y al desempleo* (FURTADO, 1983) y *Cultura e desenvolvimiento* (FURTADO, 1984),³³ es la recuperación del concepto de la «autotransformación» o «autogeneración» del capitalismo brasileño a partir de su propia estructura productiva y mercado interno, idea que había desaparecido por muchos años.

En efecto, por estos años, ese es el aspecto que determina a su obra teórico-política. Nociones como las de la acumulación dentro y fuera del sistema productivo (*Prefacio a una nueva economía política* (FURTADO, 1976) y *Creatividad y dependencia* (FURTADO, 1978), quedan en segundo plano o se confunden con acepciones más ortodoxas sobre el declive o no de la «relación producto-capital» para la economía en su conjunto.

³² Cfr., los tres primeros capítulos.

³³ Cfr., capítulos 3, 4, 7, 8 y 9.

Una de sus primeras reflexiones retorna a desmitificar el «milagro económico» presentando sus más aberrantes consecuencias: desigualdades abismales, tanto a nivel del ingreso personal así como intra y extraregionalmente. De ninguna manera aparece una descripción apologética del crecimiento del capitalismo; más bien, toda la historia económica está presentada para subrayar que el «milagro» endeudó y desarticuló a la economía.³⁴

Con el endeudamiento externo -correlativo al patrón de industrialización- en la década de los años de 1970, la economía empezó a perder control de sus «centros coordinadores», y Furtado ahora plantea su recuperación como una de las primeras tareas a realizar; la economía había entrado en un total desorden financiero a consecuencia de su internacionalización (tocaremos esto más adelante), y la forma en que se financiaron los proyectos fastuosos.³⁵ La participación estatal tanto en infraestructura económica como en la producción fue realizada sin ningún tipo de planificación o control. Por lo tanto, *El Brasil después del milagro* (FURTADO, 1981) así como *La nueva dependencia - Deuda Externa y Monetarismo* (FURTADO, 1982) sobresale la imperiosa necesidad de transformar el patrón industrial del Brasil; las tesis centrales de *No a la recesión y al desempleo* (FURTADO, 1983) estaban ya implícitas en los antes mencionados textos.

El tipo de industrialización que se gestaba en el Brasil, con funciones de producción altamente intensivas en capital, requería de elevados grados de ahorro. El gobierno optó por indexar los ahorros en bonos a la moneda externa, lo que generó la conversión del dólar en la moneda de «primera» y al cruzeiro, moneda nacional, en una de «segunda mano». Además, el tesoro pagaba intereses de acuerdo a tasas internacionales y prestaba en moneda local a una tasa de interés casi negativa. Las empresas paraestatales («hipertrofiadas») exentas de control o planificación alguna, simplemente se endeudaban con la euforia del «milagro» brasileño, aunque fueron creadas

³⁴ En las palabras de Maria Da Conceicao Tavares sobre la oligarquía nordestina, y que deben transferirse hacia el país: “nao tem projeto nenhum: nao tem projeto agrícola, nem projeto industrial, nem projeto de nacao, nem projeto de povo. Povo nao tem, nacao nao tem, agricultura nao tem[...]” (FURTADO, 1998).

³⁵ Por ejemplo, entre otros cabe mencionar el «Proyecto de la Transamazónica» promovido a mediados de 1970.

precisamente con la intención de elevar las exportaciones y adquirir divisas. Las «presiones» inflacionarias (dice Furtado en *No a la recesión y al desempleo*) eran esencialmente producto del bajo nivel productivo y resultado de su desarticulación. Era obvio que requerían de una reestructuración. Subsecuentemente, cuando el Brasil se acerca a la moratoria y a la renegociación de su deuda con el FMI, la estrategia promovida por esta institución implicaba pagar la deuda y simultáneamente dismantelar gran parte de sus industrias, como se había visto en la Argentina y Chile.

Furtado sostiene como ineludible una mayor integración al mercado mundial a través de las exportaciones de manufacturas, pero argumenta que dado los rezagos tecnológicos de la industria y las circunstancias de la «economía mundial» por esa época (primer quinquenio de los años ochenta) se debía discriminar a favor de algunas de sus ramas y sectores, y concentrar allí los esfuerzos. Si la economía, y especialmente las industrias paraestatales hubieran estado bajo alguna directriz,³⁶ no podrían haberse endeudado, y sus productos hubieran sido incorporados rápidamente a los circuitos productivos, aminorando la demanda que ellas mismas procreaban, y por ende se hubieran reducido tanto las «presiones», como la “propagación” de las fuerzas inflacionarias. El problema residía en cómo elevar la productividad interna para que acogiera la gran demanda existente. La preeminencia del discurso neoliberal sobre el mercado como la panacea dificultó, sin embargo, el establecimiento de una estrategia global planificada y concertada entre las diversas fuerzas económicas y sociales, que distribuyera los sacrificios entre cada uno de los sectores.

La nueva visión de Furtado sobre la hegemonía de las EM en la economía mundial se inició en los años setenta. Uno de los eventos que intensificaron la «internacionalización» del capital³⁷ fue el «shock» petrolero»

³⁶ Entre 1966-1976 se crearon [...]más empresas estatales (600 aproximadamente) que en el los anteriores sesenta años» y el presupuesto nacional se incrementó en un 348 por ciento en términos reales. Igualmente los ingresos «extrapresupuestarios» nacionales a fines de 1974 estaban por encima de los «presupuestarios», Luciano Martins (1988).

³⁷ «Pero ni el saldo negativo de la cuenta corriente de los Estados Unidos ni el positivo de los países de la OPEP explican por sí mismos el vertiginoso crecimiento de los mercados monetario y financiero internacionales. Indudablemente, si los Estados Unidos pudieron pagar una parcela importante de sus importaciones y/o sus inversiones en el exterior con papel moneda que era retenido en depósitos fuera del país, fue porque existía una demanda de instrumentos de crédito en escala internacional» (FURTADO, 1982, p. 75).

de 1973. Las grandes necesidades de crudo de los Estados Unidos obligaron a la fabricación de cantidades inmensas de dólares para poder concertar su compra, lo que engendró una inédita liquidez mundial. Los «dólares» fueron reciclados a través del mundo por medio de los llamados «eurodólares», produciendo el fácil endeudamiento de quien los solicitase. Para ese entonces el sistema financiero internacional carecía de un centro y guía. El sistema de Bretton Woods estaba hecho añicos.³⁸ Los Estados Unidos creaban dólares a su antojo, lo que a su vez facilitó el surgimiento de una infinidad de intermediarios financieros. Así, los bancos se extendieron por doquier para difundir la inconmensurable liquidez internacional inducida por los dólares («moneda vehicular»). Asimismo, el déficit de la cuenta comercial y corriente estadounidense requería a su vez de un endeudamiento mayor que fue resultado tanto de la elevación productiva del Japón, como del hecho de que las EM hubieran dejado las fronteras estadounidenses para «exportar» sus bienes desde otro país. Se hizo presente una situación que sólo podía equilibrarse si los dólares de una u otra forma retornaban a la frontera estadounidense. Esto se realizó por dos vías: por una parte, otorgando facilidades inauditas para que los países del tercer mundo se endeudaran, creando un flujo de intercambio -en el mejor de los casos- de productos manufacturados de los países industrializados por dólares en préstamo y por la otra, elevando la tasa de interés en los Estados Unidos. Este «recalentamiento» del sistema financiero internacional sólo verá sus secuelas en la década de 1980: endeudamientos imposibles de cubrir por las altas tasas de interés, aunado al hecho de que la mayoría de las entidades bancarias que desarrollaron el proceso de intermediación no tenían experiencia en la labor - consecuencia a su vez de la inexistencia de reglas a nivel mundial, porque en efecto funcionaban como las EM, sin condicionantes limítrofes

³⁸ Tanto (FURTADO, 1983) como (FURTADO, 1982), expresan claramente este problema: «Las importantes modificaciones estructurales que el proceso de transnacionalización significó para el sistema capitalista deben ser tenidas en cuenta si se pretende captar el alcance y la significación del creciente resurgimiento de la ortodoxia liberal como fuente inspiradora de las políticas económicas en los países latinoamericanos. Los centros nacionales de decisión quedaron *prácticamente incapacitados* para utilizar los instrumentos tradicionales de política monetaria, cambiaria y fiscal, debido al proceso de integración de amplios segmentos del aparato productivo en estructuras dirigidas desde el exterior, y principalmente a causa de la internacionalización de los circuitos monetarios y financieros. El endeudamiento externo desordenado no es más que una consecuencia de esa pérdida de dominio del sistema económico, además de ser un factor autónomo de realimentación del mencionado proceso de internacionalización» (FURTADO, 1982, p. 85, cursivas mías).

nacionales-,³⁹ confundiendo prestamos de corto y largo plazo sin cubrir sus respectivas cajas bajo la idea de que el «milagro» nunca se acabaría.

La propia evolución del FMI -dice Furtado en *La nueva dependencia – Deuda externa y monetarismo* (FURTADO, 1982)- estuvo rezagada al proceso de transnacionalización creciente del sistema financiero, y en 1971 se da término final a la libre convertibilidad del dólar en oro, que produjo un efecto similar. En el «nuevo orden económico»:

[...] surgido de la transnacionalización, los sistemas monetarios de los países periféricos tendrán funciones limitadas, de transmisión local de las informaciones generadas en la economía internacional. Eliminada la autonomía de las autoridades monetarias locales también se suprimirán los actuales problemas de la balanza de pagos. [...] Como la unificación de las monedas presupone la existencia de una moneda dominante, en la actual situación se tratará de ‘unificar’ las monedas de los países latinoamericanos con el dólar. (FURTADO, 1982, p. 86).

Asimismo:

Las insuficiencias del aparato institucional de coordinación y control de los circuitos comerciales, monetarios y financieros y las disimetrías en las relaciones entre los tres grandes bloques [Estados Unidos, la Comunidad Europea y el Japón] que forman el sistema capitalista actual son los principales ingredientes de la crisis global que atravesamos. (FURTADO, 1983, p. 98).

Pero esto es resultado a su vez de lo que Furtado llamó la «integración» -no «globalización» como se escucha tanto hoy día- de los «mercados» de las economías desarrolladas, sin que paralelamente se haya reflejado a nivel del «plano institucional». De esa forma la «economía mundial» capitalista propicia el desorden; Bancos y EM sin fronteras, y una economía estadounidense incapaz de mantener su equilibrio económico sin elevar la tasa de interés. Con las primeras moratorias de los países del tercer mundo y las inminentes caídas a futuro, el capitalismo mundial empezó a temblar al recordar la crisis del 29.

Pero este mismo proceso también induce -dice Furtado- la integración creciente de los mercados de los países industrializados, bajo la tutela de

³⁹ «El resultado es que el control de la emisión de papel moneda y de los depósitos primarios en los bancos pierde eficacia como instrumento de política monetaria» (FURTADO, 1981, p. 57).

los Estados Unidos, lo cual permitió [...] intensificar la concentración del poder económico y que éste engendrara centros de decisión de ámbitos de acción transnacional con creciente autonomía frente a los estados nacionales» (FURTADO, 1981, p. 87).

La autonomía de los estados nacionales se debilitaba al mismo tiempo que emerge una «totalidad» bajo la tutela estadounidense. Furtado computó esta nueva «globalidad» en términos del comercio mundial, indicando que dos terceras partes de éste se conforma por productos industriales, y que los intercambios esenciales se realizan entre las economías industrializadas. Además en los países fuera del capitalismo, en la zona del «colectivismo autoritario», las tecnologías incorporadas son capitalistas. Y finalmente, la carrera armamentista ejerce una gran presión en el progreso del desarrollo de la propia tecnología. Financiada por presupuestos militares, la tecnología adquiere así una autonomía respecto a la vida social.

No obstante la presencia emergente de un universo «internacionalizado», Furtado aún supone ciertas funciones a los estados nacionales:

Es evidente que proseguir por el camino de la internacionalización significa aceptar la institución de centros de decisión con poderes para tutelar el conjunto del sistema capitalista, aún cuando esa tutela se limite a la definición de directivas de política económica y social, dejando a cada gobierno la responsabilidad de traducirlas en reglas operativas. (FURTADO, 1981, p. 98).

Cabe resaltar que este universo mundial tiene otros subsistemas. Su conformación como un todo implica una serie de dificultades: la propia Comunidad Europea tiene obstáculos por la diversidad de las prestaciones sociales que cada uno de sus países ofrece a sus poblaciones.

La verdad es que los grandes países capitalistas no están preparados para esa transformación cualitativa que significa la creación de auténticas instancias de decisión supranacionales. Esa es la causa principal del impasse. La internacionalización de las economías avanzó demasiado para que sea posible considerar como una opción política el regreso a las semiautarquías industriales del pasado; no existe consenso en ninguno de los grandes países capitalistas industrializados para llevar hasta sus últimas consecuencias el proceso de internacionalización. (FURTADO, 1981, p. 99).

Sin embargo, el «impasse» del cual habla Furtado es creación suya, resultado de las preguntas planteadas en torno a la búsqueda y constitución de una entidad «supranacional». Se plantean varias hipótesis: una «...sería la asunción por los Estados Unidos de una tutela más efectiva, adaptada a las circunstancias actuales de creciente descentralización de las actividades financieras» (FURTADO, 1981, p. 99).

Si bien el «desorden» financiero favorece a las empresas transnacionales, esa hegemonía estadounidense está condenada a fracasar porque ya no poseen el liderazgo económico que ocuparon en la época inmediatamente posterior a la segunda guerra mundial. Otra hipótesis es la de una tutela tripolar -Estados Unidos, Japón y Europa-, pero allí los obstáculos se encuentran en la propia integración de los países europeos, o sea, «la inexistencia de una entidad política europea que sirva de pilar para la construcción de la estructura superior» (FURTADO, 1981, p. 100).

Por otra parte, la estrategia política japonesa de integración y penetración económica en los países industriales tendrá que tomar un rumbo negociado.⁴⁰ La emergencia de un nuevo sistema internacional económico, o sea, un sistema de decisiones que tome en cuenta las necesidades de la gran mayoría del mundo podría ser una alternativa. Aquí, las limitantes provienen de los propios países del tercer mundo, obnubilados por problemas internos y las ventajas comparativas de la explotación de los recursos no renovables.

No obstante, es posible cuestionar el «impasse» si se excluye la hipótesis de que la «internacionalización» de los circuitos comerciales requiere necesariamente de una supraracionalidad. De otra forma, cabe pensar que las empresas capitalistas tienen una amplia gama de posibilidades y de cálculos para lograr comercializar sus productos.

De hecho, Furtado rechaza anticipadamente que los Estados industriales transformen sus estructuras políticas y económicas para resolver el «impasse» y hacer compatible la política de internacionalización con la

⁴⁰ Furtado, en referencia al Japón un país en expansión, y las economías europeas, subraya que: «Se hace evidente que si ciertos factores políticos continúan impidiendo que se progrese en el sentido de la formación de un verdadero sistema económico de Europa occidental, será necesario encontrar alguna fórmula para dar más libertad de acción a los gobiernos nacionales» (FURTADO, 1982, p. 36).

política social interna de cada país. Esto se debe a que la política competitiva internacional no concuerda con altos costos y rigidez del salario que prevalecen en los países capitalistas desarrollados, «obstáculos estructurales» de índole salarial y composición del producto.

Pero por otra parte, la noción del «impasse» no debe obligarnos - dice Furtado- a negar la existencia de «ciertas líneas de fuerza». Por ello insistirá sobre el modelo de la totalidad:

El modelo de coordinación tripolar avanza en el plano económico, al tiempo que la tutela norteamericana se refuerza en el plano militar. El retroceso hacia un proteccionismo selectivo en el marco de los tres grandes subsistemas repercute menos negativamente en los Estados Unidos que en Europa occidental y en el Japón. Ese recorte tripolar empieza a manifestarse en la forma de una autodisciplina selectiva de los flujos comerciales; y también se refleja en el plano monetario mediante una estricta cooperación entre los bancos Centrales. (FURTADO, 1981, p. 102-103).

Un par de años a la postre de *El Brasil después del milagro* (FURTADO, 1981) Furtado retorna a esta temática, en *La nueva dependencia - Deuda Externa y Monetarismo* (FURTADO, 1982),⁴¹ y se pregunta sobre las consecuencias de la desarticulación de las estructuras internacionales, que afectan profundamente los flujos comerciales y financieros. Es interesante mencionar que en esta ocasión las transformaciones de la economía no obedecen a ningún tipo de ciclo a largo plazo. Una de las consecuencias teóricas sería la de desconocer que la noción de «totalidad» supone ciertas condiciones conceptuales para postularla:

Nada nos asegura que el futuro reproducirá morfológicamente el pasado, ni que una nueva onda de innovaciones técnicas producirá efectos similares a las de otras ocurridas anteriormente. Bastaría tener en cuenta que las inversiones en tecnología son hoy mucho mayores, en relación a otras formas de inversión, que lo fueron en el pasado. (FURTADO, 1982, p. 35).

En efecto, la estrategia teórica sólo mantiene la noción de totalidad como una entidad «potencial», en proceso, aún no materializada. Se debilita la tutela norteamericana y el «sistema capitalista» refleja la interacción de los

⁴¹ Segundo capítulo: «Opciones fundamentales de la política económica».

«tres grandes subsistemas»⁴² que constituyen su centro. Los desequilibrios y las tensiones internas y externas en los países centrales inhiben el intercambio entre ellos y se suceden los reajustes estructurales. Esta vez, Furtado ofrece dos alternativas:

- 1) Surge la recesión propagada como resultado de la disminución de costos y empleos y reorientación de las inversiones para una nueva «revolución industrial», mayor competitividad del trabajo físico. Es decir, no aparece un cambio estructural.
- 2) Sobre todo Europa, más que Norte América, recupera mercados internos vía nuevas formas de proteccionismo; organiza el intercambio exterior en base a objetivos internos de empleo e inversión (reducir la capacidad de importación). Pero entonces la totalidad mundial capitalista debe interiorizar la interrelación (¿funcional?) de «Tres grandes subsistemas»: Europa occidental, en la integración y el proteccionismo; Estados Unidos, en que la relación de las matrices con sus filiales en el exterior deberá recomponerse; y Japón, cuya situación es más compleja, ya que el proteccionismo va en perjuicio de su estructura económica. Por ello, deberá tomar más en serio al tercer mundo y a la industrialización brasileña.

Suficiente se ha dicho sobre la ambivalencia de la noción de la existencia de una «totalidad» mundial para promover u obstaculizar políticas específicas en cada país, ya sea como un concepto que explica las relaciones entre los países o si es un estadio potencial del capitalismo. Asimismo, cabe mencionar que en uno de sus últimos acercamientos al tema, Furtado nos deja, por decir poco, estupefactos, porque ahora sucede que la tan mencionada «totalidad mundial», no sólo no tiene utilidad para entender las «relaciones internacionales», sino que además, no disponemos de los conceptos para entenderla:

Por primera vez, estamos frente a procesos cuya comprensión requiere formulaciones de hipótesis sobre el comportamiento de la economía mundial, sin que tengamos siquiera definido esos conceptos. Los modelos de que disponemos son derivados de la observación de sistemas económicos cuya ordenación presupone la existencia de poderes políticos en el plano nacional o plurinacional. Y también disponemos de algunas ideas sobre la naturaleza

⁴² De hecho en *Brasil: la construcción interrumpida* (FURTADO, 1992), se habla de un mundo «multipolar».

de las relaciones comerciales y financieras entre esos sistemas económicos que calificamos de 'economía internacional'. Pero la lógica de lo que sería un sistema mundial se nos escapa. (FURTADO, 1984, p. 79-80).

Pero, los «impasses» son productos de la pluma de Furtado, es decir, resultado de haber postulado el concepto de totalidad, creando un «problema» teórico insoluble. Otra opción serían los análisis que tomen en cuenta las condiciones de existencia de las EM y las particularidades sociales en las cuales tienen que negociar y calcular costos, lo que a su vez significaría que las «economías» nacionales tampoco son entidades cuyas características puedan generalizarse. Un análisis semejante debiera conducir a una estrategia particular que tomara en cuenta las especificidades, no sólo políticas, sino también económicas (sectores/ramas) donde pudieran surgir una serie de eslabonamientos hacia el «exterior» con las EM, y donde éstas pudieran ser aprovechadas para un mejor rendimiento de las economías «nacionales». En ninguna de estas circunstancias es necesaria ni posible una teoría general, a no ser que se resucite al «funcionalismo». Es, sin embargo, Furtado quien en algunas ocasiones nos ofrece esas mismas herramientas para realizar esta búsqueda; en especial, lo hace cuando destruye toda noción de racionalidad «macroeconómica» y postula que toda lógica entre las agencias económicas es resultado de ciertas relaciones de poder históricamente constituidas, cuyas condiciones de existencia no son eternas. No existen, por tanto, ni «mercados» en abstracto, ni agencias económicas preconstituidas; ambas entidades se constituyen simultáneamente. Creemos, sin embargo, que Furtado, al recapacitar sobre esta problemática, de hecho desecha la búsqueda de un centro y acepta la posibilidad de un sistema de poder «multipolar» en el ámbito económico y político. Asimismo, cuestiona la idea o necesidad de un «centro» para pensar los problemas del poder a nivel de las relaciones internacionales:

Para que la economía internacional vuelva a funcionar adecuadamente, en ausencia de un centro principal (Estados Unidos en el pasado reciente), es necesario que se creen formas de regulación por consenso de los países céntricos principales. Es el caso de indagar si no constituye un paso en esa dirección la emergencia de grupos coordinadores de los diez y de los siete gobiernos de las principales economías.[...] En todo caso, está fuera de duda que nos encaminamos hacia un sistema de regulación por consenso,

el cual será la expresión de pocos, quedando por definirse el peso relativo de éstos. Pero la posibilidad de que una sola economía ejerza el papel de centro principal ya no existe. (FURTADO, 1992, p. 100).

¿GLOBALIZACIÓN O INTERNACIONALIZACIÓN FINANCIERA?

Su vuelta a Brasil en los ochentas, obligó a Furtado a repensar su perspectiva sobre la imposibilidad de generar un proceso de transformación nacional (“autotransformación”), que a su vez trastocó la posibilidad de pensar al Brasil como un simple actor pasivo en el ámbito “internacional”. La propia idea de una totalidad gobernada por una entidad en particular o un poder “multipolar” dan indicios que dicho problema conceptual y político podría resolverse retornando a su muy *sui generis* estructuralismo. Como vimos arriba, señala que estamos ante un sistema que requiere una “regulación por consenso” lo cual implica que las condiciones de existencia de las instituciones y sus reglas son contingentes.

En ese sentido apartándonos de aquellos aspectos que se subrayan bajo la concepción “dependentista”, debemos pensarlo en términos de que el espacio económico no está predeterminado, se reconstruye a partir de sus diversos agentes y sus posibilidades de ejercer cierto dominio sobre otras entidades.

En sus primeras acepciones, el estructuralismo planteaba que las economías subdesarrolladas debían sostener una intensa política de industrialización y tasa de crecimiento, para finalmente alcanzar una articulación productiva adecuada que los liberara de la «heterogeneidad estructural», y especialmente del desequilibrio externo, causa y efecto del mismo proceso de crecimiento. Causa y efecto, porque a medida que la economía crecía y sustituía por producción interna ciertos rubros anteriormente importados, resolviendo en cierta manera el «desequilibrio externo» previamente existente, las nuevas importaciones requeridas en la siguiente fase de la expansión del crecimiento exigían una base estructural tecnológica de mayor profundidad. El costo y densidad del capital se elevaba, e impulsaba nuevamente a la economía hacia el desequilibrio externo. Es cierto que algunos gobiernos se olvidaron de articular este proceso a los costos relativos del mercado internacional, como se olvidaron también

de la importancia de las exportaciones, pero esas políticas no podrían deducirse del ideario cepalino o de Furtado. Lo que quizá no se presenta en esta perspectiva es la posibilidad de promover una industrialización selectiva, por sectores o ramas productivas específicas, en vez de una industrialización vertical y horizontal general. Tal vez ello se deba a la noción de «totalidad» implícita en sus modelos de economía.

Pero si concebimos a todos los tipos de «economías», como una serie de articulaciones entre agentes productivos relativamente heterogéneos, sin inferir o buscar condiciones de existencia *generales* para explicar la «racionalidad macroeconómica», como Furtado ha propuesto en sus análisis de las empresas, entonces es posible que la noción de los «desequilibrios estructurales» sea un fenómeno inherente a cualquier economía. Comenzar a pensar en términos «sectoriales», buscando condiciones de existencia de las agencias productivas que induzcan cierta «racionalidad» sobre otras, hace factible eludir la noción de totalidad. Una consecuencia de esta perspectiva es que la noción de «economía» pueda no estar predeterminada y definida por espacios territoriales «nacionales»; así, quedaría por articular conceptualmente las distintas formas que tienen las empresas de crearse ámbitos de «racionalidad económica», en condiciones en que únicamente logran una articulación relativa.

Decimos relativa, porque se trata de relaciones de poder, y de las transformaciones estructurales que se derivan del conjunto de condiciones que hicieron posible el funcionamiento de algunas empresas; en última instancia, nos referimos a las relaciones sociales que las sustentan y las legitiman. En este sentido, el estructuralismo deja de ser tan sólo una perspectiva sobre un «caso especial», ya que todas las «economías» están plagadas por «obstáculos estructurales» -resultado de las formas organizativas de sus agentes productivos y sociales. De esta forma también cabría rescatar la idea de la «heterogeneidad estructural» para pensar cualquier tipo de «economía». Recordemos que esta última noción no está predeterminada por concepto territorial geográfico alguno, sino que es resultado de las condiciones sociales y políticas que la articulan, que no se pueden deducir de antemano. Asimismo, no cabría convertir a la «empresa» en el punto focal del análisis.

Obviamente, para mantener ciertos «equilibrios macroeconómicos» se requiere cuidar la emisión y propagación de la moneda. Furtado ha

insistido, sin embargo, en que la moneda es una creación endógena de las instituciones bancarias y empresas transnacionalizadas,⁴³ no un producto de la “oferta” y “demanda” del dinero. El volumen (casi imposible de contabilizar), así como las “expectativas” procreadas por el propio sistema financiero, conducen a que los “precios” tengan condiciones de existencia en el “grado de “monopolio” -Furtado aquí usa una figura kaleckiana (*Prefacio a una nueva economía política* – FURTADO, 1976)- que ejercen ciertas empresas y sus formas de calcular rendimientos y acceso al crédito.

En el pasado los diagnósticos estructuralistas pugnaban por una planificación que permitiera impulsar un crecimiento global. El estructuralismo comparte con el discurso convencional la idea de que la economía debe crecer de manera global y consistentemente articulada («equilibrada») como un todo, particularmente en el proceso industrializador; los modelos al estilo «Harrod-Domar» utilizados en ese sentido son los máximos representantes del discurso convencional, pese a que suponían al capitalismo como esencialmente «inestable». Hoy en día hay que poner acentos y contrapesos en distintos puntos, *construyendo* las ventajas comparativas, como lo hicieron algunos países del sudeste de Asia, con políticas de apoyo selectivas y sectoriales por parte del Estado y el capital.

Si dejamos de lado la noción del crecimiento global, que sugiere un mecanismo general para la reproducción -o el estancamiento- de ese todo, podríamos recuperar la concepción del crecimiento «desequilibrado» de Hirschman (1958),⁴⁴ pero excluyendo la espontaneidad que dicha idea indica: la discordancia entre los sectores induciría a su vez demandas y ofertas específicas, y lograría la conformación de ciertos encadenamientos productivos; Hirschman llamaba a ese efecto: eslabonamientos hacia atrás y hacia adelante. En otros términos, las consecuencias de los desequilibrios entre los sectores productivos, -precisamente por partir de *ex ante* o por su creación *ex post*-, impulsarían la producción de ciertos insumos que se

⁴³ “La tasa de interés es inicialmente de carácter institucional, siendo la expresión de una relación de fuerzas; [...] Quienes pueden crear liquidez y/o administran los activos líquidos y semilíquidos de la colectividad (frecuentemente captados en forma compulsiva), disponen de considerable poder” (FURTADO, 1976, p. 70). Puede verse también al respecto Jaime Puyana Ferreira (1992) y Grahame Thompson (1981).

⁴⁴ También podría pensarse en un «little push» hacia sectores y ramas industriales específicas en contraposición al «big push» propuesto en los años cincuenta por Rosenstein-Rodan.

encuentran altamente demandados, procreando simultáneamente nuevos desequilibrios entre los sectores y un nuevo ciclo de inversiones y de producción.

Si el capitalismo alguna vez aparentó ser «homogéneo» y «articulado», exento de «obstáculos estructurales», lo fue por las reformas realizadas, producto de las políticas que constituyeron aquello que debe volver a ser objetivo a corto plazo: el «Welfare State». Hoy, ante la ausencia de una ideología comunitaria-socialista, o de cierto ideal o utopía colectiva, que plantee las reformas adecuadas dentro de articulaciones mercantiles, y ante el asalto de esa difusa idea del «mercado» como solución a las luchas sociales por la distribución del ingreso, los desequilibrios estructurales y la heterogeneidad estructural, social, económica y tecnológica vuelven a aparecer en todas las economías del mundo. Decimos que el mercado es una idea «difusa» porque no existe tal fenómeno: existen diversas formas y condiciones de producir en diversas ramas y sectores y no todos los costos tienen las mismas condiciones de existencia, como planteamos más arriba. Lo mismo puede decirse de la noción de la «demanda».

Por otra parte, ¿qué hacemos con la tesis del deterioro de los términos del intercambio? Creemos que su primera versión -la cíclica- es insostenible, pero si adoptamos la interpretación estructuralista, serían las estructuras productivas en cuestión y las políticas gubernamentales de apoyo a las exportaciones -o su ausencia- las que determinarían los grados de dicho deterioro. Y como se sabe, algunas economías pueden apoyar en mayor medida que otras a sus sectores productivos; existe una diversidad de posibles mecanismos para ello. Pero esto significa que no puede hablarse de una tendencia del deterioro en «general» y sí en términos de determinados países. No obstante, no es una casualidad que los países exportadores de materias primas sean los más débiles para defenderse ante medidas proteccionistas de los países del centro. De esta manera, cabe la reivindicación de la óptica histórica estructuralista de Furtado, que destaca que todas las economías (céntricas o periféricas) son esencialmente entidades que están afligidas perpetuamente por disensiones o desequilibrios estructurales. Por otra parte, el fundamento de los diagnósticos «pesimistas» o «catastrofistas», respecto la América Latina (y del propio Furtado (FURTADO, 1966), de los estructuralistas y dependentistas a mediados de los años sesenta, radican precisamente en supuestos que parten de una

concepción de totalidad. Esta figura opacó la teorización de «estructuras» con tasas o ritmos de crecimiento diversos y discordantes entre sí; de ello puede deducirse que la noción del «estancamiento», si alguna vez fue adecuada, sólo cabe al referirse a la condición de imposibilidad de ampliar el universo económico mercantil-comercial (recuérdese «crecimiento per cápita»). Es el efecto correlativo de pensar la totalidad, que incluye los ámbitos no mercantiles -la tasa demográfica incluye a «toda la población de la nación»- la que obliga teóricamente a suponer un mecanismo general que logre la reproducción de este todo como una entidad orgánica. Sería más conveniente pensar que el capitalismo, así como otras configuraciones sociales, siempre presentarán un «desarrollo desigual»; la idea de un orden social «armónico» o «comunitario», ya sea por la materialización de los impulsos individuales a través del «mercado», o por la organización social por medio de la «planeación», son mitos del racionalismo y del humanismo de los siglos dieciocho y diecinueve.⁴⁵ Sin embargo, el fin de dicho mito no excluye, como se ve día a día, la lucha y la organización social -especialmente de los sectores sociales más marginados- para defenderse e intentar imponer sus precios vis a vis otros agentes productivos, así como la democratización del proceso de trabajo.

Por otra parte, el propio discurso de la “globalización” nos recuerda aquella famosa tesis en la década de 1960 cuando el proceso de “modernización” se veía como un hecho universal hacia donde se dirigían todas las sociedades “complejas”. Hoy más bien todo indica que los latinoamericanos estamos cercanos a quedar fuera de los circuitos económicos y financieros más importantes, o sea, a punto de convertirnos en países “perimetrales”;⁴⁶ hace cincuenta años por lo menos pertenecíamos a la “periferia”. Se impone entonces, a partir de la propia perspectiva estructuralista, diseñar políticas económicas contrarias a los flujos

⁴⁵ Para una útil discusión y reflexión sobre los ámbitos donde podrían reinar o no las relaciones de intercambio entre diversos agentes productivos, lo cual no significa necesariamente “el mercado”, y cuya problemática es política por excelencia, véase: Jon Mulberg (1995). También el “pluralismo” y “asociacionismo democrático” ofrece alternativas en ese sentido (Hirst P. 1997) y mi reseña del mismo Mallorquín (2000).

⁴⁶ Paul Hirst y Grahame Thompson, *Globalization in Question (The International Economy and the Possibilities of Governance)*, Polity Press y Blackwell Publishers Ltd., Gran Bretaña, 1997; José Antonio Ocampo, *Reconstruir el futuro. Globalización, desarrollo y democracia en América Latina*, CEPAL. Editorial Norma, 2004.

internacionales dominantes internacional y los nacionales, articulándonos a ellos vía la construcción de “ventajas” comparativas. En eso hay suficiente práctica, experiencia e ideas que podríamos recuperar empezando con el propio Furtado.

REFERÊNCIAS

BAER, WERNER; KERSTENETZKY, Issac (Comp.). *Inflation and growth in Latin America* (Yale University Press, 1964).

FURTADO Celso (1957a) *Perspectiva da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Ministerio de Educación y cultura, 1959.

_____. (Furtado 1959a) *Formação econômica del Brasil*, FCE, México, 1962, primera edición en portugués 1959.

_____.(Furtado 1959b), *A operacao Nordeste*, Ministerio Da Educacao e Cultura, Rio de Janeiro.

_____.(Furtado 1960),”Industrialização e inflação”, *Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, Julio-diciembre, 1960; se utiliza la versión del sexto capítulo (“Industrialización e inflación”) en [Furtado, 1961a].

_____. (Furtado 1961a) *Desarrollo y subdesarrollo*, Editorial Universitaria de Buenos Aires, Buenos Aires 1964, primera edición en portugués en 1961.

_____. (Furtado 1961b).»Brasil» en *Desenvolvimiento económico*, (coord) A. Pepelasis L. Means, I. Adelman F. Trillas, S.A. México, 1964.

_____.(Furtado 1962a) *Brasil en su encrucijada histórica*. Barcelona: Nova Terra, Brasil 1966, traducción de *A Pré-Revolucao Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

_____.(Furtado 1962b), *Plano trienal de desenvolvimento econômico e social (1963-1965)*, Presidência da República.

_____.(Furtado 1964a), *Dialéctica del desarrollo*, FCE, México, 1965.

_____.(Furtado 1964b).*Diagnosis of the Brazilian Crisis*, University of California, California, 1965, edición norteamericana de *Dialéctica del desarrollo*.

_____.(Furtado 1964c), «Intervención» en el debate de las «Conferencias sobre Inflación y Desarrollo en América Latina» en Baer Werner e Issac Kerstenetzky (comp.), *Inflation and Growth in Latin America*. New Haven: Conectcut:Yale University Press, 1964, p.496-499.

_____. (Furtado 1965), "Obstáculos políticos al crecimiento económico del Brasil" en Claudio Veliz (comp.), p.145-148, coord. *Obstáculos para la transformación de América Latina*. México: FCE, 1969.

_____. (Furtado 1966), *Subdesarrollo y estancamiento en América Latina*, EUDEBA, Buenos Aires, 3. ed. 1965.

_____. (Furtado 1968), *Um projeto para o Brasil* (Rio de Janeiro) traducido como *La concentración del poder económico en los Estados Unidos y sus reflejos en América Latina*, Centro editor de América Latina, Buenos Aires, 1969.

_____. (Furtado 1968a) «La hegemonía de Estados Unidos y el futuro de América Latina», en Jose Matos Mar (comp.), *La dominación de América Latina*, Amorrortu, Buenos Aires, 1968.

_____. (Furtado 1971), *La hegemonía de los Estados Unidos y América Latina* (Cuadernos para el Diálogo, Madrid).

_____. (Furtado 1976), *Prefacio a una nueva economía política*, Siglo XXI, México, 1978, primera edición en portugués 1976.

_____. *Creatividad y dependencia*. México: Siglo XXI, 1979. Primera edición en portugués en 1978.

_____. (Furtado 1980), «Modernización versus Desarrollo; una entrevista a Celso Furtado», *Investigación Económica*, enero/marzo, núm., 171, Facultad de Economía, México, UNAM, México, 1985, apareció originalmente en el diario «O Estado de Sao Paulo» el 20 de enero de 1980.

_____. *El Brasil después del 'milagro'*. México: FCE, 1983. Primera edición en portugués 1981.

_____. (Furtado 1982), *La nueva dependencia - Deuda Externa y Monetarismo*, Centro Editor de América Latina, Buenos Aires 1985, primera edición en portugués 1982.

_____. *Não à recessão e ao desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Seca e poder: entrevista Celso Furtado* (Entrevistadores: Maria Da Conceição Tavares, Manuel Correia Andrade Raimundo Rodrigues) São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

HIRSCHMAN, A. O. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

HIRST, P. *From statism to pluralism: democracy, civil society, and global politics*, Londres: UCL Press, 1997.

HIRST, P.; THOMPSON, G. *Globalization in question (The International Economy and the Possibilities of Governance)*. Gran Bretaña: Polity Press y Blackwell Publishers, 1997.

HOROWITZ I, L. *Revolución en el Brasil*. México: FCE, 1966.

LIMOEIRO CARDOSO, M. *La ideología dominante*. México: Siglo XXI, 1976.

LOVE, J. *Crafting the third world: theorizing underdevelopment in Rumania and Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1996. Existe traducción al portugués.

MALLORQUIN, C. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã/Contaponto, 2005.

_____. El pluralismo político de ayer y el que se aproxima. *Revista Comunicação & política*, V.7, n. 1, p.9-27, jan./abr. 2000.

MARTINS, L. La 'liberalización' del gobierno autoritario en el Brasil. In: O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.C.; WHITEHEAD, L. (Comp.). *Transiciones desde un gobierno autoritario*. Buenos Aires: Paidós, 1988.

MATOS, M. J. (Comp.), *La dominación de América Latina*. Buenos Aires: Amorrortu, 1968.

MULBERG, J. *Social limits to economic theory*. Londres: Routledge, 1995.

OCAMPO, J. A. *Reconstruir el futuro: globalización, desarrollo y democracia en América Latina*. Santiago, CEPAL: Editorial Norma, 2004.

OLIVEIRA, F. De. Un clásico de el trimestre económico: Celso Furtado y el paradigma del subdesarrollo. *El Trimestre Económico*, México, n. 198, p.1019-1042, abr./jun. 1981.

POPPER, K. *La sociedad abierta y sus enemigos*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

PUYANA FERREIRA, J. Los debates macroeconómicos actuales y su impacto en la política económica de América Latina. SANCHEZ REBOLLEDO, A.(Comp.). *América Latina: crítica del neoliberalismo*. México: CEPNA, 1992.

PEPELASSIS, A.; MEANS, L.; ADELMAN, I. *Desenvolvimento económico*. Coordenação de F. Trillas. México: Atlas, 1964. primera edición 1961.

ROBOCK, S. H. *Brazil's developing northeast: a study of regional planning and foreign aid*. The Brookings Institution Washington, 1963.

ROETT, R. *The politics of foreign aid - in the brazilian northeast*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972.

ROSENSTEIN-RODAN, en MEIER, G..M.; SEERS, D. Comp. *Pioneers in development*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

TAVARES, M. da C.; ANDRADE, M.C.; RODRIGUES, R. (Entrevistadores). *Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

VELIZ, C. (Comp.). *Obstáculos para la transformación de América Latina*. México: FCE, 1969.

WILLARD, B. Review del libro de Celso Furtado: *diagnosis of the brazilian crisis*. *American Academy of Political and Social Science*, v. 365, Mayo, 1966.

SOBRE O LIVRO

<i>Formato</i>	16X23cm
<i>Tipologia</i>	Garamond
<i>Papel</i>	Polén soft 85g/m ² (miolo)
<i>Acabamento</i>	Cartão Supremo 250g/m ² (capa) Grampeado e colado
<i>Tiragem</i>	300

Revisão Maria Lúcia G. Balestrieri
Maria Inês Bayer Pereira

Catálogo Telma Jaqueline Dias Silveira

Normalização Maria Luzinete Euclides

Capa Edevaldo D. Santos
André Knap Ribeiro

Diagramação Edevaldo D. Santos

Produção Gráfica Giancarlo Malheiro Silva

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

GRÁFICA CAMPUS
(14) 3402-1305



ISSN 978-85-7983-064-8



**CULTURA
ACADÊMICA**
editora

